

FOLHAS POLÍTICAS
José Saramago

FOLHAS POLÍTICAS

1976-1998

Autor: José Saramago

Capa e orientação gráfica: Secção Gráfica da Editorial Caminho

C José Saramago e Editorial Caminho, SA, Lisboa - 1999

Tiragem: 5000 exemplares Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, L."

Data de impressão: Novembro de 1999

Depósito legal nº. 143 742/99

ISBN: 972-21-1303-8

www.editorial-caminho.pt

Índice

Apresentação 5

A questão é a do socialismo 7

Presidente, Reforma Agrária e outros assuntos 11

Prelúdio e marcha 13

Portugal, ou Porto Rico? 16

O gosto de bater 19

A verdade e a mentira 21

A mão do finado 24

Furtiva lágrima 27

Constituição e palavra de honra 29

Recado para João Basuga, alentejano 32

País real, real país 34

Vou amotinar-me 37

Os independentes 39

O independente 42

As rosas 44

O rés-do-chão 46

Adeus, adeus 49

O sinal contrário 51

O que somos 54

A cozinha 56

O tempo do rato 58

Como é óbvio? 61

A mesa deles 63

banha da cobra 65

As (in)coerências 68

A cabeça 70

O terceiro governo 73

A transfusão 75

A outra secousse» 77

O nome dele 80

Como ia dizendo 82

Tomás, o recuperado 85

Papéis de identidade 87

Sena 90

Unir a esquerda, defender a democracia 92

Dos intelectuais desanimados 96

Cultura: um consenso impossível, 98



Discurso por ocasião do recebimento do Prémio Cidade de Lisboa 102

Fogos -de-artifício 105

Questão de caras 106

Dos leitores e dos gatos 107

Lição de vontade 109

Esta mal dita língua portuguesa 111

A paz é uma militância 113

Antigamente, a crónica 116

A qualidade dos vivos 118

Paris, Portugal 121

Atrasados, felizmente 124

Uma rainha no Alentejo 127

Da democracia e da cultura 130

Herculano e o 25 de Abril 133

A difícil conversa 137

Uma pessoa da família 139

Democracias e demagogias 142

Os sujeitos normais 145

Amílcar Cabral descobriu o Brasil 147

História antiga, caso moderno 149

O Planeta dos Macacos 151

Que voltem os gregos! 153

Sobre o derrube do Muro de Berlim 155

A célula de crise 157

Querida, maltratada Lisboa 159

Palavras para uma cidade 162

América vista da Europa 166

A ETA continuará a matar 169

«Ai do Lusíada, coitado!» 171

O velho, o rapaz e o burro 173

Troca de galhardetes 176

De cabeça perdida 178

A rainha vai nua 180

Chiapas 182

A mão que embala o berço 184

Um carro sem travões 187

A guerra do desprezo 189

A Ala dos Demorados 191

Chiapas, nome de dor e de esperança 193

A soberania deles 198

Os referendos 201

África 203

Alegra-te, Esquerda 205

APRESENTAÇÃO

Quando na Editorial Caminho quiseram saber o que eu pensava da ideia de publicar os artigos de teor político que escrevi a partir de 1976 (os de antes, os de 1972-73 e de 1975, com excepção de uns quantos que andam por aí meio incógnitos, foram recolhidos em As Opiniões Que o DL Teve e Os Apontamentos), quando mo perguntaram respondi que não cria que valesse a pena revolver uma poeira que ninguém, qualquer que seja o espaço partidário em que se situa ou em que se veio situando desde então, parece interessado em levantar do mofo da nossa história política recente. Prometi, no entanto, que releria esses meus arrazoados jornalísticos com

a atenção que merecessem, mas ainda tiveram de passar dois ou três meses primeiro que me resolvesse a sacudir as traças dos papéis mais amarelecidos pela antiguidade e averiguar se neles se observava alguma relação substantiva e coerente com os escritos que nos últimos tempos publiquei. Sobretudo uma relação coerente e substantiva com a pessoa (a pessoa, simplesmente) que escreveu uns e outros. Achei que sim e que essa era uma boa razão para acabar de os limpar do cotão do abandono, dar-lhes ordem de marcha e abrir-lhes a porta da rua. Aqui estão, pois. Não vai faltar quem me acuse de que alguns destes textos são desapiedados e injustos, que, tendo sido já politicamente inoportunos e impertinentes na própria época em que

foram escritos, muito mais o vêm ser agora, e que, argumento final, não é atitude das mais prudentes e sensatas da minha parte, considerando que todos temos os nossos «telhados de vidro», reabrir as chagas que o tempo, melhor ou pior, teve a caridade de cicatrizar. Disso, como do resto, pensará cada um o que quiser, e por isso responderá. Em todo o caso, creio que estas Folhas Políticas, de cuja honradez cívica não reconheço a ninguém o direito de duvidar, levam dentro verdades suficientes para que sejam capazes de defender-se sozinhas, sem ajuda. Nem sequer a minha.

A questão é a do socialismo Abril, Fevereiro de 1976
Do alto da sua tribuna, o presidente da Assembleia da República não vê a Nação: vê(quando estão todos) 263 deputados que, pela graça da aritmética, a representam. Está a Direita, está o Centro, está a Esquerda. Ninguém precisa de (se) interrogar sobre o que seja a Direita, ninguém acha oportuno averiguar se o Centro o é de facto, mas todos nos inquietamos com a Esquerda, com o passado, o presente e o futuro da Esquerda. Falta saber (o tempo o virá a dizer, por força) se essa inquietação é sinal de saúde ou de doença, da Esquerda e de quem para ela se volta interrogativo, com uma preocupação porventura autêntica, mas não destituída de algum comprazimento. Outra vez em Portugal se tornou mais fácil falar das coisas do que fazê-las, outra vez (passe a banalidade da alusão) cuidamos mais de discutir o sexo angélico do que de investigar os modos de levar os anjos a fazer filhos, sejam os ditos anjos machos ou fêmeas.

A questão que importaria pôr (segundo entendo) não é a da Esquerda, mas a do Socialismo. E isto sabendo que mesmo a troca não esclareceria radicalmente o «objecto» em análise: afinal, se sobre a Esquerda muito se borda, sobre o Socialismo muito se remenda. Mas, neste nosso caso português, obrigados que fomos, durante duas gerações, a falar de Esquerda por não poder dizer Socialismo, mal me parece que voltemos a hábitos antigos: há aqui um (decerto) involuntário

escamoteamento do problema central, talvez um gosto (escolástico?) de sabatina, um jogo floral que não será para passar o tempo, mas durante o qual o tempo passará irremediavelmente. Ora, se somos pobres de muita coisa, também o somos de tempo. E se não temos sido brilhantes administradores de divisas, pior o teremos sido dos nossos minutos.

A questão, insisto, é a do Socialismo. E o Socialismo, dizem-no os manuais, e não poderia ser senão isso, é a propriedade colectiva dos meios de produção, e o mais que politicamente, ideologicamente e economicamente daí decorre, ou entretanto para aí concorreu. Posto o que (linear será, mas exacto) começa a tornar-se claro que a linha que separa a Esquerda da Direita, isto é, a fronteira que divide o campo político que quer o

Socialismo do campo que o não quer, passa pelo interior do Partido Socialista. Não é isto novidade para ninguém, mas o inquérito obriga a repeti-lo.

Desta maneira creio que se torna evidente um dos motivos da dificuldade de encontro e diálogo das forças políticas que se reclamam de Esquerda, e portanto de Socialismo: interclassista, como declaradamente o é e com algum oportunismo se gaba, o Partido Socialista nunca poderia ser, todo ele, socialista. A questão do «socialismo democrático», tão agitada para lucros de propaganda eleitoral e proveitos de batalha ideológica, é uma falsa questão: juntar a «socialismo» o adjetivo «democrático» não representa nem esclarecimento nem rigor nem adição de qualidade: é puro compromisso, é plataforma íntima, é tentativa de conciliação entre classes dentro de um partido que, por isso mesmo, exhibe ou esconde o seu programa consoante a parte do eleitorado a que se dirige.

Por aqui se concluirá que, segundo entendo, a questão da Esquerda, logo a questão do Socialismo, tem de passar por uma definição do Partido Socialista no que toca ao lugar que ocupará (ou não) na futura luta, ou, se a linguagem parecer demasiado bélica, no futuro empenhamento das forças de Esquerda. A grande responsabilidade do Partido Socialista tem sido a de paralisar, pela sua mesma contradição íntima, a

irrecusável definição: é possível, por isso, afirmar que, no sentido mais rigoroso do termo, o Partido Socialista adiou o Socialismo, Porque o adiou dentro de si próprio.

Imaginemos, porém, que a definição se faz, que coeso ou após divisão um Partido Socialista emerge, e o desenho político da Esquerda ganha nitidez suficiente e contorno organizável. Imaginemos, também, que, pelo contrário, todo o Partido Socialista se desloca para a direita, deixando, como pontualmente já deixou, nesse movimento, algumas franjas competentes mas sem relevância bastante para constituírem, elas, o Partido Socialista. No primeiro caso, teremos diante dos olhos, pela primeira vez desde Abril de 74, a expressão política real da vontade socialista global, conservando-se o esquema organizacional partidário nascido com a revolução; no segundo caso, veremos melhor e avaliaremos o tempo perdido, e também a dimensão do equívoco que foi a vida política portuguesa: saberemos que andámos a viver de palavras quando nos deveríamos ter alimentado muito mais de actos. Num caso e noutro, o relógio marcará a hora das decisões: definida a Esquerda (não fixada para o resto dos séculos, mas coerente e coincidente nas linhas básicas de um projecto comum), definir-se-á como força(s) política(s) para o Socialismo. Começaremos então a saber (ou saberei eu, se outros já o sabiam antes) do que andamos a falar.

Mas uma coisa é possível adiantar desde já, e essa não é nova nem sequer específica do nosso País: a questão da hegemonia política partidária. O argumento já clássico entre nós (extensivo, até, ao sector sindical) é o duma pretensa hegemonização que o Partido Comunista procuraria estabelecer em todas as formas de aproximação com outras forças políticas. A afirmação faz-se uma e muitas vezes, e fica no ar, condiciona os juízos e portanto as decisões: é um sintoma da insegurança de quem assim se queixa ou acusa, de falta de confiança nos recursos próprios ou na sua consistência ideológica. Enquanto o fantasma da hegemonização não for afastado, a Esquerda (tomada, repito, como vontade socialista conjunta) não se aproximará, não será frente, não se

empenhará conjuntamente como tal. Viverá dispersa como convém à Direita e, como à Direita convém, lutará entre si. Profundamente, essa é a crise da Esquerda, e o advérbio significa, neste lugar, que muito do que se

passa na política portuguesa é do foro psicológico: andam por aí abundantes complexos de Édipo, fúrias assassinas contra o Pai, e frustrações de toda a ordem (não é por acaso que o processo político tem atraído tanto a atenção de psicanalistas, mas talvez não seja também por acaso que os próprios psicanalistas têm passado ao lado da questão essencial, que é, para o caso, e neste meu ver de leigo, a do Partido Comunista como agente de «produção psicológica», quer individualmente quer colectivamente).

Mas existe de facto uma crise da Esquerda? É óbvio que sim. Porém, não se trata de uma crise mórbida, efeito de bactéria ou vírus introduzido num corpo saudável, e agora febril, também não é uma crise de crescimento, ou melhor, para o crescimento - a perturbação, o desconcerto, a desarmonia do corpo que invade cada vez mais o espaço e tem de adaptar-se a ele e a si próprio; será antes uma crise não de identidade, mas para a identidade. A Esquerda portuguesa, como um todo, não se conhece entre si, nem se reconhece no conjunto. Este é o obstáculo imediato, barreira que é necessário ultrapassar, sob pena grave: a de atirar para muito longe, por nossas próprias e inábeis mãos, a esperança do Socialismo.

Encontremo-nos, pois, e confrontemos. Sabendo cada um o lugar que ocupa, agora, no sector da Esquerda que for o seu, sem sobrevalorização nem subvalorização do que, efectivamente, esse sector representar como expressão colectiva. E tenhamos em vista que o objectivo é o Socialismo. A Esquerda não é um fim em si, um modo vitimizante ou triunfalizante de estar no mundo: é uma estrutura, um instrumento, uma organização. Que, como todas as coisas, serão julgados pelos resultados. E nós de caminho.

Presidente, Reforma Agrária e outros assuntos Diário de Lisboa, 29 de Dezembro de 1976

Não é que o caso tenha muita importância. Se a televisão e a rádio, nosso visível e audível de todos os dias, usaram o Natal no bom estilo passado para cultivar em prosa, verso e imagem o sentimentalismo mais dessorado que imaginar se pode; se o primeiro-ministro considerou generosa benesse ir de viagem a Linhó e Tires para levar o conforto da sua governamental presença a homens e mulheres que de tácticas políticas nada entendem, não há-de espantar ninguém que o presidente da República tenha decidido chamar a convívio de almoço e conversa três casais de emigrantes. Estas coisas fazem-se por toda a parte, calam fundo no coração popular, sempre sensível e agradecido a quem o trata bem.

Porém, mesmo não tendo o caso assim tanta importância, merece que lhe demos uma volta a ver que é isto que foi, para que serve e por que se faz. Não falo da rádio e da televisão, incapazes de novidar (é palavra inventada, minha) seja o que for, tão curtas de imaginação, tão cânticos natalícios, tão «noite silenciosa», tão fraternidade postiça. Não falo do primeiro-ministro, que é homem viajado, viu muito disto lá fora, e sabe como se ganham votos, sem se interrogar muito sobre as razões por que os vai perdendo. Falo, sim, do presidente da República, cujos ditos e feitos ainda são do pouco capaz de interessar esta nossa fatigada terra.

Vossa Excelência, provavelmente, lembra-se de mim. Não passou assim tanto tempo desde aqueles dias em que nos sentávamos ao redor duma mesa, no último andar da televisão, Vossa Excelência, dois funcionários da casa e mais uns tantos tarefeiros, entre os quais eu estava. Vossa Excelência não era, como não é hoje, um rosto aberto, mas aquelas reuniões foram desde o começo levadas com algum humor que não prejudicou, creio bem, a eficácia. Honra nos seja feita a

todos e sobretudo a mim, que não me conformava com a severidade de feição e trato que está no carácter de Vossa Excelência.

E honra a Vossa Excelência, que foi capaz de sorrir algumas vezes. Mas o tempo passa. Vossa Excelência é hoje presidente da República, o Artur Ramos foi «saneado», o Prado Coelho foi director-geral da Acção Cultural e saiu desgostoso, o Carlos Porto lá vai continuando as suas críticas de teatro, o Fonseca e Costa decerto gostaria de filmar mais, e eu, senhor presidente, depois de algumas andanças, escrevo este artigo. Assim passam as glórias do mundo. Cada um, se há justiça, terá o que profundamente mereça: isto me ensinaram em criança. Vossa Excelência, pela justiça dos votos, é presidente: resta saber se toda a outra gente terá merecido o que tem. Destrinçar isso, porém, levar-me-ia para longe do meu objectivo, cujo é precisamente o almoço que Vossa Excelência deu e já referi.

E por que falo eu dele? Por inveja? Quem sabe, senhor presidente, quem sabe? Permita que imagine, dê-me essa licença, o que seria um almoço que tornasse a reunir aqueles homens do último andar da televisão. Teria a mesma eficácia? Teria o mesmo humor? Talvez não, mas Vossa Excelência ficaria a saber alguma coisa das nossas vidas e nós teríamos o gosto de vê-lo como presidente e a aventura de procurar descobrir o homem que no presidente há.

Esqueçamos, porém, esta tão humana inveja. E diga eu já que nada me move contra os casais de emigrantes que Vossa Excelência chamou à sua mesa. Gente emigrada é gente sacrificada, merece tudo, até um almoço na Presidência da República. Vossa Excelência ter-se-á figurado (e acho que fez bem em figurar-se tal) almoçando com todo o Povo Português, nada preocupado ali em querer saber o que partidariamente esse povo fosse. Vossa Excelência, que na televisão se sentava à mesa com comunistas e não mostrava mais reserva do que julgo ser-lhe própria, também não há-de ter querido saber em que partido votaram os seus convidados, nem terá curado de averiguar se foram todos eleitores seus.

Penso eu, porém, que Vossa Excelência escolheu a solução mais fácil, ou alguém lha aconselhou.

Almoçar com

emigrantes é, logo se vê, um acto neutral. Quem vê o emigrante, não vê senão o emigrante. Por aqui se observa como logo fica descomprometido o gesto. Voltem esses emigrantes à terra donde saíram por razões de penúria, e não terão mais lugar à mesa de Vossa Excelência. Entram no estatuto corrente do cidadão a quem se pede o imposto e o voto. Não é verdade, senhor presidente?

Agora imagine Vossa Excelência que tinha resolvido chamar à sua mesa não o povo de fora, mas o povo de dentro, não três casais de emigrantes, mas três casais ali do Alentejo, da Reforma Agrária. Aí seria um acto político que os seus conselheiros e assessores (para já não falar do governo) firmemente lhe desaconselhariam. Mas, ah, senhor presidente, que salto para a frente teria dado este país se Vossa Excelência tem cometido o rasgo de chamar um casal da Lobata, um casal da Benavila, um casal da Comenda! Estou que seria uma revolução.

Não foi assim, paciência. Uma esperança, no entanto, me anima: a de que três casais do Alentejo convidem Vossa Excelência a ir almoçar lá a casa. Se tal acontecer, aceite. Não queira saber nem consinta que os seus conselheiros tentem averiguar se todos esses casais votaram em si. Nesta altura, se Vossa Excelência vota neles, isso tem pouca importância. Mas, vota?

Desculpe Vossa Excelência estas ousadias. Faz de conta que ainda estamos no último andar da televisão. E o que têm estes hábitos democráticos: Vossa Excelência é presidente da República - e eu escrevo este artigo.

Prelúdio e marcha

Extra, 23 de Julho de 1977

Diante desta primeira folha, pergunto-me: valerá a pena? Valerá a pena retomar uma intervenção que em seu tempo teve sem dúvida desacertos, mas a que não faltou limpeza de intenção e alguma presciência? Valerá a pena lançar outras palavras nesta fogueira nacional em que muito mais se vê de

fumo do que de lume verdadeiro? Valerá a pena aumentar as nutridas fileiras dos comentadores políticos nacionais com alguém que não faz vida de bastidores ministeriais nem de passos perdidos? E, sobretudo, valerá a pena anunciar isto assim tão solenemente, como quem esperasse duma acção individual, sem recados de fora, a salvação ou a ressurgencia disso que teve nome de revolução?

Provavelmente, vale a pena. Por várias razões: porque oito meses de «trabalhos diários» e nenhuma traição me hão-de ter conferido autoridade e responsabilidade suficientes; porque dentro do fumo que outros espalham é que nos vamos cegando e perdendo; porque até ainda há pouco tempo não havia portugueses que não fosse, por gosto e vontade, comentador político, ao menos na sua rua, e isso era bom; porque já há demasiado silêncio em Portugal, e isso bom não é, pois no silêncio se aproveitam uns e acabarão por padecer quase todos; porque não pode fazer mal um pouco de solenidade numa democracia que não tem a coragem de se tomar a sério. E também porque se me tornou insuportável a parte de silêncio que me tem cabido.

Assim preludiados estes novos apontamentos, por onde começar? Por um Partido Socialista que faz tão pouco caso da Constituição que votou como do programa político que apresentou aos eleitores? Pelo avanço duma direita insolente e eufórica que de tudo vem beneficiando, desde a indecisão do governo até complicitades de alto coturno? Pelos novos senhores do saber velho que pretendem abrir nas escolas o caminho da recuperação ideológica burguesa? Por uma política de trabalho que serve os interesses do patronato nacional e internacional e inventa ou favorece conceitos de representatividade sindical que têm tanto de ofensivo como de hipócrita? Pela «Lei Barreto», com a qual se quer segurar debaixo da regressada bota do latifundiário, ajudado por outras botas, o espezinhado trabalhador rural? Por essa nova e ávida classe política onde não faltam os traidores e os oportunistas, empenhados em asfixiar a gente honesta que foi para a política para servir o povo e não para servir-se dele?

A procissão ainda agora vai na praça, o caminho é longo e o tempo tem muita paciência. Destas e mais coisas correlativas viremos a falar nas próximas semanas.

Hoje, já que, escritor sendo, por tabela apanho, a guerra é outra. Uma guerra que alguns de nós, nesta inocência de que não nos curamos, julgávamos acabada e enterrada para sempre. Uma pobre, triste e lamentável guerra que vem de um equívoco nacional, um dos muitos que hão-de comprometer, se não lhes for dado remédio, o lugar da inteligência neste país, sobretudo daquela que se esforça e desde sempre se esforçou por chegar ao que chamarei a inteligência do lugar, o entendimento da terra e do povo que somos. Entendimento só alcançável, seria bom que se percebesse, se não nos abrigarmos à sombra da bananeira dos mitos, em nome dos quais há o risco de serem postos de conserva e em conservação valores de ideologia por natureza provisórios, como todos são e a história dos povos, incluindo a nossa, abundantemente prova. Por muito que a tentação imobilista deseje o contrário, nenhum valor é intocável. Não há infalibilidades, não há nenhum modo pacífico de impedir as pessoas de reflectir sobre o que foram ou estão sendo, trajadas elas ou não à civil, autorizadas elas ou não por qualquer forma de poder.

Esta guerra (tão pouco santa) recrudesceu agora, teve um fogacho, lançou

uma salva. É, afinal, a guerra da incompreensão e (por que não dizer as palavras todas?) de um certo desprezo pela inteligência e pela cultura. No melhor dos casos não se tem sabido muito bem o que fazer com uma e outra. Baste o exemplo de lembrar como, sem maus designios, só por inabilidade, foi pouco estimada a inteligência durante o período em que a revolução avançou. E agora que a revolução está como se vê, ressurgem os ressentimentos, os antigos rancores, as contas em aberto, as feridas que o amor-próprio não deixa fechar. Tudo, já se deixa ver, em nome de valores decretados intocáveis e que têm muito mais que ver com um espírito de casta sobrevivo do que com um inteligente e, portanto, crítico sentido das realidades.

Os intelectuais não têm, claro está, o privilégio da inteligência,

mas compete-lhes usá-la de uma maneira que lhes é própria, também necessariamente ligada a uns tantos valores de ideologia que é seu primeiro dever analisar e pôr em causa. Esta é a diferença, ou uma delas. E a guerra, infelizmente, está muito longe do fim.

Não se veja aqui gratuito desrespeito pelas instituições militares. Dizer estas palavras é até sinal de consideração. Saber de armas e de balística, de táticas e de estratégia, é de certeza uma excelente coisa. Mas saber ler, saber ler-nos, é coisa também excelente e de que o poder militar tiraria algum proveito.

Portugal, ou Porto Rico? Extra, 29 de Julho de 1977

Aos que por tudo e por nada deitam as mãos à cabeça e se lastimam do mal que as coisas correm, aconselharia eu a leitura da Constituição: quer-se tónico melhor do que aquele primeiro artigo que, solenemente, entre palmas e abraços, proclama que «Portugal é uma nação soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes»? Mas aqueles que, por verdura dos anos ou exuberante florescência da saúde, tendem a ver tudo cor-de-rosa, o mesmo conselho daria. Então veríamos a que alturas subiriam as esperanças dos primeiros, veríamos como trambulhariam ao rés da terra os exageros dos segundos. A panaceia, a cura universal é, afinal, barata, custa na minha edição umas pouquíssimas dezenas de escudos, e bem tolo é afinal este povo português que não percebe a que extremos chega a sua felicidade, abençoada por uma Constituição assim.

Simplesmente, também em abundância não falta quem à custa do mesmo povo se vá divertindo, ou se diversão não é, então pior, porque é propósito, plano e sua fria realização. Olhe-se para este governo que socialista se diz e tem no rótulo, obrigado a respeitar escrupulosamente a Constituição e

tratando-a como mero «farrapo de papel». Olhe-se para a ideia e a prática que o dito governo tem do que seja sociedade sem classes e transição para o socialismo: repare-se nas leis que os ministros produzem e que adequadas maiorias parlamentares têm vindo a aprovar, à esquerda e à direita, segundo a antiquíssima tática de jogar com os temores mútuos e obedecendo à habilidade elementar de fazer política à vista. Olhe-se, enfim, para não continuar uma enumeração que seria longa, e abandonando por hoje essas ninharias que para os senhores governantes são socialismo e classes, transição para ele e abolição delas, olhe-se no já citado primeiro artigo as palavrinhas que afirmam ser a República Portuguesa soberana e baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular: sorria pois quem tiver vontade de chorar, carregue o sobrolho quem tenha o sestro de andar de caninha na água.

Sem dúvida que foi a vontade popular, tomada em termos aritméticos, voto por voto, que fez do Partido Socialista (continuemos, para sua vergonha,

a escrever a palavra por extenso) partido de governo e governo: mas é contra o povo e, portanto, contra a vontade dele (a não ser que os portugueses sejam irremediavelmente masoquistas) que o governo do Sr. Mário Soares tem vindo a governar, praticamente desde que este celebrado socialista se sentou na principal cadeira do conselho de ministros. Já foi mil vezes escrito, já foi mil vezes denunciado que o Partido Socialista está a governar contra especificações essenciais da Constituição, e portanto contra o povo que elegeu os que a redigiram: evitemos, portanto, as repetições. Quando na semana passada falei de oportunismo e traição, não estava com certeza a pensar no PPD e no CDS, coerentíssimos partidos que sabem tão bem o que querem, que até sabem levar o Partido Socialista a fazer o que a eles convém, cada um na sua altura e segundo o seu interesse. Nisso, o Partido Socialista tem óptima boca.

Mas onde as coisas atingem o delírio, onde as palavras, coitadas delas, são magnificamente conspurcadas, é quando se fala de dignidade da pessoa humana e de soberania. As palavras,

meu caríssimo e único leitor, são infelizes, não podem defender-se de quem lhes troca o sentido, de quem não se sente obrigado a respeitá-las, precisamente porque é mínimo ou nulo o seu respeito pela pessoa humana. Falar em dignidade em Portugal, quando todos os dias se aprovam leis contra o povo, quando a polícia espanca e vem depois esconder a mão, negar que tivesse espancado, quando a subserviência se instalou nos corredores do poder, começa por ser indignidade e acaba por ser perda de sentido moral. O nosso país atravessa uma crise económica gravíssima, toda a gente o sabe. E também vive uma profunda crise moral, mas essa crise, ao contrário do que se quer fazer acreditar, não tem os seus mais elevados expoentes nem na droga, nem na criminalidade, nem na prostituição: paira mais alto e tem piores consequências.

E agora a soberania. Sim, realmente não somos Porto Rico. Tirando alguns lugares próprios onde naturalmente flutua, drapeja, paira e faz sombra a bandeira norte-americana - é esta a nossa bandeira portuguesa, verde, encarnada, armilada, acastelada e, se a tradição é verdadeira, chagada, que nos cobre a todos, mesmo quando em rigor nos não protege. Porém, a política nem sempre tem a cor das bandeiras. E toda a gente que não quer fechar os olhos ao que é evidente ou não aceita que lhos fechem, sabe que há em Portugal uma «eminência parda» que segura não poucos fios da vida portuguesa, aqueles fios com que se tem vindo a tecer, com mãos de Washington e Duque de Loulé, a rede principal que nos atou os movimentos libertados no 25 de Abril e no Primeiro de Maio. Essa «eminência parda» é o embaixador Carlucci, o homem mais livre que existe em Portugal, se poder é sinónimo de liberdade, se liberdade é isto de dar ordens em Portugal como quem as desse em Porto Rico. Mas a Constituição continua a dizer que somos uma República soberana.

O gosto de bater Extra, 5 de Agosto de 1977

Irmãos, tive um, e morreu cedo. Não sobrou tempo, nem a mim nem a ele, para praticar aquele gosto da agressão fraternal que transforma o mais novo em caixa de rufo do mais velho, quando não é este, precisamente porque mais forte, que se guarda de usar os músculos e atura com paciência. Se exceptuarmos as saudosas púrrias de bairro suburbano que em alguma coisa contribuíram para a minha educação, nada aprendi das artes bélicas, tanto mais que a tropa me veio a rejeitar na hora importantíssima da inspecção militar, com fundamento numa clamorosa falta de proporção entre peso e altura. O caso, se bem entendi, tinha que ver com um tal índice de Pignet, ou coisa parecida. Porém, paguei

pontualmente e em paz a taxa, embora com alguns remordimentos de consciência e o despeito de quem se viu repellido. Quer isto dizer que, não tendo eu feito recruta e havendo antes solenemente embirrado com a instrução de espingarda e metralhadora que pressurosos oficiais me pretendiam inculcar durante os fátuos recreios da Mocidade Portuguesa, não cheguei a acordar e muito menos alimentei aquelas tendências agressivas que nos lugares de parada e quartel se espevitam e fomentam. O que, dito fica, não é incompatível com o meu grande respeito pela instituição: como qualquer burguês sentimental, sinto os arrepios da ordem ao ver passar tropa, bandeira, terno de cornetins e, nos tempos mais modernos, chaimites. Posso mesmo acrescentar que lhes devo, tomados em conjunto ou isolados, alguns momentos de compensadora comoção depois do 25 de Abril. Como tantos outros portugueses, também eu acreditei que em Portugal acontecera o grande milagre da história dos povos: a abolição das barreiras entre o povo fardado e o povo paisano. Claro está que nos enganámos todos. Tudo então parecia igual, belíssima a nossa lição ao mundo, e eis que hoje por muito felizes nos devemos dar quando os militares consentem em ficar-se por um paternalismo condescendente, pelo ar

de quem deixa brincar as crianças, ao mesmo tempo que vão reivindicando papéis de árbitro que não é seguro sejam realmente merecidos, ou justificáveis por razões de mera autoridade.

Porém, considerando o que se vai vendo, ouvindo e lendo, até o paternalismo passou à história. Agora, na conversa de um só que é a relação entre militares e civis, a ameaça tornou-se tão fácil como uma ordem de sentido, a promessa repressiva tão desenvolta como uma continência. Curioso é que, perseverantes na imemorial tradição que sempre viu o poder das armas ao lado de quem detinha as armas do poder, repressão e ameaça sejam dirigidas apenas e sempre contra um sector da população: as classes trabalhadoras. Quanto a capitalistas, latifundiários, exploradores diversos, gente pelo contrário benquista e conviva de banquetes, benesses, comendas e geral concórdia, esses estão e sempre estiveram a salvo de coronhadas e mais agressões. Fez parte do que pareceu milagre ver durante alguns meses o poder militar ao lado do povo, tentando compreendê-lo, tentando compreender-se a si próprio, duas ignorancias postas frente a frente à procura de remédio. Vivemos o milagre, sonhámos, acordámos, e não era dia. Noite ainda não será, pois não, mas estas sombras parecem-se muito com o crepúsculo da tarde.

Acerca do gosto de bater que ornamenta Polícia e Guarda Republicana, não há quem duvide. Foram treinadas para isso, condicionadas, manipuladas ideologicamente. Depois do breve eclipse do 25 de Abril, aí estão elas outra vez, fresquíssimas e sabedoras, com mais ódio no coração e uma grande vontade de desforra. Julgadas pelos seus actos, polícia e guarda não servem para muito mais do que isto, ou pelo menos nada há que pareçam fazer com tanto gosto. É o nosso fado.

Mas, pelos vistos, uma repressão assim não bastava. Terceira força promete agora entrar na competição da violência, armadíssima, eficaz, operacional. É essa força, se tomarmos como boas e sãs as recentes declarações do comandante da Região Militar Centro, é essa força, repito, o Exército.

Gravíssimas palavras foram ditas, talvez ainda involuntariamente paternalistas (se admitirmos que os portugueses são todos uns garotos e o brigadeiro pai de nós todos), ou perigosamente conscientes: «Se nos obrigarem a bater, temos mesmo de bater, embora contrariados. Mas estou convencido que, se bater a primeira vez, ou até a segunda vez, não será

preciso chegar à terceira. Seremos, quando muito, obrigados a fazê-lo uma ou duas vezes e não mais.» Este recado brigadeiral, assim displicente, assim sobranceiro, com o seu ar contabilizante, é para os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo, para a Reforma Agrária.

Leio e não acredito. Espero um desmentido, e ele não vem. Aguardo um toque de bom senso, um sinal de inteligência, e é o silêncio que sempre precedeu as cargas da brigada ligeira. Este país, ouça quem tiver ouvidos, está assombrado por uma gigantesca palmatória, uma nacional menina-de-cinco-olhos, suspensa sobre cabeças que querem pensar, sobre mãos que querem trabalhar. Bater uma vez? Duas vezes? Quem sabe se três serão suficientes. Ou trinta. Ou trezentas.

Ao menos, o meu irmão não me bateu. Nem eu a ele.

A verdade e a mentira

Extra, 12 de Agosto de 1977

Isto de liberdade de expressão tem muito que se lhe diga. No antigamente fascista, quando não veneráveis mas graduados anciãos nos liam a prosa, e de lápis azul e carimbo esfacelavam as ideias, a nossa grande satisfação acontecia se, por distração do veterano de serviço ou sua menor inteligência, o recado passava, meio nas entrelinhas, meio no intervalo das letras, quantas vezes acordando depois fúrias na hierarquia. Então tínhamos a inocência de acreditar que, chegando o dia em que a mordalha caísse, a reencontrada força da verdade bastaria para tirar aos futuros senhores a tentação do abuso de poder, e, melhor ainda, os acautelaria no simples uso

dele. Hoje já sabemos muito. Aprendemos, por exemplo, que a democracia burguesa é a mais hábil forma de esvaziar, na prática, a liberdade de imprensa: conserva-lhe a aparência e anula-lhe os efeitos. Veja-se como o regime absorve, digere e neutraliza impavidamente quantas acusações lhe façam, quantas denúncias de conciliação, quantas desistências, quantas servidões. Veja-se como, sendo possível dizer que o rei vai nu, dizê-lo não chega para que o rei se tape ou tenha a simples decência de pedir desculpa. Veja-se, enfim, como não faltando em Portugal os Watergates, o poder os vai ocultando aos nossos olhos, não por obra da censura que não há, mas do impudor que prolifera.

A política portuguesa é realmente original. Uma cadeira no poder é quanto basta para irresponsabilizar quem lá se senta, um serviço prestado é logo retribuído com padrinhos e protecções. A imprensa protesta (aquela que não perdeu a vergonha, aquela que, pelo contrário, a declara), e de que serve? O poder, se está de boa maré, encolhe os ombros; caso não, dispara a nota oficiosa, o inquérito, o impropério, e põe os seus serventuários da comunicação social em linha de trombones para abafar a pequena guitarra que se atreveu a perturbar o grande silêncio do jogo de dados que é hoje o exercício do poder em Portugal. Jogo em que são os portugueses a massa do negócio, o rebanho a esfolar.

Tem muito que se lhe diga a liberdade de expressão. Por exemplo: vamos imaginar que eu penso escrever aqui que o secretário -geral do PS é mentiroso. Vamos mesmo mais longe: vamos supor que já o escrevi. Que poderá acontecer-me? Serei preso? Serei julgado? Terei de enfrentar a polícia de choque? Vão cercar-me como se eu fosse uma unidade colectiva de produção? Cortam-me a água e a luz? Ameaçam-me pelo telefone? E se eu apresentar testemunhas, milhares de testemunhas presenciais, se eu juntar ao processo fotografias de todos os ângulos e distâncias? Absolve-me o juiz? Condecora-me o governo? Faz-me continência a tropa? Ou, ao contrário de tudo isto, chamar mentiroso ao secretário-geral do PS é ousadia tão pequena como afirmar

que ele penteia o cabelo para trás? Pois é verdade: o secretário-geral do PS é isso mesmo que eu pensava escrever e escrevi, no uso da liberdade de expressão de que gozo e sujeitando-me às consequências que a lei de Imprensa promete para estes casos. Porque, não podendo haver duas verdades contraditórias entre si, não sendo possível que uma coisa seja e ao mesmo tempo não, ou as testemunhas me confirmam e o Sr. Mário Soares deverá pedir desculpa por ter mentido em público com fins partidários, ou terá de reconhecer que lhe é indiferente: a) dizer a verdade ou mentir; b) a opinião que o povo tenha de um primeiro-ministro que, na melhor das hipóteses, se não mente de caso pensado, é incapaz de medir as palavras que lhe saem pela boca fora, nisso se mostrando bom continuador do almirante Pinheiro de Azevedo.

A verdade, senhor secretário-geral, é que o Pavilhão se encheu sem dificuldades. Por duas razões principais: primeiro, porque não é assim tão difícil; segundo, porque os militantes e simpatizantes do Partido Comunista são uma gente endiabrada que vai a todas e que acredita nos seus dirigentes, muito mais quando tomam decisões de tão meridiana clareza e de tão insofismável oportunidade. Aquela direcção, a quem uma sumidade já classificou de aterosclerótica, tem um excelente cérebro. É gente de muito saber e experiência, com quem se pode por vezes não estar de acordo, mas que respeita o programa político do Partido e a meta da sua existência. Quem me dera dizer o mesmo dos actuais dirigentes do PS, esse grupo apopléctico de caciques provisórios, gente de tão pouco futuro político que já se vê o fim do seu tempo, depois de terem adiado (é a sua responsabilidade histórica) as esperanças de socialismo em Portugal.

Afinal, nem sequer a verdade é revolucionária. Acabo de escrever a óbvia verdade de que o secretário-geral do PS mentiu, e onde está a revolução? Onde está a revolução, quando é verdade que o governo constitucional desrespeita a Constituição? Onde está a revolução, quando é verdade que num juramento de bandeira um oficial foi impedido de ler artigos

da Constituição? Onde está a revolução, quando é verdade que a Assembleia vota leis inconstitucionais, que não encontram reservas na apreciação e na promulgação? Onde está a revolução deste país quando os governantes obedecem não à Constituição que temos, mas àquela cujo terreno ajudam a preparar?

Enfim, há compensações. Perde valor a moeda? Isso que importância tem? Está aí o impudor, que é agora a moeda forte portuguesa.

A mão do finado Extra, 19 de Agosto de 1977

Levantar o braço e fechar o punho, pode ser um gesto de ameaça. Não falta aí quem desta única maneira o veja e entenda, sobretudo quando são floresta os punhos levantados, quando certas palavras de ordem os movem, quando sobre as cabeças se apertam os nós duma vontade comum. Os tímidos, os assustadiços, mas muito mais os que em tudo comandam imperativos de egoísmo pessoal e de classe, vêem no gesto a promessa de um juízo final, de um cataclismo, de um terramoto de 1977. Enganam-se os assustadiços e os tímidos: um punho fechado não pode tanto, é apenas sinal de mútuo reconhecimento, expressão de uma unidade, forma de jurar um compromisso. Quanto aos outros, reagem ao estímulo por uma espécie de reflexo condicionado que literalmente os lança na salivação do ódio. É lástima chegar-se a um tal ponto, não só de manipulação das consciências dos primeiros, mas também de automatização dos segundos.

Porém, importa fazer desde já uma ressalva. Gestos como estes, de sinal ou festa colectiva, não estão livres de transformações do seu sentido, de completas inversões. Basta recordar que a saudação nazifascista, de braço estendido e mão aberta, com a palma para baixo, a ver se chove, foi nos tempos romanos a saudação dos escravos. E os dedos postos em V, herança

churchiliana que o PPD aprovou em sinal partidário

exclusivo, só não dão vontade de rir porque a vitória, nestes dias, anda realmente comprometida com a direita, e as coisas sérias não são para brincar. Sem contar que o próprio PPD já vai desleixando o gesto, e estende a página branca em que, com os parceiros da direita e da esquerda, se definirá o novo sinal gráfico da servidão que para os portugueses se prepara.

Está em curso a grande barreira. Gente paisana e militar, que durante meses basofiou de revolucionaríssima, anda hoje a regenerar-se discretamente, apostando na fraca memória dos povos e na geral fragilidade dos telhados de vidro. Rasgam-se promessas de fidelidade e pergaminhos mais ou menos honrosos de serviços prestados. Acertam-se facturas, combinam-se cotações, regulamenta-se a traficância - em cima das costas do povo, no lombo do povo, joga-se a banca francesa, a roleta, o póquer. A canasta virá mais tarde, quando as novas senhoras começarem a receber a visita das senhoras velhas.

Assim sendo, por que não haveria o Partido Socialista, no rasto do seu homólogo francês, de pensar meter uma rápida rosa na mãozinha do seu emblema? O que conta é o disfarce, e agora tornou-se urgente. Depois de se fazer grotesca distinção entre mão esquerda e mão direita, vai a esquerda mascarar-se de rosa, para num terceiro tempo ficar apenas a flor, enquanto, envergonhada, a mão se esconderá no bolso. Amanhã, os dirigentes do PS alinharão, ao lado doutros seus pecados de juventude, este outro a que levaram uma boa parte do país, contribuindo com a sua quota de logro para que milhões de portugueses andassem por aí de punho levantado, a querer fazer revoluções.

Estas coisas não acontecem por acaso. Rasgado o programa, traídos os compromissos assumidos à boca das urnas perante o povo português, que andava ali a fazer aquela mão crispada, aquele punho de trabalhador? Venha pois a florzinha, a rosa-chá, o amor-perfeito - e por que não o trevo de quatro folhas como símbolo da sorte que o povo teve quando, ensinado a temer o comunismo do PC, lhe puseram diante

o socialismo do PS, sob a paternal bênção do MFA, enquanto ao fundo, disciplinadamente, as Forças Armadas inteiras batiam a pala? Agora só falta ouvir as razões que o PS dará quando renunciar ao símbolo. Dirá talvez que um punho assim fechado assustava as pessoas pacíficas, que os tempos são de concórdia, não são de revolução, que a rosa é que sim, muito melhor do que o cravo, cujo apenas tem vinte pétalas, quando a rosa tem vinte e uma, e que portanto flor há só uma, a rosa e mais nenhuma. E os seus poetas cantarão a rosa, e este Portugal, que já era jardim à beira-mar plantado, será roseiral e jardim infantil. O punho cerrado do PS fica na simples memória das recordações, algumas vezes espinho fundo a picar consciências adormecidas ou acordadamente ocupadas na contabilização dos seus ganhos e das nossas perdas.

Tornou-se hoje claro que aquela mão naquela bandeira era um equívoco. Ou talvez um pressentimento. Mão cortada, mão decepada, com o seu jeito cataléptico ou de troço embalsamado, mão de finado que acompanha o seu próprio enterro ei-la em vésperas de ser atirada para o caixote do lixo da História, ao som da ária «Europa connosco» em ritmo de «Stars and Stripes». Na grosseira encenação que o Partido Socialista montou em Portugal, este não é o número mais trágico, mas dá a chave de muita coisa às vezes difícil de entender.

Estamos no tempo das facturas, mas também estamos no tempo das clarificações. O PS avança, de cabeça baixa e bandeira de rastos, para o lugar de convergência onde se fará a sua execução. Vai passar pela grande

provação da sua ainda tão curta existência, ele que já se gabou falsamente de centenário. Morrerá? Terá de morrer, ou não viverá. Morreu o Partido Socialista! Viva o Partido Socialista! Mas onde está esse de que o Socialismo precisa?

Furtiva lágrima Extra, 26 de Agosto de 1977

Um homem é um homem, e não consta que um primeiro-ministro seja um bicho. E se é verdade que várias gerações de barba dura criaram e prolongaram o mito de que os homens não choram, parceira verdade é que os varões portugueses, quando se lhes aflora a corda sensível, lagrimejam como qualquer heroína de fotonovela ou soluçam profundamente como um herói camiliano. Fraquezas assim atacam-nos, no geral, entre quatro paredes, sem testemunhas, ou não outras além das que mereçam o privilégio. Posto o que o lenço ou as costas da mão apagam os vestígios, e a vida continua. O pior é quando a objectiva fotográfica ou a câmara de filmar fixam o instante, registam a sequencia: aí fica um primeiro-ministro desarmado, com o papel a tremer-lhe na mão, os óculos a escorregar para a ponta de um nariz que subitamente se congestiona, enquanto lá em cima os olhos procuram uma fresta na película da lágrima, os músculos se contraem para reter a comoção que ameaça desmanchar a fatigada composição do rosto, e a voz enrouquece e tem de suspender-se e dominar-se para que dois milhões de telespectadores não vejam um primeiro-ministro a chorar. Assim eu vi o Sr. Mário Soares há oito dias na televisão, quando era mostrada a entrega da casa de Manuel Mendes ao Estado, e uma parte (oh, tão pequena!) da intelectualidade portuguesa fazia cortejo e cercadura. Nesse momento, apesar de saber inconciliáveis aquilo que penso e aquilo que o primeiro-ministro faz, não pude eu deixar de enternecer-me. Ali estava um homem aflito, a tropeçar na lágrima, a tentar disfarçá-la como um menino, e eu a olhar, respeitosamente a olhar, e depois a pensar como é que a esquerda deste país chegou a isto, a procurar descobrir as culpas e a desesperar das soluções. Ponto este sobre que não vale a pena falar: o governo socialista vai tão longe no seu mercadejar e na sua alienação, que o melhor é não lhe mexer muito agora, não venha aí a náusea.

Mas o diabo da imagem perturba-me, confunde esta minha ira semanária, esta indignação. Está ali a imagem do Sr. Mário Soares, primeiro-ministro por obra de votos que foram muitos e agora são muito menos, está ali um homem a recordar outro homem e a comover-se com isso, só porque o homem recordado foi um antifascista, um lutador, um democrata. E também um escritor, um homem da cultura. Até parece que Portugal de repente se reencontrou.

Porém, que lágrimas reprimidas são essas? Mera fadiga nervosa? Sensibilidade fragilizada pelas tensões políticas, pelos acidentes da convergência, pelas negociações com o Fundo Monetário Internacional? Manejo político muito afrio para envolver os ossos de Manuel Mendes no regaço de um partido um pouco deserdado de intelectuais vivos? Ou, pelo contrário, emoção real, sentidíssima, de amigo? Decida quem puder, A mim só me cumpre reflectir sobre o acaso ou a fraqueza que fez comover-se o Sr. Mário Soares naquele momento, naquele lugar, ele tão prático, ele tão estadista internacional, ele, enfim, tão certo do seu lugar na História. Porque isso me dá pretexto para o convidar, se e enquanto tiver tempo para isso, a virar um pouco os seus agora nublados olhos cá para os lados onde se extenuam e já se vão extinguindo os artistas e os escritores desta terra, mal empregados e mal empregues, tão desdenhados como no tempo do fascismo, tão mal queridos como Manuel Mendes foi para os senhores que então

governavam. Deste lado de cá (é em meu nome que falo agora) admite-se a sinceridade da comoção, mas há razão para suspeitar do que ela realmente cobre. Este governo tem uma secretaria de Estado da Cultura, dependente da presidência do Conselho de Ministros, unha com carne, plano e prática, flor e fruto. Que faz, porém, essa secretaria, essa presidência, esse conselho, esse ministério todo? Pela cultura, que se aproveite, nada. Inaugura um museu do trajo, vai à Venezuela, corta subsídios, quebra a espinha ao teatro independente, ri-se do teatro amador, não dá um suspiro sobre os problemas gravíssimos do livro português, ignora as traficâncias do papel e da pasta com que ele se faz

ou que vem a render, despreza a imprensa progressista, promete os mundos e subtrai os fundos, repete, enfim, ponto por ponto, a costura cultural do marcelismo.

Assim sendo (porque assim é) de que serve receber o primeiro-ministro a casa que foi de Manuel Mendes, comover-se ao ler palavras que provavelmente não terá escrito - se a cultura viva, que neste País retoma o caminho das antigas e sabidas penas, lhe é estranha, alheia, tratada como inimiga? De que serve ter ficado eu próprio impressionado, quase a reconciliar-me com a imagem (só a imagem) do primeiro-ministro se tudo isso é, afinal, dramaturgia política sem consequências, modos de levar o caldo da cultura ao moinho da secretaria, fantasias de telejornal em que o mais certo é só eu ter reparado?

E além disso, se o Sr. Mário Soares já perdeu tantos amigos, tem a certeza de que o fala-direito que foi Manuel Mendes lhe estenderia hoje a mão?

Constituição e palavra de honra

Extra, 1 de Setembro de 1977

Nós, portugueses, de constituições sabíamos pouco. Atiraram-nos com a de 1933 à cabeça, e por quarenta anos vivemos literalmente debaixo dela, por fim tão alheados que era duvidoso ter o cidadão corrente uma ideia medianamente clara sobre o que Constituição era e para que servia. Sabíamos pouco, e hoje não é seguro que saibamos muito mais. É certo que a imprensa progressista faz da Constituição de agora o seu cavalo-de-batalha, vai com ela às lutas que pode, con- voca e mobiliza leitores, gasta papel e tinta, insistindo, desesperando. Porém, sem efeitos: a mais avançada constituição deste lado da Europa, nosso orgulho e bandeira, vai sofrendo o destino de tantas outras grandes ideias: fica a palavra que a diz, e o resto quase nada. Muita da mala-arte política consiste na utilização de palavras que foram esvaziadas do seu sentido original: com papas, bolos e palavras dessas é que se

vão enganando os tolos na sua inocência e o geral das pessoas na sua boa-fé.

E, contudo, não nos faltam autoridades e instituições cujo primeiríssimo dever é justamente defender a Constituição. Tantas são, em tão diversos pontos da escala se arrumam, que se diria impossível o menor atentado, a menor falta de respeito, a mais insignificante beliscadela. Desde as Forças Armadas ao presidente da República, passando pela Administração Pública, pelos Tribunais, pelo Governo, pela Comissão Constitucional, pela Assembleia da República e pelo Conselho da Revolução, não faltam no papel e na letra dele defensores e promotores do acatamento constitucional. De tal maneira que os outros portugueses, assim protegidos, e sabendo proteger-se, poderiam, sem piores cuidados, tratar da vida, porque estariam alerta os bastiões da defesa dos direitos e liberdades. Sonhar é tão fácil que só precisa que nos deitemos a dormir.

Cá no meu fraco entender, melhor seria acordarmos, porque isto, se alguma vez foi sonho, é hoje pesadelo. Melindroso é o tema, não haja dúvida. Vai-se de degrau em degrau, do fácil para o difícil, e em dada altura não se pode evitar a vertigem: Vou dizer? Não vou dizer? Pergunto? Não pergunto? E esta perplexidade mostra-me a força coerciva que o poder tem, mesmo quando não exerce, mesmo quando se limita a estar aí, na solenidade da função, na distância que nunca se anula, mesmo, ou sobretudo, quando condescende: a realeza não se extinguiu com as monarquias.

Acordemos, então, e ponhamos o dedo na ferida que dói. Se à pedra fossem chamadas, uma por uma as instituições citadas responderiam que a Constituição é a menina dos seus olhos, vivem para ela, não pensam noutra coisa. Será, porém, assim? Cumprem sempre os Tribunais e a Administração Pública a Constituição? Estão aí os factos para dar a resposta: julgamentos iníquos, abusos de autoridade, agressões. E o governo? Este governo é, simultaneamente, constitucional (pela via da eleição que o põs no poder) e anti-Constituição (por obra do que contra o que nela se consigna tem feito).

Quanto à Assembleia da República, o menos que se dirá é que ali se têm cozinhado maiorias parlamentares que, na filosofia e na prática, parecem observar, ou já um texto constitucional diferente, ou uma intenção dele para experimentar forças. Aqui haveria de valer-nos a Comissão Constitucional, mas não vale, tão benévola e boa senhora se tem mostrado com os atropelos perpetrados pelo governo e pela Assembleia. Há, pelo que se vê, dois entendimentos do que seja cumprir e respeitar a Constituição: impor o seu estrito respeito, ou contentar-se com a manutenção das fórmulas.

E agora, que vem a seguir? Vem o Conselho da Revolução, vem o presidente da República. O Conselho da Revolução é aquele órgão militar, ou constituído por militares, que transporta o seu nome de baptismo desde que nasceu, ao sabor dos seus e dos nossos altos e baixos, de não poucas vicissitudes e inversões de marcha, sempre com o nome de revolução, mas não necessariamente a mesma. Tem o Conselho «funções de garante do cumprimento da Constituição», fórmula excelente que não difere da declaração do presidente da República quando jura «defender e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa». Se as palavras obrigam, estas obrigam tanto que se diria absurda esta geral inquietação (e em muitos casos inquietação nenhuma, antes reaccionário contentamento) de ver todos os dias a Constituição ludibriada, escamoteada, e sempre de igual maneira e com igual objectivo: liquidar a grande libertação do 25 de Abril, empurrar o povo (por jeito e força) para um regime democrático e orgânico assaz para reservar o governo aos políticos e o trabalho aos trabalhadores, isto é, cada um no seu lugar, no lugar que convier a quem de lugares julga poder decidir para sempre.

Temos uma Constituição que aponta para o socialismo, não falta quem haja ofício e benefício de a cumprir e fazer respeitar. Então, por que não é ela escrupulosamente respeitada e cumprida? Que forças são essas que paralisam a vontade daqueles cujo primeiro dever é comparar as leis com a Constituição e rejeitá-las quando à Constituição não obedecem?

São perguntas que eu faço. A resposta esperam-na aqueles para quem a Constituição é tão importante como a palavra de honra. Pelo menos.

Recado para João Basuga, alentejano Extra, 8 de Setembro de 1977

Se o tempo não fosse isto que é, talvez em lugar de recado te escrevesse uma carta aberta. Era o que dantes se usava, um fingimento de tratar assuntos privados na praça pública, quando, pelo contrário, nem eram privados os assuntos nem mais o eram os destinatários do que a pequena

conta já de antemão conhecida. Agora, a carta aberta é outra coisa, usa maiúsculas e vai à mesa do rei, quero eu dizer que vai aos gabinetes dos ministros, sempre aberta e, salvo seja, cada vez mais descomposta. Vê lá se eu ia cair em confusões, pôr um título, por exemplo, «Carta Aberta para João Basuga», como se tu tal carta quisesses ou eu me atrevesse a supô-lo. Mais certo era ter eu perdido o juízo do que tu teres mudado em tuas opiniões. Por estes motivos é que o recado é recado mesmo, como em português se diz e se usa comunicar entre amigos.

Amigos somos, João Basuga, amigos de uma amizade que certa gente em Portugal tudo fez para que não existisse nunca: a amizade que, com uma simplicidade que a essa mesma

gente tira o sono, liga o intelectual e o trabalhador, o escritor que em Lisboa vive e o operário agrícola nascido, criado e amargado no Alentejo, o eu que nós somos aqui, o tu multiplicado em rostos de homens e de mulheres, firmeza vossa e nossa aprendizagem. Durante quase dois meses me sentei à tua mesa, comi do que tu comias, o pão e a azeitona, o peixe do rio, o porco, a açorda e as migas. Falámos muito, mas não tudo, porque dois meses é quase nada e incrivelmente longa a história dos vossos trabalhos. Contigo, com a Mariana Amália tua mulher, com os teus filhos, aprendi ou confirmei duas ou três coisas fundamentais: o

parentesco essencial de quem não tem laços comuns de sangue, e também que na partilha da inteligência nem sempre o melhor quinhão cabe aos que têm ofício de utilizá-la o dessa utilização tiram proveito: debaixo do teu tecto vivem alguns dos espíritos mais agudos que alguma vez conheci. Porém, não posso esquecer que este recado é para ser lido por outras pessoas. E se quanto ficou escrito era necessário para que ficassem a conhecer-te um pouco aqueles que no jornal me lêem, importa que falemos agora doutras matérias. Aqui, na cidade, a «Lei Barreto» desanimou muitos de nós, mas hoje, decorridas essas semanas, podemos dizer que tínhamos razão e ao mesmo tempo não a tínhamos. Razão, porque tal lei é uma iniquidade, e a nossa estúpida confiança se recusava a acreditar que desvergonhas assim ainda fossem possíveis num país que fez uma revolução, provou a liberdade, avançou uma constituição. Sem razão, porque provavelmente havíamos esquecido, ou alguns não o sabiam sequer, a rijeza de pedra que sois, que partir poderá, mas amolecer não. E porque não nos lembrámos desta verdade que se mete pelos olhos dentro: a terra que o governo quer esquartejar e tornar a dar está aí, não pode ser trazida ao Terreiro do Paço ou a S. Bento para ser submetida a trabalhos de alfaiate que rouba na fazenda; e se a terra está aí e daí não pode sair, são vossos os pés que caminham nela, são vossas as mãos que a trabalham, são dos vossos pais e avós os ossos que estão debaixo dessa terra, depois de terem trabalhado e sofrido o que os filhos ainda hoje trabalham, mas, sofrido, basta. Ora, tendo com mais calma assim pensado, logo vimos que dimi- nuía o nosso desânimo na proporção da vossa serenidade, e que era outra lição que daí recebíamos. E agora que a violência regressou ao Alentejo, não por vossa mão, mas pelas armas de quem tão mau uso delas faz, viu-se que não é possível esperar de vós qualquer forma de traição ou de subserviência. A esta hora, há gente que nesta terra deita contas à vida, ao ver que os tiros estão a sair pela culatra, que não basta fazer leis para que as leis sejam, e que a história nestes

últimos anos portugueses andou mais depressa do que os políticos julgavam fazê-la.

Por minha parte, mesmo que a situação mais se agrave, estou sereno. Estarei sereno pelo tempo da vossa serenidade, é promessa que faço, e quando breve aí voltar, falarei contigo, João Basuga, e com os amigos,

sobre estas coisas que vão acontecendo. E certamente não deixaremos de comentar um episódio que a mim me tem feito espécie: vai tu pensando nele e enquanto arrancas a cortiça do sobreiro, entre dois golpes de machado, na pausa do almoço, na hora de pensar.

De certeza deste fé de que o presidente da República não se tem poupado à viagem: ele no Norte, ele no Centro, ele nas Ilhas, por toda a parte é visto, sisudo, grave como convém ao seu modo de encarar a função e lhe está no feitio. Todos andávamos preocupados com o abandono a que o Alentejo estava votado nisto de visitas presidenciais, e eis que num repente a visita se fez: não irá, foi. Mas vê lá tu, João Basuga, que, em terra tão cheia de homens, o presidente da República apenas foi descer a Alter do Chão para ver os cavalos e o resto sobrevoou.

Não sei se viste passar o helicóptero e se adivinhaste quem lá ia. Nem sei se deves ter pena de não ter visto o presidente da República: afinal, é ele quem mais perde por não te conhecer a ti.

País real, real país Extra, 22 de Setembro de 1977

A paisagem política portuguesa é deprimente. Não vivo em S. Bento nem em Belém, não sou deputado ou ministro, nem casa civil ou militar: estou portanto fisicamente impedido de saber, desses altos pontos e postos, como se vêem a si próprios os habitantes. Imagino que andam contentes, que dormem bem, que não perderam o apetite, adivinho que cada um deles, na hora do espelho, sorri complacente para a imagem

fardada ou paisana que lhe sorri, e que, na mesma e noutras horas, julga mais do que merecido o seu destino ou a parte dele que por agora o lisonjeia. Os homens políticos (e isto vai dito sem malícia ou presunção) costumam ser duma fatuidade sem limites: tomam por justiça imanente o que é acidente fortuito ou fruto de intriga de gabinete, crêem sólido o que está em vésperas de cair, e, sobretudo, aprendem depressa o mau hábito de ter razão sempre, se é que não se limitam a herdá-lo como atributo corriqueiro do poder. São animais interessantes, de catálogo: dizem, escrevem, proclamam, variando pouquíssimo, cheios de medo de que os não tomem a sério, que é o sinal mais certo da mediocridade. Com perdão de quem do teatro fez amor e profissão, o político corrente é como um actor mascarado de actor, com todos os remendos à vista, salta-pocinhas de ministério e rábula cómica. Como não haveria de ser deprimente esta paisagem, esta comédia, este desgosto?

Nos três anos e meio decorridos desde o 25 de Abril aprendemos estas e outras elementaridades. Aprendemos, por exemplo, que uns queimaram os dedos, mas que as castanhas as comem os outros. Aprendemos a reconhecer em alguns sorrisos e gravidades da democracia nova os traços recompostos do fascismo velho. Aprendemos que as boas constituições fazem ainda melhores vítimas quando os conceitos da constitucionalidade e inconstitucionalidade são pau para toda a obra, sobretudo clandestina. Aprendemos a sério o que o Eça já tinha avisado a sorrir: que os Raposões não triunfam sem uma «descarada coragem de afirmar, e estas raposas têm-na toda. E aprendemos, também, uma dolorosa evidência: que afinal não prestam para nada muitos dos homens que foram esperança do povo no tempo do fascismo. Essa foi a grande derrota portuguesa.

Significa isto que o ganhar ou o perder nacional haveriam de ser obra de pessoal político e ninguém mais? Não significa tal. Mas significa que muitas vezes os povos perdem nos corredores do poder aquilo que ganharam à luz do dia em revoluções e trabalho. Significa que isso se vê hoje em Portugal

gal: uma ou duas centenas de políticos gozam a vida e afagam a sua pequena glória em cima do cansado lombo português, lugar excelente para

cavalaria que já de longe vêm. Que Carneiros e Amarais cultivem de gosto esse desporto, está-lhes na educação e na massa do sangue. Outros, só por traição.

Anda agora muito na boca dos políticos o «país real». Os políticos têm destas habilidades: substituem o que não compreendem pelo que apenas repetem. E como aquilo que muito se repete, força é que se decore, não é raro que fale fluente quem daquilo que diz pouco sabe. Introduce-se no discurso político a fórmula «país real» e espera-se que acreditemos na sabença do orador, na compreensão mística da vida do povo, fenómeno osmótico e simbólico aqui nado e criado para o bem geral, com absoluta inveja das nações. Ora, o dito é apenas cantiga, ária de ópera, toada para adormecer. Na boca desses senhores, o «país real» é uma gazua, e nada mais. Invariavelmente demagógica. Se o povo votou com generosidade e segundo a conveniência, é por isso mesmo «país real», mas, se está contra, se protesta, inventa-se rapidamente um «país real» novo, de sinal contrário, agora sim cofre de virtudes, de vocação sacrificial. Neste estilo político, o «país real» não vale muito mais do que a «maioria silenciosa». O resto são truques de linguagem.

Está aí o povo português. Chamem-lhe o que quiserem de bom ou de mau consoante os humores, mandem-no emigrar (ó diáspora!) e transferir dinheiro, ponham-no a formar alas, a bater palmas e a impelir criancinhas com flores à frente e beijo ensinado, façam-no pagar impostos e ver televisão. Digam-lhe que é o «país real», lisonjeiem-no quando precisarem de votos para as urnas eleitorais, agora que já as urnas africanas o não requerem. Ele fará tudo isso. Foi habituado desde sempre a algumas coisas destas, outras aprendeu depressa durante o tempo da sua confiança.

Mas é de nojo o tempo que vivemos hoje, grave sinal é este, senhores da governança de S. Bento ou de Belém. Uma coisa é a crise, outra coisa é o nojo; uma coisa é a vida cara, outra coisa é a repugnância do povo por quem fez do

ludíbrio a grande arma política. E eu não sei tudo, longe disso, não tenho helicópteros nem automóveis às ordens para percorrer os montes e as planícies. Mas pasmo diante da cegueira já incurável de quem manda: para um povo em mudança não servem políticas paralisantes nem políticos de passo curto. Este «país real» está, por seu pé, a transformar-se num «real país» que aprende, na experiência, como se fazem, para que servem e a quem servem os políticos da hora. E quando deixam de servir.

Vou amotinar-me

Extra, 29 de Setembro de 1977

Títulos como este, têm o pior dos defeitos: dizem logo tudo, e avisam as autoridades, precisamente o que nesta altura menos me conviria. Porém, não se me deve censurar o excesso de franqueza: vivemos num país tolerantíssimo, o mais de liberdade que é possível, e, sendo assim, não me ficaria bem estar com arcas encoiradas, a esconder um projecto que nem sequer traz novidade merecedora de patente. Quanto às autoridades, estou que não darão por este escrito: umas andam pelo Alentejo a sovar alegremente os trabalhadores, com apoio aéreo e canino; outras, remansosas, param solenes diante dos automóveis mal estacionados, e em cânhenhos adrede registam a matrícula para a multa, embora sejam também muito senhoras de seus bastões eléctricos, viseiras, elmos e cargas a matar. Vai a vida de tal maneira que começa a ser tempo de abrirem os jornais, ao lado da pré-histórica secção dos acidentes de viação, uma outra, moderníssima, para a qual, já que estou com a palavra, posso dar eu o título: acidentes de repressão. Pelo andar da carruagem, podemos apostar que em pouco tempo os acidentes na estrada farão triste figura ao lado da nova rubrica. Será uma originalidade do processo.

Que tem outras. Uma delas é o direito a conferência de imprensa de que passaram a usufruir os amotinados. É uma

grande conquista. Já se pensou o que será amanhã (admita-se esta singela extrapolação) amotinarem-se os doentes nos hospitais e reclamarem conferência de imprensa para dizerem, por palavras suas, que vida e que morte têm? E as crianças asiladas, se resolvem amotinar-se? E os reformados, com mais re-fome do que re-forma? Tantas conferências de imprensa quantos os motins, tudo a amotinar-se e a dar notícias, e os órgãos de comunicação social, ali, atentos e de vontade, bebendo as palavras do doente mais perdido, da criança mais torturada, do reformado mais mísero.

Por mim, é o que vou exigir. Tenho tudo combinado e garantido: armas recebidas do exterior, contactos via telefone e via rádio assegurados, e, mais importante do que tudo isto, a convivência do meu vizinho. Garanti-lhe que não havia perigo, só uma bala perdida, e ele pôs-se às minhas ordens para refém, com a mulher, a sogra e quatro filhos. Já me disse que onde comem sete bocas, comem oito, e, pelo tempo que durar o motim, eu que não me aflija. Portanto, mal me apanhe em casa dele, de arma engatilhada, tudo encostado à parede, a primeira coisa que faço é pedir a conferência de imprensa. Quero-os todos ali, sentados nos degraus da escada, com os gravadores e as esferográficas, quero as câmaras de televisão e os projectores. Então direi quais são as minhas exigências.

Não vou reclamar a liquidação do Partido Comunista. Isso não faço. Cá por coisas: é uma gente com quem me tenho dado bem, conheço-os há muito tempo, e, para trabalhos, já lhes basta. Mas, fora isso, vou exigir tudo. À cabeça, exijo um governo socialista. Tenho andado a ler a Constituição e se as palavras não me enganam, se os mestres me ensinaram a soletrar em termos, diz-se ali que o Estado Português tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo. Logo, é preciso um governo socialista. Nada mais claro. Depois, e na passada, exijo a criação de uma comissão constitucional para fiscalizar as leis, porque nisto de governos e assembleias não há que fiar, apanham-se no poleiro e logo esquecem o que prometeram. Eu é que não vou esquecer-me de exigir que os

membros da dita comissão constitucional sejam a favor do socialismo, porque tolo seria se me contentasse com uma comissão qualquer, só por ter o nome de constitucional.

Outra coisa que eu exijo é um conselho da revolução. Já falei deste assunto com os meus vizinhos, e eles concordam. Estão até prontos a dar-me uma mãozinha quando for da conferência de imprensa. Dizem eles que isso da Constituição está muito bem, mas que, para fazer o socialismo em terra que foi de capitalistas e de latifundiários, só mesmo com uma revolução, e portanto com um conselho. Este meu vizinho também tem umas ideias acerca do presidente da República, mas aí fui muito firme: afinal, quem se amotina sou eu, e, por quanto entendo, com uma constituição destas, um governo socialista, um conselho que seja de revolução e uma comissão constitucional a favor, o presidente nunca poderá estar contra. Para que íamos nós arranjar mais complicações?

Porque no fundo, eu sou um homem sossegado. Se amanhã vou descer a escada de G3 em punho, assaltar a casa do vizinho e ocupá-la, se vou fazer sete reféns e exigir conferência de imprensa e o mais que disse, é porque já me sinto cansado de palavras, de notas oficiosas, de leis sem vergonha e de artigos de jornal, a começar por estes. Pensei que um de nós, o leitor ou eu, devíamos fazer um gesto que desse brado, que obrigasse a gente mandante a perceber que não é mais capaz nem mais patriota do que qualquer português de três-um-vintém, desses a quem já não se dá ouvidos.

Por isso, tomei a decisão: vou amotinar-me. Se Custódias pôde, eu posso. E não é por costela criminosa, não senhor, é por indignação.

Os independentes Extra, 13 de Outubro de 1977

Começo por declarar que nada tenho contra os independentes. De duas uma: ou não são homens de partido, ou não existe o partido a que aceitariam sacrificar a independência que, por enquanto, prezam. Se não são homens de partido, é

justo que defendam a posição; do mesmo modo defendo eu a dependência que assumi. Se o partido não existe, não direi que o criem: por definição, os independentes são, cada um deles, o seu próprio partido, a parte própria: darão votos, sem maior compromisso, ou apenas tácito, na confiança do boletim, da esferográfica e da urna. Têm, porém, os independentes a enorme vantagem da disponibilidade, a aura de uma candura original que os teria preservado da contaminação partidária. Todos podemos ser chamados, mas só eles têm garantida a probabilidade de ser escolhidos. E disto falarei um pouco. (Obviamente me não refiro àqueles para quem a independência é só o disfarce verbal do oportunismo, embora nem sempre seja fácil distinguir uns dos outros.)

Três anos de outra vida em liberdade (hoje sob alguma vigilância) não curaram maleitas históricas. E uma delas, apontada, radiografada, posta na mesa da anatomia, é isso a que se deu nome de sebastianismo. Lugar-comum, banalidade, já parece sinal de pouca imaginação e nenhuma sabedoria falar de tal coisa. Que estes rótulos não nos caem. Porque sebastianismo não é só esperar por D. Sebastião, adorar D. Pedro V, andar com Sidónio às costas ou empurrar para a frente Ramalho Eanes. O sebastianismo é muito mais subtil do que esta elementaridade, muito mais dialéctico do que essa simpleza. D. Sebastião também pode ser colectivo. Hoje, nesta exacta hora, o Rei Virgem encarnou nos independentes. Da direita para a esquerda, da esquerda para a direita, não faltam em Portugal forças políticas e sociais. Do nazifascismo dos Kaúlzas e outros mirnes, passando pelas peças sobressalentes e alternativas (CDS, PPD, PPM, CIP, CAP, e seus acólitos de máscara esquerdista), até ao socialismo e ao comunismo consequentes, o leque não está completo ou em vias de completar-se. Nele, como já se viu, não querem, partidariamente, alinhar os independentes. (Curioso é no entanto notar que não há independentes de direita. Em regra, os independentes são de esquerda, e orgulham-se disso, o que é uma singular maneira de fazer política contra a dita direita.)

Ora, por motivos que todos sabem, mas que muitos fingem esquecer, ocultando-os sob outros que são ludíbrio e conto-do-vigário, a esquerda não se uniu: um esquerdismo de adolescência e um anticomunismo serôdio, ambos eficazes, somados aos manejos da conspiração contra-revolucionária internacional, impediram e impedem que a Constituição (socializante) seja cumprida: desgraçadamente, não vivemos com a Constituição que temos. Desunida, a esquerda política resiste graças ao prestígio histórico que lhe resta e, sobretudo, graças ao apoio de sectores vitais para a sua sobrevivência: a classe operária, o campesinato organizado, a pequena burguesia esclarecida, a intelectualidade progressista. Resiste a esquerda, mas a direita avança. Avança pelas brechas, pelas fendas, pelas debilidades, manipula e joga com as fomes de poder. E avança sob a protecção de liberdades que sempre detestou e que só a esquerda, enquanto e quando no poder, lhe poderia ter dado. Se amanhã a esquerda vier a pôr o pescoço no cepo, poderá dizer, consoladamente, para a História: «Em liberdade, aquele machado vai cortar-me a cabeça.»

Entre uma direita que se restabelece economicamente e uma esquerda politicamente paralisada, ressuscitou o velho sebastianismo nacional. Só

que, desta vez, não o ressuscitaram as massas. Gerou-se e está em gestação para os lados da barra do Tejo (a tradição tem seu peso, daquelas bandas é que o «Desejado» viria no meio da bruma) e propõe-se ser o remediador dos males portugueses, sob o patrocínio, conchego e estimulação do presidente da República, e bênção de um governo desacreditado. Assim estão dizendo as gazetas.

No meu entender, navega-se em plena ficção política, à revelia da realidade da luta de classes. Navega-se também na babugem tecnocrática, pretensamente alheada de servidões Políticas e de compromissos à esquerda e à direita. Quero acreditar na boa intenção. E, depois de o dizer, a mais não sou obrigado. Juntar seis, ou oito, ou um governo presidencialista todo feito de independentes, que política é, afinal? Que economia? Que projecto? E a quem vão servir o projecto,

a economia e a política? À exploração, ou à libertação? Ao capitalismo que regressa, ou ao socialismo que retrocede?

Pela resposta a estas e outras semelhantes perguntas, é que poderemos definir o inevitável grau de dependência dos independentes, esse sebastianismo novo, essa nova superstição política portuguesa, produto de certa forma de impotência da esquerda.

O independente Extra, 20 de Outubro de 1977

Independente é, ou há-de ser, por excelência e obrigação, o presidente da República. Bem mais do que se fosse, por hipótese, o secretário-geral civil de um partido ou político com recado ensinado, ou ainda, militar sendo, se ao lugar tivesse chegado por obra de golpe de Estado. No primeiro caso, dá o partido as ordens (ou as directrizes, para usar linguagem temperada); no segundo caso, quase sempre de expressão ditatorial, ou o poder é pessoal, mas nunca pessoal só, ou desde o começo o lugar da cabeça é apenas a convergência, senão a máscara, de interesses que preferem mandar longe das vistas; em ambos os casos, só os tolos, os distraídos e os inocentes se deixarão embair por formais declarações de independência no exercício do poder, ou na sua base imediata.

O parágrafo que aí fica é propositadamente generalizador. Não se aplica inteiro ao país A ou B, e não, tem todo ele que ver com Portugal. Em Portugal, o presidente da República, militar, foi eleito por sufrágio directo e universal, e a sua independência, não imposta mas implícita na Constituição, vem a ser reforçada pelo apartidarismo exigido às Forças Armadas. Neste ponto, um espírito minucioso, com vocação de desmancha-prazeres, lembraria que até um presidente assim tem de exercer o direito de voto, e, portanto, ao votar, prefere, ao preferir, escolhe, ao escolher, exclui. Mas isso, como foi dito no apontamento anterior, ficá-lhe na confidência

do boletim duas vezes dobrado. Se eu, eleitor comum, não confesso em quem votei, devo respeitar o segredo do voto que em quatro eleições, incluindo a sua, o presidente da República introduziu na urna. Cale-se, pois, o espírito minucioso e prossigamos.

Por muito independente que o presidente seja, há pelo menos uma dependência de que não se livra: a da Constituição. O presidente da República depende da Constituição. A Constituição é o superior hierárquico do presidente da República. Sabemos, contudo, que a carne é fraca e que o espírito não poucas vezes vai atrás. Nem toda a floresta constitucional se compõe de autênticas e sólidas árvores, muito que de árvore tem jeito é cartão pintado. Uma constituição pode ser tão pouco real como uma árvore de teatro, que precisamente leva tintas e ilusões em vez de consistência de lenho e vida de seiva. E não é raro que seja final cúmplice, ou resignado observador dessa ilusão, precisamente aquele cujo

primeiro dever seria evitar falsificações e injúrias. Também isto não tem que ver com Portugal e o presidente dele.

Ou terá? À luz de certas práticas (leis iníquas, violência armada, sujeição ao estrangeiro, etc.), diria que não pouco; à luz episódica deste discurso de 15 de Outubro, diria que algo menos. É verdade que o presidente não resistiu à tentação (sinal de consciência incómoda?) de repetir uma vez mais que o espírito do 25 de Abril foi reposto em 25 de Novembro (ouviste, Ramiro Correia?), quando é óbvio que a Constituição seria muito diferente se a redigissem os triunfadores do Outono de 75; é verdade que, muito falando de trabalhadores em abstracto, continua a demonstrar grave desconhecimento dos trabalhadores concretos e nem sempre consegue disfarçar irritação e impaciência; é verdade que cometeu o indesculpável esquecimento de não fazer a menor condenação das actividades fascistas; é verdade que ao reclamar acordo político, contrato social e mobilização colectiva, não mostra o fundo do seu pensamento quanto ao conteúdo real que atribui a estas fórmulas que, enquanto fórmulas, podem cobrir realidades contraditórias e irreduzíveis. Acordo político,

entre quem? Contrato social, para quê? Mobilização colectiva, para que vitória?

No entanto, este discurso, se o compararmos com outros pronunciados pela mesma boca, mas talvez não da mesma mão, é uma obra-prima de clareza. Vai ser mais difícil à classe política cortar, com o impudor que lhe é habitual, a fazenda de agora à medida do fato que venha a vestir. O discurso do presidente, ao introduzir um acidente nesta pausa agónica, abriu um novo lance da sua constitucional independência, as regras do jogo. Ele próprio parece estar disposto a cumprí-las. Mas, se árbitro é, independente não pode ser. Por todas as razões do cidadão comum, e sobretudo porque falou, como era sua obrigação, em democracia socialista. Embora eu me interrogue, com curiosidade minuciosa, se quererá realmente o socialismo o partido em que Ramalho Eanes votou.

As rosas

Extra, 27 de Outubro de 1977

Hoje, falarei de rosas. Não de cravos, que é flor de revolução, já lembrança para funerais de Abril, sinal de adeus em vez de lenço branco, cardo aborrecido que não vai à mesa dos príncipes desta hora. Falarei, sim, de rosas, flor edificante desde o mavioso dia em que encheu o regaço da Rainha Santa para ludíbrio do rei D. Dinis, credulíssimo monarca, e avaro, que, cioso dos mendrugos que lhe sobravam do repasto, muito se enfadava de os ver lançados aos mendigos que acudiam à choça real. É pelo menos isto que a lenda conta, não cuidando de assim reduzir o bom Rei Lavrador à condição de irrisório fomenicas, ele poeta, ele homem de cultura e de cultivo, ele fundador de estudos gerais. Para ganhar uma santa, rebaixou-se um homem: não há direito.

E por que falo eu hoje de rosas? De vez em quando, uma pessoa precisa de descansar: ou se recolhe a Vale de Lobos, agoniada para o resto da vida, ou, entre as coisas agradáveis que ainda restam aos mortais, vai dar uma volta pelo jardim,

à boa paz vegetal, provisoriamente de costas para o mundo. Tornará depois, repousada ou não, com um vinco mais irónico no canto da boca, pois, como é sabido, as rosas não fazem milagres, e muito menos esse milagre supremo que é o de ter razão a tempo.

Dizem-me amigos de perto e conhecidos de longe: homem, que agressividade, que brusquidão, que pouco jeito para a vida mundana. Eu ouço-os,

maravilhado de que em mim se reúnam tantas mostras de mau feitio, deito contas, somo e subtraio, e, porque a paisagem não se modifica com esta aritmética, reincido. Cada um não é para o que os outros dizem que nasceu, mas sim o que pôde, soube e quis escolher. O campo que arroteei é este, esta a enxada. Se ao puxá-la vem bicho ou raiz podre, a culpa não é do cavador. Mas lá cai o momento em que por ser meio-dia chegado ou por alarido circundante, se interrompe a cava para ir ao jardim.

Figuremos pois que estou a escrever debaixo do caramanchão. Dá muito para reflectir este lugar. E, pensando, atino no interessante que é o espectáculo português da política, esta micrometria da palavra, esta cinzelação, este trabalho de relojoaria verbal. Uma vírgula fora do espaço onde se esperava encontrá-la, é quanto basta para uma análise duas vezes mais extensa que o texto que a contém. Uma pausa a destempo, um olhar para a esquerda ou para a direita, um suspiro, e garantida nos fica a profecia para o dia de depois de amanhã. Não serão os políticos portugueses os mais inteligentes do mundo, mas são, sem dúvida alguma, os mais coca-bichinhos. E também, se me permitem que o pense enquanto aspiro esta rosa, os que mais acreditam no poder das palavras, tantas vezes com elas trabalham para embrulhar os factos.

Mas este não é o meu espanto maior. O que em verdade me surpreende é a facilidade, o natural de quem nasceu para isso mesmo, com que os nossos políticos perderam, quando a tiveram, a faculdade da indignação não hipócrita. Quem os vê no seu infatigável corupcio entre S. Bento e Belém, entre as Necessidades e as Probabilidades, entre o Fato e a Foto, pasma do sereno ar, do pausado discorrer, do grave sentir com

que a toda a hora vão mostrando que para político, sim, se nasce, e que, feitas as revoluções por uns, avançam do fundo os outros para o banquete. Tirando excepções poucas, os políticos domésticos são isto, ou ainda menos. E são, sobretudo, repito, incapazes de indignação. Podem eles estar zangados, coléricos, despeitados, de carranca, podem não acertar os testos com as panelas, afirmar, agora, o contrário de há três minutos. Podem tudo isto. Indignar-se, nunca.

Ora, alguém tinha de tomar a vez, assumir a indignação, usá-la como revulsivo contra as emoliências. Na falta de outro melhor, tentei-o eu, e saíram estas prosas. Decida lá o leitor se valeu a pena. O meu lucro é nenhum, porque isto de indignar-se não dá proveito especial e cansa, e se na indignação vai também (como deve) a acidez do sarcasmo ou a friura da ironia, então, senhores meus, só porque já caiu é que o

Carmo não cai. Aí, o pobre escrevente, que cuidava bem ter dito, vê-se em mal haver e pior entender. Alvoçam-se os ecos, enfim indignados porque foram obrigados a acordar. Também este espectáculo tem seu interesse: a inclinação da classe política no poder, e daquela que o ronda, vai toda para a suave dormência do facto consumado devagarinho. Para que não acordemos nós.

Fica assim explicada a agressividade, a brusquidão, a rispidez. Fica explicada a indignação. Foi esta a minha escolha e a minha escola. Mas hoje, façam-me essa justiça, apenas falei de rosas.

O rés-do-chão

Extra, 3 de Novembro de 1977

Enquanto o governo vai convocando as diferentes forças políticas, a organização sindical e o patronato para lhes mostrar a ponta da corda que nos enforcará a todos, isto é, a parte de dignidade e independência que teremos de alienar para merecer a atenção desse usurário e também ideólogo do mundo capitalista que se chama Fundo Monetário Internacional;

enquanto a direita exige o poder com insolência, e com descaro anuncia

que o exercerá contra a Constituição, perante a passividade amedrontada ou cúmplice de muitos que têm como primeiro dever respeitar e fazer respeitar a lei fundamental; enquanto os analistas políticos continuam, qual Penélope, tecendo e desfazendo as malhas da sua permanente adivinhação; enquanto a política portuguesa retoma as antigas práticas de clientela, apadrinhamento e intriga de meia porta; enquanto a corrupção alastra e o aluguer das influências se institucionaliza no uso e no costume; enquanto os andares altos do prédio brincam às escondidas e lançam serpentinas e recadinhos, falemos um pouco do rés-do-chão.

Não sou tão suficiente que diga falar em nome do povo, mesmo sabendo que quem escreve se considera sempre um pouco investido, procurador de um sentir e de um pensar colectivos que no escrever individual procurassem ser voz. Também não tenho mandato de organização ou grupo para desta maneira abrir caminhos ao que amanhã conviesse acreditar. Como se vai ver, já, esta minha conversa decorre, não tanto no plano político, mas no plano do moral, com ressalva, claro está, de algo que todos sabemos; que o discurso antipolítico o é quase sempre. Nada de confusões.

Se ao plano moral me reporto, é para voltar a falar da indignação e do protesto que será a passagem dessa indignação à prática. Sabei, pois, senhores do poder, que as coisas não vão nada bem no rés-do-chão que vos serve de suporte OU, como tecnocraticamente apreciáveis dizer, de base social de apoio. Pelo andar que as coisas levam, não tarda que a pirâmide política se inverta: muitos mais virão a ser os parceiros do poder partilhado do que aqueles que, em baixo, lhes têm aguentado a incompetência e a voracidade. Não falo, repito, em nome do povo, mas precisamente no rés-do-chão é que eu habito e convivo e daí que alguma autoridade me assista neste falar. Em verdade, é grave o descontentamento: insegurança, desemprego, vida cara, atropelos de legalidade democrática, violência dirigida metodicamente contra quem trabalha, cumplicidade do governo e do partido do governo

com as forças internas e externas que corroem o já arruinado muro que ainda defende a nossa esperança de felicidade colectiva. Tudo isto é grave. Mas o que torna tudo pior é o estado de desilusão, de decepção profunda em que caiu e já dorme o povo português, se excluirmos aquela parte dele que desde há muito tempo se habituou a resistir e é hoje, outra vez, o ferro de lança de uma batalha que chegámos a supor ganhar.

No rés-do-chão é grande o desânimo. Lá em cima, nos andares nobres, vivem os espertíssimos, os videirinhos, os aprendizes de feiticeiro, os oportunistas de todos os coturnos. Vivem os títeres democráticos e os seus plutocráticos manipuladores. Vivem também, é justo que não fiquem fora do catálogo, os novos donos da cultura, os inefáveis (todos) e medíocres (quase todos) herdeiros do espírito corporativo com mascarilhas socialtítante. Vivem e divertem-se (no fundo, apavorados de tão pouco serem) os que se aproveitaram do nome do povo para governarem contra o pão do povo e contra o seu interesse. Esta é hoje a casa portuguesa, com certeza.

Chegou provavelmente a hora do grande protesto colectivo. Já aqui escrevi que este povo foi, todo ele, durante algum tempo, um povo de políticos. É urgente que o volte a ser. Primeiro, porque a política é mesmo pertença de todos; e porque se lhe há-de agora juntar o fermento moral, contrário da apatia, da resignação, da renúncia. Os políticos que nos governam ou ambicionam governar, é bom que se saiba, não têm maior mérito do que qualquer comum cidadão honesto e patriota, e é imperioso que cada um de nós os interrogue: «Que fizeste do voto que te dei? A quem serves com ele?» Não para ingenuamente acreditarmos na resposta, mas para a confrontarmos com os factos, que esses sim, são mestres.

Protesto nacional, digo. Exigência popular, antes que se faça tarde. Antes que a direita, pela mesma via do protesto e da exigência, orientados segundo os comprovados métodos de reacção e do fascismo, se apresente como porta-voz de um povo em gravíssimo risco de ver ser-lhe negada a palavra por forças políticas que da esquerda se dizem. Ou será a cave o nosso definitivo destino?

Adeus, adeus... Extra, 10 de Novembro de 1977

Dizem os jornais que Berlinguer não poupou as orelhas soviéticas, e também dizem (não se esqueceu a televisão cá do burgo de mostrar) que a Santiago Carrillo foi sonegado o discurso e impedida a oração. Fez muito bem Berlinguer, nunca a língua lhe doa, e no que toca ao nosso vizinho, grande foi a maldade que lhe fizeram: afinal, se convidamos alguém a nossa casa e na hora das saúdes o convidado fica de fala suspensa porque lhe desferimos debaixo da mesa uma canelada decerto eloquente, não podemos pois queixar-nos das ausências que ele nos faça. Sob as luzes dos projectores, Carrillo estava manifestamente magoado, ferido no seu amor-próprio de homem e de político assim crucificado diante de todo o mundo. O telejornal, bom rapaz e reparador de injustiças, como D. Quixote, pôs o crime à vista.

E que, entre os vários adeptos do eurocomunismo, ninguém o é com mais fervor do que o telejornal, a televisão que o dá, a administração de ambos, os partidos de que são militantes ou sócios os administrantes, desde o PS ao CDS, abençoados sejam. Eu diria que todo este plural vive no desgosto de não haver em Portugal um partido bastantemente eurocomunista: é nessa falta, acham eles, que está o busílis das nossas dificuldades. Vou mesmo mais longe: há uma tentação de heresia, uma vertigem adolescente nas gentes reformistas ou conservadoras, vendo assim tão ao alcance um comunismo de bom feitio, simpático, civilizado, dialogante, para jantar no Tavares de cá ou palrar com o Iribarne de lá, para negociar com o Melo pátrio ou com a FIAT transalpina. Tão ao alcance, e sem lhe poderem chegar. Faz raiva que os comunistas portugueses refinem na sua teimosia de ser, quando se mete pelos olhos dentro que um partido eurocomunista em cada país da Europa capitalista é que seria receita para um socialismo rápido, moderno e eficaz. Quando é tão claro que um afrocomunismo que bebesse, colonial, na pura fonte europeia, arrancaria o continente africano

às gulas capitalistas. E mesmo os Estados Unidos, se bem atentassem, começariam já a sua fatal transição para o socialismo, aprendendo na boa cartilha eurocomunista.

Talvez que a ironia esteja deslocada nesta matéria. Talvez que os filósofos da esquerda portuguesa se escandalize piedosamente sorrissem, se chegarem a ler estas palavras. Quem sou eu, na verdade, para ousar o que eles facilmente ousam? Que credenciais as minhas, que currículo, que universidade e sabença? Pobre de mim, de mãos tão quase vazias. E, contudo, direi. Será ainda comunismo o eurocomunismo? Se Marx não acertou sempre, se Lénine emendou algumas vezes, e se engano e falha forem tomados como pretexto para invalidar o resto, que comunismo vai fazer (se é ainda esse o propósito) o eurocomunismo? A julgar pelo que me chega e vou procurando averiguar, a grande esperança desses partidos comunistas está no bom andamento dum processo supostamente evolutivo (eu diria: quase de predestinação) que, em convivência e concertação com o capitalismo, acabaria por fazer surgir formas socialistas de produção e, simultaneamente, o consumo social, a distribuição mais justa da riqueza, e, de degrau em degrau, sem pressas nem quedas, o socialismo e o comunismo. Assim como se o capitalismo tivesse escolhido a mais abnegada

maneira de se retirar do mundo e da sociedade dos homens: restituir tudo e morrer em paz.

Talvez esta interpretação seja ingénua. Mas a mim, perdoe-se-me a pretensão, também me parece algo ingénua a ideia italiana e espanhola de depor as armas aos pés do inimigo para prova de boa-fé e boas intenções, continuando o dito inimigo (que é, derradeiramente, convém não esquecer, o imperialismo) de posse de todas as suas armas, agora reforçadas com o desarme ideológico, e em certos casos moral, daqueles que, objectivamente, passaram de adversários de classe à colaboração de classes. Pelo caminho italiano e espanhol poderá chegar-se a muita coisa, mas sempre a formas mitigadas ou hábeis de social-democracia. Não se chegará ao socialismo, e de comunismo o melhor é nem se falar.

Claro está que em situações assim, de abandono, sempre aparecem filosofias abandonistas para formular o que ideologicamente convenha: no caso, ao pragmatismo político dos socialistas e comunistas novos, ou que esse nome conservem.

E como aqui, em Portugal, continuamos a alimentar-nos intelectualmente do leite francês, são agora os «novos filósofos» gauleses os meninos bonitos da «Inteligência» lusitana. É a sina.

Entretanto, preparemo-nos para assistir a um doloroso fenómeno: depois dos partidos socialistas que deixaram de o ser, é a vez dos partidos comunistas que se despedem da revolução.

O sinal contrário

Extra, 17 de Novembro de 1977

Na semana passada, enquanto eu, discreto, dava uma vista de olhos pelo eurocomunismo e seus defensores de alternativa fora e dentro, estiveram acesos os ares pátrios e feramente assanhados os taumaturgos e sibilas da política intramuros. Vejam lá: vai-se uma pessoa ao fundo do quintal, a ver quem passa, e entram-lhe, salvo seja, os ladrões pela porta da frente.

Foi o episódio grotesco do MacArthur Veloso lusitano, vindo abaixo colher a primeira manifestação fascista que desceu à rua desde Abril de 1974, com o tom e o som, ele Veloso, do demagogo de pacotilha e poucas letras que é: pasmado, se calhar, de tanta importância, intendente dos reinos além-Douro e Ilhéus, e aspirante a monarca das mais terras, ó infeliz Portugal que tais filhos geraste.

Foi o episódio ridículo e repugnante de um político que escarnece do partido de que é presidente, falsamente se demitindo para melhor o sujeitar às suas ambições, enquanto os notáveis de bordo metiam o rabo entre as pernas e faziam de capacho: o mais deprimente espectáculo político representado nos últimos tempos portugueses. Há algo de Idi Amin em tudo isto. Ao procônsul Veloso MacArthur já a hierarquia militar

deu o preciso recado. A Sá Carneiro presta o PPD, de rastos, homenagem: nem um nem outro merecem melhor.

Com todos estes baldões, parece que a democracia esteve quase a finar-se, embora eu não consiga perceber muito bem as razões que disso me vão dando. Afinal, que surpresas são estas? Se a democracia fica em perigo de vida por causa das tristes acções de dois homens que, reconheça-se, têm sido muito explícitos em seus propósitos de mando, então esta democracia, ou está distraída, ou é estúpida. Porém, talvez que as autênticas razões sejam outras. Vejo que as críticas de Sá Carneiro, por exemplo, também atingiram, ferozes, a Constituição e o presidente da República, e que isso é que, por um

triz, esteve prestes a empurrar a democracia para o abismo. Seria? Mas então se o CDS rejeitou e continua a rejeitar a Constituição, se no PS

nunca faltou quem a quisesse ver feita em papelinhos de um novo carnaval, que susto é agora este? Só porque mais um partido vem declarar que a Constituição terá de ser revista e alterada? Ingenuidade canónica é essa. De há muito sabemos nós todos que a Constituição é vítima prometida desses senhores e que o presidente da República só será o presidente deles se abundar em idêntico objectivo.

Com isto não quero eu dizer que a democracia não corra perigo. Mas não é um MacArthur Pires, não é um Sá Carneiro e seus subalternos e servos, não é sequer um Freitas do Amaral untuoso, melífluo, com bafo de sacristia, que podem assassinar a democracia. Estes e outros são simples afloramentos do vasto e profundo lodaçal em que nos atascamos todos os dias. E muito grave será o nosso erro se nos demormos de mais a troçar do nariz e da estatura de Sá Carneiro, do beijo belfo de Pires Veloso ou da papada de Freitas do Amaral. Julgaremos talvez, com essa e outras intervenções, demolir os alvos da sátira. Nada é menos garantido: o riso nunca demoliu instituições, muito menos neste tempo em que a própria saturação noticiosa acaba por anular a informação. A jogada está na mesa. Dizem os senhores da política que nesta semana e na próxima é que tudo se decidirá: teremos

novo governo, um programa, um acordo, uma concertação. Pelas amostras que circulam, pelos balões-sondas lançados ou papagaios, seraficamente o CDS quer pesar na governação, provocadoramente o PPD exige cadeiras e poder, perdidamente o PS procura um meio hábil de faltar à sua já tão desacreditada palavra. E ninguém aceita, ou quer admitir, que só o povo português, aquele que trabalha e sofre, aquele que supôs ter-se libertado porque mereceu o futuro que lhe recusam agora, só esse povo pode salvar o que uma política mercantilista e de vendidos vai no caminho de perder. Neste circo, onde nem sequer faltam os palhaços, agitam-se as figuras de carnaval que são os políticos burgueses: o povo, que paga e repaga o bilhete e todas as facturas, tem esta fraude como espectáculo. Porque o circo não presta e o pão já vai faltando.

A democracia corre perigo, sim senhor. Mas o perigo maior é desistir este povo de ser quem é, de ser o que aprendeu quando lutava pela liberdade e pelo pão contra o fascismo. Aí, sim, corremos riscos. Porque vivem e já estão à espera aqueles que na primeira oportunidade se apresentarão como salvadores da pátria, prometendo a ordem e a tranquilidade nas ruas e nos espíritos, e reabrindo os cárceres para realizar a promessa. Então a esquerda reencontrar-se-á consigo mesma. Tarde de mais e para sofrer. Quando afinal é tão fácil distinguir a linha de separação que faz com que não se

confundam os que querem a democracia e o socialismo e aqueles que sonham com regressos à posse tirânica (económica e política) de uma nação que chegou a experimentar o gosto da felicidade. (Divertiu-me muito ver certa imprensa independente de esquerda tão de acordo com certa imprensa dependente de direita em apontar identidades entre o Verão de 1975 e a semana passada: é tudo o mesmo, dizem eles, embora de sinal contrário. Que subtilidade a destes jornalistas, e que preciosos são, no seu caminho neutralíssimo, os independentes de esquerda, enquanto os dependentes de direita pescando tacticamente nas mesmas águas, nem mesmo se dão ao trabalho de

lhes agradecer a ajuda. Estamos diante de um novo caso de convergência. Na calúnia.)

O que somos

Extra, 24 de Novembro de 1977

Temos que viver com o que somos. E que somos nós? Uma nação dividida, mas

não entre Norte e Sul, como se anda outra vez a querer acreditar, para restabelecimento da fábula dos bons de Rio Maior para cima e dos maus de Rio Maior para baixo. Somos um povo dividido entre exploradores e explorados (perdoai, ó analistas, a banalidade!), entre parasitas e trabalhadores, entre aristocratas de ida-e-volta e o geral povinho, inho, inho, que tem servido de besta de carga, e agradecida, a quantos o cavalgaram por tempos e caminhos velhos. Somos isto e mais toda aquela gente intermédia que voga ao sabor de seus utilitários sonhos e interesses, oscilando entre esquerda e direita, conforme a maré e os salvados que dão à costa. Nestas divisões não nos distinguimos certamente do resto do mundo capitalista, mas talvez aqui elas se notem mais, porque a pele da nação foi esfolada até ao vivo da carne, e tudo está à vista. As coisas que andam a passar-se nas alturas políticas (crises, golpes, cisões, intrigas, facadas) não devem distrair-nos do essencial. E o essencial é que o processo transformador começado em 25 de Abril de 1974 não terminou.

Apelem os políticos profissionais para a democracia, chamando-lhe instituições em voz alta e pensando-a imobilidade; pratiquem a televisão e a rádio o mais baixo conto-do-vigário informativo; tome-se a maior parte da imprensa veículo e arauto dos interesses da ditadura económica instalada pelas multinacionais sob capas várias, incluindo as dos direitos humanos - a verdade é que Portugal continua a ser um osso duro de roer. E não me venham repetir que isto é um povo de preguiçosos, de gente que não quer trabalhar, terra de vadios vivendo na esperança de que nasçam presuntos nas

árvores e searas nos campos de futebol. O povo português, Como qualquer outro, não só tem direito à sua preguiça, como não Veio ao mundo para servir, por todo o sempre, os interesses e os barómetros da capital. Em três anos, os portugueses descobriram que os valores tradicionais não eram os novos ou continuados valores que a república pequeno-burguesa de 1910 e o fascismo burguês e colonial de 1926 lhes tinham inculcado pelas habituais vias de educação, da informação e, da superstição. E agora se vê que não dará um passo sem saber para onde e para quê.

Visão contraditória? Na verdade, já aqui foi dito da necessidade de as forças de esquerda se anteciparem, por sua capacidade criadora e trabalho insistente, às tentações da ordem e da disciplina facilmente fomentáveis no interior daquela dita massa oscilante que se fecha agora em casa nos dias de grandes manifestações de rua. Mas essa massa só poderá fazer pender a balança para soluções de direita na razão inversa da capacidade da esquerda para fazer valer as suas próprias soluções, aquelas que correspondem à parte da nação constituída pelos trabalhadores. Para mim, é evidente que a

esquerda que uma vez mais desceu à rua no Porto e em Lisboa continua a ter, a nível de massas, um peso político quem sabe se decisivo nesta fase do processo.

E a outra manifestação do Porto, aquela que tomou como fonte um caudilhismo rançoso ao gosto do antigo Portugal beato, ultramontano, de botica e campanário? Também isso somos e com isso teremos de viver. Não falo dos bombistas e saqueadores: seriam casos de polícia, se a polícia tivesse vontade e autoridade, ela que no Porto se honrou de ter como comandante um encobridor (pelo menos) de redes terroristas. Não falo da ourivesaria entregue ao MacArthur lá em cima: a jogada é clara, aposta no maniqueísmo elementar que opoe os anjos do Norte aos demónios do Sul. Falo, sim, de milhares de pessoas que ali foram de boa-fé, umas porque acreditaram sinceramente que o brigadeiro era uma ressurreição patriarcal, cornucópia de abundância, espécie de padre Cruz capaz de

oferecer, por obra de milagre, luz eléctrica, esgotos,

água corrente, escolas, hospitais e segurança psicológica. Falo, em suma, de milhares de pessoas a quem a esquerda, ou atraíçoou sem remédio (caso do Partido Socialista), ou não soube falar, se é que chegou a ter tempo e condições políticas para tanto. Seria um erro muito grave considerar a' maior parte dos manifestantes pró-Pires como gente perdida para o socialismo. A parte revolucionária do povo português tem de assumir, já e todos os dias, o duplo dever de se afirmar e de se explicar. Mas as bombas e os assaltos do Porto anunciam novos dias difíceis: preparemo-nos para eles. O fascismo voltou à rua.

Temos de viver com o que somos. Já não é pouco que sejamos tantos a querer o socialismo. Assim, com esta força.

A cozinha

8 de Dezembro de 1977

Quando o cidadão sai de casa, a caminho da sua secção de voto, quando pacientemente espera na fila, quando entrega o boletim e o vê escorregar para o segredo da urna, depois no regresso se põe a imaginar o que o escrutínio dirá e o peso que irá ter a vontade expressa naquele bocado de, papel - esse cidadão julga ter posto a mão nos comandos, da máquina em que figuradamente o País se representa., E depois, nos dias seguintes, ao ir à vida e ao trabalho, há-de experimentar uma espécie de orgulho, porque é alguém que votou, escolheu e decidiu. Se não for um parasita, se, pelo contrário, é trabalhador verdadeiro, desses que não vivem de lograr e espoliar os outros homens, o acto de votar, teve um significado duplo: o produtor de riqueza quer ser, pela via da política, o administrador público dessa mesma, riqueza. Não pode haver maior responsabilidade nem deve, que mais se deseje cumprir. E tudo parece fácil.

O pior é a cozinha. O pior é a panela, o misturador parlamentar em que entram os votos desligados das pessoas físicas que os exprimiram, como se tivessem deixado de

representar vontades para se transformarem em abstracções numéricas. Já nem vale a pena falar do truque que foi transformar votos de esquerda em política de direita, proeza de funambulismo ideológico do Partido Socialista e do seu secretário-geral: apontar a traição tornou-se num lugar-comum que apenas desliza sobre a pele insensível de Mário Soares. Mas neste mesmo Mário Soares haveremos de reconhecer o mérito de ser, como político, um cozinheiro de primeira classe. Ninguém, até hoje, soube manipular como ele o sal e o caldo, o azeite e o vinagre, a verdade e a mentira do arroz fingido que tem sido a política do governo. Ninguém soube como ele transformar receitas, modificar o seu Pantagruel consoante a conveniência dos votos a conquistar, quer dentro da Assembleia quer fora dela. Eu próprio lhe tiraria o chapéu que não uso, se tudo isso não devesse merecer um desprezo infinito.

Agora Mário Soares, ou o PS, ou o governo (nunca se sabe quem fala quando fala) assomam tranquilamente à porta da cozinha e dizem ao país: «A comida está queimada. Querem comê-la mesmo assim, ou metem outro cozinheiro?» Dizem-no com um sorriso que, se não é insultuoso, é de inconsciente, como se o responsável pelo desastre fosse o povo português e não quem tão mal administrou os interesses dele. Dizem-no com uma segurança que, roça os limites da impudência, porque este homem, este partido, este governo, que sempre oscilaram na corda bamba, exibem a petulante certeza de que alguém no último momento,

esquerda ou direita, lhes dará a mão do socorro, lhes abrirá a rede salvadora, lhes acudirá com a maromba e o pau de dois bicos. E aqui não podemos culpar exclusivamente esse homem, esse partido, este governo: não poucas foram as

vezes em que a esquerda parlamentar os apoiou para evitar mal maior, muitas mais aquelas em que a direita lhes deu força para maior mal.

Quando estas linhas forem publicadas, a sorte do governo estará decidida, ou por pouco. Não escrevo para propor Um prognóstico sobre o resultado da moção de confiança, se

vier a ser votada. Todos temos obrigação de saber, por experiência adquirida, que esse resultado, seja qual for, não trará soluções para os nossos problemas. Se o governo passar com o apoio da direita, fica garantida a continuação da política que à direita interessa; se passar com o auxílio da esquerda, te-nhamos como certo o prosseguimento da política de logro da, esquerda. Muitas são as razões por que este governo não serve: esta é apenas uma delas. E se o governo não passar? Dizem que tudo está previsto na Constituição. Eu respondoveremos. A Constituição tem sido tão ridicularizada e ofendida, que invocá-la como escudo protector e lei de salvaguarda chega a ser, por sua vez, ofensivo e ridículo. Duma maneira ou doutra, teremos governo. De esquerda (para cumprir, enfim, a Constituição), de direita (para continuar assassiná-la) ou «independente» (logo saberemos para quê), teremos governo. Que julgaremos pelos actos, pois de palavras já sofremos geral enjoo.

Retomo esta prosa no ponto em que a comecei: foi o eleitor à secção de voto e pos o boletim. Louvaram-lhe então o espírito cívico, a maturidade, e cantaram-lhe, a propósito, as loas da democracia formal. Mas de cada vez que, descemos à rua para gritar que o voto de vontade socialista foi traído, não falta quem diga serem inadmissíveis esses@@@ métodos de actuação de massa. No entender de tais censores, o voto é, em si mesmo, princípio e fim, o eleitor uma borboleta efémera destinada a nascer, viver e morrer no dia, da eleição. Assim nos quereriam. Não é assim que nos terão.' Porque a nossa desistência seria o melhor condimento para a cozinha deles.

O tempo do rato Extra, 15 de Dezembro de 1977

Sempre duvidei ter a montanha parido o rato que a história diz, mas vou em crer que sim, desde o acontecimento que foi cair o governo por não ser merecedor de confiança.

Com a minha ingenuidade nestas coisas de política, e também por falta de hábito, ou por outros hábitos que ainda não pude esquecer de governos de pedra, cal e salazar, pensara que, caindo o governo, o abalo haveria de sentir-se do Minho ao Algarve, pelo menos. No entanto, depois de na noite fatal ter aguentado firme até ao minuto da verdade, achei que talvez não tenha valido a pena tanto nervosismo parlamentar, tanta palavra desbaratada, tanta energia em vão, tanto sono perdido: a terra continuou a girar ao redor do sol, e como no dia seguinte era feriado e chovia, a população aproveitou para se levantar mais tarde e só manhã velha se informou. Ou estas coisas têm pouca importância, ou os portugueses estão muito mais endurecidos do que se julga.

Duraram dois dias os trabalhos do parto, e o rato apareceu: o governo, derrubado, continua em funções, excepto quanto àqueles pontos que pudessem vir a comprometer a acção do governo futuro, e tendo caído por impossibilidade de se encontrar plataforma política viável, espera vir a ter sucessor que encontre o campo aberto e uma sólida e bem varrida plataforma. Quer dizer: o governo foi levado a cair porque não tinha mais dias para viver, mas a vida do governo que vier

será feita da substância que teria sido a vida do primeiro. Não valeu a pena esperar tanto por tão pouco.

Vou tentar explicar-me melhor. O governo de Mário Soares (refiro-me ao que caiu, não ao que virá) não teve na Assembleia o apoio do PPD e do CDS porque, fidelíssimo à decisão do PS de governar sem alianças, não tinha mais remédio que rejeitar concorrentes perigosos, apontados à destruição da Constituição na prática, enquanto não podem modificar-lhe a letra; também não teve o governo o apoio do PCP por muitas e diferentes razões, a começar pela política de direita que sempre praticou (e de que não se arrependeu, nem à hora da morte) e a acabar, uma vez mais, na mesma balada da governança exclusiva, e menos ainda de parceria com um PCP que havia de fazer tudo para o levar a cumprir a Constituição, isto é, preparar a sociedade sem classes que na Lei Fundamental é designada como objectivo. Ora, essa

sociedade sem classes está nos antípodas das intenções do CDS e do PPD, e é duvidoso que seja desejada, de facto, pelo PS: ponto que nenhum português progressista deverá esquecer sempre que se sentir envolvido na armadilha da política de fecha-a-porta-e-vamos-combinar.

Sendo assim, em que ficamos? Queira-se ou não, há no país uma maioria de portugueses que votaram pelo socialismo ou formas afins de organização e gestão de vida colectiva. Essa maioria de portugueses está representada maioritariamente na Assembleia da República, sem que isso lhes aproveite, pois a vontade que os votos exprimiram foi pura e simplesmente desrespeitada pelo PS, que, de uma vez para sempre, não veio a este mundo com mais ambições do que ser obediente servidor da social-democracia europeia, e, confessadamente, do seu modelo alemão. Por isso, a coerência do PS é total: não à direita, porque dela viriam apenas as receitas actualizadas de um capitalismo desesperado; não à esquerda, porque daí se adiantaria o socialismo, esse espectro que assombra o Partido Socialista e tira o sono aos seus dirigentes.

Posto isto, tornemos à pergunta: em que ficamos? Que governo vai sair das negociações que decorrem sob a batuta discretíssima de Belém? Quer o comunicado que seja um governo capaz e politicamente habilitado a executar uma plataforma de consenso. Do consenso de quem? Quem votou contra na Assembleia, diante do país, irá agora votar a favor entre os reposteiros presidenciais? Recuam o PPD e o CDS depois de tanto terem avançado em guerra e guerrilha, e também em desejo de desforra? Cede o PCP um milímetro que seja da firmeza com que se tem mantido no lugar onde os trabalhadores estão, contra ventos e tempestades, sem abandonos nem traições? E o PS? De todos os partidos, não obstante a derrota do governo, é agora o PS que provisoriamente canta de galo, liberto, durante o tempo das negociações, da canga de ser partido de governo, e paradoxalmente purificado, em suas chagas ideológicas, pela rejeição da moção de confiança.

Mário Soares não terá querido a derrota; porém, ao perder, recuperou o fôlego que já lhe faltava: digamos que neste

lance ganhou no preto e no vermelho. O cozinheiro demonstrou uma vez mais as suas artes. Disfarça o cheiro do esturro, mudando de panela. A montanha não tem culpa: é realmente o tempo do rato.

Como é óbvio?

Extra, 22 de Dezembro de 1977

Excelente é esta geral serenidade da população perante um governo caído. Deu para se ressuscitarem os narizes-de-cera da maturidade, da consciência cívica, conceitos que trocados em moeda corrente não

significam mais do que esta simpleza: o povo é sempre excelente desde que se comporte bem, não faça distúrbios e circule pela direita. Caiu o governo e ninguém se declarou órfão. Provavelmente, porém, o que terá acontecido foi não se aperceber a população da realidade física da queda: o governo que deixou de ser continua sendo, despachando-nos como antes. Para a população urbana há-de isto lembrar aquela sublime decisão de Pinheiro de Azevedo quando declarou a primeira greve governamental da História do Mundo. Quanto à população dos campos, presumo que a ausência técnica do governo é questão que não ultrapassa o horizonte próximo, e se são alentejanos os campos, onde está a diferença entre reserva marcada e reserva arrancada? Mesmo deitado, o governo continua a dar pontapés.

Mas, enfim, as negociações vão andando. O governo constituir-se-á, renascerá das cinzas, com o mesmo Mário Soares como figura de proa, erguido aos ombros de um PS contentíssimo por ter provado a sua indispensabilidade. Governo haverá, descansemos. Descansemos? Precisamente é aqui que bate o ponto: se os partidos, para além das divergências ideológicas e diferenças de programa, estivessem de acordo no imperativo do respeito pela Constituição, sair um governo e entrar outro seria apenas acerto, modo melhor de atingir o objectivo. Mas sabemos que não é assim.

O CDS, repita-se mil vezes, votou contra a Constituição, é

inimigo confesso; o PPD, que a votou, sob a brisa «esquerdizante» de Emídio Guerreiro, voltou à querença natural e reclama lei que sirva os seus mandantes. Sobre o PS, e para que não se comece a dizer que o tomei de ponta, falem por mim os dezasseis meses do seu governo. E agora responda o leitor se acredita que de tal convergência resultarão, daqui para diante, frutos melhores do que a laranja azeda que nos obrigaram a comer.

A mim, o que me espanta é que não se veja o óbvio. E óbvio é quererem o CDS e o PPD retardar ou inviabilizar o cumprimento da Constituição até à altura de serem legalmente possíveis a sua revisão e alteração. CDS e PPD têm procurado, por todos os meios, impedir que a prática profunda da letra constitucional torne de facto irreversíveis as transformações da sociedade portuguesa. Ao apoiar o PS e o governo, o CDS e o PPD limitavam-se a ganhar tempo, enquanto a sua hora não chegava: então se poriam de acordo com a ala direita do PS, já em marcha, para talharem a Constituição conveniente aos seus interesses de classe, ou, melhor dizendo, da classe de que uns e outros são agentes políticos.

Esta foi e continua a ser a jogada, tal como a entendo. Mas a resistência popular perturbou este jogo de pôquer. Dois anos decorridos sobre o 25 de Novembro não deram à direita os triunfos nem os trunfos que facilitariam, a seu tempo, a revisão constitucional. Portugal teima em ser, como já aqui escrevi, um osso duro de roer. E a direita interrogou-se: por este andar, com gente que resiste, que não cede a provocações, quer sejam as do decreto quer sejam as da bomba, que probabilidades vamos ter em 1980? Da interrogação à impaciência não distam muitos passos, e deram-nos. Um deles, foi o novo golpe de Sá Carneiro (que, se me não engano, acabará em estatelamento total, isto é, na sua liquidação política no interior do PPD); outro, foi o ataque ao presidente da República, que, pela ferocidade, deixa com asas de anjo os opositores deste, se exceptuarmos os da extrema-direita com os quais, aliás, como a lógica anterior impunha, Sá Carneiro veio a coincidir. CDS e PPD já exigiram ser governo. Não

pedem agora tanto mas fundamentalmente, pedem o mesmo. o possível para hoje, o resto para amanhã.

Concluirei: o que até esta data manteve Portugal no rumo da Constituição foi a pressão patriótica do movimento popular de massas, não foram os partidos autodenominados democráticos. Sem a força do movimento popular, a convergência pS-PPD-CDS estaria feita, antes ou depois da fractura decisiva do PS.

A actual crise, além do mais que significa, resultou tam~ bém da impossibilidade de ver quebrada a resistência ao ataque generalizado da direita. Por isso há na componente política da crise alguma coisa de artificial: pretende-se iludir a única crise política verdadeira, a que radica num conflito entre classes cujos interesses são, no geral, coincidentes com a Constituição, e políticos procuradores dos interesses da classe que se lhe opõe. Daí que resolvida a crise actual, a crise tenha de continuar. Como se tornará óbvio.

A mesa deles

Extra, 5 de Janeiro de 1978

Eu desconfiado, o que se diz desconfiado, não sou. Propendo, até, para uma disposição de entendimento literal das palavras e dos actos, o que, como já estará calculando quem da vida tiver visão menos pacífica, me trouxe, no correr do tempo, não poucos amargos de boca e algumas desilusões. Daí que, sendo confiante por natureza, me vá forçando a suspeitar metodicamente de quantas possíveis credulidades me saltem ao caminho, atitude que, além de cansativa para o espírito, comporta sempre um perigo de injustiça relativa: então se queixará a vítima, e com razão, precisamente porque a decepcionei ao recusar-lhe o entendimento literal que afinal merecia. Mas também não é raro verificar, tarde de mais, que não suspeitei bastante, e a tempo.

Não sou desconfiado, mas coisas há em que de todo não acredito. Uma dessas é a anunciada ruptura da «convergência

democrática», o desaguizado entre o CDS e o PPD, a separação das camas, a devolução mútua das cartas. Alternadamente, ou juntos quando a situação o aconselhou, CDS e PPD têm sido frente fria ou quente na meteorologia política nacional. Ora um, ora outro, propuseram-se ao PS como aliados preferenciais sempre que a ambicionada aliança tripartidária se mostrou irrealizável no sentido estrutural, e proveitosa, a dois, na conjuntura do interesse pontual. E é um excelente exercício para a desconfiança metódica que pessoalmente pratico, verificar como se mostra conciliatório cada um daqueles partidos de cada vez que o outro assume posições radicais que, levadas às suas consequências últimas, poriam em risco o peso político e parlamentar da direita que, somados, representam.

A direita, ao contrário do que a esquerda se compraz em repetir, não é estúpida. Derrotada eleitoralmente, soube fazer da Assembleia da República lugar para vitórias tácticas, mal percebeu que o PS, doente de fragilidade teórica, dividido sob a aparência do verniz triunfalista, seria, como se viu, um interlocutor manobrável e condescendente. PPD e CDS tiveram o governo que lhes convinha: havia muitas castanhas a tirar do lume, outros fossem os dedos que teriam de queimar-se. E então o PS, inebriado de ver-se governo, rompeu ao som da charanga, sobraçando pastas ministeriais, distribuindo benesses, lugares, benfeitorias, padrinho de muitos e novos afilhados, enquanto PPD e CDS, que dessas coisas têm a antiga experiência e agora não lutam por tão pouco, iam à frente abrindo caminho, o seu próprio. Abrindo também o buraco em que viria a precipitar-se a megalomania política do PS.

Por quanto vejo, o PS, como partido e como governo, e por diversas razões, entre as quais o seu anticomunismo visceral, fez muito menos a sua política própria (social-democrata que fosse) do que a política para que os seus aliados da direita o empurraram. Habilmente, CDS e PPD

cultivaram as vaidades e as ambições dos dirigentes socialistas. A direita, repito, não é estúpida. Os seus dirigentes são gente de mundo e salão, cavalheiros de gravata e educação velha,

com antepassados, manhas, contas bancárias de pais para filhos e um grande hábito de mandar. Quem os defronta? Pela banda do PS, muito arrivismo pequeno-burguês, muita fome de Tavares e automóvel do Estado, muita inconsistência ideológica. E o PS foi governo e teve Tavares e automóvel. Assim nomeavam os agrários os seus feitores.

Agora o governo caiu. O PPD persevera na irredutibilidade, na obstinação, cava a sua ruína: tudo bom de mais para ser verdadeiro. Então que faz o CDS? Melodioso, manso como uma bênção episcopal, avança: «Aqui estou.» E caímos no ridículo perfeito: um partido que não votou a Constituição surge como parceiro de governança, apresenta condições, aprova, rejeita e tolera. E o PS respira, aliviado: bastam-lhe (julga ele) uma ou duas concessões menores à esquerda, para sustar a impaciência dos trabalhadores, e terá a maioria parlamentar estável de que precisa para continuar governo. Entretanto o PPD, com Sá Carneiro, mas talvez muito mais com Sousa Franco, vai parecer marginalizado, e não o estará. Porque não existe ruptura da «convergência», apenas a astúcia que a quer fazer acreditar. Mesmo que, chegando-se ao PS, o CDS fingisse abandonar a direita, mesmo que ao bater com o punho na mesa o PPD fizesse com o MIRN e outros fascismos o bloco conspirativo radical em preparação, nem por isso a direita estaria quantitativamente modificada: o que está em movimento é uma manobra só qualitativamente diferente de assalto ao poder.

O conviva, agora, é o CDS. O PS estará por tudo, desde que se salvem as aparências. Depois tornará à conversa com o PPD, mano a mano, à mesma mesa. Aonde o povo português se não senta. E este é que é o nosso grande drama.

A banha da cobra Extra, 12 de Janeiro de 1978

Não era difícil adivinhar. O que parecia divisão irremediável da direita, é ataque em duas frentes. O que parecia

novo centro e direita nova, é a mesma reacção. E o que chegou a ver-se de Partido Socialista refrescado, com pródigas demonstrações de ardente (ainda que insólito) revolucionarismo (não se lhe pedia tanto), veio a ser, desgraçadamente, o prosseguimento da política da banha da cobra, em que são mestres os dirigentes do PS, em especial Mário Soares, que, por isso mesmo, e de justiça, é secretário -geral do partido.

Nem por sombras está nas minhas intenções ofender os militantes socialistas do PS. Não pretendo sequer ofender os outros que o não são. Perdi todas as ilusões quanto à força dos primeiros (que é pouca) e quanto à suposta fraqueza dos segundos (que não existe, e é, pelo contrário, força mesmo). A prova está aí, diante dos olhos estupefactos de quem neste País ainda conserve a faculdade de surpreender-se. Ou já nem isso. De candeias às avessas com o PPD e o CDS, no rescaldo da votação, os dirigentes do PS lançaram-se na grande lavagem verbal da sua frontaria política, tão cheia de cartazes mal empregados e outros sinais de contradição: o PS derrotado, saía vencedor, não apenas porque fosse indispensável em qualquer governo futuro, mas porque fizera o seu exame de consciência, deitara contas à sua vida e à vida dos portugueses e descobrira, com algum maravilhamento da inocência recuperada, a Constituição. Mas a direita, meus amigos, tomo a dizê-lo, se reaccionária é, de estúpida não tem nada. Conhece muito bem o PS por dentro, sabe com quem lida, sabe que um partido interclassista, como este se louva de ser, é manejável como uma criança, precisamente porque são manejáveis, umas

contra outras, as fracções de classe que o integram: tão simples como dois e dois serem quatro. Estes são os factos e, se ofensa há, então é porque os factos podem ser ofensivos, muito mais do que as palavras. Se ainda alguma coisa espero no meio deste descalabro, desta paródia dum CDS anti-socialista a participar (subtilmente, Soares dixit) num governo comprometido com uma Constituição como a nossa, se alguma coisa ainda espero é que os socialistas militantes se sintam ofendidos pelos factos e reajam como quem ofendido foi e está a ser. E não é, como

se pensaria, na mira de uma legítima maioria de esquerda, que faço este voto: sabemos que a maioria de esquerda foi possível, não desde 25 de Abril de 1976, mas desde 25 de Abril de 1974, e contudo não se fez: não é agora que lhe poderíamos dar a vida que nunca teve. Se peço aos militantes socialistas que reajam, é apenas, e tanto, para que não morram as esperanças de socialismo em Portugal. Não dou ordens em casa alheia, porque as não admito na minha. Liinito-me a dizer ao meu vizinho: «Tens o telhado a cair. Olha que morremos todos.» Só isto e nada mais.

Entretanto, que faz a direcção do PS? Reúne à esquerda e, à direita, reúne grupo, conselho e comissão, reúne infatigavelmente, constante na táctica e obstinado na estratégia: ser governo, preparar a social-democracia, ser poder, impedir qualquer participação efectiva dos trabalhadores no processo político geral. Para o PS, o País é uma espécie de Feira da Ladra: ao centro, falando e gesticulando a um lado e outro, ele, a vender a sua banha da cobra; em redor, o povo disciplinado, boquiaberto de pasmo, puxando do porta-moedas quase vazio para pagar o unguento maravilhoso, que, se muda de nome («Europa connosco», «Socialismo em liberdade»), não muda de substância: o logro.

Dir-se-á que detesto o Partido Socialista. Puro engano. Detesto-o tão pouco, que se não fosse comunista seria socialista. (E isto, que pode parecer uma simples frase, um mero efeito verbal, exprime rigorosamente, na alternativa lógica que comporta, o absurdo da divisão existente entre os dois partidos, como tal.) O que eu detesto é a política de nenhuma verdade que a direcção do PS tem vindo a praticar sistematicamente, é o descrédito que o PS está a fazer cair sobre a política e sobre a democracia: não dignifica a política quem a transformou no rapa, tira, põe e deixa de interesses de que o país nada sabe, não serve a democracia quem utiliza a palavra para iludir a instituição que ela é e os trabalhadores a quem deveria servir.

O povo português está calado. Apagou-se o entusiasmo, o gosto de agir, a criatividade múltipla, que em 1974 e 1975

se manifestaram. Chegaram os portugueses a gostar de si próprios, e essa foi a maior conquista de Abril. E agora? Agora vivemos na Feira da Ladra, comprando e vendendo trapos em segunda mão, enquanto uma voz conhecida, toda voltada para a direita, faz negócio de ministérios: «E quem comprar dois, leva três!» Boa venda, Sr. Mário Soares.

As (in)coerências Extra, 19 de Janeiro de 1978

Portugal é um país curioso de ver e observar, mas o resto do mundo não lhe fica atrás. Estou a referir-me à paisagem política, não às outras, naturais, ou a riquezas de arte e

letra, a cultura, enfim. Cada país tem o que tem, em partes não necessariamente iguais de criado, herdado e roubado. Porém, naquilo da política é que a partilha foi generosa, e não ameaça esgotar-se a fonte de coerências e incoerências, às vezes siamesas irmãs, aonde vão beber os povos pela mão de quem os governa.

O preâmbulo foi elíptico, mas acabou. Agora falemos claro. O ponto primeiro tem que ver com o espectáculo de geral hipocrisia que vai por

essa Europa a propósito das recentes ingerências norte-americanas na vida política italiana e francesa. Pelo alarido levantado, até se diria que foi a primeira vez que os Estados Unidos meteram a pata em tal poça, ou laço deste jeito no pescoço dos países subalternos. E todos sabemos que não. No seu papel de gendarme mundial, os Estados Unidos praticam ingerência e intimidação habitual: ora de modo subtil se assim convém, ora com brutalidade quando o caso requer grande cirurgia (Portugal foi campo dos dois tipos de operação). Daí que faça sorrir de lástima o protesto agora levantado por esquerdas e direitas europeias. O pessoal político italiano e francês comporta-se neste caso como o animal amestrado que, tendo obedecido, sem discutir, ao domador enquanto este se limitou a dirigir o espectáculo com discretos sinais combinados, estende a unha e ensaia o

rugido simplesmente porque o chicote estalou. Afinal, só o barulho excessivo do chicote não respeitou as regras do jogo. Aos animais na jaula, em suma, falta coragem. O mais são histórias de política, pouco dignificantes, e sobretudo hipócritas.

Nisso, ao menos estamos limpos. Quando Carlucci foi nomeado para a CIA, não andámos aí a armar aos valentões, engolimos a afronta (falo, claro está, do governo português), fomos ao bota-fora humildes e mesureiros, fizemos os números todos, a banquetta, o escadote, o arco de fogo (onde só se, queimou o povo português) e estamos disponíveis para o próximo embaixador, o qual receberá ordens do antigo, para que tudo fique entre gente conhecida. No seu novo posto, Frank Caflucci, se não é um ingrato, deve sentir saudades desta humildade.

Falei de um ponto primeiro, o que quer dizer que há pelo menos um ponto segundo, tocante também às (in)coerências, agora nacionais. Veja-se como é curioso que numa altura em que a direita não desarma a actividade de recuperação em todos os planos, de repente é como se tivesse desaparecido da cena política. Explico melhor. Se olharmos para o leque partidário, que vemos? Um CDS disposto a adiar-se, aceitando cortar (formalmente) pontes com os seus apoios afirmadamente fascistas, ainda que com prejuízo da preservação das suas bases sociais e ideológicas; um PPD dividido entre duas tentações, oscilando entre a sua fundamental vontade reaccionária e a necessidade de acertar o passo com a carruagem, mesmo não estando dentro dela, recuando da oposição sistemática para a oposição consoante. De repente, com todas as diferenças óbvias e não óbvias, é como se o 25 de Abril tivesse sido ontem, como se a direita se fechasse em casa ou fugisse para o estrangeiro, como se Freitas do Amaral fosse um democrata a quem só a timidez impedira de conspirar contra Salazar e Caetano, como se Sá Carneiro, reencarnado em Sousa Franco, se viesse a declarar outra vez Popular e democrático, para enganar as hostes do MFA lusitano e o gentio das cidades e aldeias.

Estamos a formar o primeiro governo provisório, é o que dá vontade de escrever. Só que., desta vez, os Estados Unidos não foram apanhados de surpresa. Já cá esteve o Carlucci e deixou semente, já cá veio o FMI e deixou ordens. E agora que a Itália e a França foram publicamente admoestadas, agora que os figurinos governativos europeus são talhados à vista de toda a gente, em Washington, a pergunta que devemos fazer-nos é esta: ainda mandam alguma coisa os portugueses em Portugal? Se não mandam, se somos meros meros colonos por conta alheia em terra que é muito menos nossa do que das aves que nela pousam, então formar-se este governo assim ou assado tanto nos fará. Mas se dentro de nós existe alguma coisa mais que a tristeza vil e apagada que a exploração e extorsão capitalista e fascista tentaram implantar no terreno propício de um obscurantismo

histórico, então chegou o momento de exigir que a vontade deste povo seja respeitada e se ponha ponto final à incoerência que é gabarem-nos as virtudes duma Constituição e, ao mesmo tempo, pô-la pelas ruas da (nossa) amargura. Contrabando, senhores políticos, há muito, mas este é o pior de todos.

A cabeça Extra, 9 de Fevereiro de 1978

Andam por aí acesíssimas as provocações do fascismo, sob o olhar, pelo menos tolerante, das autoridades democráticas, cada qual no seu posto da escala de responsabilidades e deveres que as mais das vezes não cumprem, ou só aparentemente. O fascismo não se limitou a descer à rua no dia

1 de Dezembro: fez o que lhe apeteceu na altura (ou quanto tinha nas forças) e não regressou a casa: ficou, passeia-se pelas praças e avenidas, dá-se em espectáculo (pela primeira vez na história da revista portuguesa, esse teatro por definição contestatário e crítico se tornou reaccionário), instalou-se em redacções de jornais, manobra às claras - enquanto seraficamente o governo produz notas oficiosas em estilo

sécio ou acaciano. O fascismo tomou o pulso à autoridade democrática e decidiu não a levar muito a sério. Continua a temer o povo, mas não as instituições, simplesmente porque elas não sabem fazer-se respeitar. O fascismo, nas alfurjas em que vive (alfúrjas digo eu, porque é nos salões da burguesia resplandecente que ele prospera e se organiza), espanta-se hoje como foi possível ter caído com tanta facilidade em 25 de Abril: interroga-se, recupera o que por despeito maltratou, mobiliza o descontentamento das camadas médias da população, actualiza a ideologia, introduz-la em concorrência no ambiente. Não joga em força. Diversifica as frentes de luta, evitando, cautelosamente, a confrontação de massa; aí, sabe-o bem, seria irremediavelmente batido. O fascismo também é capaz de aprender lições, e neste momento, ao espelho da história recente, nacional e internacional, recompõe o rosto. Não virá com o nome de fascismo, mas esse é o seu nome.

Entretanto, vai recriando mitos, induzindo memórias falsas que se sobrepõem à difusa e breve memória dos povos que foram impedidos de a cultivar. E transplanta cabeças. Em Santa Comba Dão já estava pronta e polida a nova cabeça para a estátua decapitada de Salazar. Diante do anúncio da introdução solene, que fez o governo? Numa linguagem pedante, notarial, onde não falta mais que pedir desculpa de tanto ousar, diz que não senhor, que a manifestação não fora autorizada, e que, portanto, todavia, contudo. Mais de uma centena de palavras no lugar de um simples e claro «não», uma confissão de fraqueza política quando se esperaria um exemplo. Não falta energia a este governo, mas gasta-a em ordenar mandados de despejo ou na entrega de reservas à nova classe agrária. Em tibieza, em incapacidade de defender a democracia dos seus verdadeiros inimigos, este segundo governo constitucional mostrou já merecimento como continuador do primeiro, e melhoradamente, por certo, se tivermos em conta o fresco sangue ministerial que do CDS lhe adveio.

No fundo, estas coisas são fáceis de entender. Quando em 1789 a França fez a sua revolução burguesa, para único benefício de uma burguesia que não podia desenvolver-se no

quadro do sistema económico e político de então, o povo acreditou que aquilo também lhe dizia respeito e derrubou a Bastilha. Passados cerca de duzentos anos (e não obstante

1830, 1848, 1871, 1936, 1968), quem governa a França é a oligarquia financeira que a revolução de 1789 preparou: ao povo francês mandou-se que fosse matar e morrer por toda a Europa para aumentar a liberdade dos poderosos, instalados sobre a igualdade derradeira dos mortos e sobre a

fraternidade difícil dos explorados. .

Nós, por cá, também mal. Cortar a cabeça à estátua de Salazar foi a Bastilha que pudemos; um exorcismo, uma forma de libertação pela magia. Sem dúvida outros actos de mais profundo efeito se praticaram desde então, e Portugal, em alguns pontos ainda bem, não é a França. Mas quando hoje se anuncia a reposição da cabeça de Salazar sem que as próprias pedras do -chão se levantem em protesto, vemos como tem sido hábil e eficaz o trabalho de desarme ideológico de que temos sido vítimas nestes últimos dois anos. Há realmente uma cabeça em tudo isto, mas não é a de Salazar.

O maioral do reino, o «casto» eremita de S. Bento, o milagreiro das finanças, o criminoso de África, deixou prole, que conhecemos. Todos esses seus filhos têm a cabeça em cima

dos ombros, e quando episodicamente perderam a liberdade, logo saíram em triunfo ou graças a cumplicidades nunca esclarecidas. São cabeças vulgares, não têm mais importância que a de serem legião, e contra elas o povo português perderia tudo.

Porém, em qualquer parte do mundo, fora e dentro, umas tantas cabeças, daquelas que têm realmente o poder e o aplicam, estão também, a frio, a decidir a nossa vida, enquanto em Portugal se celebra o festival palavroso e algumas vezes imbecil que passa por política. Com licença da expressão, nada parlamentar, o nosso país dá muita cavalaria, é dócil de boca e aguenta bem a espora. Que a -imagem não ofenda: primeiro ofende este governo português aos portugueses. Diz-Vos isto alguma coisa, senhores deputados?

O terceiro governo Extra, 16 de Fevereiro de 1978

Ralharam muito as comadres políticas, mas as verdades ficaram onde estavam, isto é, ocultas. Entornou-se algum caldo, mas o café, apesar de sacudida a chávena, não foi à toalha. E como já vai sendo costume parlamentar, as invectivas acabaram em protestos de mútua consideração, a consubstanciar em próximos almoços: as pugnas de S. Bento têm servido para revelar excelentes apetites: os de peixe, poder e assado. Vai sendo cada vez mais difícil tomar os senhores parlamentares a sério, e isso é de todo impossível quando dão em espectáculo a contradição das ideias e dos conceitos, o vazio ideológico disfarçado na palavra abusiva, a habilidade para fintar argumentos sérios. Quando surgem em jogos malabares, a esmagadora maioria dos deputados falantes merecem diploma e distinção. Apetece sempre um grande silêncio depois das indigestões oratórias da Assembleia da República: dolorosa conclusão para um país que tanto esperava do exercício cívico da política, e o vê transformado em arte funâmbula e jogo de cortinas. E é para isto que o confiado eleitor vai às urnas e deita o seu voto.

Está consumado o golpe contra a Constituição. Aí estão legalmente casados, o PS e o CDS, para o melhor das suas ambições e para o pior das precisões do povo, com o socialismo adiado até que o capitalismo se reconsolide (nova tese dos dirigentes do PS na sua caminhada inflexível para a traição dos princípios que restavam da traição de classe), a Constituição passou ao estado de- farrapo de papel, pouco faltou para que o Sr. Salgado Zenha o declarasse naquele inconfundível jeito de humorista demasiado voluntário para ser autêntico. A partir de agora, a Constituição é um gracejo de mau gosto, uma feia partida pregada ao povo português. Salvo, é tempo de o dizer, se o povo se decidir a ler a lei fundamental do país, compreender profundamente o que ela significa, tomá-la como sua própria e impô-la às instituições, a todas as instituições, cujo dever essencial é cumpri-la e fazê-la cumprir.

Entretanto, temos aí o terceiro governo. Não o segundo, o terceiro. Só ingênuos e desatentos não terão visto que a partir do último sábado o PPD é parceiro esperado. Pouco importam os actos de oposição que venha a praticar. Eu diria mesmo que esses actos, formais ou reais, serão as gazuas necessárias para justificar, em tempo oportuno, a entrada efectiva no clube governamental. Então a cobra juntará o rabo com a cabeça, o laço ficará desenhado, o nó será possível, cumprir-se-ão os votos, e mais do que os votos, as instruções do imperialismo, que como ninguém tem o direito de ignorar, elaborou um plano social-democrata para a Europa, onde (no plano e na Europa) Portugal é um interessante peão. Tudo isto, como também é sabido, se faz, cá dentro e lá fora, com a cumplicidade duma certa esquerda que tem o seu lugar à mesa e o estipêndio garantido. Esta ideia de terceiro governo não é gratuita, não é pirueta de comentador à procura de aliciantes de estilo ou de passes dialécticos. Bastou ter ouvido o Sr. Sousa Franco na última noite, tão cuidadoso no ataque, tão promotor na compreensão, tão desvolto em gabar méritos do seu partido. Quando o Sr. Sousa Franco falava, correu sobre aquela meia arena (com o devido respeito e só porque é horrível a palavra hemiciclo) um sopro de fatalidade: o recado passou, subtil, aos Srs. Mário Soares e Freitas do Amaral, a negociação começou ali. E se eu estiver enganado, não levaremos muito tempo a sabê-lo. Como quer que seja, é preciso que os democratas cerrem fileiras. Foi um deputado comunista quem o disse: que isso não sirva para a restante esquerda responsável e coerente gritar «aqui d'el rei, que vamos ser hegemonzados». Ou este complexo de provincianismo político é vencido, ou a esquerda como pluralidade socialista se estiola, se esteriliza, se suicida. Mas não se exija de um partido forte que renuncie à sua força, não se reclamem paridades representativas quando precisamente não estão em paridade, na realidade do quotidiano e da acção, as forças representadas. Seja cada um quem é e o que é, mesmo aspirando a ser melhor, e mais uma das

doenças políticas portuguesas é haver aspirantes a secretários-gerais em excesso. Também existe um caciquismo de esquerda, não o esqueçamos, e essa é uma realidade que teremos de encarar de frente e com coragem se quisermos varrer o caminho que continua a separar-nos da unidade indispensável. Cerremos fileiras, ou o imperialismo vencerá esta batalha. A felicidade não é para amanhã, já sabemos, mas a infelicidade pode ser hoje mesmo.

A transfusão Extra, 2 de Março de 1978

Vai para seis meses (como o tempo passa!) falei aqui dos independentes, esse «sebastianismo novo», essa «nova superstição política portuguesa» que se alguma coisa significa, direi que a pior: mais créditos e abonos têm afinal aqueles seres olímpicos que deixam cair do sábio lábio o conselho, a admoestação, a doutrina sempre em dia, do que todos os outros idos à fogueira e nela queimados, porque são generosos e acreditam, e dão quanto têm, às vezes uma vida inteira e limpa das subserviências diversas a que os habilidosos chamam flexibilidade. Seja isto carapuça para quem tiver cabeça que se lhe ajuste, e se para alguns for ofensa, bom sinal será: quem se sente, é com certeza (filho de) boa gente.

São hoje em menor número os independentes. De alguém sei eu que, chegado à última linha do meu artigo de Outubro, murmurou com os seus botões: «Isto é comigo», e, tendo murmurado, veio a dizê-lo em voz alta e procedeu em conformidade: se lhe insinuarem agora que perdeu a independência, responderá que ganhou clareza. Essa foi a sua escolha. Porém, pode-se deixar, perder ou abandonar a independência, e nem por isso ganhar esclarecimento na troca, por mais que se grite: «Eu vi a luz!

» Esse é, se me não engano, o caso do grupo de personalidades que, incorporando-se no PS, incorporou nele a Intervenção Socialista, que de personalidades era: essas estimáveis pessoas que a si mesmas se tomavam,

reclamavam e proclamavam exemplos de rigor político e coerência ideológica, que não perdiam nenhuma oportunidade de, sob forma de comunicado, leccionarem o País e o mundo, por onde mais viajam do que por cá - essas pessoas, como quem se sacrifica no altar da Pátria, trocam as impolutas vestes da independência e vão ao PS, peticionários privilegiados com passadeira estendida. Quando o PS desposou o CDS faltaram padrinhos políticos à cerimônia. Quem iria pensar que esse seria o papel da Intervenção Socialista?

Exagero e calúnia, dir-me-ão. A posição dos novos aderentes, em relação ao CDS e à coligação, é crítica; não faria sentido que eles, socialistas, e exigentíssimos, fossem agora caucionar uma política de direita; se estiveram quatro anos sem mácula, não iriam agora atascar-se no pântano, etc., etc. Raciocinar assim, digo eu, é outra vez uma atitude sebastianista. Equivale a estabelecer como postulado a bondade essencial deste grupo de políticos, encontrando depois, e forçando quando necessário, explicações para as incongruências ou para os saltos tácticos ou oportunistas. Como se vê, a independência, tal a entenderam, é um investimento de lucro alto, aproveita a própria credulidade dos ingénuos: por que não se incorporou a IS quando tinha alguma viabilidade um governo PS -Independentes?

Ninguém me tira da cabeça que esta manobra não está toda à vista. Recuso-me a alinhar em qualquer das reacções correntes que o caso suscitou entre os comentadores encartados, a afirmação de pureza de intenções (salvar o PS, salvar a democracia, salvar a Pátria, etc.), a ironia, mesmo justificada (os ex-IS, que já foram ex-GIS, que já foram ex-MES, que já foram ex-CDE ...). Para além da parte de ridículo que há na expressa convicção da sua própria necessidade pessoal e de grupo neste transe da história portuguesa, para além da petulância de o acreditarem e da habilidade de o fazerem crer, é verdade que os novos socialistas do PS têm audiência nos lugares altos do poder. Não são quarenta simples militantes do PS, são quarenta cunhas, quarenta alavancas, quarenta escoras supostamente capazes de segurar dois edifícios cambaleantes:

o PS e o projecto social -democrata. São também quarenta ambições. E são, de facto, quarenta necessidades.

O PS estava doente, infectado de oportunismo, de abandono, de escândalo, de incompetência. Precisava urgentemente de uma transfusão, ou morria. Desdenhado pelos trabalhadores, só uma operação de prestígio lhe poderia dar alento. Ela aí está. Porém, tudo se paga. Que preço vai pagar o PS pelo sangue fresco destas « independências » imoladas? Hoje ainda é tempo de cobrar. Cobra a preocupação do CDS, cobra o alarme do PPD, cobra a simpatia de militares e o aceno apadrinhante de Belém, cobra a expectativa atenta de forças à esquerda, cobra a perturbação da UESD.

E amanhã? Está visto e sabido que a direcção do PS se esvaziou. Evidente é a sua incapacidade, o seu desgaste. São homens do passado com alguns remorsos para a velhice. E eis que chegam os herdeiros. Uma classe de péssimos aprendizes vai dar lugar a uma classe nova de tecnocratas, a um malabarismo de feira sucederá um malabarismo de alto circo. Tudo é o mesmo processo. Não é da massa dos militantes trabalhadores do PS que sobem os dirigentes do futuro, é de fora que vêm e de cima que se instalam. Irão os socialistas ignorar esta nova lição?

A outra «secousse» Extra, 9 de Março de 1978

Melhor ou pior, temos vindo em Portugal a falar o nosso francês. Desde

Eça de Queiroz que vivíamos no remorso de o falar patrioticamente mal (como fora seu conselho, de homem como nunca mais tivemos outro que nos tomasse tão a rir), mas agora, emparceirados com um primeiro-ministro de boas letras gálicas, tudo quanto seja rigor passou a ser nosso cultivo, quer em escrúpulos de pronúncia quer em subtilezas de tradução. Neste particular, estou que somos o espanto da Europa. E se não fosse a convulsão linguística que ultimamente nos abalou, creio que teríamos deixado passar

sem mostras de humana sensibilidade a cheia do Ribatejo, as inundações do Douro, a derrocada do castelo de cartas de Sines. Com a «secousse» humanizámo-nos. Há sempre uma cotovelada que nos acorda, é o que é.

Os órgãos de comunicação ajudaram muito, como era sua obrigação cultural e política. Minudizaram abalo, safanão, choque, terramoto, encontrão, deram, enfim, uma boa volta ao vocabulário pátrio, sacudiram-lhe o pó e as teias de aranha, estimulados pelo gesto cavaleiro do gabinete do primeiro-ministro, que veio, como sói ou soía dizer-se, varrer a testada. Foi, claro está, um divertimento, uma paródia à portuguesa. Mas, como no melhor pano cai a nódoa, esqueceu-se o primeiro-ministro e esqueceram-se os jornais de explicar aos poucos portugueses teimosos em não aprender francês, que «secousse» se lê «secusse», e não, como parecerá a gente mal informada, «secousse». Chamo a mim este dever cívico. De norte a sul grassavam a confusão e a perplexidade, que desta maneira se dissipam. Tanto mais que vem a propósito.

Como é sabido, comemorou-se há poucos dias um aniversário do Colégio Militar. Alguns jornais disseram alguma coisa do que se passou na festa, outros preferiram não alumiar sequer a primeira letra, todos eles terão as suas razões para ter dito ou para ter calado. Há quem para ajudar fale, há quem cale para ajudar, e isto mostra, pelo menos, uma grande imprecisão quanto ao modo melhor de nos defendermos, quando, como agora, disso parece haver necessidade. Em Portugal curámo-nos de alguns complexos, mas criámos outros, e o mais grave desses é a «conveniência» de parecer ou não parecer de esquerda, de o ser de mais ou o parecer de menos. Quer dizer, a esquerda depois de ter andado durante o fascismo a abrir o seu lugar, a reivindicá-lo, a conquistá-lo, hesita agora ou teme escolher mal as ocasiões de afirmar-se frontalmente como quem é. Há um certo sentimento de desamparo nisto.

Festejou o Colégio Militar o seu aniversário. Parabéns, portanto, mesmo sendo eu o mais paisano dos portugueses.

Depois do 25 de Abril, a nossa vontade seria andar todos os dias a dar parabéns às Forças Armadas ou a quem para elas se prepare. Não há quem não se lembre daqueles dias gloriosos e deles não tenha saudades: aqueles tempos em que as fardas de terra, mar e ar cobraram o orgulho de se mostrarem à luz do dia, aqueles tempos em que ao virar duma esquina só não caíamos em abraços intermináveis a um

uniforme porque havia outras coisas a fazer, como, por exemplo, inventar a justiça que era devida a um povo inteiro. A festa era nossa, era de todos, nascimento, boda, hora de destino. E eu (é a altura de o confessar) cheguei a lastimar-me por ter falhado o tempo da tropa: como paisano derramado, faltava-me a recordação da caserna e a camaradagem da recruta que me permitiriam falar de igual para semelhante.

Já lá vai o tempo, o chão deu as uvas que podia, os cravos acompanham os mortos do Tarrafal. Não creio que tenha havido cravos na festa do Colégio Militar, ou se os houve, murcharam ali mesmo, enfiados de susto ou constrangimento, senão de vergonha, como quem de repente se vê em casa alheia sem convite e vai ser reconduzido ao patamar com alguma

brusquidão. Eu sei que os militares têm lá o seu francês próprio, a sua linguagem de classe e de curso, as suas cifras e códigos. Entendidos ou desentendidos uns com os outros, alguma coisa sempre preservam: a possibilidade do aperto de mão. Será isso um bem. Quem sou eu para o por em dúvida? Mas nós tínhamos ganho uns certos hábitos novos, nem civis, nem militares, apenas de homens que não se distinguiam por este afinal muito, quando o julgávamos tão pouco. E agora os civis voltaram a ser civis, e os militares continuam militares. Está cada um no seu lugar, como manda a boa ordem social.

Hoje vejo quanto tenho sido um ingrato para com o primeiro-ministro. Deu-se aquilo da «secousse», e ei-lo solícito e democrático a explicar-me tudo por palavras suas. Em compensação, ninguém publicou comunicado ou nota oficiosa a esclarecer-me sobre o significado do que se passou no Colégio Militar. Ao menos que nos dissessem o que todos já sabemos:

que em muitos oficiais a vontade democrática, ou não chegou a nascer, ou «secou-se». À portuguesa, claro está.

O nome dele Extra, 16 de Março de 1978

Se eu não fosse isto que apenas sou, homem da escrita, arrumador de palavras, balança que mesmo querendo não saberá acertá-las sempre, régua que rigorosamente as desejaria medir, penso que a arqueologia seria a escolha da minha vida. Dirá o leitor que é uma preferência suspeita para quem usa falar de futuro, este gosto arqueológico que hoje para aqui me deu confessar: investigar pedras velhas quando tanto precisamos de pedras novas, meter o nariz nas coisas do passado quando tão custoso é deitar mãos aos trabalhos do presente, há-de parecer a quem me leia atitude de fuga, refúgio de coragem pouca. Não estou de acordo. Lembre-se o leitor da sua própria arqueologia pessoal, do seu tempo vivido e construído, do que destruiu e enterrou, e veja lá se, para saber quem é, não precisa de saber quem foi. Nisto, acredite, não são os povos diferentes dos homens e mulheres que os constituem.

Vai o tom deste apontamento fora do costume? Não vai.

Tudo se liga, os actos às palavras, as pedras às pessoas, a enxada à terra que tem de ser levantada: a questão é encontrar as ligações, os laços, e depois mostrar como é transparente o que parecia opaco, como é luminoso o que afirmavam obscuro. Esta arqueologia não está longe do 11 de Março, como se vai ver não tarda. E outra bem pior se manifestou no festival da comemoração do aniversário do Colégio Militar, consoante aqui foi mencionado e comentado: neste desenterrar de pedras velhas e cadáveres putrefactos vai uma grande e não muito limpa diferença. E também isto é preciso ligar a todo o resto.

Ora, o general Vasco Lourenço foi ao RALIS. E agora deve o comentador escrever com muito cuidado, porque isto

é uma terra cheia de susceptibilidades, com umas Forças Armadas delicadas como uma rosa, que por um nada se melindram, por coisa nenhuma clamam de ofendidas, por um roçar de pena pouco falta que sangrem. Que mistério será este, não sei dizer, porque a verdade é que ninguém nasce militar, as mães só dão à luz civis, mas depois por via da educação e da convicção, do galão e da farda, tudo são picos, desconfianças, incompatibilidades, e o civil que civil ficar até morrer passa, potencialmente, a ser um perigoso destabilizador. Portanto, se o general Vasco Lourenço foi ao RALIS neste 11 de Março, três anos depois do outro, limitemo-nos a acompanhá-lo de longe. Como é sabido, somos suspeitos.

Para alguma coisa serve a televisão. Estou aqui sentado, vejo o general aproximar-se do monumento aos mortos do RALIS, vejo a lápide, a pedra que

lá está, a imagem é brevíssima, um relance, mas consigo ler o nome do soldado morto e o nome do criminoso: «Assassinado pelo fascismo.» Obrigado, televisão. Tu, tantas vezes sem vergonha, tantas vezes mesquinha, tantas vezes odienta, acompanhaste de gosto ou por obrigação o general e lembraste o que outras vezes tens aceitado fazer esquecer: que, conforme está na pedra, o 11 de Março foi uma obra do fascismo. O mais são histórias contadas depois, poeira levantada para enganar a inteligência, conto de vigário em alta escola. Põe o general Vasco Lourenço flores no sopé do monumento, dá atrás os passos, faz a continência. Entretanto, longe, debaixo da terra, os ossos do soldado Luís, vítima inocente e desprevenida, interrogam-se sobre o absurdo de tal morte. Ali, na parada do RALIS, os soldados vão pensando na vida. Presume-se que nenhum deles conheceu o soldado Luís. Participaram na cerimônia, pensam na vida, talvez estejam comovidos, talvez indignados, eles o saberão. Haverá ali quem se lembre do aniversário do Colégio Militar, do que lá se fez e do que lá se disse. E de Spínola. Entretanto, o general Vasco Lourenço fala.

Por minha parte, agora que a televisão já se foi embora, Ponho-me a pensar nas vantagens desta tradição de confiar à memória da pedra aquilo que muitas vezes a memória dos

homens, frágil, confundida, não consegue conservar ou é obrigada a esquecer. Desta maneira, quando a justiça liberta bombistas depois de ter absolvido torturadores, ficam os portugueses a saber que há no país um lugar onde, escrito na pedra, se diz que o fascismo continuou a existir depois do 25 Abril e que, como fascismo que é, assassinou. Se eu ousasse fazer propostas ao Estado-Maior do Exército, honestíssimas, sugeriria que assiduamente se abrissem as portas do RALIS à população, para que esta pudesse certificar-se, não de que o fascismo continua vivo (isso ela sabe), mas que ainda há uma pedra que o denuncia.

Já o leitor compreendeu o meu gosto pela arqueologia. Há pedras mudas que valem mais do que cem discursos. Atenção a esta. Não falta aí quem prefira mandá-la enterrar. E então teríamos de esperar trezentos anos para relembrar que o 11 de Março foi fascista, que o soldado Luís foi assassinado pelo fascismo. Que é este o nome, e não outro.

Como ia dizendo... Extra, 11 de Maio de 1978

Eu, se estivesse no lugar do leitor... Escrevo estas sete palavras, desenho esta vírgula, coloco estes pontinhos, e de repente a frase aparece como espelho de alguma presunção: eis-me falando de cadeira e ponteiro, em altura de estrado, magistral na suficiência e protector no tom. Enfim, um horror. Melhor é que nos sentemos aqui na borda do passeio, nesta rua de toda a gente, a ver quem passa e, postas assim as coisas e as pessoas nos seus verdadeiros sítios, recomeçar. Direi então: Eu, que estou no lugar do leitor, tento não perder de vista o essencial. Não quer isto dizer que não me engane muitas vezes, mas em geral é por saber menos do que julgava ou por não ter comparado o que sei com o que os outros sabiam. Porém, como a intenção é limpa, posso, sem regressar ao estrado, pedir ao leitor que procure, nesta borda do passeio em que estamos, fazer o mesmo.

Claro que o essencial não é simples. Digamos doutra maneira: o essencial é simples, mas não deve ser simplificado. Pelo contrário: quanto mais simples se nos apresentarem as coisas, quanto mais óbvias e fora de discussão o hábito no-las tiver inculcado, melhor deverá ser a análise, maior a minúcia obstinada. Para quê? Simplesmente para não sermos enganados ou para tomarmos a medida do engano, se o não podemos evitar, caso raro. Precisamente vivemos, nesta borda do passeio, um tempo de

engano, ou de mentira, se se preferir a palavra mais crua. A ambos importa, ao leitor e a mim, por isso mesmo, raspar um pouco o lixo da valeta e ver se o que está por baixo é lama ou pedra sã. Direi que é lama primeiro e pedra depois.

Este governo que é? Segundo os critérios da democracia dita parlamentar, é legítimo, representativo, constitucional, tem todas as virtudes e bênçãos da legalidade. Logo, não é engano; logo, não é mentira. Mas, como este governo resultou duma operação de funambulismo político, como na sua origem, formação e prática é um híbrido, espécie de mula ideo- lógica, então como engano o temos e como mentira o sofremos.

Tinha o fascismo português uma qualidade: era monótono, nada imaginativo, pouquíssimo hábil. Afirmava uma coisa só, afirmava-a infinitamente, e punha-se à espera de que as pessoas acreditassem. Quando a resistência lhe parecia excessiva, matava ou prendia; quando as vozes discordavam, metia a tesoura e cortava os excessos. Era, enfim, estúpido, e a sua estupidez a nossa melhor qualidade.

Agora vivemos em democracia. A democracia é, por definição, inteligente, vivíssima, culta, civilizada, cosmopolita, e sobretudo ocidental. A democracia é este prazer cívico de ter eleições para tudo: o presidente vai por nós, o governo está por nós, o parlamento ora por nós. A democracia é a felicidade enfim alcançada, o paraíso na terra, a confraternização de classes, o beijo na face. Da democracia se pode dizer que não mente, uma vez que os números, todos aprendemos Isso, não mentem. Mas a democracia, a tal que não mente,

sabe dizer mentiras, sabe tecê-las e defendê-las. Direi que essa é uma das suas grandes habilidades: a democracia pluralizou a mentira. Por seu defeito congénito? Não, coitada dela. Por servidão, compromisso e fraqueza de carácter de muitos que seriam (talvez) capazes de morrer por ela (ou emigrar), mas não conseguem esse acto (afinal muito mais complicado) de viver para ela. Ou de fazer com que ela real e verdadeiramente viva.

O Partido Socialista não pode continuar a ser o bode expiatório, nem mesmo o burro de carga das desgraças nacionais. Aliás, o PS já tem o seu próprio bode expiatório que é essa admirável coisa a que foi dado o nome de Gonçalvismo. E quanto a burro de carga, se o é, a escolha foi sua. Megalómano, orgulhosamente messiânico, quis governar sozinho, depois de ter governado com essa impagável figura de político que se chama Pinheiro de Azevedo. E quando não a aguentou mais, quando alijou a carga, logo a retomou folgado com um parceiro a quem pouco tempo antes, ridículos ambos, dera as piores alcunhas. Não percebem Mário Soares e os companheiros de direcção que escolheu ou lhes restam, que ao retomarem o governo puseram às costas o inimigo declarado do socialismo que o CDS é, enquanto do baralho de cartas de luta pelo poder não saía o rei Sá Carneiro ou o valete Sousa Franco. Melhor com este (o carneirismo é, obviamente, um neofascismo), o capital jogará os seus naipes próprios. Mal comparado, o PS lembra aquelas larvas em que certos insectos depositam os ovos para que os filhos possam alimentar-se de carne fresca logo que nascem. Já lá tem o ovo CDS, não tardará muito que o PPD ponha o seu. E não vai faltar quem abençoe a carnificina.

Creio, amigo leitor, que hoje fizemos bom trabalho: raspámos o lixo, encontrámos a pedra. Foi por aqui que passaram os do Primeiro de Maio.

Tomás, o recuperado Extra, 18 de Maio de 1978

Se eu fosse Américo, talvez tivesse encontrado a América. Se eu fosse Deus, teria ajudado a descobri-la, pondo-a mais perto. Se eu fosse Rodrigues, arranjaría maneira de ser Armindo e poeta. Se eu fosse Tomás,

poderia ter nascido em Aquino para que no futuro inventasse o tomismo. Mas se eu fosse Américo de Deus Rodrigues Tomás não seria nada neste mundo, mesmo que de mim tivessem feito presidente duma república qualquer. Havia de cortar fitas, mastigar pastéis e discursos, enfiar condecorações em pescoços, urdir conspirações malévolas e senis, e ao fazer tudo isto ouviria todos os dias a grande gargalhada dos meus patrícios, a troça dos cafés, a catarata irreprimível das anedotas. Teria adorado o Salazar de joelhos, teria acusado Marcelo de não ser bastante Salazar. Teria sido protegido por Spínola e levado, em trânsito, à Madeira. Teria vivido exilado no Brasil, ex-presidente fascista português, a salvo do julgamento, de punição, congelada a conta bancária, mas derretido o comendador pelo tempo da paciência. Até que, virando o vento, outro presidente me chamasse, António Ramalho Eanes me perdoasse, se legitimamente o pode fazer e politicamente tem o direito de usar essa legitimidade.

Neste momento, o povo português hesita entre a gargalhada e a vergonha. Lembra-se dos bons ditos do mais gracioso presidente que já comeu pão em Portugal, e vêm-lhe as lágrimas aos olhos de tanto rir. Mas depois, nisto de lágrimas não há que fiar, quem chora de rir, acaba por chorar de chorar, e ficamos a olhar uns para os outros, acaba a perguntar se estão a fazer pouco de nós e porquê, e indignamo-nos porque tendo visto já muito, não esperávamos ver tanto: a direita com todos os direitos, reacccionários em conspiração aberta, centenas de pides à solta, o pátio dos milagres em que a justiça se transformou, a política do padrinho, a voracidade dos afilhados que óbvios padrinhos têm. E agora o Tomás, o Père Ubu do reino de Portugal, o semblante

mais expressivo que ventre de mulher teve a dita de gerar quando gerou o resto. Obrigado, senhor presidente da República. Sem Tomás, estávamos órfãos. Com Tomás, Deus, Rodrigues e Américo, a família portuguesa recupera a sua identidade ao redor da mesa patriarcal. Faltam ainda, claro está, o Marcelo Caetano, o Moreira Baptista, o Tenreiro, e outros, os parentes e os aderentes, uns tantos que mataram ou mandaram matar, outros muitos que roubaram. Enfim, o fascismo não existiu.

Dizem-me nesta barquinha que vem de Belém, que Ramalho Eanes não quer que haja exilados políticos, que tem o sonho de todos os portugueses viverem em Portugal. Quem sou eu para estar contra? Há lá coisa mais bonita que ver um povo todo abraçado na mesma romaria, sobretudo quando, para os que não possam entrar na festa, se inventarem fórmulas tão confortadora mente bíblicas como a «diáspora portuguesa»! Diabo de diáspora esta que leva portugueses a todo o mundo, mas os expulsa da Madeira e dos Açores, à pancada. Terrível ironia isto de ser nobremente diáspora e não poder voltar porque em Portugal não há pão que chegue, enquanto do exílio farto há quem possa voltar por decisão e táctico convite do presidente da República. De um presidente rígido em matéria de culpas, sevícias e mais juízos morais e políticos, e agora benévolo ao ponto de lhe bastar não haver nada em desabono de Tomás nos registos da Comissão de Extinção da PIDE-DGS.

Como tem vista para o mar, Portugal é um país atlântico. Talvez por isso os viajantes daquelas bandas tenham mais fácil acesso às praias e enseadas do património. Não tenho a certeza, é apenas uma ideia minha. Há tanta coisa para além do horizonte que daqui se vê: a cabeça da NATO, o nosso

novo capataz Fundo Monetário Internacional, o Pentágono, o presidente Carter, a CIA, e o Carlucci, o dólar, o empréstimo, a esmola, o desprezo, a humilhação. E agora o Tomás, que vai voltar aos nossos braços.

Exilados... Dá vontade de rir. Dentro de Portugal (será possível que Belém o ignore?) vivem muitos milhares de portugueses que, tecnicamente, são exilados. Não os prende a

polícia, não lhes devassa a correspondência, não lhes escuta o telefone (é um supor, evidentemente), parecem cidadãos livres. Não o são. Estão exilados do trabalho que era o seu por razões ideológicas, reduzidos, na prática, a uma cidadania de segunda classe. Se o sector oficial os excluiu, rejeita-os o sector privado, se o sector privado os eliminou, põe o sector oficial o carimbo final na excomunhão. Não há justiça democrática que valha nem presidente da República que perdoe.

Zero político, Tomás não virá a ser bandeira da reacção: para dar os golpes que o fascismo já deu e projecta dar, há outros caudilhos civis e militares. O regresso de Tomás talvez seja um bem. Mostraria a profundidade do poço onde caiu a nossa esperança. Que não caiu, foi empurrada. Quem se acusa?

Papéis de identidade Extra, 25 de Maio de 1978

Alguma coisa rimos na semana passada: continuemos pois a falar a sério. Nestes quatro anos que levamos de vida transformada, não faltaram a Portugal as análises, estou que mais abundantes ainda, e originais, do que os políticos e as políticas que eles nos fazem. Entre diagnóstico e prognóstico temos andado, às vezes tão confundidos que já nem acertamos no simples vocabulário, e o que foi chamado revolução logo recebeu o nome de trauma, sinal de um entendimento que tem olhado o País, ou como alguém que escapou de Morte certa, ou como alguém brutalmente ilaqueado quando novo sangue lhe inventava veias novas. As imagens que aí ficam são todas de hospital e agência funerária, excessivas, portanto, para a sensibilidade do leitor a quem sobrem ralações de saúde ou lutos pessoais. Procuremos então diluir o particular de cada um no geral de todos, e prossigamos.

Grande invenção foi aquela que decidiu termos passado a viver em crise de identidade desde o 25 de Abril. Porém,

quer-me parecer, se a tanto me chega a argúcia, que o inventor viu na sua ideia ter sido Portugal um país com identidade própria apenas pelo tempo em que foi dono de colónias e precisamente por delas ser dono. Aproximemo-nos então deste corpo português deitado, afastemos da cabeceira os médicos que mais embarçam do que ajudam, e tentemos ver de perto o paciente, o rosto, o olhar, as rugas fundas na testa, esta energia fatigada. Foi país colonialista, fez não uma, mas várias guerras coloniais, trouxe bandeiras e Gungunhanas depois de ter exportado pretos como gado e para os mesmos fins de trabalho e criação (que ao canibalismo não chegámos), e foi ensinado pelas suas escolas todas, desde a primária à universidade, a decorar e usar a identidade, conveniente: «Aqui é Portugal», oitocentos anos de história, coração pelo mundo em pedaços repartido, heróis do mar, nobre povo, isto é, todo o suporte sentimental, por isso ideológico, do colonialismo. A inculcação não seria em profundidade, mas nada lhe escapou em superfície. E, desta maneira, quando se viu feita a descolonização, achou-se o país sem identidade, quer dizer, sem saber quem seja, donde veio, para que existe, transformado, para empregar velha e ilustre imagem, em nau à deriva.

Será assim? Saberá hoje Portugal menos de si do que quando uns tantos portugueses exploravam, em grau máximo, ou mínimo, as colónias? Foi Angola, afinal, o denominador comum de Trás-os-Montes e Alentejo? Passou pelo Lourenço Marques de então ou por Bissau o diálogo fraterno entre trabalhadores e patrões? Há grande hipocrisia nestas perguntas, não

hipocrisia minha, que me limito a pô-las em letra clara, mas de quem instituiu e prolonga modos de comportamento que, invisivelmente, assentavam naqueles pressupostos. Não espanta, por isso, que, conscientes ou involuntários ideólogos duma saudade colonial falem agora em crise de identidade, de sociedade em processo centrífugo (a fórmula é minha, a ideia é deles), como se afinal tivéssemos tido por fronteiras não a Espanha e o mar, mas as colónias, que, havendo deixado de exercer a compressão lateral que nos mantinha juntos, são agora consideradas responsáveis pela

disjunção do corpo português. Fantasia geopolítica que está subjacente no conceito colonialista de crise de identidade e que encontrará, não duvidemos, solenes e patrióticos didactas.

Mas não haverá, realmente, uma certa crise de identidade no povo português, não aquela, mas de outro teor? Sim, creio que há uma crise de identidade em Portugal, não necessariamente no povo português. Ou melhor: o povo português foi obrigado, nem sempre de modo pacífico, a interiorizar uma situação de desidentificação promovida e sustentada pelas diversas forças económicas dominantes (com os seus vários e alternativos apoios ideológicos) ao longo de gerações. E de tal modo o processo veio a identificar-se com a pragmática política portuguesa que, mesmo depois do 25 de Abril, no chamado Verão quente ou já gelado Outono de 75, foi o próprio poder que previu a divisão do país em Norte e Sul, a receita dicotornizante, o maniqueísmo criminoso, os bons só de Rio Maior para cima, a marcação da fronteira para a guerra civil. A um povo realmente identificado consigo próprio não se ousaria fazer esta proposta. Não se concretizou a aventura, mas a crise de identidade, assim tomada, é um brasido que continua a ser cuidadosamente soprado pelos políticos, civis e militares, cujo projecto interno e servidão externa (interdependentes) assentam precisamente na manutenção actualizada duma desidentificação histórica.

Provavelmente, não fui claro. Fica para outra vez. Entretanto, viajemos muito pelo interior do quadrilátero que passou a ser Portugal de vez. Aprendamos a conhecer quem somos, a identificar-nos. Estudemos e reescrevamos a história do que fomos. Desenterremos e analisemos as pedras velhas, as instituições caducas, os usos, as línguas. Façamos arqueologia. Reconheçamos as culturas para que possamos encontrar-nos na cultura e dela partir para novo e sucessivo reconhecimento. Assim, viremos a desenhar o rosto Português no esboço do nosso próprio rosto individual, e teremos um novo bilhete de identidade, não falsificado, com a vera impressão digital, a marca do nosso polegar na história sóbria, e por isso exemplar, dos povos.

Atenção, porém. Que este trabalho não nos distraia das obrigações que já temos, e são muitas. Não vá acontecer estarmos nós a debater a proveniência dum machado de sílex ou o peso do montante de D. Afonso Henriques, e, com toda a simplicidade, levarmos um tiro pelas costas. O fascismo anda por aí à vontade, tem partidos e portas para a rua, está identificado. Desgraçadamente, este governo nem sequer tem força para lhe pedir os papéis.

Sena

Diário de Lisboa, 23 de Junho de 1978

Também conheci Jorge de Sena. Não muito bem (se alguém se pode gabar de tal), mas por aquela via que talvez dê para conhecer melhor: as cartas. Contadas, foram pouquíssimas as falas que trocámos. Escritas, são larguíssimas dezenas (ou centenas?) as páginas que de um lado e do outro se escreveram. Eram elas de razão editorial, mas quem alguma vez recebeu

carta de Jorge de Sena, sabe que nela sempre esteve, além do motivo imediato que a justificasse, um outro motivo que em todas obsessivamente se exprimia: o autor delas. Diz-se que Jorge de Sena era vaidoso, egocêntrico, parece que mesmo megalómano. Talvez fosse tudo isso e muito mais, talvez concentrasse em si quanto de defeitos a espécie humana tem vindo a coleccionar: seria uma outra singular forma de grandeza. Mas Jorge de Sena usava o admirável impudor de não poupar precisamente as palavras que mais riscos comportassem. E, pelo que julgo saber, nunca Jorge de Sena terá sido tão franco, tão brutalmente afrontador, como nas cartas que escreveu. Se algum dia se publicar a correspondência de Sena, receio bem que metade da catedral literária portuguesa vá pelos ares. E se é de revulsivos desses que estamos a precisar, temos a medicina à mão. Este artigo não é um necrológio, muito menos elogio fúnebre. Há evidente indecência no habitual derramar de louvores e lamúrias, quando morre alguém que justamente foi

para o outro mundo com a boca amarga de repugnância por incensadores póstumos e carpideiras. A morte de Jorge de Sena é uma vergonha para Portugal. Não foi português o cancro que o matou, mas é portuguesa a indiferença que torna as mortes mais dolorosas. Não sei que últimas palavras foram as de Jorge de Sena, se teve tempo e paciência de as ditar para a história, se não preferiu o desprezo do silêncio precisamente para calar palavras de desprezo. Se uma carta pudesse ter escrito, estou que não seria uma carta, mas um rugido. Mas Portugal é um país de surdos depois de ter sido um país de mudos.

Revejo Jorge de Sena, exactamente há um ano, acompanho na televisão o seu gesto de provocação desesperada, a imprecisão lançada contra os ouvidos rolhados dos espectadores de perto e de longe, e pergunto a mim mesmo quantos Jorges de Sena precisarão ainda de morrer para que, enfim, esta terra comece a valer pelo que saiba e cultive, e não pelo que de si mesmos cuidam os atletas da mediocridade nacional que foram e desgraçadamente continuam a ser os que em nosso nome falam. Na Guarda, Jorge de Sena tocava a rebate, possesso, quase patético, algumas vezes (que importância tem isso?) roçando o ridículo para melhor insultar a corte que o ouvia. E, feito o seu número, tendo dito muito mais do que se lhe pedira, tendo posto diante de um país inteiro a sua profunda ferida (sua, de ambos), foi-se ao que lhe restava de vida, um brevíssimo ano, para continuar o que sempre fizera: escrever. Se algum dos portugueses de agora encarnou dramaticamente a dignidade de ser escritor, esse foi Jorge de Sena. Isso que Jorge de Sena soube ser melhor do que ninguém, e não falando agora no que a sua obra representa, é provavelmente a grande lição que aos escritores portugueses conviria aprender. Ou não mereceremos sequer o pão que comemos.

Em geral, quando morre um escritor, um artista, a benevolência colectiva acode a pedir que se esqueça o homem e se fale da obra. Vem isso da velha impregnação cristã do perdão dos pecados, e do pequenino orgulho de nos julgar-

mos cada um de nós senhores desse perdão, só porque continuamos vivos. No caso de Jorge de Sena, prefiro não esquecer o homem que mal conheci. Prefiro reflectir sobre os seus defeitos de carácter, apurar razões que não se dêem por satisfeitas com as banais (mesmo que rigorosas) explicações que a psicanálise dá. E ver se são defeitos. Ver se não se trataria antes de uma hipertrofiada consciência do valor do homem, da acção transformadora do homem. E concluir, enfim, se este patriarcal país, se esta pastosa e desvertebrada classe intelectual (em sentido lato) que do país melhor ou pior se vai servindo, não estará antes

precisando de adquirir urgentemente alguns dos defeitos de Jorge de Sena. Se não formos capazes de lhe continuar a obra, ao menos prolonguemos o homem.

Têm agora a palavra os críticos, os historiadores, os que descompõem e recompõem. Por mim, que não chego a tanto, tirarei da obra de Jorge de Sena o que for capaz de receber e mantereí os ouvidos bem abertos à sua furiosa voz, à sua cáustica insolência, ao seu infinito gemido de ser português e desprezado

Unir a esquerda, defender a democracia o diário, 1 de Novembro de 1980
Falam muito, escrevem tanto. Derramam-se em opiniões, análises, comentários, notas, cenários, adivinhas, boatos, sugestões, trocadilhos. São argutos, inteligentes, alviçareiros, irónicos, insinuantes, maliciosos, solenes, avisadores. Debatem milimetricamente. Marcam fronteiras de consenso fazendo coincidir ambições de futuro com gratificações do presente. Aspiram a imunidades de sobrevivente habitual, flutuam na maré, escapam ao incêndio, ladeiam o terramoto, administram a recriminação e investem o louvor, conferindo sempre os resultados com as vantagens. São infalíveis e paradigmáticos, mestres no pensar e no equilibrar, maravilha da gente simples, pauta

da gente mundana. Há os que juram de boa-fé, há os que riem disso. Uns proclamam-se de esquerda, outros gabam-se de direita, todos se encontram no centro.

Era de esperar. A vitória da AD, assegurando o poder por quatro anos, e a sequente por extenso e hábil manobra táctica dos respectivos estados-maiores políticos e do governo, que consistiu em moderar o triunfalismo da ocasião, em cultivar um estilo de apagamento discreto, puseram com febres altas certos comentadores. Os da direita, muito conscientes de que a vitória, se satisfizera as necessidades imediatas, não garantia as futuras, lançaram solícitas pontes à FRS por extenso, insinuando-lhe paternalmente que tirasse da derrota a lição da inviabilidade do socialismo em Portugal e o trocasse pela realização de um projecto de sociedade europeu, moderno, personalista, atlântico, obviamente capitalista, com alianças repensadas e com alargadas maiorias. Não foi dito com tanta franqueza, mas, bem espremidas as extensas e variadas prosas, varridas as folhas e levadas as cascas, o sumo era esse.

Do lado de alguns opinantes que a si mesmos se designam de esquerda, mas independentes, ou de esquerda, porém socialistas, assistiu-se ao costumado movimento de retracção do espaço político que ocupam, o qual, em horas de aperto, quando não ousa estender-se compensatoriamente para a direita, faz prodígios para encolher-se à esquerda. A isto se chama, em gíria política corrente, demarcação: para o caso, a esquerda demarca-se da esquerda. A acreditar no coro e no recado desses comentadores, se a «esquerda democrática» (onde, segundo eles, não há lugar para os comunistas) veio a mostrar-se numericamente inferior à direita unida, o remédio estará na reformulação da «área democrática», em modos de colchete lançado sobre uma parte do PSD e umas pontas do CDS, sobre a ASDI aconchegada entre estes e o PS, com eventual abandono, em tempo próprio, da UEDS e de alguns socialistas «históricos», mais teimosos do que sensatos.

Não é isto novo nem surpreendente, mas quando se manifestou em ocasiões anteriores tinha o benefício da flutuação

das maiorias, da insegurança dos governos minoritários, do carácter conflitual dos governos presidenciais. Agora, com uma maioria parlamentar estável de direita, diante da perspectiva de quatro anos de governo com vocação exclusiva e meios para isso, trata-se de tentar apanhar o comboio em andamento antes que um mais do que provável exercício ofensivo de autoridade venha impedir gestos tardios de aproximação. Há pessoas que não suportam não ter razão: uns obstinam-se nela, outras mudam-na, cientes de que no trânsito irão colhendo os aplausos de públicos novos e novas clientelas.

O objectivo destes esforços concertados é claro. Em primeiro lugar, reduzir a influência do PCP e dos seus aliados. Depois alargar a área aparente do centro para caucionar a efectividade governativa real da direita. Enfim, neutralizar o PS, conservando-lhe o figurino formal de grande partido democrático, mas retirando-lhe conteúdo militante. Claro que tudo isto é sonho antigo, projecto de muitos padrinhos e bênçãos, que às vezes parecem desentender-se e trocar excomunhões. Nem está excluído que sejam incompatíveis entre si alguns dos que apostam no mesmo plano: por agora aliados de conveniência, concorrerão amanhã em nome da lógica do poder, que manda vigiar os inimigos e acautelar-se dos amigos.

Mas a antiguidade do projecto não lhe retira virulência. Pelo contrário: a confirmação da vitória da AD, o esvaziamento ideológico que desde cedo se operou no PS e entrou agora em aceleração, colocam a democracia em perigo. Verificamos hoje, contra a convicção embaladora em que adormecemos, que a direita não é estúpida. Ou, se o é, consegue sê-lo de maneira notavelmente inteligente: em seis anos

soube minar e contraminar, lançar golpes ostensivos para ocultação dos autênticos, fazer alianças pontuais que serviam objectivos remotos, apostar em tabuleiros que não eram seus, prometer o que sabia não poder dar, dar o que não lhe pertencia, e agora aí a temos rematando as últimas malhas da rede com que se propõe «pacificar» o país.

A cena política portuguesa é uma sala de jogo desleal.

Há cartas passadas por baixo da mesa, trunfos escondidos em mangas paisanas ou agaloadas, naipes a dobrar. Por trás dos jogadores não faltam olheiros que dão sinais ou especulam probabilidades. De uma maneira ou de outra, o povo suporta. Deitou os votos à urna, quantas vezes não atendendo aos seus próprios interesses ou por simples ilusão de benefícios imediatos, transitórios, mas palpáveis. Não deitamos para as costas do povo a culpa da vitória da direita e da persistente divisão da esquerda. Se a esquerda, quando maioritária, podia ser, devia ser governo

e não o foi, a culpa não é de quem teimosamente votou e continua a votar nela. A responsabilidade cabe às direcções políticas, e se é verdade que nenhuma poderá considerar-se completamente limpa de culpa, desde os esquerdistas ao PS, sem exclusão do PCP, também é certo que ao Partido Socialista vai a mais alta quota de acções divisionistas. O maior adversário da unidade da esquerda foi, é e continua a ser o Partido Socialista. Desgraçadamente. E agora contra si mesmo virado.

Pensando que podia exhibir um programa de esquerda e fazer uma política oportunista de direita, o PS incubava as serpentes que agora o estão sufocando. Não nos regozijemos. A crise do PS não será a crise da esquerda, mas é, sem disfarce, uma crise da esquerda. A crise do PS é, principalmente, o adiamento da unidade necessária, aquela que precisamente tomo por condição de sobrevivência da democracia.

Quase um mês decorrido sobre as eleições legislativas, tornou-se evidente para a direita que os resultados delas não abalaram o PCP. Em vez dessa esperança enganada, há motivos para crer que a prova de fogo, representada pela diminuição de votos e de lugares de deputados, fortaleceu a consciência política de militantes e simpatizantes, curando-os, Prouvera que definitivamente, de ilusões fáceis. Não tem que espantar-nos, portanto, que a AD acompanhe tão fervorosamente a crise do PS, adulando-a até, se é permitida a expressão. Espanta, sim, ver que o PS, apesar da tão apregoada experiência dos seus dirigentes, não foi capaz de entender a derrota e fazê-la compreender dentro e fora do partido. Es-

panta ainda mais verificar como Mário Soares conduz friamente o seu partido à ruptura interna. Saberemos um dia por que o faz. Hoje basta-nos ver que para Mário Soares é indiferente que o general Soares Carneiro, tão dotado para suceder ao almirante Tomás, possa vir a ser presidente da República Portuguesa depois do 25 de Abril. Aí fica um tema de meditação para um milhão e seiscentos mil cidadãos que votaram na FRS.

Concluamos. Que os comentadores da AD procurem alcançar resultados acrescidos da vitória, bem está: é o seu papel, é nisso que acreditam ou é para isso que lhes pagam. Mas que outros, afirmando-se de esquerda, levem água ao moinho da direita por arrastamento ou oportunismo, por malícia particular ou ingenuidade, por gosto do paradoxo ou cepticismo elegante - eis o que não pode passar sem reprovação. É possível que a crise do PS tenha já feito recuar os mais atentos. Sobrestejam nessa atitude. A direita não consegue segurar as máscaras. O rosto que está por baixo delas é conhecido. Não querer vê-lo seria sinal de cegueira, mas a esses outros cegos ninguém os levará pela mão para votarem na esquerda que nada fizeram para unir. Quando é essa, e só essa, a esperança da democracia.

Dos intelectuais desanimados o diário, 25 de Abril de 1981

É fruta que dá muito em tempo de cerco. Quando a hora foi de avançar, todo o verso era bandeira, todo o parágrafo cartaz, todo o ponto final punho fechado. Aí se descobriu e alteou a grande irmandade da inteligência e do trabalho, modo desastrado de dizer que imediatamente requer que no

lugar da inteligência se ponha o capital, para ficar a contradição

perfeita. São os equívocos inevitáveis dessa confusa e difusa classe a que damos o nome ambíguo de pequena-burguesia intelectual. Porém, não usemos da censura fácil, não escondamos as nossas próprias fraquezas sob a toga ríspida

do acusador público, supostamente investido duma autoridade definitiva. É preciso compreender.

São os intelectuais (a palavra o diz, o dicionário o explica) os cultores das coisas da inteligência. Em sentido amplo, representam um grupo humano imenso. Em sentido restrito, são os criadores culturais (embora não falte aí quem diga que pintor não é intelectual, é artista; que músico não é artista nem intelectual, é músico: mundo realmente divertido). Enquanto grupo definido por grandes números, o seu comportamento torna-se dado estatístico, mas se teve de passar por processos sucessivos de redução (por exemplo: intelectuais, criadores) até definir uma especialidade (escritores), aliás desdobrável até à pulverização (prosadores, poetas; ou ficcionistas, ensaístas, poetas; ou romancistas, contistas, dramaturgos, ensaístas de coturno alto ou tairoca baixa, poetas, etc.), se passou por tudo isto, acabamos por não saber se ainda estamos a falar dos escritores como classe, ou já da classe (pequena burguesia) a que pertencem. Mas também é necessário que compreendamos isto e não nos ponhamos a atirar pedradas fáceis.

É verdade que quando a maré vai boa o intelectual (em sentido restrito) gosta de estar na proa do barco. Falta-lhe aos braços força, tomem conta dos remos músculos mais sólidos, mas o lugar da proa é o da sensibilidade, aí dá de frente o vento do largo, e das coisas que o vento diz e o horizonte mostra alguém deve dar notícia: assim nasce o poema, o romance, a pintura, o canto dos instrumentos e da voz. Somos facilmente unanimistas, queremos ser a palavra de todos os que a não articulam própria. Será presunção exagerada, mas à conta dela se criaram obras grandes, e quando foram pequenas não foram inúteis.

Contudo, se o vento se fez tempestade, se o barco teve de varar na areia, se a tripulação e o intelectual da proa foram obrigados a recolher-se intramuros, se a força de fora já invade as ruas de dentro e acende as primeiras fogueiras, se isto e mais aquilo, o intelectual abana a cabeça, e, mesmo continuando a escrever (se esse é o seu modo), tudo o que

diz está dizendo: «Acabou-se.» Sentiu exaltadamente o bom, sente depressivamente o mau. Talvez não saiba viver sem esta oscilação, talvez seja ela, afinal, o seu mais principal alimento. Em Portugal, claro está. Neste ano de 1981, sendo governo a direita, no seu figurino de herdeira apenas espanejada do marcelismo.

Expliquei-me bastante por alegorias: barcos, tempestades, fogueiras. Poderia ter escrito, por claro: revolução, contra-revolução, perseguições diversas. Quem me lê sabe que é o mesmo falar. Não estamos na crista da onda, mas igualmente não estamos onde ela perigosamente se cava, muito menos fomos ao fundo. Quando a História nos empurrou para a frente, achámo-nos ao lado de milhões. Depois, o refluxo desmanchou a multidão que avançava: uns continuaram, outros cederam. Contem-se os intelectuais desanimados, envolvidos na babugem que cega, no pedrisco das dúvidas que magoam, nas algas das hesitações que prendem. Contem-se e compreendam, assim como desejarão ser compreendidos.

Não falta por aí quem ironicamente sorria dos amanhãs que cantam. Têm a memória curta. Esqueceram que há apenas sete anos o amanhã de 24 de Abril cantou. E não sabem (ou recusam) fazer da História leitura que adivinhe canções do futuro. Talvez nós, aqui, estejamos só a traçar as linhas da pauta. É um trabalho monótono, risco após risco, de pouca ou nenhuma glória.

Glória. Provavelmente é esse o nó da questão. Não podendo a glória acompanhar o nosso pessoal nome, ao menos fosse glorioso o tempo que vivemos. Seríamos gloriosos com ele e sobre as nossas pequenas obras distinguiria o arco-íris das revoluções triunfantes. Já quase por lá passámos, então intelectuais animadíssimos, hoje sombrios, perplexos, desanimados. O que está falando em nós é, afinal, uma grande dor. Fale novamente a esperança. E continuemos a traçar linhas na pauta, se não soubermos fazer melhor

Cultura: um consenso impossível o diário, 14 de Fevereiro de 1982

Oriente se denomina o lado donde nasce o Sol, e por isso, entre tanta coisa falível e imprecisa na comunicação dos homens, é que poderemos ir afirmando, sem erro nem contestação, que o Sol nasce a oriente. Salvo, claro está, se tivermos um dia a ideia de trocar o nome ao ponto cardeal, e passarmos a chamar-lhe poente, setentrião ou meio-dia, ou norte, sul ou oeste. Porém, sabemos que o Sol, indiferente ao tirar e pôr de palavras com que andássemos entretidos, continuaria a aparecer, todos os dias, pontualmente, no seu lugar.

Ensinou-nos a vida (ou julgo ter-mo ensinado a mim) que o consenso é sempre um trânsito precário, um conceito fluido, uma noção fugidia. Para exprimir com rigor uma convicção pessoal, eu diria até que o consenso é impossível; para me aproximar de quem assim não pense, direi que é, pelo menos, ilusório. Salvo se, como ao oriente teríamos feito chamando-lhe norte, julgássemos eliminar uma impossibilidade pela simples afirmação duma possibilidade suposta, ou pensássemos cobrir a fragilidade da ilusão

com a solidez figurada de um real dito concreto. Tudo palavras. Esta prestidigitação linguística, em terras onde outras não faltam, tem vindo a ser muito praticada por pessoas que se atribuem particular responsabilidade política (ainda assim autorizada pelo voto) ou cultural (com pouco que a autorize). Estou a pensar, como não é difícil supor, no ministro da Cultura.

Segundo ele, e prosseguindo o seu conhecido pendor paradoxante, que, aliás, lhe permite, não raro, excelentes achados de linguagem dignos de melhor destino, segundo ele, dizia, a cultura poderia vir a ser um campo de consenso nacional, lugar, portanto, acrescento eu agora, de confraternização ou apagamento, de aproximação e conciliação de contrários. E cita o ministro como exemplo o património. De facto, quem não haveria de querer defender o património nacional? Que classe social, que partido, que militante, que simples eleitor, que cidadão ousaria excluir-se

da obrigação patriótica de defender o património cultural, dentro e fora dos museus, fora e dentro das bibliotecas, o património activo e o património passivo, o que está acordado e o que está adormecido, o que foi feito e o que está a fazer-se, o que passou e o que permanece, o que se cristalizou e o que se transforma? Podemos apostar que nem uma só pessoa, excepto os saqueadores e seus mandantes, ousaria declarar-se contra o património nacional, sua salvaguarda e frutificação.

Terá então razão o ministro da Cultura quando proclama a virtude consensual de que o património miraculosamente beneficiaria? Não tem razão. Poderíamos encontrar-nos, nós e ele, nesse enfim centro tranquilo do furacão que é a vida portuguesa do nosso tempo? Não podemos. E esta dupla negativa assenta em algumas evidências que não requerem extenso discurso. Basta lembrar o desleixo criminoso de que tem dado provas sobejadas o governo, precisamente no que ao património toca; basta lembrar a obsessão destruidora e a trágica incultura demonstradas pelo responsável principal da primeira autarquia do país, pessoa cujo nome não vale a pena mencionar, mas que, por ironia do acaso, ou ironia do caso, pertence ao partido a que pertence o ministro. Se o consenso, em matéria alegadamente tão pacífica, não se estabelece e muito menos se pratica no interior desse partido, grande ingenuidade seria a nossa se acudíssemos ao patético apelo ministerial, pois estaríamos absolvendo o crime, cumpliciando com o desleixo, participando na incompetência.

Mas o ministro da Cultura não se contenta com o património. O património é o exemplo mais à mão, aquilo que primeiro lhe ocorre para casar melhor a noiva, que afinal parece não ter outro dote, tão rapidamente se lhe esgota a loquacidade. Limita-se a repetir, fatigante e talvez já fatigado, que a cultura deve ser um terreno privilegiado de consenso nacional. Não chega a explicar porquê, nem de longe diz como. E talvez não valesse a pena perdermos nós tempo com estas ministeriais perplexidades, se não andasse em tudo isto um equívoco, originalmente de raiz idealista, mas que hoje persegue fins muito práticos e materiais, com que se vem

representando um sistemático acto de aliciamento ou, não o podendo ser, ao menos de neutralização de sectores tão sensíveis como são os intelectuais e os artistas, jogando alternadamente com o essencial e o secundário, aqui trocando as palavras às coisas, lisonjeando, fazendo cintilar a promessa, a honraria, o reconhecimento oficial, aparentemente deixando cada um no seu lugar (porque de consenso se trataria), mas comprometendo a todos.

Esse equívoco, já o sabemos, consiste em tomar a cultura como parte autónoma de um todo social, com o qual, por assim dizer, se limitaria a ter fronteiras. Ora, tratar a cultura como objecto de consenso é mais uma e não muito hábil tentativa de desideologização da sociedade. E isto não pode ser ignorado nem desprezado na hora agudíssima de luta de classes que vivemos em Portugal e no mundo.

Ponderemos um pouco. Se nem o património cultural (riqueza comum, e por isso não repartível em propriedade pessoal ou de grupo) é ponto pacífico (lembremos uma vez mais os gravosos actos e não menos culposas omissões de quem governa ou gere), como haveria de ser pacífica e consensual a cultura, em sentido lato, se ela é, e não pode deixar de ser, reflexo, mesmo que apenas mediato, das tensões e oposições inerentes a qualquer sociedade viva? Que cultura seria essa que vivesse à boa paz, ocupada numa produção de autocomplacência, trocando efeitos e modas, distribuindo habilidades e persuasões, emoliente mesmo se ou sobretudo quando cultivasse debates ditos específicos - ao mesmo tempo que a sociedade se confrontasse, como precisamente é o nosso caso nacional, numa luta entre estruturas velhas e homens novos, entre um passado que não quer render-se e um futuro que trabalhosamente se busca, entre um «sim» que nega e um «não» que afirma, entre a acção que somos e a reacção que eles são? Desta cultura diríamos que não seria cultura, e que, portanto, não é cultura o que pretende servir o ministro que dela se intitula.

O que o governo verdadeiramente quer é uma moratória, um álibi, uma pausa. O que o governo sonha é que a

cultura desarme e contemporize. O que o governo projecta é que a cultura se deixe meter entre parêntesis, que aceite ser uma espécie de corpo estranho na equação a várias incógnitas deste tempo português. O que o governo propõe, pela voz e na acção de um verbalmente talentoso ministro, é que a

cultura portuguesa despreze o país concreto pela via artificiosa de um consenso que para o ser teria de significar cedências de um lado e de outro, exigindo-se-nos a nós o sacrifício essencial e oferecendo eles, a par de algumas benesses materiais de que é prudente desconfiar, a benevolência oficial, o paternalismo protector, enfim, o costumado prato requentado das servidões. O que se constrói em Portugal, entre múltiplas contradições, arriscando erros e caindo neles, é nem mais nem menos que

um país novo. O que hoje se constrói também em Portugal é uma nova cultura. Ora, não sendo o governo parte na construção desse país novo, e pelo contrário trabalhando contra ele, não pode sê-lo também na construção da cultura nova. Não se falha ali para acertar aqui. Tudo quanto avança, avança ao mesmo tempo, mesmo que não avance à mesma velocidade. Tudo quanto refluí não o faz sem criar correntes que contrariam o recuo.

Cultura e consenso são, pois, conceitos contraditórios. E se, à força, se pretende harmonizá-los, de duas uma: ou a cultura se vai perder por inanição, ou o consenso será, cedo ou tarde, a arma de que se servirá o poder para fins que nada têm que ver com a cultura. O lobo, neste caso, comerá o cordeiro sem ter de recorrer a duvidosas ofensas passadas: basta-lhe ter sabido convencer o inocente a ir beber ao rio do lobo. A cultura vive em conflito e reflecte conflitos. E que não temam pelo futuro da cultura os que da vida são acusados de terem uma visão redutora. A vida não é reduzível mesmo quando tivermos distribuído com justiça os bens materiais e resolvido os maiores males do mundo. Talvez que a cultura verdadeira do homem só então possa começar.

E porque os longos discursos, esses sim, são felizmente reduzíveis, acabo eu este regressando ao chamado campo

específico da cultura e perguntando que consenso cultural se poderia ter estabelecido, por exemplo, e para quê, entre Almada Negreiros e Júlio Dantas, entre o autor do Nome de Guerra e o autor da Ceia dos Cardeais. Não me faltariam nomes para emparelhar e radicalmente contradizer entre si: por estes me fico para não entrar em terrenos ainda mais explicitamente ideológicos.

E, como não sei se alguma vez Almada Negreiros disse, mas Júlio Dantas disse com certeza - tenho dito.

Discurso por ocasião do recebimento do Prémio Cidade de Lisboa Câmara Municipal de Lisboa, 1 de Junho de 1982

Quase sete meses passados sobre a data em que me foi atribuído, recebo o Prémio Cidade de Lisboa. Decida cada um de nós se foi ou não excessiva a demora, se ela se justificou ou não por mais urgentes obrigações, se faz ou não sentido manifestar eu esta estranheza. Afinal, quem sabe se não será de bom aviso deixar que o tempo dissipe os vapores da imodéstia, os fumos da presunção que, inevitavelmente, atordoam a cabeça do premiado nas primeiras horas, quando lhe chovem em cima abraços, telegramas, palavras calorosas, e, também, inevitavelmente, a morrinha dos despeitados. Parece que é isto a natureza humana. A sete meses de distância as coisas retomaram a sua verdadeira dimensão, entretanto o autor adiantou outro trabalho, o livro distinguido é passado já. Hoje precisaria mesmo de algum esforço para recordar o contentamento que então senti, e se uma parte dessa felicidade está ressurgindo agora, é porque vieram aqui amigos meus. Não distingo entre eles e o prémio, se precisamente não é a presença deles o maior prémio que eu poderia desejar. A todos agradeço, como igualmente agradeço ao senhor presidente da Câmara ter querido, em pessoa, formalizar a decisão do júri.

Ditas estas palavras ninguém levaria a mal se me calasse. Porém, tendo os escritores tão poucas ocasiões de falar

nos salões do poder, a mim próprio não perdoaria se deixasse passar esta em claro. Não serei tão longo quanto conviria ao assunto. Peço, no entanto, alguma paciência e atenção.

Começarei por perguntar: é possível e desejável ser escritor em Portugal? Está a sociedade que somos interessada nos escritores que temos? Diria, para responder de uma só vez, que, aparentemente, a sociedade portuguesa nada tem contra nós: publica-nos ocasionalmente os livros, graças à prestimosa, suicidária e também não raro inábil actividade dos editores; dá-nos um lugar na história da literatura se nos esforçamos por merecê-lo, condição sempre necessária, claro está, embora não suficiente; interessa-se por nós, até ao limite das tiragens ou da protecção oficial; começou agora a preocupar-se com a nossa doença, a nossa reforma, a nossa morte, na proporção dos direitos de autor; e, enfim, se morrermos mesmo, se em vida fomos estimados e conhecidos, se já tínhamos ou prometíamos ocupar algum espaço no panteão das glórias, se havia um remorso a emendar, uma dívida moral a exigir satisfação, ou, menos nobremente, uma vaidade póstuma a lisonjear, hoje a moda é pôr o nome do defunto na esquina duma rua, sem esperar que o tempo faça crescer essa árvore, amadurecer esse fruto, apurar esse vinho. E parece que também tudo isto se tem de agradecer.

Aliás, o escritor português, se quiser viver à boa paz com o mundo das conveniências próprias e dos interesses alheios, há-de cultivar o sentimento de gratidão perpétua. Agradece ao editor que o publica, ao livreiro que o expõe, ao crítico que o julga, ao leitor que o lê, à rádio quando o diz, à televisão se o mostra. E os livros, quem lhos reconhece, que de agradecimentos não falo. A pátria? Que pátria? Esta cidade de Lisboa que dá prémios? O Porto? Coimbra? A aldeia onde nascemos? Aquele lugar de além, ou vila de mais longe, aonde o livro, um livro, por milagre chegue? Que peso real, que importância efectiva, que influência concreta tem o escritor português no seu país? Fora da roda dos três mil leitores, e vai com sorte se o lêem tantos, é o deserto. Avançar por ele adentro, plantar oásis,

abrir poços, custa muito dinheiro, muito anúncio no jornal, muita campanha de televisão e rádio, enfim, para usar o calão do tempo, muito «marketing».

Fala-se interminavelmente de cultura, mas não se vive a cultura. Comemoram-se os escritores que morrem, mas nada se faz para garantir a actividade dos vivos. Se um escritor, por desespero, deixou de escrever, ninguém lhe vai perguntar: «De que precisas para trabalhar?» Dão-se palmas benévolas aos escritores que envelhecem, mas condenam-se ao silêncio os escritores que nascem. Afirma-se que a cultura é uma e

nacional, mas impede-se, ou dificulta-se, ou menospreza-se a sua divulgação nos meios de comunicação social. Apregoa-se o pluralismo, fomenta-se a letra única. Teoriza-se o consenso, pratica-se a excomunhão. Nada disto é novidade. Novidade será dizê-lo aqui, em hora geralmente só de parabéns. Sei que estou a infringir as convenções que usam regular o estilo e a matéria destes discursos, mas não o faço por malevolência ou provocação. Digo estas coisas ácidas com a esperança de que o lugar e a circunstância lhes reforcem o significado. E digo também aos escritores que é nossa obrigação exigir, que não podemos continuar a consentir nesta marginal vida que é a nossa, a frustração de todos os dias, os livros constantemente adiados, o incompleto aprofundamento das questões que importam ao trabalho literário, a dificuldade de romper as barreiras de um quotidiano desgastante, a carência económica, a insegurança. Quem responde por não terem os escritores condições sequer mínimas para exercer o seu ofício com a responsabilidade inteira de quem não tem que servir outros padrões senão esse, exigentíssimo, que é a criação literária? Insisto: reclamemos mais, e com mais força. Se não nos ouve o poder, tentemos que nos ouça o país. Afirmemos o direito à profissão de escritor como expressão particular de um geral direito ao trabalho. Cuidemos um pouco menos da carreira pessoal e um pouco mais da reivindicação colectiva. Quando cada um de nós, se assim o quis, for escritor em todas as horas do seu dia, talvez não escreva

Melhor por isso, mas acrescentará um novo e legítimo orgulho ao talento que tiver, e se é verdade que de talento todos achamos ter que baste, parece-me que de orgulho deveríamos andar mais bem servidos. Termino. Procurarei que o meu trabalho futuro seja digno deste prémio. Não esqueço que o receberam Maria Velho da Costa e Augusto Abelaira. Não poderia esquecer que o recebeu Carlos de Oliveira, nossa irremediável perda.

E agora, sim, concluo. Levantado do Chão fala de trabalhadores. Foi também a trabalhadores que dirigi as palavras que aí ficam. Aprendamos um pouco, isso e o resto, o próprio orgulho também, com aqueles que do chão se levantaram e a ele não tornam, porque do chão só devemos querer o alimento e aceitar a sepultura, nunca a resignação.

Fogos -de -artifício o diário, 17 de Junho de 1982

Prometeram-nos tesouros e maravilhas, e nós fomos. Enchemos o Terreiro do Paço, ou metade dele, subimos agilíssimos as altas caranguejolas dos holofotes, fizemos da estátua equestre do D. José um vero cacho humano, sem medo à vertigem nem às víboras de bronze que o cavalo impante calca, e um de nós atreveu-se mesmo a trepar à real cabeça, onde estão os penachos, e de lá, talvez com algum susto na alma («Como é que eu vou tirar-me daqui?»), assistiu aos primores da pirotecnia magnífica.

O espectáculo saía-nos barato, foi só o gasto das solas de quem desceu a pé dos bairros, no pior dos casos a gasolina que se queimou, o bilhete do transporte - enfim, uma pechincha. E houve mais de três milhões de portugueses que se deixaram ficar em casa, que nunca de lá saem à noite, com os olhos postos na televisão, regalando-se de cores mais luminosas que as modestas naturais, ou tentando distinguir, na cinza que vai do preto ao branco, o caleidoscópio minucioso e distante.

Consta que houve falhas na electrónica, ou porque o entusiasmo popular esfacelou um cabo, ou porque um cacilheiro, fiel à sua rota secular, cortou uma ligação subaquática, ou, usando linguagem mais perto da cultura local, porque se lhes molhou a pólvora ou apagou o morrão. Os nossos fogueteiros artesanais, se lá os havia, se não se fecharam na oficina a roer a inveja, devem ter acabado por sorrir com alguma triunfante malícia. No entanto, reconheçamo-lo, o fogo foi bonito. Não chegámos a ver a palavra Paz no céu nocturno de Lisboa, mas não nos faltaram os morteiros retumbantes, o estralejar dos petardos, as coroas, os repuxos, os feixes, as lágrimas, as chuvas, as candeias, as miríades, os globos, as estrelas, as serpentinas, toda a sabida maravilha que é o fogo-de-artifício, fantasma ilusório de que nunca se cansarão olhos humanos. A mim, a quem sempre acompanham lembranças, só me fez falta aquele cheirinho de cordel queimado, de pólvora ardida e fria, que era o maior prémio das festas de infância, em cada cana de foguetes achada nos quintais ou fisdada nos telhados. O vento estava do norte, levou os fumos para a Outra Banda, já não bastou ter ficado invisível a Paz, até o cheiro da meninice me tiraram.

Sonhámos de olhos abertos, acordemos agora. E reparemos como todo este Maio português que passou, este Junho que está passando, foram e são tempos duma outra espécie de fogo-de-artifício, com grande alarido de busca-pés, engenho sobre todos volúvel que nunca se sabe onde está nem a quem irá chamuscar, e de foguetes -de-três-respostas, sim, não, talvez, consoante as conveniências da pessoa, as oportunidades do grupo, os interesses da clientela, tudo, claro está, em nome do interesse nacional e do dever patriótico. Falo, como facilmente se adivinha, da política portuguesa e da maioria dos que a fazem. E não me repreendam que, ao desdenhar dela e deles, ajudo ao jogo e aos planos dos inimigos do regime democrático. No meu fraco entender, o regime democrático não tem hoje maior inimigo que essa mesma política e esses mesmos políticos, ela indigna, eles sem princípios. Votar, que em anos ainda próximos nos parecia um acto solene, quase

sagrado, transformou-se num gesto rotineiro, mas não pela repetição, em que desponta um desespero surdo, a dúvida de que talvez não valha a pena, porque eles (eles são os políticos) usam os votos como bem entendem, adicionam, subtraem, não para nos darem as contas certas, mas para nos convencerem de que de aritméticas não percebemos nada. Eles as sabem, eles as falseiam. A prova, nas suas mãos, não se faz tirando os nove, mas sim confundindo as vozes, e dessa maneira podem juntar ovos e espetos, trocar os cravos pelas rosas, instaurar o desânimo onde cantava a esperança, fazer política no sentido último da expressão, o pior, o do enjoo e da náusea. Falam contra a corrupção: eles são os corruptos e os que, pelo próprio comportamento, a corrupção fomentam e deixam proliferar.

Hoje faço questão de não pôr aqui nomes de pessoas. Nem de partidos. Provavelmente, por higiene. A doença entrou insidiosa no corpo da nação, alastra como uma peste que não precisa ter pressa porque lhe basta seguir o caminho que liberalmente lhe vão abrindo aqueles que um dia, se há justiça neste mundo, haverão de submeter ao julgamento da História as

suas traições e cobardias, os seus escondidos compromissos, as suas ambições mesquinhas. Nomes, para quê? Todos os sabemos, todos os declaramos em voz alta, e dá vontade de dizer que o mal português mais grave, hoje, é a cumplicidade que se vai estabelecendo entre quem engana e quem é enganado, por geralmente se acreditar que, salvando-se aquele, este não se perde. É, em suma, a técnica do conto-do-vigário.

Este fogo-de-artifício também exala o seu cheirinho próprio. Cheira a esturro. Ou pior.

Questão de caras o diário, 7 de Julho de 1982

Há dias, durante a discussão do programa do governo, o primeiro-ministro quis fulminar de uma vez para sempre abancada comunista, ou pelo menos exhibi-la nua e confrangida aos olhos do parlamento, tornando-a, desse modo, pela via da representatividade, alvo da irrisão do país todo. E certo que estas artes parlamentares não devem levar-se demasiado a sério: a oratória da Assembleia da República é como o sublimado para a barba, só um por cento do composto é produto activo. Em todo o caso, há-de ter sido dramático lance ver quarenta deputados intimados a declarar, ali e logo, com que cara o partido que representam (essa era a questão) se atreveria a ir para o governo: se calhar, desdenhava o implacável interpelante, «com a cara que têm», a qual, pelo tom e malícia da apóstrofe, adivinhava-se ser a pior das caras possíveis.

Não frequentando eu as tribunas da Assembleia da República nem sendo leitor do Diário dela, e tendo os jornais omitido o desenlace da cena, fiquei sem saber se a bancada comunista tomou, por sua vez, uma atitude sobranceira, considerando a pergunta mera flor de retórica e deixando-a sem troco, ou se, contrita, humilhada, se pôs a examinar a própria cara ao espelho, a ver se, de facto, tinha merecimento fisionómico para se apresentar nos bancos do governo. Cuido que o mais simples teria sido responder por estas ou semelhantes palavras: «Tem o senhor primeiro-ministro razão. Seria precisamente com esta cara que temos, com a cara da coerência ideológica, com a cara do respeito pelos princípios que iríamos para o governo. E teria de ser com essa cara porque outra nunca tivemos.» Se a disciplina de aplauso não fosse ainda mais rigorosa que a disciplina de voto, não faltariam palmas nas bancadas, à esquerda e à direita.

E agora, concluído o episódio parlamentar, desçamos à rua. Ainda estão frescos de cores os cartazes da última campanha eleitoral, e muitos deles intactos, graças ao supersticioso temor que impede o povo português de destruir esses sinais exteriores da democracia, preferindo deixá-los cair de velhos, assistindo ao empalidecimento dos vultos e das palavras de ordem, olhando repreensivamente o eleitor inconformado que infringe a regra e levanta vandálica mão contra o

canto solto da propaganda adversária. Observemos Mota Pinto teso na poltrona de couro e entre flores assustadas, o disfarce capilar de Lucas Pires com fundo cultural de livros, aquele monárquico cujo nome sempre esquece, enfim Mário Soares nas suas duas últimas versões, a familiar, de Nafarros, e a de Estado, com acidez do estômago. Mas não faltam outras antigas imagens, ainda muito vivazes, a de Sá Carneiro, que não volta, a de Freitas do Amaral, que voltará, a de Ribeiro Teles, que volta não volta, eles e a multidão de candidatos às eleições autárquicas, em

grande, médio e pequeno formatos, e também, para ficar completa a lista, os dois gerais, presidente da República um, outro de quem felizmente nos livrámos.

Mas estará completo, em verdade, o mostruário das caras? Não haverá mais retratos, de mais remotas campanhas, que foram colados em lugares altos aonde por preguiça ou desnecessidade se não tornou para colar outros, ou em ruas e prédios que por obscuras razões se tornaram politicamente insignificantes? Sim, há. Contemplemos, por exemplo, este jovem, de gravata desapertada, em mangas de camisa, casaco atirado para as costas, naquela conhecida atitude de quem se pôs à fresca por estar quente o dia e ter vindo de longo passeio. Apesar dos anos, e dos estragos que anos e cuidados causaram nesta cara, reconheceremos, sem dificuldade, Mário Soares. Vê-lo assim, tão novinho, tão à moda populista do tempo, naqueles dias fugacíssimos que hoje parecem sonho de sonho, tão formidável foi a esperança, é compreender, por comparação inevitável, como na vida de certos homens é extrema a distância que separa um acto de outro acto, uma palavra de outra palavra, uma garantia de outra garantia. Aquele moço do cartaz antigo, com o ar de quem vai merendar com amigos a hortas que já não há, mostra-nos um sorriso quase ingénuo, como que espantado consigo mesmo de tanto ter subido na política, de ser secretário-geral, de vir a ser, cumprindo-se o destino, primeiro-ministro, presidente da República, rei de Portugal, quem sabe, tendo ao redor de si, como de costume, o bom povo português à espera da salvação. A minha pergunta é esta: com que cara foi, é ou será Mário Soares isso que era, está sendo ou quer vir a ser? Com a cara de incoerência ideológica? Com a cara de respeito pelos princípios? Não fico à espera que me responda: Mário Soares já avisou que não faz declarações.

Dos leitores e dos gatos

Sílex, Novembro de 1982

O gato, diz-se, tem sete fôlegos. Não seis, nem oito. Sete. Será porque, contados um a um, são esses os fôlegos que lhe encontram, ou porque, sendo muitos, sete é bom número para significar tantos. Acresce que sete é cardinal da espécie mítica, deu sempre para tudo: sete léguas, sete espadas, sete-estrela, sete carrapaxete, sete anos de pastor Jacob servia.

Quem tem o sete, tem a imortalidade. Quase. O gato, provavelmente, sai deste mundo antes de esgotar os fôlegos todos. Ainda ia no terceiro quando lhe passou por cima o automóvel, estava gozando o segundo quando o esganou o cão, mal chegava ao fim do primeiro quando o castraram e se pôs a engordar para morrer. O gato, se pode, dá-nos grandes lições de sobrevivência.

Acaso a literatura será também um gato. Dela se disse, quantas vezes, acabou, vai morrer, não escapa, tem os dias contados. Cercaram-na de inimigos, puseram-lhe no caminho redes e armadilhas, lançaram-lhe bolos envenenados, empurraram-na do telhado abaixo. A tudo a gata tem resistido. Afinal, é mesmo possível que a literatura não tenha sete fôlegos, mas setenta, ou setenta vezes sete, para falar profeticamente.

Uma vez por outra, agita-se na grei lusitana o grave problema dos novos escritores. Desamparados de protecção oficial ou representação do ofício, contidos à distância pelo egoísmo dos que já conquistaram ou assaltaram um lugar à mesa, os pretendentes atropelam-se na entrada, sofrem, azedam-se, reúnem-se em associações fugazes, acusam e vitriolicamente denunciam os escritores a quem chamamos

velhos, dão conferências de imprensa, difundem manifestos, gastam o que têm e não tinham na publicação do jornalinho de número único. Entretanto, inexorável tempo, foi-se-lhes adiantando a idade, e porventura a obra: uns vencem a batalha pelo lugar sentado, aos outros fica-lhes para a vida a conhecida amargura do que poderiam ter sido. E assim vamos andando todos, os velhos, os que deixam de ser novos, saltando de fôlego em fôlego, o biológico e o literário, tantas vezes atropelados nos sonhos, esganados nos anseios, castrados nos desejos.

Os novos escritores são, só por existirem, um dos fôlegos da literatura. Trazem consigo a mesma inteira fé dos seus predecessores, a mesma confiança sem dúvidas, a mesma intocada pureza. Quando, no silêncio do quarto, ou a contemplar a lua, ou por virtude de paixão, ou por discutir com a

família, ou por ter caído do cavalo na Estrada de Damasco, um adolescente decide que vai ser escritor, o mundo deveria parar para ver: é um momento muito belo, esse, quando se estão olhando, calados, a Vida Toda e o Simples Ser Humano, tão pouco sabedores um do outro, e é por isso que, novamente, vai ser preciso escrever e haver escrita. Por falta de escritores não morrerá a literatura.

Mas pode morrer por falta de leitores, cujos são, precisamente, o último fôlego natural deste gato. Quando Camões andou pelo mundo, compondo a sua lírica e a sua épica, a percentagem de analfabetos, nesta nossa terra, deveria ser coisa de estarrecer: noventa, noventa e cinco por cento, desgraçadamente mais. Se já então se discutisse a ponderosa questão da utilidade do escritor, não teria Camões outro remédio que meter a lira no saco e esperar tempos mais favoráveis. Mas Luís Vaz começara por ser um dos tais escritores novos, cheios de fé, confiança e pureza, e até ao fim da vida parece ter conservado, variando-lhes quando muito as proporções, os três básicos ingredientes com que misturara a sua primeira tinta. A ele graças. Escreveu como se estivesse a exigir-lhe obra o povo mais culto, mais ilustrado que jamais comeu pão debaixo da roda do sol. Escreveu para os futuros este que é hoje presente, os outros que estão por vir. Se então ainda houver leitores.

Acudindo a estatística, não faltará dizer-nos ela que a situação melhorou nestes últimos quatrocentos anos: em cada cem portugueses, só vinte e cinco não sabem ler. Porém, para ciência que da realidade exclusivamente se alimenta, o mínimo que podemos dizer da estatística é que serve muito bem quando se queira ocultar, distorcer e falsificar a mesma realidade. Em rigor - portanto, sem recorrer à estatística -, pode-se dizer que a situação, mais ponto menos cifra, não variou. E certo que passámos dos supostos noventa e cinco por cento de analfabetos, entendidos literalmente, para os apurados vinte e cinco. Mas isto não significa que os setenta por cento que lhes ficam no meio se tenham transformado em finos letrados, ou simples amadores - os que amam- de literatura. Significa, isto sim, que temos em Portugal setenta por cento de analfabetos literários, categoria numericamente esmagadora, culturalmente negativa, porventura consumidora doutro papel impresso, o que, desde logo, levanta nova e delicada questão: a de saber-se quem lê e o quê.

A verdade nua - e crua, por isso difícil de tragar- é que em Portugal se lê cada vez menos e se lê cada vez pior. Há dez, vinte anos as tiragens andavam, no geral, pelos dois mil, três mil exemplares. Era o tempo da censura, da repressão política, cultural e ideológica. Hoje, nesta

democracia em regressão acelerada, competente cultivadora de grosseiros ou subtis modos de repressão económica, a edição literária reencontra números familiares, o limiar da incultura. As bibliotecas públicas estão desertas, ou quase, e ainda aqui deveríamos averiguar, sem disfarce nem complacência, que livros são lidos. Saberíamos então o que valem certas estatísticas de frequência e leitura, que tipo de alimento cultural foi procurado. E quando se proclame que aquela feira do livro teve quinhentos mil visitantes e nela se venderam três milhões de volumes (hipótese desvairada), deveríamos perguntar, uma vez mais, quantos foram os compradores e, ainda outra vez, que livros levaram para casa.

A um sociólogo do livro, ou do leitor, ou da leitura, se os temos, sugeriria eu que se sentasse ao lado duma banca de jornais e revistas e anotasse, de cada cliente, o sexo, a idade, a profissão, a situação social, os hábitos culturais em sentido lato, o grau de ensino adquirido, e, obviamente, a publicação ou publicações escolhidas, das quais se haveria de fazer também completo inventário, não esquecendo o jornal dos monstros, o semanário do crime, a brochura de quadradinhos, o folheto culinário, a folha desportiva que não serve o desporto, a gazeta da intriga, o pasquim da calúnia, a revista da alta sociedade para consumo da sociedade baixa, a imbecilidade democraticamente livre. Caso muito singular, os governos fazem questão de saber quanto ganhamos, em que estado civil nos achamos, se nos inscrevemos no recenseamento eleitoral, se temos número de contribuinte, se acumulamos pensões ou empregos, se andamos em dia com a carta de condução ou a licença de caça. Os governos querem saber, e nós, com vontade ou sem ela, respondemos. Mas, em nome da santa liberdade de opção, os governos não tocam nas nossas leituras, são liberais e neutrais. Publique-se, pois, o máximo, para que a escolha de cada um de nós possa exercer-se sobre tudo o que há e as leis do mercado ideológico admitem que perdure ou episodicamente surja para cumprir uma função que previamente se determinou. Esta liberdade, se não fica mal dizê-lo, é ilusória.

Estávamos falando de literatura e acabámos a falar de jornais. Também poderíamos falar de rádio, ou de cinema, ou de televisão. Porventura seria isso necessário para compreendermos melhor uma situação que, usando a gíria política do tempo, resumamos assim: a literatura está a perder a sua base social de apoio. E não porque se tornou cara, como se vai ouvindo. Caro é o aparelho de televisão a cores, e contudo as suas antenas vão florescendo sobre os telhados portugueses, muito mais do que amadurecem, no interior das casas, as bibliotecas familiares. A literatura é posta de lado, fundamentalmente, porque exige um esforço, porque não fomenta a passividade intelectual, porque é interrogativa. Entre o livro e o leitor há uma corrida dupla, a que os aproxima um do outro. Fôlego havendo.

já sabemos que ele não falta à literatura. Os escritores- deixemos agora de parte a mofina questão das idades - escrevem. E continuarão a escrever seguindo o bom exemplo de Camões, a quem noventa e cinco por cento de analfabetos não conseguiram fazer largar a pena. Talvez que ainda haja nestes fatigados leitores de hoje, ou nos futuros, um «segundo fôlego», como em linguagem desportiva se diz. Assim seja. Passaremos então à

frente do gato, que só tem sete fôlegos e que, por ser bicho, a mais não é obrigado.

Lição de vontade o diário, 25 de Abril de 1983

Falemos de coisas simples, pessoais, da pequena história de cada um, porventura se o fizéssemos teríamos daqueles dias e dos que depois vieram um entendimento mais certo e justo, o desenho próximo do que significamos no grande quadro social em que, nas más horas, nos reconhecemos perplexos, e, sendo as horas péssimas, desorientados. Diga eu então, da minha parte, que aquele mês de Abril tinha sido de muita inquietação, amigos levados para Caxias, noites dormidas fora de casa e sempre em lugares diferentes, contactos subitamente interrompidos, enfim a resolução fatalista de esperar a pé tão firme quanto possível o que estivesse para acontecer, mesmo o pior, um toque de campainha às seis da manhã, a busca, a prisão, o resto. Mais tarde vim a saber que a minha detenção estava marcada para o dia 29: quem apontou esse rotineiro serviço nas agendas policiais, quem burocraticamente decidiu uma operação que parecia inapelável, julgava estar a ser a mão rasa e definitiva do destino. Porém, o destino mudara de mão: na madrugada do 25 de Abril, quando, acordado por um telefone que gritava palavras de alegria torrencial, abri a janela para a noite, o que pensei não foi: «Já não vou ser preso», mas sim: «Estou liberto.

O caso é tão vulgar, o episódio tão comum que mal parece, e tola presunção, vir contá-lo aqui, se compararmos esta insignificância à brutalidade quantas vezes mortal, destruidora, que se abateu durante quase meio século sobre tantos homens e mulheres. Mas hoje, nove anos depois, ao rememorar o difícil caminho da Revolução Portuguesa, a lembrança daquele mês de Abril surge-me como a última fronteira de um pesadelo, quando a consciência começou já a mover o corpo adormecido, a romper os laços confusos que entorpeciam os membros. É madrugada, dou por mim nesta varanda da Madragoa, ainda hão-de passar horas antes que nasça o Sol, mas o dia começou. Amanhã, daqui a pouco, Portugal descerá à rua para descobrir a liberdade e ficar com ela.

Dir-me-ão que flutuo nas alturas de um lirismo fácil, que aquela enorme, irreprimível alegria que foi a do povo português é hoje uma saudade evanescente, ao ponto de duvidarmos se não terá sido um sonho sonhado, em vez de um momento perfeito de vida vivida. Admitamos que é lirismo, e fácil, e reconheçamos que as duras realidades que quotidianamente se nos opõem esfarrapam os tules da fantasia, pulverizam as lantejoulas da imaginação. Admitamos mesmo que a expressão da amargura e do cepticismo é nestes dias mais corrente do que a afirmação da confiança, e que a esperança já se vai recolhendo, discreta, ao foro individual, ela que magnificamente se expandira no arrebatado movimento colectivo que colocou tão à beirinha do provável o que, por muitos e dolorosos anos, fora simples e suspirado possível. Admitamos tudo isto, e mais que algumas lutas ardorosamente travadas se perderam, e que tem sido nossa inclinação, nosso modo de ser no mundo, nosso fado, descaírem-nos as derrotas tanto que na lamentação delas esquecemos as vitórias que, à nossa vista, alguns vão pagando com muito trabalho, muito sacrifício, e uma esperança intacta. Estes são os que compreenderam que, num certo

momento histórico português, em um ponto de perfeita união, convergiram os interesses profundos do nosso povo e a acção armada que lhes restituiu a liberdade. Para esses, o dia de hoje não se limita a ser 25 de Abril, o dia de hoje é, e continua a ser, o 25 de Abril.

Trata-se de quê, afinal? De recuperar, de guardar preciosamente o espírito incomparável que animou os portugueses nos primeiros meses da Revolução. Bem sabemos que a dureza do esforço reduz os entusiasmos, que as dificuldades os arrefecem, que alguma gente de fora e dentro fomenta divisões, desencadeia contrariedades, intriga, conspira, e entre alianças feitas, desfeitas e refeitas não persegue outro objectivo que não seja impedir a verdadeira libertação do povo para a construção harmoniosa da casa nacional - pátria lhe chamemos, palavra por outros malbaratada em práticas e ideologias que de patrióticas nada têm ou tiveram, conceito a que devemos restituir o sentido da raiz, essa mesma raiz que o povo é, no solo onde vive, na cultura que o explica e alimenta. Sabemos que a vida vai custosa, que a crise nos empurra para o limiar da angústia, sabemos que a luta pelo pão, pelo tecto, pelo emprego tantas vezes precário ou em vão procurado, nos está insidiosamente insularizando, egoistamente fechando - seria insensato negá-lo.

Contudo, não falta aí quem sublime fraquezas em forças, quem se levante todas as manhãs, ansioso, sim, mas não desalentado, quem olhe para trás, para estes nove anos, e repita consigo mesmo que valeu a pena - que está valendo a pena. Talvez que as nossas almas, uma por uma, não sejam assim tão grandes, acaso não merecemos o verso do Poeta, porém, se conservarmos dentro de nós a dimensão daquela esperança com que saímos para a rua no dia 25 de Abril, não é que o difícil se vá tornar fácil, isso não, mas olharemos o fácil e o difícil como noções relativas cujo significado real ficará por definir se as não confrontarmos com a vontade. É a vontade que nos salvará, só por falta dela nos perderíamos. E a lição do 25 de Abril é, precisamente, uma lição de vontade. Esse pouco. Esse tanto.

Esta mal dita língua portuguesa o diário, 3 de Agosto de 1983

Eu, de história, sei pouco. De arte em geral, quase nada. E da ciência ficaram-me apenas os rudimentos, umas nubladas fórmulas químicas, alguns princípios que na altura de os aprender me pareceram eternos e agora não passam de expressões melancólicas, precárias, volatilizáveis até, como, para não dar mais que um exemplo, a lei da conservação da matéria. Culturalmente falando, sou, portanto, um modesto fruto do meu tempo, instruído nas lições de mestres prudentes e desambiciosos que ensinavam pelo livro, nem se-mpre seguros, eles próprios, do que ensinavam. Distraísseme eu hoje da íntima consciência da minha fragilidade cultural e não tardaria o analfabetismo a filar-me pela canela do cérebro, quiçá para me largar nunca mais, porque a ignorância é tão confortável como um casaco velho, e coitados de nós se lhe não resistirmos todos os dias: adormeceríamos na santa paz do bafio. Por isso é que leio tanto, por isso vou

aos concertos, aos colóquios, às exposições, agora menos assíduo, é certo, pois ando a ver se consigo pôr por escrito as poucas coisas que aprendi na vida, sobretudo o modo por que me serviram elas e fizeram de mim esta pessoa que SOU.

Imagine-se então se iria faltar a tão grandiosa celebração como essa a que deram o nome de XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura, sobre os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento. Ele era exposição, ele era européia, ele era arte, ele era ciência, ele era cultura, tudo substâncias indispensáveis ao meu metabolismo, como já confessei e torno a repetir. Mas não me precipitei, fui deixando que a maçã daquela árvore amadurecesse, tanto mais que havia atrasos nos acabamentos, demoras várias, enfim, não quis ir lá antes de tirarem os andaimes todos, e, além disso, atire daí a primeira pedra quem nunca se atrasou na vida ou fez com que a vida se atrasasse. Por enquanto, não cheguei ao museu das Janelas Verdes. Os jornais aconselha-

rarri-me a seguir a história segundo o natural sentido dela, do mais antigo para o mais recente, do distante para o próximo, da nascente para a foz, e de mim sempre se há-de poder dizer: escrupuloso como só ele. Comecei, pois, como devia, pela Madre de Deus, saí agora mesmo da Casa dos Bicos, quanto ao resto saberei depois. Mas já tenho umas noções acrescentadas, algumas sólidas dúvidas, e uma indignação. Das noções adquiridas não valerá a pena falar, uma vez que,, tendo começado por me afirmar pouco sabedor das matérias contempladas, tudo quanto me mostrassem seria sempre ganho, mesmo se já visto antes. E das dúvidas fique não mais que uma palavra. Uma só, mas de raiz. No geral, o que vi foi uma domesticada transposição dos meus velhos livros de história, com grande pluralidade de vultos imperiais e reais, de datas fastas e nefastas, de casamentos de altezas, de bastardias, de batalhas, de tratados. A primeira sala da Madre de Deus ainda chegou a prometer-me uma exposição que logo na sala seguinte percebi que não iria ver: uns modelos de barcos, umas alfaias agrícolas parece terem sido ali póstos como introdução e reconhecimento imediatos do trabalho popular, a par e em articulação com o trabalho dos letrados, dos juristas, dos iluminadores de pergaminhos, dos pintores, dos escultores, dos cronistas, dos poetas dos cancioneiros, dos arquitectos, enfim, o esforço social do conjunto. Pois não senhor, aquela sala é apenas negaça, estimulação à entrada, perplexidade à saída. Se bem entendo, o erro mais grave desta Exposição vem-lhe da falta de uma coerência interna adequada ao nosso tempo, da falta de um pensamento organizado, actual, como se o projecto inicial tivesse passado sem discussão, como se de projecto e discussão se tivessem ausentado precisamente as mais importantes disciplinas: em vão se procurará, com a necessária transparência, a intervenção sociológica, em vão se buscará a abrangência que tornaria claros os sentidos, as relações, as acções recíprocas, em vão esperaremos ouvir aquela voz unificadora que a distância histórica, ainda que provisoriamente, já permite. Deste ponto de

vista, Madre de Deus e Casa dos Bicos são oportunidades perdidas. Agora terei de falar da indignação. Concisamente. Não falta quem se queixe do absurdo que é não haver traduções francesa e inglesa (ao menos) dos dísticos que explicam as peças expostas dos painéis que as ligam ou vão narrando a história daqueles tempos. Eu digo que ainda bem. Assim, como as coisas foram feitas, fica-nos a vergonha em casa. Porque é precisamente de vergonha que se trata. Que me lembre, e lembro-me de muito, nunca vi tão maltratada a língua que ainda falamos e escrevemos. Há letrados na Madre de Deus simplesmente hilariantes, supremamente pedantes, cultivadores de uma obscuridade formal que deve ter deixado estupefactas muitas ingénuas e simples criaturas para quem a cultura, agora, se tais palavreados a exprimem, e por eles a julgam, não passa de uma partida de mau gosto. Na Casa dos Bicos é o delírio linguístico, agravado por um grafismo analfabeto que transforma a prosa em estâncias de versos, com maiúsculas fora do lugar, a abrir as linhas. A gente olha, tenta decifrar, murmura: Como foi possível um atentado destes? Quem redigiu estes textos? Quem os aprovou? Quem assume a responsabilidade? Quem é o culpado? Dizem-me que 150 milhões de pessoas andam a falar português por esse mundo fora. Que bom! É que, abatendo a tantos milhões a meia dúzia de responsáveis pelo português usado na XVII Exposição, o saldo é reconfortante e deixa-nos embalados nas mais suavíssimas esperanças sobre o futuro da língua portuguesa. Esta mal dita língua portuguesa. Que parece quererem tornar maldita. A paz é uma militância. Revista da Associação de Amizade Portugal-RDA. Todos sabemos, quer por experiência directa quer por informação do que em terra alheia se passa, como se fazem mobilizações para a guerra. Após a criação prévia, ou opor-

tuna exacerbação, do indispensável foco de conflito, começa a decorrer o processo mobilizador das consciências, invariavelmente entre apelos ao patriotismo elementar, invocações de autênticas ou supostas glórias pretéritas, desfiles cívicos e militares, parangonas de jornais, hinos, discursos, imagens multiplicadas, sons atroadores, e, enfim, com a frieza irrecusável das fórmulas burocráticas, o edital afixado nos lugares públicos e a convocatória que se recebe em casa. Ainda mal foi disparado o primeiro tiro, e esta guerra, conforme os casos, já é santa, já é justa, já é necessária, quando não acumula todos esses atributos e outros que igualmente a justifiquem. A partir daqui, não há mais que matar e inorrer. Parece pois inquestionável que, ao longo dos séculos, a arte de mobilizar para a guerra aperfeiçoou métodos e técnicas, com vista a equilibrar, reciprocamente, as potências, a autoridade compulsiva dos governos e a subtilidade das múltiplas determinantes que condicionam os comportamentos colectivos e individuais. A arte de persuadir e convencer tem na mobilização bélica uma das suas mais acabadas expressões. E a paz? A paz, em geral, não anda acompanhada com adjectivos. Mas ninguém ignora que muitas vezes a dizem paz armada, o que, obviamente, significa, não já paz, mas deliberada disposição para a guerra. E quando

se tornou incómoda para as sofreguidões e impaciências dos que a detestam, então ainda pode ser chamada de outra maneira: é a paz podre, trágico paradoxo linguístico que pretende apresentar como imobilidade, morte e putrefacção aquela mesma paz que é, verdadeiramente, a condição da vida.

Estas duas simples verificações acabam por conduzir-nos ao plano da cultura, aqui entendida como situação do homem e sua relação com o mundo e com a sociedade nacional a que pertença. Culturalmente, temos de reconhecê-lo, os homens são facilmente mobilizáveis para a guerra e dificilmente Mobilizáveis para a paz. Eis uma evidência que deveria constituir, desde logo, um estimulante tema de reflexão. Ao longo da História, a Humanidade sempre considerou, ou foi levada a considerar, a guerra como o mais eficaz meio de ré-

solução dos conflitos, e sempre os governantes se serviram dos breves intervalos de paz para a preparação da guerra que há-de vir. Mas foi sempre em nome duma paz futura que se declararam todas as guerras. É sempre para que amanhã vivam pacificamente os filhos que hoje são sacrificados os pais.

Isto se diz, isto se faz acreditar e acredita, porque se sabe que o homem, embora historicamente educado para a guerra, transporta no seu espírito um perene, ainda que confuso, anseio de paz. O homem, intui, derradeiramente, que o que lhe confere humanidade não é o progresso ou o desenvolvimento científico e técnico, mas sim o desejo de paz. Daí que a paz seja usada como meio de chantagem moral por aqueles que têm interesse na guerra: ninguém ousaria confessar que faz a guerra pela guerra, afirma-se, sim, que se faz a guerra pela paz. Por isso, e só por isso, todos os dias e em todas as partes do mundo continua a ser possível partirem homens para a guerra, continua a ser possível ir ela destruí-los em suas próprias casas.

Falei de cultura, e talvez pareça que o fiz fora de propósito. Serei porventura mais claro falando de revolução cultural. Revolução cultural é uma expressão fatigada, consumida de contradições, perdida em projectos que a desnaturam, desgastada em aventuras cuja indiscutível generosidade veio a servir interesses que radicalmente lhes eram contrários. Sem dúvida não foram vãs essas agitações, abriram-se espaços, alargaram-se entendimentos. Mas é tempo de reconhecer e proclamar que a única revolução cultural realmente merecedora de tal nome será a revolução da paz, aquela que transformará o homem treinado para a guerra em homem educado para a paz e a quem a paz educou. Essa, sim, será a grande revolução mental, portanto, cultural, da Humanidade. Este será, de facto, e em tudo, o homem novo

Por de mais temos visto que abundam os governos que não defendem a paz. Cabe, portanto, aos governados prepará-la. É talvez uma utopia que fará sorrir os cépticos e os que, servindo os senhores da guerra, não pensam em mais que servirem-se a si próprios. São esses que, chegada a hora, nos

mobilizam para a guerra e contra a paz, para a guerra e contra a cultura, para a guerra e contra a cooperação dos povos. Que faremos então? Mobilizemo-nos todos para a luta pela paz.

É certo que há uma terrível desigualdade entre as forças materiais que proclamam a necessidade da guerra e as forças morais que defendem o direito à paz, mas é também certo que nada, em toda a História, pôde vencer a vontade dos homens, excepto a vontade doutros homens. Não é com forças de transcendências que temos de confrontar-nos, mas sim, e apenas, com outros homens. Trata-se, então, de tornar mais forte a vontade de paz que a vontade de guerra. Trata-se de entrar na mobilização geral para a luta pela paz: é a vida da Humanidade que estaremos defendendo, esta de hoje e a de amanhã, que talvez se perca se não começarmos a defendê-la agora mesmo. A Humanidade não é uma abstracção retórica, é carne sofredora e espírito ansioso, e é também uma esperança inesgotável. A paz é possível. Mobilizemo-nos para ela.

Antigamente, a crónica

O Jornal, 18 de Janeiro de 1985

A crónica, antigamente, era a flor das redacções, o botão de rosa na lapela, ou o cravo, ainda inocente e sem veleidades de emblema, marcescendo em lhe chegando a hora. A crónica, então, dava pano para abas e mangas: arroubo lírico e sentimental, em geral campestre, mensagem críptica à imortal bem-amada, confidência intimíssima ao ignoto leitor, desabafo vertido no ombro paciente da coluna, em corpo oito, às vezes itálico. E também servia, a crónica, para zagunchar disfarçadamente o fascismo local, os chefes e subchefes, ousando pôr claras as palavras autorizadas, baixando à entrelinha quando a prudência fosse maior que o atrevimento, mais tarde com grandes demonstrações de alegria infantil se o censor de miolo trôpego, ou sonolento, ou simplesmente ignorante, deixava passar sem emenda o atentado, e por causa

disso veio a ser chamado à pedra, lá entre eles. O mundo estava desta maneira feito e mal despontavam sinais de ter futuro diferente. Mas o futuro veio mesmo, novo, e o mundo mudou. Mudou muito? mudou pouco? mudou assim-assim? Agora temos a democracia, louvada seja, a liberdade de imprensa está-nos garantida na lei, o direito de reunião, associação, expressão e manifestação, somos, finalmente, felizes.

Claro que naquela altura já sabíamos que a felicidade é o mais precário dos estados de alma e do corpo, a mais relativa das invenções humanas, a mais ameaçada de avaria grave. Porém, acreditávamos nos poderes persuasivos ou cominatórios da crónica, e também da reportagem e do artigo de fundo, e que, chegando a ocasião, bastaria a cada um de nós, do mais influente ao mais discreto opinante, deitar mão da pena e apontar o prevaricador, para que logo este abatesse a grimpá e recolhesse a unha abusadora ou corrupta, definitivamente corrido de vergonha. Era ponto assente que nós, os cronistas, seríamos a verdadeira reserva moral da nação, os públicos juizes, os cíceros, os catões, os encarregados do

saneamento básico. E se, aplicando a lição quelrosiana, decidíssemos que chegara o tempo de passear três vezes uma gargalhada à roda duma instituição, logo a instituição desabaria, deixando ao sol da evidência o lixo interior e os ratos que da imundície fazem sustento e modo de vida. Éramos, nós, os cronistas, o que se chama uns tontos. A democracia veio e mostrou-nos o pouco que valem, o quase nada para que servimos. A atmosfera que sonháramos límpida e sonora, para que pudesse levar longe as palavras, tornou-se espessa, algodoada. E se da flor antiga ainda conservamos algum semblante, um resto de cor, um sobejo de aroma, certo modo atraente de ter espírito, ou gravidade, ou ironia, ou melancolia, cá neste nosso solitário de vidro, jarra, jarrão ou jarrinha, não fazemos melhor figura que o caule inutilmente espinhoso da rosa: ninguém é tão ingênuo que vá pôr-se ao alcance dos acúleos para ser picado. A instituição cerca-nos, passeia à roda de nós três vezes a sua fria

indiferença, a sua complacência desdenhosa, e depois de rodar três vezes ficamos duvidosos se será ela o mostrengo, ou se o somos nós, que tínhamos aspirado, não a méritos e honras de pilotagem, mas ao vulgar pregão do cesto da gávea. (Da linguagem pessoana e marinheira não há que estranhar, este ano o vento vai soprar todo desse lado.)

O cronista sabe, portanto, no que se mete. Aliás, não lhe falta experiência. Na sua escrita passada, foi lírico, foi sentimental, e foi cáustico também, fez muitas perguntas e não lhe deram resposta, caluniaram-no e não quis defender-se. Julgava que não voltaria aos trabalhos práticos de jornal, e ei-lo reincidente. Protesta, porém, que não traz a intenção de roçar-se pela política, por uma única e sóbria razão: é que estão lá os políticos, esses convulsos, essas centopeias vertiginosas, essa gula de mando, essa insolência. Não era isto o que sonhavam os antigos cronistas, não era esta a política, os políticos não eram estes. Em verdade, os cronistas do meu tempo não sabiam nada da vida.

Hoje, qualquer criança aprendeu a dizer que «política é tudo». A ver, então, se este adulto em aprendizagem, entre o charco e o pântano, conseguirá encontrar o rigoroso e limpo caminho das pedras. Isto é, uma outra política. De pedra limpa e rigorosa.

A qualidade dos vivos

O Jornal, 1 de Fevereiro de 1985

Não gosto de siglas. Sou muito do género arrumado, uma palavra para cada coisa, tantas palavras quantas as coisas forem, incluindo as variantes e variáveis. No meu dia-a-dia vejo-me afligido por uma preocupação algo mórbida, ou duas, que assim resumirei: por um lado, canso-me a investigar se todas as coisas já têm palavras que as designem propriamente; por outro, afadigo-me a verificar se as palavras existentes continuam a exprimir aquelas mesmas coisas que começaram por anunciar. Como os exemplos devem ser o sal da boa lição,

aí vão três, e dos franceses, que ainda se contam entre os melhores do mundo, falo dos exemplos, claro está: em três partes dividida, qual delas a primeira, aquela formosa divisa que tantas esperanças do homem guiou, liberdade, igualdade, fraternidade. Quero eu dizer: as palavras aí estão, as coisas

estarão ou não.

Ora, se podem armar-se tão perigosos equívocos até quando tomamos a precaução de pronunciar as palavras por inteiro, sílaba a sílaba, que confusões impolíticas, malsoantes ou embaraçosas não instaurará no trato social o uso exclusivo ou imoderado da sigla? Os exemplos são fáceis, e portugueses, que nem sempre temos de estar às tenças dos estrangeiros. Vejamos: PR será Presidente da República, ou Principal Responsável? E PM? É mesmo Primeiro-Ministro? Ou será antes Primeiro, Mário? E não vá cuidar-se que se trata de leituras ou interpretações malévolas, introduzidas na circulação das ideias para servirem desígnios obscuros e planos conspiratórios de que eu seria, ao mesmo tempo, primeiro agente e instrumento primeiro. A culpa é da sigla, que é fluida, que é instável, que é leviana. Nos tempos da nossa liberdade, igualdade e fraternidade, quando escrevíamos PREC, qualquer comum cidadão, habilitado pela prática, traduzia sem hesitar: processo revolucionário em curso. Hoje, por força de habilitações que doutra prática lhe têm advindo, esse cidadão sabe como tirar uma palavra e pôr outra, onde estava revolucionário colocou reaccionário, e ao dizer outra vez PREC conclui: «Em siglas não há que fiar.»

Repito que não gosto de siglas. Já não seria pequeno defeito a sua demonstrada habilidade de exprimirem coisas contrárias entre si: onde o seu vicioso carácter fica a descoberto, é precisamente naqueles casos em que vão ao extremo de ocultar, apagar ou remover, por completo, o sentido daquilo que começaram por significar. Um exemplo, e basta: quem ainda hoje tem a certeza de que a ONU é apenas o modo abreviado de dizer Organização das Nações Unidas? Unidas? Deixai-me chorar. E como uma lágrima nunca vem só, agora me acudiu à lembrança o nosso IVA, feminino nome que

parece de tufão e é representação sumária e alfabética do Imposto sobre o Valor Acrescentado: a sigla, em tal caso pretende produzir um efeito analgésico, já com provas dadas, ao que consta, em outras partes do mundo. A nós vale, porém, para não sermos enganados, o logotipo que para ele desenharam, aqueles dois anzóis, um virado para cima, outro virado para baixo, mas este visivelmente mais ameaçador, deixando perceber onde estão as vítimas principais. Bem pode acontecer que o IVA venha a entrar na linguagem corrente com o valor expressivo duma interjeição - Iva! -, para designar, entre outras coisas, esta evidência geral: Impossível Viver Assim.

Tranquilizemo-nos, meus irmãos. Estes duros tempos que vivemos hão-de chegar ao fim (há mesmo quem, por ter morrido de fome, já saiba como é o fim dos tempos), e não faltam indícios e anúncios de mudança. Um deles, é

certo que, por enquanto, de mínimos resultados, está nas atenções que merece ao governo a nossa qualidade de vida. Eu seria a última pessoa a cair na tentação de fazer humor à custa desse (tão pouco) importante departamento governamental que se chama Ministério da Qualidade de Vida. É um alvo fácil.

O que eu queria era ver os humoristas, em linha de batalha, a desferirem frechadas contra outros ministérios, os enfatuados, os tolos, os condescendentes, os ambiciosos, os manobreadores, os de boa boca, os de má fama. Coitada da sigla, inocente entre as raras que ainda o são, MQV com todas as suas forças, tão fracas, e contudo a insistir em proclamar o advento de novos e felizes tempos: a minha qualidade de vida, a tua qualidade de vida, a nossa qualidade de vida.

Não acreditemos, irmãos. O problema português não é o da qualidade de vida, é o da qualidade dos vivos. Faça lá o MQV o que puder, com o orçamento que tiver e a competência que tenha, dê-nos água limpa e ar lavado, se for capaz. Muito lho agradeceríamos. Por mim, juro que não entrarei no coro dos graciosos que se riem dos impropérios do ministro, dos seus destemperos, das suas cóleras impoten-

tes. Este viver português é de baixa qualidade, todos o sabemos. A maior parte dos bens de consumo não presta, os bens naturais estão em degradação acelerada. É mais do que certo que um dia destes Portugal acordará podre. A não ser que ainda tenhamos tempo de compreender que não há qualidade de vida sem vivos de qualidade. Dantes chamava-se a isto uma questão da mentalidade. Chamem-lhe o que quiserem. Mas, já agora, não me queiram fazer acreditar a mim que o problema da mentalidade portuguesa se resolve com a entrada nesse reino da inteligência moderna que seria o Mercado Comum. À ideia não faltam adeptos que, em meu entender, não são de qualidade. Porque, a bem dizer, o que os move não é tanto quererem ser europeus como não gostarem de ser portugueses. No fundo, é esta a dolorosa verdade.

Paris, Portugal

O Jornal, 15 de Fevereiro de 1985

Que uma colónia de italianos, vinda, ignoro por que razões, da sua Pavia natal instalar-se em terras do Alentejo, tenha dado ao novo povoado o nome pátrio, não é coisa que deva surpreender-nos. Sobejam no mundo transplantações assim: as ilhas Hébridas, que ficam lá para cima, de esquelha, ao norte da Escócia, estão duplicadas no Pacífico, entre a Nova Guiné e a Nova Zelândia. E Nova lorque, que nos seus primeiros dias foi uma outra maneira de dizer lembrança, já provavelmente se esqueceu do lugar onde, pela arte da nomeação, veio ao mundo. Resultam estes episódios de acasos da descoberta, ou de conveniências da mercantilidade, ou de acidentes da emigração: o homem, aonde quer que chegue, faz uma casa e dá-lhe nome, e tanto lhe chamará O Meu Ninho como França. Por exemplo: que franceses já esquecidos terão um dia chegado às ásperas terras transmontanas, entre serra e serra, que imagem ou emoção ali coincidiram, que perpétuo sonho, de que nova França precisaram?

Foi isto naqueles tempos em que meia dúzia de homens hastavam, para descobrir mundos antigos e inventar mundos novos. Hoje, mais de um milhão de portugueses não têm voz

com que rebaptizassem cidades e vilas francesas, todos juntos mal sabem como defender a sua própria língua, e entre duas culturas vão perdendo o norte, aquela que de todo lhes é estranha, esta que os tem tratado como se os estranhos fossem eles. E se a hipótese de dar nomes portugueses a terras francesas não passa de pretexto para um sorriso, um exagero, um absurdo, os outros dois pontos seriam para tomar a sério se as questões culturais da emigração tivessem, neste nosso curioso país, quem seriamente as estudasse, para resolvê-las no campo espinhoso da prática.

O leitor já percebeu, pelo andamento da carruagem, que o cronista esteve em França. É verdade, estive em França, exactamente em Paris, que é, a fazer fé nas estatísticas, a segunda cidade portuguesa. Fui lá por obra e graça de boas vontades oficiais e particulares e, no quanto cabia em minhas fracas forças, procurei não deixar a pátria mal colocada. Era o caso de haver uma exposição no Grand Palais, a EXPOLANGUES, Salão das Línguas e da Comunicação Internacional, e, entre os convidados e participantes, foram vistos, e falaram publicamente, dois escritores portugueses, Lúcia Jorge e este cronista. Participaram eles numa mesa-redonda a que assistiram cerca de quatrocentas pessoas, a mais concorrida das vinte e quatro que se realizaram no âmbito da exposição, com grande perplexidade de Jean-Pierre van Deth, presidente da ExpoLANGUES, que repetia: «Trezentas e oitenta pessoas presentes numa mesa-redonda de escritores portugueses, e em português?» Compreende-se: até eu, que lá estive, tenho dificuldade em acreditar.

Fui a vários lugares, dei o meu recado pessoal e nacional pela via costumada de colóquio, conferência e entrevista: na Sorbonne, na Residência André de Gouveia, na Radio France International, no Clube Juvenil Português, da Bastilha, na Associação de Amizade Luso-Francesa, de Villiers-sur-Marne. Foi bom. Cansativo, mas bom. E, ao contrário do que

pensará qualquer malicioso leitor, o cronista, enunciando tanto, não está a gabar-se, mas simplesmente a dizer o que fez, como lhe compete. Primeiro, porque também é cronista de si próprio; segundo, porque durante esses dias ocupou o seu lugar numa engrenagem constituída por gente e serviços que, batalhando contra dificuldades, carências e incompreensões de toda a ordem, defende em França a língua e a cultura portuguesas, com um amor e um esforço de que mal temos notícia aqui. As crónicas de jornal, geralmente, evitam os nomes: acha-se que prejudicam o estilo. Decido correr o risco, se o é, e faço como o outro cronista, Fernão Lopes, que punha os nomes todos e não se importava. Aí vão, pois, franceses e portugueses misturados, porque para o mesmo trabalho se reuniram: Pierre Léglise-Costa, Solange Parvaux, Maria Helena Neves,

Anne-Marie Métaillié, Liberto Cruz, Pierre Rivas, Matilde Teixeira, José-Augusto França, Prof. Boisvert, Rogado Dias, Annick Paixão, Anne-Marie Quint, Ricardo Botas. Das atenções que recebi, nunca me sentirei desobrigado.

E os emigrantes? Pois é, os imigrantes. Vi-os, toquei-lhes, existem realmente. Não foram muitos, umas duas centenas, por junto. Em Portugal tenho visto bem mais, quando vêm de férias, ou vacanças, que é a sua palavra, inventada. E a televisão portuguesa não perde o ensejo de me informar: vai esperá-los ao comboio, interrompe-os na fronteira, quer saber se ainda padecem da doença nacional da saudade, se vêm rever os entes queridos, se pensam regressar à pátria, se continuam a gostar de bacalhau. Querida televisão. Os meus imigrantes eram só duzentos e também faziam perguntas: como vão as coisas lá em baixo, se há trabalho para quem voltar, se vale a pena continuar a mandar dinheiro. Como o escritor não é político, nem sociólogo, nem economista, respondeu como podia, respondeu como cidadão entre cidadãos, de igual para igual. E se é certo que falou de livros, muito mais o ouviram falar desta coisa aparentemente simples de ser português, e que afinal não é tão simples quando nos pomos a olhar de perto. Ou de longe.

O cronista voltou de Paris com a impressão subtil de que o futuro da sua terra depende, quem sabe se decisivamente, duma conversa, longa e nem sempre fácil, entre os portugueses daqui e os portugueses daí. Mas a primeira lição que deveremos tomar, nós, os que não partimos, é saber, milimetricamente, a diferença que há entre emigrante e imigrante. Toda a questão está aí.

Atrasados, felizmente

O Jornal, 15 de Março de 1985

Ouçó dizer que os portugueses vivem desinteressados dos assuntos públicos (a res publica dos nossos avós), que tanto se lhes dá que ande para o direito como desande para o torto, que cada um vai tratando de governar a vidinha consoante pode e às vezes talvez não devesse - seguindo a lição recebida das instâncias altas, que, a ajuizar pelas vozes populares, curam pouquíssimo das faltas nacionais e demasiado das suas conveniências particulares. Algumas excepções corajosas, inabalavelmente optimistas, protestam contra tão desanimada visão das coisas, dizem-na resultante de um derrotismo histórico que nos caracterizaria, e que, para dar um exemplo ao alcance de todas as compreensões, se exprime notavelmente nas lancinâncias do fado. Estes optimistas, em todo o caso, não ousam afirmar que a situação não está má: o que pretendem é que admitamos que poderia estar pior. E, para reforçarem o peso assustador da alternativa, seriam bem capazes de apontar-nos a trágica situação africana, aqueles trinta milhões de seres humanos que podem morrer dentro de um ou dois meses se não lhes acudir, desde já, com alimentos suficientes. A isto eu só poderia responder que realmente não estamos assim tão mal; mesmo que morrêssemos todos de fome, nunca conseguiríamos ser mais que dez milhões. Preocupados, pois, com o seu triste quotidiano, contando e tornando a contar os escudos que restem, espreitando com

angústia a cara do patrão, se ele ainda é dos que se mostram ou as janelas do décimo andar por trás das quais consta que está reunido o conselho de administração para decidir novos despedimentos, os portugueses não têm olhos para a floresta de temas de interesse palpitante (que saudade deste adjectivo, antigamente tão querido dos cronistas) com que deveriam apaixonar-se, tornando as nossas ruas e praças lugares de debate, os patamares dos prédios espaços de comunicação cívica, os bares parlamentos, as janelas tribunas, e o resto em igual conformidade. Claro que nem tudo é silêncio, apatia, rosto carregado, essa justiça haverá de ser feita: veja-se como discutem os vizinhos a crise do Benfica, veja-se a festa que foi o rali do Vinho do Porto, condenado a ser o melhor do mundo até ao fim dos tempos, aquelas intermináveis filas de rostos jucundos em cima dos valados ou à beira das estradas, comendo regaladamente o pó que os automóveis levantavam. Razão tinha o meu avô, que não sabia nada de res publica mas ensinava que todos nós tínhamos de comer um alqueire de terra por ano, era a lei da vida. Depois da invenção dos ralis, há quem coma o dobro e sabe-lhe a pouco. Porém, não devemos censurar os portugueses, não devo eu censurá-los só porque foram postas à minha disposição estas colunas. Confessarei uma verdade: de tanto ter lido sobre o Mercado Comum, ou Comunidade Económica Europeia, ou CEE, considerava-me pessoa equilibradamente informada, excepção à geral indiferença, olhava-me no espelho e via um cidadão nobremente preocupado com os destinos da pátria, desdenhoso do comum que só pensa em ralis e treinadores. Confessarei agora outra verdade: já não me via nos últimos tempos como me vira antes, declaro o meu feio pecado de orgulho, e, tal como estão os meus compatriotas, assim me achei: desinformado, ignorante, sem saber como iria o Mercado Comum cuidar de mim, como iria eu tratá-lo, com que vénias e respeito.

Há agora, no entanto, uma importante diferença, cujo benefício devo ao acaso. Graças a ele, encontrei-me de repente incluído na minoria privilegiada que conhece as razões profundas e autênticas por que a CEE nos quer no seu regaço.

Revelo-as aqui em três definitivas palavras- porque somos atrasados. Fôssemos nós um país rico, próspero, com boa indústria, boa agricultura, boa pesca, pleno emprego, saúde para dar e trocar, qualidade de vida de primeira, ensino que só visto, teatro do melhor, cinema do perfeito, música como dos anjos, literatura sem nódoa nem jaça, fôssemos nós tudo isto, tivéssemos nós isto tudo, e o Mercado Comum rejeitar-nos-ia. Compreende-se porquê: iríamos complicar o funcionamento das instituições, os europeus só queriam os nossos produtos, as pátrias economias deles ficariam arruinadas e quanto à cultura, temos conversado: os nossos

emigrantes, onde quer que estivessem, passariam a dar lições e a fazerem-se pagar bem por elas.

Não é assim, e assim não será. A CEE quer-nos (ou faz parecer que nos quer) pela já dita razão: porque somos atrasados. Aprendi-a eu ao ler, há poucos dias, uma notícia proveniente duma comissão qualquer do Mercado Comum, que tranquilizava os inquietos produtores de conservas de peixe dos países da Comunidade, dizendo-lhes que não havia que temer a concorrência das conservas de sardinha portuguesas, por três boas razões: a primeira, por ser tão escassa a sardinha que ainda frequenta as nossas costas; a segunda, porque a frota pesqueira portuguesa é pouco menos que pré-histórica; a terceira, porque as fábricas de conservas deste rincão à beira-mar largado só são boas para a sucata, desde que o sucateiro não seja demasiado exigente. Portanto, se não vamos concorrer nos Mercados da CEE, podemos, sem perigo para os Dez, entrar na Europa, ou, por outras palavras, se não temos nada para vender à CEE, estamos nas melhores condições para tudo termos de comprar à CEE. Somos, por consequência, o parceiro ideal do vendedor, aquele que à exclusiva condição de comprador se sujeitou. Colectivamente, seremos, pela negativa, a demonstração do sábio ditame chinês: saber pescar é melhor do que comprar peixe ou recebê-lo de graça. Como a Europa nada quer de nós, espero bem que não nos recusem subsídios para podermos adquirir aquilo de que precisamos.

Para mim, a situação, agora, é clara. Fico apenas com uma dúvida: se, mesmo assim, tão atrasados, a CEE não nos quiser nos seus armazéns, que vamos nós fazer deste país, que faremos com esta terra? Tendo desaprendido de pescar, sem remos, sem redes, com o leme avariado e alguns rombos no casco - deitamo-nos a afogar?

Uma rainha no Alentejo Jornal, 4 de Abril de 1985

Não sou especialmente curioso de vidas alheias. Mesmo * meu trabalho de romancista, quando se trate de pôr a mexer personagens com lógica e coerência bastantes, vai muito mais por adivinhação ou presunção do que por directo decalque de experiências observadas. E sou avesso a confidências, tanto na modalidade de fazê-las como de recebê-las: se passam de nós para outros, não aliviamos a carga que nos pesa, e cada segredo alheio que nos é confiado entretece de nós cegos os nossos próprios, segredos sejam ou nós apertem.

Posto isto, porque é o geral do meu comportamento, admito excepções, e duma delas venho precisamente falar hoje: a viagem de Isabel 11 ao Alentejo.

Teria dado alguma coisa do que não me faz falta para assistir ao acerto do programa da real visita: o mapa de Portugal (isto é um supor) estendido sobre a mesa, ao redor os representantes dos protocolos, o debate de propostas e sugestões, a ponderação dos índices de popularidade, os dispositivos e as exigências da segurança, os horários, a extensão das passeadeiras, as condecorações, os mil e tal contos para as flores do Teatro D. Maria, o número de embarcações que haveriam de desfilar no Douro apitando muito - e, depois de mil consultas, a aprovação final do itinerário. Que, veio a saber-se, incluía Évora, e esse é o meu espanto: digo que é, porque dele ainda não saí.

Afinal, nós vivemos em Portugal, ou quê? Pois não é certo que os nossos

governantes aborrecem de alma e coração a terra alentejana,

que ela só lhes tem dado preocupações e insónias, incluindo a do remorso quando lhes assalta a mente fatigada a lembrança de alguns mortos e muitos espancamentos? Então, sendo assim, que prazer masoquista foi esse de viajar e fazer viajar até -às escaldantes planícies onde, a par de bandeiras nacionais, e outras partidárias, se têm hasteado as bandeiras negras, que são de fome e sofrimento? Deveremos entender esta viagem como um primeiro sinal dos arrependimentos do governo? Estará para vir a felicidade, o desbloqueamento da barragem do Alqueva, o cumprimento, enfim, das sentenças judiciais que mandaram restituir terras às cooperativas, o acerto honrado de contas em atraso, a redefinição de Sines como factor de desenvolvimento posto ao serviço da região transtagana? Teria o governo escolhido a ilustre visitante para testemunha qualificada do advento de novos tempos?

São perguntas loucas, já sei .Tanto quanto depender do governo, o que foi, continuará a ser: os paredões de Alqueva acabarão por cair de velhos, as sentenças acumularão pó, bolor e teias de aranha, às cooperativas não se pagará o que lhes é devido, Sines crescerá como um gigante trôpego enquanto a CEE não lhe achar proveito (a hipótese é minha) ou a NATO serventia (agora me veio este pressentimento), e da rainha Isabel 11, lá onde foi, poderemos dizer, parafraseando o poeta: No Alentejo tu não viste nada. Viu, sim, o ritual da coroação de Henrique VI de Inglaterra, viu os paramentos ingleses do século xvi que foram de Portalegre, viu os cavalos de Alter do Chão. Viu portanto pouco, é nada o que viu se compararmos ao que poderia ter visto: por exemplo, a marcação de uma reserva ilegal, com prévio desfile das forças da Guarda Nacional Republicana, os homens armados, os cães pela trela, o automóvel do reservatário a fechar a parada, levando dentro o funcionário encarregado de escriturar o termo, a acta, ou lá como lhe chamam, um papel que, ao contrário daqueles em que foi escrita a sentença dos tribunais, não terá tempo de amarelecer em vão. E, resistindo os trabalhadores ao esbulho, a carga sempre gloriosa da bri-

gada ligeira, o desbarato das hostes rurais e desarmadas, o triunfo da Autoridade e da Propriedade.

Acaso Isabel 11 mostraria no fatigado olhar alguma tristeza se, entre os números do programa alentejano, lhe mostrassem o quadro desolador das terras abandonadas e invadidas pelos matos, as árvores arrancadas, as águas perdidas, os rostos carregados de homens e de mulheres que nem mesmo a visita duma rainha pôde fazer sorrir. E sendo pessoa bem preparada para a real profissão, conhecedora competente da história do

seu país, talvez lhe acudissem à memória paralelos históricos inoportunos, incomódos para quem de visita está e há-de mostrar boa cara a tudo o que vê, por exigência do protocolo. Talvez então se lembrasse da Irlanda, do longo calvário irlandês, tão longo que passou de duzentos anos a sua duração, os camponeses condenados à miséria, à fome, emigração, forçados pela violência a deixar as terras de que eram simples rendeiros, uma história shakesperiana de ruído e de furor, feita de matanças, deportações em massa, confiscações de bens, tudo caldeado de intolerância religiosa. Não chegámos a tanto no Alentejo, a Deus graças, mas não saberemos aonde realmente chegámos enquanto lá não formos perguntar. Com os nossos governantes não contemos: os olhos não lhes servem para ver, os ouvidos não lhes servem para ouvir, a boca para alguma coisa lhes servirá, mas, dez anos passados a ouvi-los eu, ainda não sei para que lhes serve.

Repito: apesar de tão pouco curioso de vidas alheias, gostaria de ter estado nas conversações para a visita de Isabel 11 a Portugal. É que não consigo perceber por que foi que levaram a rainha de Inglaterra a Évora. Documentos antigos 'paramentos e cavalos não faltariam noutros lugares. Mas no Alentejo havia mais para ver, e ela não viu. Nem tinha obrigação. Quem a tem?

Da democracia e da cultura
o diário, 5 de Abril de 1985

Um homem deita palavras ao ar como se lançasse barcos de papel à corrente: tanto podem elas dispersar-se como serem eles tragados no próximo remoinho, e isto é o mais comum. Mas também acontece navegarem os barcos até um bom porto de abrigo e terem as palavras ouvidas que as ouçam e bocas que lhes respondam. A estes acasos felizes se chama encontro e se chama diálogo. Porque, enfim, por muito que custe reconhecê-lo, não é encontro todo o ajuntamento nem é diálogo qualquer som de vozes alteradas. Há alguns dias, calhando-me a vez de intervir num debate onde se discutiam questões atinentes à criação cultural, aconteceu-me a felicidade de dizer algumas frases que não só faziam sentido como pareciam propor um sentido novo. Não é coisa que suceda todos os dias, aí de mim, que bem gostaria de ser imaginoso e inventivo de cada vez que escrevo ou falo. E estou tão profundamente convencido da fatal mediocridade do nosso débito verbal quotidiano, que não foi pequena surpresa verificar, desta vez, a consoladora agitação que respondeu à palavra atirada ao ar, ao barquinho lançado ao rio. Foi, digamo-lo, uma pequena festa, em que, como de justiça, me coube também o papel de bombo. Que disse eu, então? Apenas isto: que a democratização verdadeira da cultura talvez não seja o que por ela geralmente entendemos, e que uma cultura democratizada não é uma cultura ao alcance de todos, mas uma cultura com a intervenção de todos. E que mal andaríamos, sem mais adiantada reflexão, se levássemos esta modesta tese à conta das tentações demagógicas em que não é raro caírem, mesmo com as melhores intenções, os denominados criadores culturais, em cujo número, vista a natureza do meu trabalho, não posso deixar de contar-me.

Consideram os gregos e os troianos, a gente progressista e a outra que não o é tanto (em alguma coisa haviam de estar de acordo), que

democratizar a cultura é fazê-la seguir

um percurso, por assim dizer, vertical, de cima para baixo. A cultura pairaria lá em cima, o povo andaria cá por baixo, distribuição espacial que, com menos hipocrisia, poderia exprimir-se por esta mais crua fórmula: onde o povo estiver não está a cultura, onde estiver a cultura, o povo não entra. Logo, o povo haverá de esperar que a cultura condescenda em baixar até ele, em doses homeopáticas e oportunidades por medida. Claro que franquezas destas não se usam, uma tal proposição seria monstruosa em todas as suas letras, e assim as coisas acabaram por ficar equilibradas com a introdução do compromisso permutante que é o reconhecimento dessa espécie de subproduto a que chamamos cultura popular: sob a capa duma alegada unidade cultural, apenas variável em espécie, toda a gente ocupa o seu lugar e se declara satisfeita com ele. Meus senhores, o povo não é inculto, o povo é mesmo popularmente culto, e a cultura popular, isto é, do povo, dignifica-se com o estudo que dela faz a outra cultura, aquela que, por superior e erudita, não é nem pode ser do povo. Excelente conclusão e conciliação dos contrários. Dir-se-á que todo este falar tem o aval dos séculos, que foi sempre assim, que sempre assim há-de ser. Direi eu que não falta má-fé numa visão que delimite culturas como quem separa canteiros de rosas e baldios de urtigas. A prova está, creio, no alvoroço a que assistimos quando um terramoto social ou um simples abalo político sacodem a estrutura, aparentemente sólida, deste edifício conceptual. Ansiosos, quase sedentos de martírio, os anspeçadas da hierarquia cultural superior lançam-se na grande tarefa de democratizar a cultura, de plantar pendões literários, artísticos e científicos sobre as espessas muralhas da ignorância popular, em cada aldeia ou quinta, em cada monte ou barraca, no deserto, se preciso for. O fino azeite que sobre a água flutua é violentamente empurrado para baixo, espera-se o milagre duma emulsão em que a água já não possa distinguir-se do óleo. Penas perdidas, quando o esforço se fatiga, e fatiga-se sempre, o azeite separa-se da água, outra vez um em cima, um

em baixo, até à próxima revolução ou semelhança dela. Entretanto, o povo regressa à sua cultura, a própria, aquela a que só ele não sabe e não quer chamar popular nem cultura. Uma leitura apressada do que fica aí dito poderá concluir, lamentavelmente, que é minha oculta intenção preconizar uma espécie de nova ordem cultural, cuja originalidade consistisse em fazer prevalecer a cultura popular sobre a cultura erudita. Não penso isso, e não valeria a pena pensá-lo. A cultura popular, tal como a vimos entendendo, está condenada a

morrer: o que por aí anda em seu nome, quando não é arqueologia, é loja de artesanato, que, por sua vez, não passa de falsa arqueologia pintada de fresco e envernizada. Mas existe uma cultura popular viva, contaminada, se quiserem, de mil aculturações, mantendo com elas o próprio diálogo, assimilando, rejeitando, transformando-se à nossa vista e, as mais das vezes, perante a nossa indiferença, salvo naqueles grandes momentos já falados em que vamos, maciçamente, injectar-lhe doses altas de cultura média. Para essa cultura viva do povo é que deveríamos olhar, a ela é que deveríamos estudar e tentar compreender, porque, repito, é obra de gente viva. E não colhe dizerem-me que na cultura popular não faltam elementos cristalizados, conservadores ou mesmo reaccionários, tão fácil me será a resposta: em toda a cultura, qualquer que seja o estrato que representa ou define, há elementos de igual negatividade, e provavelmente os difundimos nós também quando vamos à missão cultural.

Qual é, afinal, o meu intento? Em primeiro lugar, propor uma reflexão sobre os métodos, os meios e as mensagens que temos praticado e introduzido no trabalho da chamada democratização cultural. Apenas porque não será possível sustentar que esse trabalho tem estado puro de erros de conjuntura e, mais gravemente, de equívocos de fundo. Em segundo lugar, sugerir, como hipótese de trabalho, que talvez a verdadeira democratização da cultura não seja esta que vimos aplicando sem curar de saber consequências, se não sera an-

tes a criação de um movimento inverso que leve a cultura popular à frequentação das instâncias culturais superiores.

É muito bonito, e parece muito avançado, declarar, em todos os tons, que a cultura é una e que tudo é cultura. Frases dessas só formalmente são categóricas, na prática pouco valem, ou coisa nenhuma. Se não erro, estas questões reclamam uma apreciação nova, uma mudança radical de ponto de vista, de modo a evitar-se o grande pecado intelectual que, no meu entendimento, andamos a cometer: ao mesmo tempo que nos insurgimos, justamente, contra quaisquer formas abertas ou disfarçadas de paternalismo (em todas as suas variedades de intensidade e objecto), difundimos, com o ar mais cândido e a pretexto de democratização, uma forma de paternalismo cultural. Torno a dizer: cultura democratizada não é cultura ao alcance de todos, mas cultura com intervenção de todos.

Exprimo, para terminar, um voto: que não se levem estas palavras à conta de caprichismo de quem não tivesse mais em que pensar. Não foi por caprichismo nem por vontade de provocação que Gabriel García Márquez se vestiu de camponês colombiano para receber o Prémio Nobel. Se bem compreendi o seu gesto, ele foi dizer aos académicos suecos e ao mundo uma coisa que se parece com o que eu venho tentando explicar, com menos eloquência, sem dúvida. E, por favor, não desçam ao mau gosto de dizer que um futuro premiado português, indo a Estocolmo, deverá ir vestido à moda do Minho ou de sargaceiro da Apúlia. Acho que estes problemas são demasiado sérios para merecerem contribuições que melhor figura fariam num dicionário de anedotas.

Herculano e o 25 de Abril...

o diário, Abril de 1985

Escrever sobre o 25 de Abril, onze anos depois? Para quê? Assinalar a efeméride, cumprir o calendário, desfilar em manifestação, gritar a palavra de ordem? E que mais? Repetir o discurso do ano passado, e do outro, e do outro, como

se repetem os gestos, sem pensar neles? Lembrar, suspirarido em comum, as esperanças que demos e as promessas que recebemos? Chorar sobre as torpezas e as traições? Baixar a guarda e aceitar o triunfo insolente daqueles que fizeram da política um jogo sem dignidade nem regras? Decidir que o

25 de Abril foi a última oportunidade de salvar-se Portugal, e que, falhada ela, não há mais salvação possível? E que significa salvação? Vamos, de facto, a caminho de perder-nos? O povo? O país? O regime? Está cada um de nós vencido, ou ainda firme? Desprezamo-nos, ou respeitamo-nos? Merecíamos o 25 de Abril, ou era o 25 de Abril que merecia outra sorte? Ou outra gente?

Parece que foi Alexandre Herculano quem escreveu, um dia, esta breve e terrível frase, como uma condenação sem apelo: «A terra é pequena, e a gente que nela vive também não é grande.» Do tamanho da terra não temos que dizer, é realmente pequena, nunca foi maior, excepto nos tempos do império colonial, embora essas terras fossem outras, como depois viemos a entender. Mas Herculano não se esqueceu de acrescentar que a gente que nela vive também não é grande, e, com tal aditamento, não é de alturas ou corpulências que está a falar, mas sim de pequenez mental, ou moral, de insignificância cívica, de rebaixamento, de sujeição por atavismo ou gosto de sofrer calado. Para Herculano, se não estivemos a torcer o sentido aparente das suas palavras, o

povo português seria já então um povo condenado e que hoje lhe daria, a ele, se à vida pudesse regressar, confirmação plena do rigor da sentença: a gente que há cento e tal anos já não era grande ter-se-la tornado ainda mais pequena, um nada à procura de si mesmo, encontrando nada.

Todos nós fomos educados no respeito pela palavra e pela figura de Herculano, uma espécie de Moisés da História, personalidade ética e científica como poucas vezes terá aparecido por cá. Que responderemos então à declaração que num dia amargurado lhe desceu ao bico da pena? Aceitaremos que Portugal é mesmo um caso perdido, uma barca longe do porto e sem meios nem tripulação que a levem a terra

firme? Ou, pensando melhor, indagaremos a que gente se estaria ele referindo quando, tão sem ressalva, lhe chamou pequena, igual à terra onde vivia? A quem estaria vendo Herculano quando tão pequeno viu? Seria o povo português, esse que, por povo ser, é miúdo, como lhe chamou o cronista? Pequeno e miúdo querem aqui dizer parco ou nulo de bens, que

não tem nada de seu, a não ser a -força de trabalho, se tiver onde a empregar.

Porém, como historiador, Alexandre Herculano haveria de saber bastante do povo a que pertencia para lhe perceber a particular grandeza: viu-o desde o princípio da nacionalidade, nos trabalhos e nos dias, nas guerras e nas descobertas, nas revoluções perdidas ou ganhas, no esforço imenso das gerações numa terra pobre e castigada. Aliás, a bem dizer, nenhum povo é pequeno, seja ele português ou espanhol, francês ou italiano, inglês ou alemão, chinês ou russo. Com o risco de me taxarem de lisonjeiro sem freio, seria capaz de jurar que o povo é mesmo a única coisa verdadeiramente grande que existe. Não será puro, nem santo, nem bom, mas é grande, não pode deixar de o ser. Então, se não estou caído em erro, direi que Alexandre Herculano, ao falar da pequenez da gente, não era no povo que pensava.

Em quem pensaria, pois? Se não eram afinal pequenos o pescador de Matosinhos, o camponês da Beira, o operário de Braço de Prata, ou o assalariado do Alentejo, que gente mínima mereceu o desdém de Herculano? Parece-me fácil a resposta: precisamente aquela que o fez retirar-se para Vale de Lobos, cansado, desiludido, agoniado de náusea moral: ospolíticos do tempo, o parasitismo oficial, os corruptos e os corruptores, esse enxame ridículo e maligno que Rafael Bordalo Pinheiro dependurou no pelourinho da irrisão para escarmento da praga e aprendizagem nossa. Essa é que era a gente pequena, não o povo, o mesmo povo que o caricaturista mostrava pobre, roto, explorado pelos impostos, roído pela ignorância e pela superstição, vítima pacífica e inocente do descaro dos poderosos e dos seus lugares -tenentes e homens-de-mão.

Que tem isto que ver com os dias de hoje, com este dia 25 de Abril? Tudo ou quase tudo. Não sei quantos Alexandres Herculanos se retiraram já para Vale de Lobos, mas gostaria que não usassem mal a sua autoridade, se a têm, repetindo aquela frase do Mestre dos Opúsculos num sentido que se vai espalhando entre uma burguesia que, não obstante todas as contrariedades, conservou e já reforça o seu poder económico e a sua influência política: que este povo não presta, que nós, portugueses, somos os últimos dos derradeiros, que seria bem melhor que os espanhóis tomassem definitivamente conta disto, que felizmente vamos entrar no Mercado Comum, é a maneira de nos meterem na ordem, etc., etc., etc. Não temos, e é grande falta nossa, um Bordalo Pinheiro para traçar com tinta corrosiva o retrato do actual poder, mas temos, talvez centuplicados, decerto refinados pelos avanços da ciência do oportunismo político e social, todos os modelos de há cem anos. E não soubemos ainda encontrar a maneira de nos livrarmos deles.

A questão parece-me muito clara: é preciso opor à gente a quem Herculano chamou pequena a gente a quem eu entendo haver razões para chamar grande, é preciso opor à vontade de destruição de uns a vontade de construção de outros, é preciso que os direitos do povo sejam usados contra os que faltam aos deveres para com o povo. Hoje é dia 25 de Abril, dia bom para pensar nestas coisas. Vivemos um tempo de luta geral. Cada hora é uma batalha de resistência, cada minuto uma escaramuça, cada segundo respira um alento novo. Talvez hoje Alexandre Herculano não se

retirasse para Vale de Lobos, mesmo sendo a nossa vida política o miserável espectáculo que é. Talvez a grandeza do povo português não lhe aparecesse somente como um dado histórico, mas como um exaltante acto quotidiano. De gente muito grande.

Post scriptum: Ao contrário do que cria então (1985), o autor da frase que serviu de mote a este comentário não é Alexandre Herculano, mas sim Almeida Garrett. Estamos agora em 1999: decida o prezado Leitor se mais alguma coisa do que escrevi há catorze anos precisa de correcção...

A difícil conversa
Status, 1985

O progresso, dizia-me aquele amigo entusiasta, é o melhor que há. Estás, por exemplo, em Lisboa, e queres fazer chegar um recado a alguém que vive em São Paulo, Brasil. Se fosse aqui há duzentos anos terias de escrever trabalhosamente uma carta que atravessaria o Atlântico num barco à vela, metida em escuro porão, com risco de naufrágio, e então se perderia o negócio, ou a amada desesperaria por falta de notícias. Hoje é diferente: pairam na atmosfera uns mágicos objectos, chamados satélites, de cujo funcionamento não entendes, mas que por ares e ventos te transportam as palavras, entre telefone e telefone, em poucos minutos ficaste rico de dólares ou reforçado de sentimentos. E se, pela extensão do discurso ou da sua complexidade, duvidas que haja embaraços na recepção, tens ao teu alcance esse outro invento, o telex, que alinhará, no destino, e por claro, ordens, projectos e afectos, como se os teus próprios dedos, invisíveis, fossem dactilografar a mensagem a oito mil quilómetros de distância. Graças ao progresso, remata o meu amigo, a comunicação é fácil, imediata, instantânea.

Será? A pergunta exprime algum cepticismo, leva aquele trejeito de lábios de quem, por já ter vivido tanto, está de entusiasmo arrefecido, o que, apresso-me a acrescentar, não significa uma descrença radical nas virtudes da comunicação, apenas consciência do relativismo de todas as coisas, a começar por essa. Vejamos: que tem a dizer, com utilidade suficiente, um escritor português aos leitores brasileiros, separados, ele e eles, por um mar oceano e por mil acrescentadas dificuldades de navegação que não encontram compensação na comum língua e no seu aparente manejo comum? E quando aqui se escreve leitor brasileiro, que leitor é esse e de que Brasil? E se o escritor português falar do seu próprio país, da vida do povo a que pertence, da cultura que herdou e deseja ajudar, até que ponto interessa tudo isso a potenciais leitores que vivem num certo lugar do Brasil, pertencem a uma certa camada

social e possuem um certo grau de instrução e educação? Mais ainda: tem o tal escritor português o direito de dirigir-se a esses leitores, se deles tão pouco ou mesmo nada sabe, como nada ou pouquíssimo sabe da vida profunda da terra brasileira, provavelmente insondável para os seus próprios naturais? Porque, em verdade, que conhece do Brasil o escritor português, este? Esteve em São Paulo, para onde o recado vai, no Rio de Janeiro, em Santos e Campinas, em Belo Horizonte e Ouro Preto, em Brasília e Salvador, sendo tão grandes as distâncias quase deu a volta ao mundo. E a quem conhece? A outros escritores, a jornalistas, a professores universitários. Porém, não conhece o povo brasileiro, nem sequer a pequena parte dele que compra revistas e as folheia, que compra livros e os estima. Em Portugal, mais ou menos, o escritor conhece os leitores que tem. Dos leitores que no Brasil tiver ignora tudo. Esta conversa é, pois, difícil. Porque uma outra questão não pode ser ocultada: para muitos brasileiros Portugal é um país do passado, e os portugueses, mesmo de novíssima geração, são todos bisavós e triisavós, talvez enternecedores, mas a quem não se deve levar muito a sério, porque com a idade vão treslendo e não compreendem o mundo em que ainda vivem. Claro que não se levam às costas oito séculos sem que os joelhos verguem um pouco, mas essa ideia de um Portugal reserva histórica e museu da língua não favorece o encontro nem o diálogo, numa palavra, não serve a comunicação que a tecnologia totalizou e globalizou. Quer dizer, não é por muito comunicar que melhor se comunica, ou então, diz-me o que comunicaste e eu te direi se valeu a pena. Do futuro destas crónicas serão julgadores e sentenciadores os que as lerem, mais ainda do que eu que as escrevo e de quem me convidou a escrevê-las. Convite e aceitação dele são, de certa maneira, questões de patrão e empregado, primeiro e segundo tempos de uma acção: o que realmente conta e importa é o que virá depois: o leitor e o seu juízo. O autor destas linhas não se decidiria a escrever numa publicação brasileira por motivos apenas materiais ou, se posso autorizar-me a palavra, de prestígio. De vozes que pregaram no de-

serto encheu-se a transbordar a história das relações entre Brasil e Portugal. Não é possível reprimir um sentimento de melancolia quando damos balanço aos mal-entendidos, aos equívocos, às atitudes intempestivas, às incongruências, e também aos oportunismos, aos truques e habilidades com que, de um lado e do outro, se tem tecido a capa rota dessas relações.

Mas também não se pode esquecer o que ainda existe de fé verdadeira, de amizade sem portas falsas entre tantos portugueses e brasileiros que conservam a esperança de uma fraternidade assente no conhecimento leal, na mútua compreensão, na vontade sincera de viver juntos vivendo cada um em sua casa. É a esse conhecimento, a essa compreensão, a essa vontade que estas crónicas querem servir. Pelo tempo e mérito da sua utilidade. Nem um segundo mais, nem uma palavra a mais.

Uma pessoa da família Status, 1985

Dizia-me aquele português em São Paulo, ou, por maior rigor, de São Paulo, pois aí vive e trabalha e daí não pensa retirar-se, dizia-me ele sorrindo com a amizade que me guarda e a ironia que ao caso lhe parecia

adequada: «Sabe você como já chamam os brasileiros a Fernando Pessoa?» Levantei um sobrolho perplexo e inquisitivo, esperei o fim da pausa retórica que, pelos vistos, o meu amigo queria prolongar, enfim acedi a entrar no jogo: «Chamam-lhe Fernando Pessoa, suponho.» O tom provocador que eu dera à resposta não lhe apagou o sorriso, e as palavras seguintes vieram tocadas por um certo ar de comiseração que ainda mais aafiava a ironia: «Chamam-lhe grande poeta da língua portuguesa, pois então.» Compreendi aonde ele queria chegar: «Não dizem grande poeta português?» E ele, empurrando a faquinha: «Cada vez se vai dizendo menos.» Confesso que não gostei. O meu patriotismo literário ofendia-se com a ligeireza, a sem-cerimónia dos irmãos

brasis, ou primos, que, não pensando, obviamente, em discutir ou ignorar a grandeza do poeta, decidiam escamotear-lhe a nacionalidade, tomando como fundamento, quem sabe, a própria sentença de Pessoa: «A minha pátria é a língua portuguesa.» Disse ao amigo que a atitude configurava forte abuso, que realmente o Brasil sofria de vertigem imperial e que, por esse andar, acabariam por levar-nos o próprio Luís de Camões, ou o Eça de Queiroz, e a Deus graças por dos mais escritores portugueses conhecerem tão pouco. Exprimi um mau humor nacionalista, porventura louvável, mas, logo o percebi, culturalmente pueril.

As coisas são o que são, serem-no é a sua irrefragável força, e a nós cabe-nos tentar compreendê-las, ajeitá-las, se possível, à oportunidade e ao interesse da ocasião, mas respeitando-as sempre, evitando sobretudo cair na tentação do avestruz, o que, na circunstância, seria fingir que as coisas, afinal, são outra coisa. Não estou a brincar com as palavras, pelo menos mais do que o gosto de ordená-las ao longo de um pensamento para tentar exprimi-lo com a maior clareza possível. Se os brasileiros chamam a Fernando Pessoa grande poeta da língua portuguesa é porque o admiram e respeitam, porque o desejariam seu. Bom proveito então lhes faça, tanto mais que Fernando Pessoa é bastante grande para satisfazer dois países e povos, e ainda sobejar pessoa. Também eu desejaria que Manuel Bandeira fosse meu, como igualmente desejaria que o fosse Antonio Machado, nascido aqui ao lado, em Espanha, e esse, provavelmente, é o único caso em que uma coisa dividida se tornará tanto maior quanto mais dividida estiver. Tomem pois os brasileiros, para si a Fernando Pessoa, que não ficaremos mais pobres por isso. Pelo contrário. A cultura a que Fernando Pessoa pertence é a cultura da fala e da escrita portuguesas, aquela pátria única que ele, em palavras brevíssimas e lapidares, como convinha, definiu de uma vez para sempre.

Mas seria muito útil que nos entendêssemos quanto ao resto. Essa cultura de que a língua portuguesa é o veículo e o instrumento não principiou no dia 7 de Setembro de 1822,

quando a independência do Brasil foi proclamada. Para trás não ficavam o caos, o tempo das trevas, a brutalidade da ignorância. Para trás ficava, sim, um formigueiro cultural com quase setecentos anos de trabalho miúdo e algumas grandes empresas. Usando metáfora mais luminosa, de ar livre e céu aberto, a parte visível da cultura que diremos brasileira emerge e assenta, como parte visível de um icebergue, sobre a massa profunda da história e da cultura portuguesas. A cultura brasileira tem uma pré-história, e essa, dêem-lhe as voltas que entenderem, é, e não pode deixar de ser, a cultura portuguesa. Levem-nos o Fernando Pessoa, mas não julguem que levam tudo com ele. Compete aos brasileiros, claro está, responder se proclamaram o nascimento da sua cultura na mesma data em que proclamaram a independência nacional, ou se reconhecem também seu aquele remoto ano em que uma palavra se descobriu portuguesa para, sendo história, começar a ser cultura.

Tranquilizai-vos, porém. Cuido saber dos factos da vida o suficiente para não ceder à ingenuidade, senão à estupidez, de considerar as culturas brasileira e portuguesa como meramente e mutuamente complementares de um só corpo cultural, o que, por caminho tão vicioso, equivaleria a querer meter num saco de conflitos todas as culturas de língua portuguesa, a pretexto de uma história em parte comum, ainda que sombria esangrenta, como tantas vezes o foi. Sou pouco de impérios, velhos ou novos. Brasil e Portugal vão, cada um por seu pé, aonde tiverem de ir, chegarão aonde puderem chegar, felizes ou apenas resignados. E não creio que, nas horas más, um possa ajudar o outro: hoje ninguém ajuda ninguém. Mas somos gente de uma mesma família, de uma mesma língua, de uma cultura que é, embora diferentemente, a mesma. Se os brasileiros se recusam a aceitar esta evidência, se o dia 6 de Setembro de 1822 é, para eles, anterior à criação do mundo, então façam o favor de nos devolver Fernando Pessoa

Democracias e demagogias

o diário, 23 de Janeiro de 1986

Neste meu ofício de escrevedor de livros, muitas vezes faço o que faz o operário que verifica o bom estado das suas ferramentas, se se encontram no seu devido lugar e à mão de servir, e também se estão limpas, a salvo de ferrugens e outras máculas. Quero eu dizer que consulto os dicionários, com mão diurna e nocturna como Camilo Castelo Branco aconselhava e hoje se pratica menos do que conviria à boa saúde da língua e da comunicação, e também, porque vem a propósito, dos comportamentos cívicos e políticos, e morais, se me permitem que adiante esta solene e bastante desacreditada palavra.

Agora deu-me para recordar, com um sentimento de curiosidade nostálgica, o significado de duas palavras, democracia e demagogia, que têm sido desigualmente tratadas nas últimas campanhas eleitorais, em particular nesta que decorre, para a Presidência da República, que não tarda vamos ter de decidir com a nossa consciência e o nosso voto. De democracia enchem os políticos a boca deles e os nossos ouvidos, de demagogia fala-se pouco, apesar de tanto se praticar.

Ora, que diz o dicionário, essa ferramenta preciosa, e infelizmente tão

abandonada de quem ainda escreve e lê? Diz... (Interrompo para esclarecer que me sirvo, nesta ocasião, de um dicionário neutral, brasileiro, o de Aurélio Buarque de Holanda, para que não me venham acusar de usar as pratas e os ouros da casa com o suspeito objectivo de chegar a melhor brasa a esta sardinha.) Diz, pois, o dicionário de Aurélio que a democracia é a «doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do acto eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controlo da autoridade, isto é, dos Poderes de decisão e execução», o que resumindo em três Palavras, equivale a dizer «governo do povo». Suponho que Os Cinco candidatos à Presidência da República conhecem, por

igual, a letra desta definição, embora não duvide que tenham dela entendimentos diferentes e, em alguns casos, irreduzivelmente contraditórios. Coisa que logo se verifica quando, na mesma página do dicionário, encontramos a outra palavra em questão, demagogia, que é um «conjunto de processos políticos hábeis tendentes a captar e a utilizar, com objectivos menos lícitos, a excitação e as paixões populares», e também «afecção ou simulação de modéstia, de pobreza, de humildade, de desprendimento, de tolerância, etc.», cabendo aqui, claro está, o mais que a nossa experiência de vida como alvos destes métodos já nos ensinou. Temos, pois, cinco candidaturas, e também um conjunto de definições consensuais, como carapuças que podem ser enfiadas, para bem e para mal, nas cinco cabeças principais, as dos candidatos, e naquelas tantas dezenas que à roda delas circulam, as dos conselheiros, dos ideólogos, dos promotores, dos intermediários, e o mais que neste campo haja de inclassificável. Usemos então as duas pedras-de-toque, democracia e demagogia, para sabermos quanto vale cada um dos candidatos, que feições são verdadeiramente as suas à luz das poderosas evidências dos seus discursos e dos seus comportamentos.

Freitas do Amaral, delfim e discípulo de Marcelo Caetano, esperança post mortem dos abencerragens do fascismo português, é o lobo que, por mais que se esforce, não consegue caber na pele do cordeiro. Por baixo da macia lã do anho aparecem, mal disfarçados, os dentes vulpinos. Freitas do Amaral esforça-se por ser homem deste tempo mas erra na escolha do modelo, ao ponto de ousar ofender a memória e os ossos dos antepassados Salazar e Caetano, passeando-se pelo país estupefacto de palhinhas na cabeça e ademanos de estrela de Hollywood, ou imitando os inconfundíveis políticos norte-americanos em hora de convenção eleitoral. Freitas do Amaral fala de democracia como quem morde a palavra, no seu espírito habita uma reserva mental sistemática que, aos seus próprios olhos, o absolveria, amanhã, dos atentados que projecta cometer contra a democracia.

O uso que faz de palavras como liberdade, justiça, direito,

chega a ser indecoroso. Aquela boca não nasceu para dizer tais coisas, testemunhem-no os estudantes a quem interrogou, em processo disciplinar, por terem protestado e lutado contra as prepotências do fascismo. Freitas do Amaral defenderia hoje a continuação da guerra colonial. Nenhum democrata pode votar em Freitas do Amaral, não por ele ser de direita (ser de direita é um direito que a democracia reconhece), mas, muito simplesmente, por não ser democrata.

De Mário Soares não é fácil falar. Este homem já foi quase tudo, já disse quase tudo, consoante os ventos, as marés e as conveniências. Apoiar Mário Soares é variar tanto quanto ele tem variado e há-de variar: olho os homens que têm seguido, como sombras dóceis, o itinerário político de Soares, e vejo-os, em prodígios de contorcionismo, cometendo, à custa de dores e sacrifícios sem nome, aquilo que no seu mestre é arte de camaleão, uma arte instintiva, natural e gostosa. Mário Soares diz sim e diz não com o mesmo à-vontade, vira-se à esquerda e à direita com igual sem-cerimónia e igual desrespeito pela inteligência e pela dignidade dos outros. Mas, reconheçamo-lo, enfim, depois de todos estes anos, Soares teve a sua grande hora de franqueza e lealdade: perante milhões de portugueses que o viam e ouviam na televisão, declarou que, desde 1974, a sua preocupação tem sido evitar a unidade de esquerda. Não é calúnia minha, é confissão dele. Votar em Mário Soares seria servir a direita, pois só à direita interessará que a esquerda não venha a unir-se para o triunfo definitivo da democracia.

Tem-se dito de Maria de Lourdes Pintasilgo que é uma pessoa simpática, com um sorriso bonito, uma comunicação fácil, um jeito especial de tocar no coração das gentes. Não direi que não. Eu próprio recebi desta mulher alguns sinais que mostram muita sensibilidade e o dom de chegar à sensibilidade do outro. E um espírito evangelicamente alegre, ou alegremente evangélico, talvez muito de altar, mas pouco de paramentos. E, contudo, esta criatura tão estimável tem vindo a usar o discurso mais demagógico de toda a campanha, prometendo o que nunca poderia cumprir, invocando até o

Escrevi estas palavras apenas para explicar, se tal interessa a alguém, a minha posição perante o acto eleitoral que se aproxima. Não tenho quaisquer dúvidas. Porém, se ainda as tivesse, bastar-me-ia voltar a consultar o dicionário, ver o que Aurélio Buarque de Holanda lá me diz sobre o que são democracia e demagogia, depois confrontaria os candidatos Amaral, Soares, Pintasilgo e Zenha com as definições que delas me são dadas e, tendo apurado de vez quem é democrata e demagogo, escolheria. Salgado Zenha, evidentemente.

Os sujeitos normais Jornal de Letras, 10 de Março de 1986

Sei de um poeta normal a quem muitas vezes sucedeu não ser capaz de principiar o poema sem primeiro passar os olhos por versos de outros parceiros na arte, tendo, evidentemente, o cuidado de escolhê-los bons, para não correr perigo de contaminações mórbidas, isto é o que eu julgo. Comparando depois o que ele escrevera com o que tinham composto os

colegas, via-se que não ficara o menor sinal de imitação, nenhum vestígio residual do estro alheio, nenhuma certificada metáfora que, transportada para o novo viveiro, ali ficasse a gritar plágio e ladroíce. Este de quem falo, poeta, se não me engana a amizade que lhe tinha, queria só aquecer a inspiração fria ao braseirinho ou alto lume que na página lida ardia inextinguível, ateado por mais criadoras mãos, da espécie prometaica. Se todos aprendemos com todos, não se atirem pedras à inocência. Estou eu hoje como ele, ao pousar o pé no poial desta porta, com a diferença de não ter recorrido a qualquer estímulo poético, apenas à memória que felizmente conservei duma entrevista publicada, passaram várias semanas, nas páginas deste jornal. O perguntador era Jorge Listopad, homem de mil e um talentos, perfeitos e acabados, a das respostas era Teresa Gouveia, secretária de Estado da Cultura, de escassos cabedais no orçamento, mas vontade declarada de os

fazer render. A um e a outro, graças. Porém, por mais que a gente faça nunca conseguirá evitar os poréns, estas bem-intencionadas almas vieram a definir, no decorrer das amenidades com que me entretiveram e ilustraram em duas plenas laudas, vieram a definir, dizia eu, conceitos de normalidade que não só vão contra os verbetes do dicionário como revolucionam de alto a baixo a prática social, o que, apresso-me a esclarecer, não é, em si mesmo, defeito. Eu próprio me considero um aceitável infractor de regras, e, quanto a revoluções, se alguma pena tenho é de não saber fazê-las.

Lá para o final da entrevista, veio à baila, vem sempre, a célebre questão de convir ou não convir que o escritor seja uni profissional das suas letras. Não convém, concluíram, em coro, Jorge e Teresa, em comovente unanimidade, raríssima nesta espécie de pequenas guerras surdas que são as entrevistas. Não convém porque não é normal, remataram. E até o Alexandre tem um poema que diz isso mesmo, acrescentou um deles, esmagando qualquer atrevimento sindical e reivindicativo com a maça, a persuasão e a autoridade do poeta, o qual, seja dito a quem não estiver nos segredos da nomenclatura e no circuito das confidencialidades, não é o Magno, nem o Herculano nem o Conceição, nem o Vargas, mas o O'Neill. Admitiam, em todo o caso, entrevistador e entrevistada, generosamente, que um subsídio, digamos que por um ano, poderia ser concedido ao autor escritor, não sei bem se para começar ou concluir um livro, que tanto custa uma coisa como outra. Mas, esgotado o prazo e liquidada a tença, deveria o escritor regressar à situação de sujeito normal, isto é, à ocupação de empregado de alguém e à devoção exasperada, à rotina do carimbo e ao sofrimento de ver fugir-lhe uma ideia porque não está na hora de ter ideias.

No dicionário e na sociedade, normal é o que é conforme à norma ou regra comum. Normal, por suposto, é trabalhar nos dias úteis e descansar no fim-de-semana, divino exemplo, também normal deverá ser viver do seu trabalho, e normal não seria certamente aquele operário que de segun-

da-feira a sexta-feira fizesse não se sabe o quê, para depois, ao domingo, ir trabalhar na oficina, isto lhe bastando para ser e dizer-se serralheiro. Mas, para Jorge e Teresa, o escritor só será um sujeito normal se for, se aceitar ser, se incongruente preferir ser como este impossível serralheiro, em vez de, como felizmente as coisas se passam na realidade do operário, proclamar a exclusividade da profissão, com a consequente aplicação total da vontade e dos talentos, o desejo de aperfeiçoamento, o apuramento das técnicas, a fadiga do trabalho de que se gosta, a alegria dolorosa de permanecer por algum tempo na pequena obra feita, essa que não fomos capazes de fazer melhor.

Eu me confesso, pois, anormal. Vivo e quero viver domeu trabalho de escritor, reclamo esse direito e aceito essedever. E levo as coisas ao ponto de colocar no alto desta página, como compromisso e anúncio, quatro palavras de tão curto voo, tão pacificamente artesanais - a letra da tabuleta. A letra é a do escritor, a tabuleta é a do ofício. Pago pontualmente os meus impostos, façam portanto o favor de respeitar este operário.

Amílcar Cabral descobriu o Brasil

Status, 1986

Harry Harrison é um escritor norte-americano que, uma vez por outra, no acaso de lazeres e oportunidades, me chega às mãos e à leitura. O último romance que li dele foi Make Room! Make Room!, um pesadelo em formato de livro que introduz o leitor numa cidade de Nova Iorque em que vivem trinta e cinco milhões de pessoas e onde, como seria inevitável, ou será, o caos é soberano senhor. Como o autor pôs a história no ano de 1999, não faltam mais que treze anos para verificar se acertou nas suas catastróficas previsões* poluição e imundície, criminalidade sem freio, e todo o resto que os nossos dias de hoje, perante a indiferença geral, vão profeticamente preparando.

Mas, se este Harry Harrison entra na crónica portuguesa do mês,) não é por ser cultor competente de ficções científicas, nem a vocação desta página tem sido resumir livros alheios.

Do romance de Harrison apenas me interessam, para o recado que é minha intenção dar, as três primeiras linhas, que resumem, de magistral maneira, um tratado ainda por escrever e que poderia levar o título de A História como Hipocrisia.

Diz o nosso autor, falando da cidade de Nova Iorque: «... roubada aos confiantes índios pelos astuciosos holandeses, tirada aos ordeiros holandeses pelos belicosos ingleses, depois arrancada por sua vez aos pacíficos ingleses pelos colonos revolucionários». Concederá o leitor que esta sucessão de antónimos emparelhados reflecte modos bem diferentes de observar, considerar e ensinar a história, consoante, for de vencedor ou vencido o ponto de vista. Neste caso, talvez o Único factor invariável se encontre na atitude dos índios que, se chegaram a perder a confiança, e é verdade que a

perderam, não foram a tempo de evitar a perversão e a destruição da sua identidade, de modo a poderem, eles, um dia, escrever a história à sua própria maneira...

Porque, digamo-lo de uma vez: a questão central é precisamente essa: quem escreve a história, e para quê. É admissível, por exemplo, que uma colonização do Brasil escrita por um brasileiro não coincida, no que se refere a juízos e opiniões, com outra que um português escreveria ou escreveu já: as relações entre o colonizador e o colonizado nunca são

Meridianas, nem mesmo quando o meticuloso tempo veio acrescentar àquelas palavras o prefixo ex- Mas admissível não deveria ser, e é certamente vicioso, ver surgir, da parte de terceiros uma interpretação nova dos factos e circunstâncias da colonização, porventura sob o olhar condescendente, se não aprovador, de autoridades brasileiras. E se digo que tal interpretação não deveria admitir-se não é pelo seu carácter de novidade (o novo é muitas vezes desejável), mas por ser deturpação grosseira, falsidade histórica, provocação que não se esperaria de um tão nobre país, tão digno e sempre culto, que assim, invariavelmente, a França fala de si mesma.

Sim, a França. A França que, para tratar com maior proveito dos seus negócios brasileiros, não deveria precisar de reescrever a história da colonização portuguesa do Brasil, apresentando os portugueses infames, aos olhos do mundo e dos empresários, como «sanguinários», praticantes sistemáticos de «pilhagens e massacres», monstros da espécie humana, enfim. Bem sabemos que a inocência não foi apanágio dos colonizadores portugueses, que em nome da fé e do comércio praticámos atrocidades sem nome, mas de crimes semelhantes, ou piores, não está isenta a França, como isento não está, certamente, nenhum país antigo e moderno, o Portugal deste século, o próprio Brasil, após exame de consciência.

Perguntará o leitor: porquê todo esse alvoroço, esse patriotismo ofendido, essa indignação? E eu respondo: porque em Paris foi publicado um documento de apresentação do Ano França-Brasil, sob os auspícios do ministério francês dos Negócios Estrangeiros e elaborado, ao que se julga, pela comissão organizadora respectiva, no qual se procura valorizar a acção da França em detrimento da acção de Portugal. Eu sei, todos o sabemos, que a lógica dos negócios olha pouco a meios e pouco se deixa embaraçar por escrúpulos. Em todo o caso, atinge as raias do escândalo e do impudor publicar-se na resenha histórica da descoberta do Brasil, segundo a versão francesa, este bocadinho de ouro: «Talvez mesmo antes da descoberta oficial do Brasil por Amílcar [sic] Cabral, o navegador de Dieppe Jean Cousin teria, segundo a tradição, abordado as costas brasileiras vinte anos antes dos portugueses.» Para a racionalista e cartesiana França bastou um «talvez» e é suficiente a «tradição» para modificar de alto a baixo a história, a cronologia e a onomástica. Viva, pois, a França!

Mas, a mim, o que mais me inquieta é a possibilidade de brasileiros terem dado uma mãozinha a este aberrante produto de propaganda. A Status tem aí um bom tema para averiguação. Inventou-o a França, eu limito-me a propô-lo.

História antiga, caso moderno

Status, Agosto de 1986

De longe em longe chegam-me do Brasil notícias das grandes crueldades do latifúndio. Esta palavra que, como todas as outras, é, em si mesma, inocente, tem não sei que ressonâncias que lembram logo um mundo de coisas negativas, uma angústia, uma dor, um peso no peito, um olhar sem esperança. E é uma palavra de grande nobreza, vem dos tempos da Roma antiga, quando a larga terra se dividia pela aristocracia das armas e do dinheiro, geralmente adubados com pureza de sangue suficiente. O latifúndio figura o espaço infinito, aquele em que o seu dono se confunde com Deus, que é, nesta escala de valores de propriedades, o latifundiário maior.

Aqui, em Portugal, tivemos, deixámos de ter e temos outra vez latifúndios e latifundiários. Estas nobres palavras romanas são, aos ouvidos e entendimento dos trabalhadores rurais do Alentejo, palavras de martírio. Estão ligadas a outras, Iguamente sem piedade, que são fome, repressão, violência, desemprego, ignorância. E contra tudo isto uma única palavra-luta. Luta que passa de geração em geração como a herança de quem nada tem, de quem, mesmo afrouxando-se-lhe a esperança, continua a lutar. Mas a luta no campo não é a luta na cidade. Em todos os sentidos, a luta dos rurais é uma luta em campo aberto. As grandes manobras de repressão são por isso rápidas, fulminantes, arrasadoras. E o latifúndio, em sua imensidade física, cria leis de excepção, ri-se da autoridade legítima, quando não a suborna e alicia para os seus fins próprios, a que me apetece chamar obscenos.

O latifúndio é uma obscenidade.

Somos, deste lado do mar, um pequeno país. Olhando de Lisboa, quase conseguimos ver a fronteira com a Espanha. Provavelmente, tudo aqui obedece à mesma escala, os sentimentos e as acções, os sonhos e os resultados deles. O próprio latifúndio português não passará de minifúndio se o compararmos aos impérios rurais da América Latina em ge-

ral, do Brasil em particular. Um trabalhador rural espancado ou morto no Alentejo é, pela graça da nossa pequenez, notícia imediata, mesmo que o crime venha a ficar impune. Em Portugal não é sequer imaginável uma acção de bandoleirismo organizado como a que tem vindo a ser praticada no latifúndio brasileiro.

Sou filho de gente rural. Meus pais e avós cavaram chão que não lhes pertencia. Porém, homem de cidade, continuo ligado pelo mais profundo do meu ser a essas raízes, e, à medida que vou somando os anos, vejo-me a percorrer uma estrada que antes me parecia seguir em linha recta, afastando-me do ponto de partida, e agora verifico que esse ponto de partida veio comigo. Observo-o, comprovo-o, segundo as minhas próprias razões de português sinto-o na onda de desgosto que me submerge quando as notícias do Brasil me falam da «morte severina» multiplicada pelas armas, não já as escopetas de antigamente, os facões, mas as espingardas automáticas, talvez as metralhadoras, a bomba. Do outro lado delas, sempre a mesma carne sofredora, o mesmo alvo para as balas, a mesma miséria.

Há alguns anos vivi no Alentejo dez semanas por causa de um livro que queria escrever. O livro aí está, foi lido, mas não é dele que venho hoje

falar. Durante mais de dois meses pude revigorar as minhas velhas raízes em terras que, não sendo aquelas donde vim, têm a mesma substância funda de viver natural, e onde vive gente de franco pensar e dizer, gente com quem aprendi ou confirmei duas ou três coisas fundamentais: o parentesco essencial que pode existir onde não há laços comuns de sangue, e também que na partilha da inteligência nem sempre o melhor quinhão coube aos que têm ofício de utilizá-la.

Era então o tempo em que o presidente da nossa República viajava muito, ia ao Norte, ia ao Centro, ia mesmo às Ilhas, apesar de tão longe. Mas ao Alentejo não ia. As razões compreendíamos-las todos, o Alentejo continuava a ser ninho de revolucionários raivosos, e portanto não podia o presidente respeitabilizar, com a sua presença, os excessos cometidos

contra o latifúndio sacrossanto e suas abadias. Contudo, alguma Vez ele haveria de ir às terras do demónio, e um dia decidiu-se e foi. Numa vila do Alto Alentejo, chamada Alter do Chão, existe, desde há muitos anos, uma coudelaria onde se criam belas estampas de animais. Ora, o presidente viajou pelos ares, e, em terra tão cheia de homens, foi ver os cavalos.

O Planeta dos Macacos

Status

Alguns leitores talvez ainda se lembrem de um romance francês, de Pierre Boulle, salvo erro, que no seu tempo foi recebido com grande favor do público e aplauso da crítica, penso eu que mais pelo carácter insólito do tema do que por indiscutíveis méritos literários. Chamava-se a festejada obra

O Planeta dos Macacos, e, da curiosa mas afinal não surpreendente história, o que se pode dizer, simplificando, é que já estava, toda ela, contida no título: um planeta povoado por macacos organizados segundo modelos políticos, culturais e sociais nossos conhecidos, porquanto eram, por assim dizer, mera repetição dos sistemas que a Humanidade tem vindo a criar ao longo dos séculos. Na sociedade daqueles macacos podia encontrar-se tudo o que, para bem e para mal, define a sociedade dos homens: havia chefes, facções, intrigas, crimes, polícias. Havia macacos maus e macacos bons, macacos apaixonados e macacos ciumentos, macacos feios e macacos bonitos. Exactamente como nós e as pessoas da nossa rua.

Devo confessar que nunca li o livro. O que dele imagino saber, hoje, é tão-somente o que viria a ser-me narrado, anos depois, no filme que dele foi extraído, peça ingénua entre as que mais o sejam, às vezes ridícula pela preocupação moralista de acentuar a evidência de que tudo ali se passava como se, em vez de macacos, fossem representantes da nossa espécie os heróis e figurantes da história. A intenção acabava

por tornar-se pleonástica ao serem introduzidos no conflito alguns seres

humanos, dos autênticos, astronautas desembarcados no planeta em consequência de uma avaria da nave em que viajavam: então tornava-se meridianamente claro que tudo aquilo era a mesma gente, os macacos comportando-se como

homens, os homens comportando-se como macacos. E, para que não restasse a mínima dúvida sobre o significado último da mensagem, descobriríamos, nas derradeiras sequências do filme, que os astronautas, sem o saberem, tinham regressado ao, entretanto, destruído planeta Terra, que fora palco duma guerra atómica e onde os macacos tinham ocupado o lugar dos homens.

Digamos, agora, que as relações de identidade entre homens e macacos começaram há muitos anos, quando o inglês ainda estava por inventar e portanto não podia saber-se onde estariam e quem seriam os tataravós de Darwin. O segredo de tais relações, íntimas, no exacto sentido do termo, está inscrito e revelado, de modo maravilhoso mas convincente, nuns antigos textos sobre a criação de Adão, segundo os quais (copio de Los Mitos Hebreos de Robert Graves e Raphael Patai) «Dios había dado a Adán un tamaño tan grande que quando estaba acostado se extendia desde un extremo al otro de la Tierra, y cuando se levantaba su cabeza quedaba al nivel del Trono Divino. Además, tenia una belleza tan indescriptible que aunque posteriormente las mujeres más bellas parecían monas en comparación con Sara, la esposa de Abraham, y Sara habría parecido una mona en comparación con Eva, Eva misma parecía una mona en comparación con Adán, cuyos talones - sin hablar de su rostro - brillaban más que el sol. Sin embargo, aunque Adán fue hecho a imagen de Dios, también el parecía un mono em

comparación con Dios.» A conclusão que daqui se extrai não se limita a ser lógica, é imperativa e fulminante: desde que o mundo nasceu, desde o primeiro sopro da Criação, digamos mesmo a partir do pensamento primordial concebido pelo Criador na sua própria cabeça, logo aí ficou providenciado, para todos os tempos vindouros, que o homem, sendo

macaco desde Adão, sempre haveria de ter, de conformidade com as diferentes hierarquias ou nomenclaturas estabelecidas: de raça, de cor, religião, classe, riqueza, ideologia, costume, etc., outros homens a quem teria o direito e o poder de tratar como macacos.

Os exemplos, mais do que abundarem, sobejam. Bastará recordar o macaco que foi Giordano Bruno, queimado pela Igreja Católica, e, não sendo possível referir aqui, página por página, a História Universal, tanto antiga como moderna, lembremos apenas que para a Alemanha de Hitler os judeus eram

macacos, que hoje, para os judeus, são macacos os palestinos, e que, para os muçulmanos em geral, Salman Rushdie será macaco até ao fim da vida. Sábio, lúcido e céptico era Castela quando nos falava daquele homem que um dia comprou um cão para ter em quem mandar. O pobre diabo, colocado por um negro destino nos últimos lugares da escala social, fez do cão macaco para poder sentir-se homem. E eu, macaco de macacos também, começo a pensar que a Humanidade, afinal de contas, não passa de um macaco neurótico que morde sem parar a sua própria cauda.

Que voltem os gregos!

Status

Eu pecador me confesso, relapso, convicto e contumaz. Sentado durante longas horas, em sucessivos dias, diante do televisor, bem amordaçada a consciência que tentava chamar-me ao cumprimento do dever, enchi o espírito, a alma e a memória de tapetes de relva verde, arquibancadas ululantes, bandeiras e fumos coloridos, bolas brancas com geometrias negras, treinadores fleumáticos e temperamentais, árbitros que pareciam jesuítas de roupeta, jogadores que estavam possessos do demônio e eram, ao mesmo tempo, vítimas angelicais dos seus mútuos atropelos. Tudo isto os meus olhos viram, e graças a tudo isto, em quantidade e em qualidade sobreabundantes, é que pude alcançar algo com que, sem o sa-

ber, há muito tempo vinha sonhando: faltar-me definitivamente de futebol. A partir de agora, nenhum Maradona, Futre ou Butragueño fará desviar das verdades eternas e cristalinas esta minha já cansada atenção. Contudo, não quero ser ingrato. Se é certo que aborreci o futebol, que me saturei de grandes penalidades, lançamentos laterais, dribles, pontapés de canto e mãos de Deus antigas e modernas, terei também de confessar que foi vendo o campeonato do mundo de futebol que descobri a razão profunda por que desde imemoriais tempos se vem dizendo que o homem é um animal gregário. Desde a infância que os melhores autores me ensinavam que o gregarismo foi e continuava a ser condição da própria sobrevivência da espécie humana, que o homem só, ao contrário do que ousara afirmar um outro autor animado de perverso espírito de contradição, não é o homem forte, e que, enfim, é participando plenamente numa vida em comunidade, partilhando tudo, e em primeiro lugar a si mesmo, que o pequeno bicho humano poderá passar além dos seus limites, resolver as suas carências espirituais e ascender à felicidade dos justos, desta maneira tornada prato comum e iguaria de todos. O homem, inventor da desconfiança, inventou também a boa-fé, e por isso continua a acreditar em coisas como estas.

Chega, porém, o momento em que as escamas caem dos olhos e a deslumbrante luz da verdade assoma ao limiar do entendimento. Foi o que aconteceu comigo. Na perspectiva vasta dos estádios, as gregaríssimas multidões que rodeavam o campo, gritando, vaiando, aplaudindo, de cara pintada em muitos casos, agitando insígnias e pendões, trocando socos e insultos, vaiando os hinos nacionais dos adversários - mostraram-me, de uma vez para sempre, que o homem, tornado em ser gregário por necessidade de sobrevivência, continua a sê-lo por razão de uma outra necessidade não menos imperiosa, porém de sinal inverso: o poder, a violência, a destruição, a morte. Um homem sozinho é um homem pacífico, havendo dois será senhor um deles e ser-

vo o outro, se são três farão dois deles aliança contra o terceiro. E

passar das unidades às dezenas, ou às centenas, ou aos milhares, ou aos milhões, não modifica a essência da questão, apenas complica as suas consequências. O futebol, caros senhores, e, já agora, o desporto em geral, com ou sem a presença de chefes de Estado e de primeiros-ministros, é um sucedâneo da guerra. Suspeito mesmo que todas as actividades humanas, mesmo as de mais inocente aparência, são modos de guerra, brutais ou subtis, óbvios ou disfarçados.

Ora, se assim é, sempre assim foi, mesmo naquele tempo dos gregos antigos que o título deste artigo vem invocando. Também então se disputavam guerras e jogavam Jogos, ganhavam uns, outros perdiam, e havia senhores e escravos, e a democracia ateniense por exemplo, examinada à luz de modernos juízos e valores, não seria muito mais do que uma ironia de mau gosto. Mas aqueles gregos eram também filósofos, e era bem possível que certo ancião, criador de um harmonioso sistema do Universo, tivesse sido, no tempo da sua juventude, o melhor discóbolo dos Jogos Olímpicos.

Que voltem, então, os gregos. Para outra vez cometerem as suas mil proezas atléticas, mais alto ainda, mais longe ainda, mais forte ainda, mais rápido ainda. Mas que tragam consigo também os outros, os filósofos, a quem não pediremos que sejam, eles, mais rápidos e mais fortes, mas apenas que nos levem, a nós, mais alto e mais longe. Todos juntos, e, sobretudo, cada um deles. E cada um de nós.

Sobre o derrube do Muro de Berlim

Tão certo como termos todos de morrer, um dia o muro teria de cair. Ninguém (falo dos governos e dos poderes de aquém e de além-mar) queria que ele caísse, mas ele caiu. Por efeito do que eu chamaria, retomando uma conhecida expressão que tem dado para tudo, a aplicação da democracia directa. De repente, o mundo (pelo menos esta gentilís-

sima Europa) parece disposto a mudar: basta que saiam uns tantos centos de milhares de cidadãos à rua, e logo os governos começam a tremer, a ranger, a estalar, e aí estão eles, feitos em cacos, arrastando consigo os próprios regimes que, simultaneamente, justificavam e os justificavam. Se a prática continua, vou ter muita pena de ir-me desta vida: agora é que a felicidade colectiva ia começar.

A lição que pessoalmente extraio do admirável acontecimento (mais do que uma lição, será um voto) é que, a partir de agora, nenhum muro mais seja levantado antes de se buscarem, incansavelmente, as soluções que o possam evitar. Isto é, que se trabalhe e eduque para a paz e não para a guerra. Só espero que as mesmas multidões que derrubaram o Muro de Berlim não se lembrem um dia de voltar à rua para aplaudir, num contexto político diferente, outros muros e outras fortalezas: como sabemos, a espécie humana não é muito de fiar...

E como agora estão em moda os concursos de ideias, permito-me apresentar, fazendo uma variação sobre o tema, três ou quatro sugestões para o avanço da humanidade: que se deite abaixo o muro do apartheid, que se deite abaixo o muro entre o Norte e o Sul, que se deite abaixo o muro que protege a droga, que se deite abaixo (mas isto é pedir o impossível) o muro que divide os ricos dos pobres...

Finalmente (é bem certo que palavra puxa palavra), os partidos comunistas não deveriam considerar agora o seu nome de comunistas como se também ele

fosse um muro a derrubar: há algo de confrangedor e de patético nessa agitação onomástica. Se não está em causa, disfarçadamente, mudar de objectivos (os do socialismo e os do comunismo) então direi que mudar de nome não servirá de nada se não, mudarem os processos, os métodos, os caminhos: não foi o nome que errou, foram, sim, os que se serviram dele para, na prática, o negarem. Ter razão tarde de mais não chega para ressuscitar os mortos e pode não ser suficiente para recuperar os que ainda estiverem vivos.

A célula de crise

Jornal de Letras, 7 de Abril de 1987

Não é preciso ser dotado de visão cósmica para perceber que a vida de cada um de nós está colocada entre dois tempos, aquele a que chamamos passado, esse a que chamamos futuro. E também não é indispensável ter estudado a dinâmica dos líquidos e dos sólidos para verificar que a dita vida se suspende invariavelmente entre dois passos, o que já se deu e o outro que se dará, se der. Mas a vida também se imobiliza, às vezes, entre dois voos, quando no aeroporto temos de esperar o avião que nos levará ao destino, maneira curiosa de dizer que impõe carácter episódico, transitório, a uma coisa que, em obediência à tradição, considerávamos derradeira e definitiva - o destino. Ah! os longos bocejos desmandibuladores, os passeios sonâmbulos pelos infinitos pisos, para cá, para lá, enquanto a voz hipnótica da locutora de serviço vai anunciando voos, destinos e portas que não são os nossos, e o gongo electrónico se transforma, aos poucos, em instrumento de tortura insuportável. Esgotado o romance policial da ocasião, restam-nos as revistas internacionais, aquelas que em Lisboa não compramos porque o tempo não chega a tudo e o dinheiro ainda menos. Então resignados folheamos, resignados lemos.

Têm estas revistas, no geral, duas excelências: a dos artigos e a dos anúncios. O pessoal redactor é bom, mesmo quando diz o contrário do que eu defendo, a tribo publicitária, essa, é sempre sublime. E eu ainda não pude apurar se aprendo mais COM uns ou com os outros: creio que é consoante, como em todas as voltas da vida. Do que não tenho dúvidas é que, desta vez, a grande lição recebi-a de um anúncio. Fiquei a saber Praticamente tudo sobre o homem moderno, a dimensão quase Infinda dos seus direitos, o palmo curto a que, no fechar das contas, ficam reduzidos os seus deveres.

Olhemos. O homem, de fato às riscas muí finas, está de costas, as mãos cruzando-se no dorso seguram um cartão, desses vademecos de agora, no qual se pode ler o nome do

titular, o número de código, a que antigamente chamávamos registo ou matrícula, e a designação da entidade emissora, que não refiro aqui por

causa da lei da publicidade. Este homem é, evidentemente, um triunfador, apesar do pouco que a fotografia mostra: na parte superior corta-o um pouco acima do cotovelo, na parte inferior o corte é aí por altura do sacro. Mas a postura é de Napoleão, de Mussolini, de Stallone, de executivo, numa palavra.

Porém, isto que já é muito, não é tudo. Voltado de costas para nós, está de frente para o universo. Vêem-se algumas estrelas pela janela meio aberta, onde uma subtil cortina flutua empurrada, quiçá, pelo vento solar, e a terra, sim senhor, a terra, como se estivéssemos a contemplá-la do espaço, aparece, adivinham-se os mares e os continentes, oferecidos todos juntos ao homem do cartão de crédito, conforme está escrito à largura de duas páginas: a partir de agora, tudo lhe é devido. A mais insensível das criaturas sentirá uma vertigem diante deste quadro da grandeza do homem.

Mas há mais. No texto é-nos dito que com este cartão você pode alugar um helicóptero, improvisar uma noite veneziana, conseguir um barbeiro à meia-noite, tosquiá-lo, pentear e perfumar o seu cão. O cartão abre-lhe todas as portas, informa-o, satisfaz as suas exigências, quaisquer que sejam. Porque se você desejou algo que não consta da lista dos privilégios, prestações, serviços e vantagens, o que significará que você tomou à letra a promessa inscrita no céu, não tem mais que pôr-se em contacto com a «célula de crise» da organização, uma espécie de comando de emergência que lhe dará satisfação completa no mais curto prazo. É de crer que, daí para o futuro, o que parecera mero capricho de sultão neurasténico passará a figurar entre os direitos comuns, ao alcance de qualquer aderente, assim progressivamente se de- mocratizando a fruição dos bens universais.

Meus senhores, a solução dos problemas da humanidade está, pois, na «célula de crise», a panaceia para os males do mundo tem de ser difundida entre as massas ignaras. Se os

africanos morrem de fome é porque não têm cartão de crédito e, portanto, não podem apelar para a «célula da crise» e pedir alimentos com a simplicidade de quem apenas reclama o que lhe pertence. Se as drogas intoxicam, envenenam e matam é porque o leitor não pode dar ordem à «célula de crise» para ir destruir as plantações e os laboratórios, prender e condenar os grandes responsáveis, curar os doentes. Se em Portugal há dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso é porque eu não posso comunicar o crime à «célula de crise», que certamente iria meter os patrões na ordem e abrir-lhes os cofres. Se. Enfim fui chamado para o meu voo. Não subirei tão alto quanto o homem do cartão de crédito, não tenho a certeza de que tudo me seja devido, desconfio mesmo que devo muito mais do que julgava. Por isso me atrevo a sugerir que sejam criados cartões de débito. Aceito desde já o meu, peço ao leitor que não se recuse a aceitar o que lhe couber. Nós somos a «célula de crise».

Querida, maltratada Lisboa

El País, 3 de Setembro de 1988

Em Lisboa, até um cego sabia que no dia em que houvesse um incêndio na Rua do Carmo o resultado seria uma catástrofe. Houve o incêndio e tivemos a catástrofe. A incompetência e a irresponsabilidade receberam o seu prémio. E daqueles tantos que em vão protestaram contra as modificações estruturais operadas há anos no local, podemos hoje dizer que foram bons profetas na sua terra: desgraçadamente, todos acertaram.

Não é hora de fazer exercícios literários. Seria mesmo do pior mau gosto, além de inútil, trazer para esta página os tópicos habituais, os lugares-comuns com que geralmente somos tentados a adornar os cataclismos: basta pois de espectáculo dantesco, basta de chamuscas alterosas, basta de crateras hiantes, basta de vesúvios. Destruição e morte são

companheiras costumadas da espécie humana, e, hoje, as imagens do horror podem chegar, pela via da imprensa e da televisão, até aos mais pacíficos e idílicos lugares do mundo. Mesmo sem termos sofrido qualquer experiência directa, sabemos o que é uma cidade bombardeada, um deslizamento de terrenos, um desastre nuclear, uma inundação de grandes superfícies. O leitor não precisa de imaginar muito: a área destruída pelo incêndio (provavelmente cerca de quinze mil metros quadrados) é a imagem de um bombardeamento. Os dois ramos laterais do T formado pelas Ruas do Carmo, Nova do Almada e Garrett desapareceram quase totalmente. A própria Rua Garrett ficou com os dois primeiros quarteirões (de um lado e de outro) destruídos. Há em Lisboa, certamente, lugares mais belos, mas era neste que Lisboa se encontrava a si mesma, era este, por excelência, o sítio procurado pelos visitantes, estrangeiros ou nacionais - o Chiado. E o Chiado está morto.

Ressurgirá? Claro que sim, e rapidamente. Não apenas por razões políticas, estéticas e culturais, mas também por óbvias razões materiais, se pensarmos no valor que terá adquirido cada um daqueles metros quadrados. Talvez as gerações futuras venham a querer tanto ao que vier a ser ali construído como nós quisemos àqueles velhos edifícios, mas o que definitivamente ardeu nas chamas foi o que não é material: uma atmosfera, um estilo de viver, um modo de estar na cidade. Que não se entenda destas

palavras, por favor, que me estou comprazendo em saudosismos estéreis. Se a Lisboa que o terramoto destruiu em 1755 tivesse chegado até hoje, amá-la-íamos como amamos esta que nos calhou viver. E, porque o hábito pode muito, a Lisboa de amanhã não será menos amada que esta.

Mas agora a ferida está aberta, as ruínas ainda fumegam, há milhares de pessoas sem casa e sem emprego. De quem é a culpa de tudo isto? Não vão faltar explicações: a par do sempre culpado curto-circuito, ou da sempre criminosa ponta de cigarro, já se fala de um ainda mais justificadamente culpado e criminoso fogo-posto. Não há provas, é somente a

voz popular que o proclama, considerando antecedentes próximos que implicam um dos proprietários dos Armazéns Grandela, precisamente onde o fogo começou. A seu tempo, e, trabalhando a justiça, o saberemos.

Porém, culpados não são apenas aqueles que chegam o fósforo à mecha. Culpados serão também, mesmo que somente no plano moral, aqueles que por imprevidência, por orgulho, por teimosia, pela vaidade de fazerem prevalecer o seu capricho sobre a vontade geral, criaram, objectivamente, condições para que o incêndio, manifestando-se, alastrasse como alastrou para além do seu foco inicial. Por outras palavras, mais claras: se a Rua do Carmo não estivesse, em toda a sua extensão, obstruída pelas construções que a Câmara Municipal de Lisboa ali mandou fazer (muros para a criação de níveis de compensação do declive da rua, instalação de bancos e esplanadas) o acesso dos bombeiros teria sido incomparavelmente mais fácil, e talvez não estivéssemos hoje, tão dramaticamente, a chorar esta pobre e maltratada Lisboa.

Quando em 1755 o terramoto arrasou toda a parte baixa da cidade, à pergunta sobre o que deveria fazer-se perante tão terrível catástrofe, alguém respondeu: «Sepultar os mortos e cuidar dos vivos.» A frase foi atribuída ao marquês de Pombal, ininistro então todo-poderoso, o que não deverá surpreender-nos, pois sempre o poder encontrou maneira de proferir algumas frases destinadas à posteridade, e, se as não sabe criar de inteligência própria, socorre-se das alheias, como foi o caso. Desta vez, a frase célebre saiu da boca própria, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa: «Vamos reconstruir, mas não haverá reconstrução sem a definição de um Projecto Global, e para esse projecto irei ouvir todos os interessados e toda a gente que possa trazer contribuições válidas, incluindo a Associação dos Arquitectos.» (Não garanto a total fidelidade, mas as diferenças serão apenas formais, irrelevantes quanto ao fundo da questão, pelo qual respondo.)

Salomão, que era sábio, nunca falou tão bem. Mas o presidente da Câmara de Lisboa, agora tão ansioso por saber

opiniões, ignorou-as e desprezou-as quando pessoas e entidades colectivas competentes, incluindo a própria Associação dos Arquitectos tão rasteiramente solicitada, levantaram a voz para denunciar, além do atropelo urbanístico, além do atentado contra o património da cidade, os riscos que para a segurança de toda aquela área advinham das modificações de que a Rua do Carmo foi então objecto e agora, radicalmente, vítima. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa não é, evidentemente, o marquês de Pombal, que, esse, roubou uma frase mas promoveu uma reconstrução exemplar, porém, pode entrar pela porta grande da História como exemplo perfeito e acabado de hipocrisia, realize ou não o seu Projecto Global.

Na manhã do incêndio, quando tentava aproximar-me para ver com os meus próprios olhos a tragédia, encontrei um amigo poeta que me disse: «Depois disto, espero que o Krus Abecasis se demita.» E eu respondi-lhe melancolicamente: «Desengane-se, meu caro, este é o país onde uns não se demitem e outros não são demitidos.»

Palavras para uma cidade

Tempos houve em que Lisboa ainda não recebera esse nome. Já lhe chamavam Olisipo quando os romanos ali chegaram, Olissibona quando a tomaram os Mouros, que logo deram em dizer Aschbouna, talvez por não saberem pronunciar a bárbara palavra. Quando, em 1147, depois de um so-

frido cerco de três meses, os Mouros foram vencidos, o nome da cidade certamente não mudou na hora seguinte: se D. Afonso Henriques, nessa altura, enviou uma carta à família, deve ter escrito ao alto Aschbouria, 24 de Outubro, ou talvez Olissibona, mas nunca Lisboa... Quando foi pois que Lisboa começou, de facto e de direito, a ser Lisboa? Sabem-no com certeza os historiadores, mas não é informação que conste das enciclopédias ao alcance da gente comum. Decerto tiveram de passar alguns anos antes que pudesse nascer o

nome novo, como alguns foram necessários também para que os bisonhos conquistadores galegos começassem a tornar-se portugueses.

Interessam estas minudências históricas pouco, dir-se-a, e eu estou de acordo, mas já interessaria muito - a mim, pelo menos, sei que interessaria -, não só saber, mas ver, no mais exacto sentido da palavra, como veio mudando Lisboa desde aqueles longínquos dias até hoje. Se o cinema existisse já, se os cronistas fossem operadores de câmara, se as mil e uma transformações de Lisboa ao longo dos séculos tivessem sido por esse meio registadas, poderíamos agora, em duas horas, duração normal de um filme, ver essa Lisboa de oito séculos crescer e mover-se como um ser vivo - tal qual aquelas flores que às vezes nos mostram as pantalhas da televisão, abrindo-se em poucos segundos, desde o botão ainda cerrado ao último esplendor das suas cores e formas. Creio que a essa Lisboa eu a amaria por cima de todas as coisas.

Sendo óbvio que habitamos fisicamente um espaço, sentimentalmente somos habitados por uma memória. Memória que é a de um tempo e de um espaço, memória que constantemente se vai acrescentando, e também reduzindo, no interior da qual vivemos, como numa ilha flutuando entre dois mares: um a que chamamos passado, outro a que chamamos futuro. No mar do passado próximo, podemos navegar graças à memória pessoal que conservou lembrança das suas rotas, mas, para navegar no outro passado, no mar do passado remoto, temos de recorrer às memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço sucessivamente transformado e afinal tão fugidio como o tempo. Esse filme único comprimiria o tempo e expandiria o espaço, representaria, por assim dizer, a memória perfeita.

O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que eles são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa transformou o lugar, o tempo vem sempre depois do tempo. Quando um dia tive de recriar o espaço e o tempo de Lisboa onde iria

fazer viver a Ricardo Reis o seu último ano, sabia de antemão, ao voltar cinquenta anos atrás que em quase nada poderiam coincidir duas percepções de lugar e de tempo necessariamente distintas: a do adolescente tímido que fui, fechado na sua condição social inferior, e a de um poeta lúcido e genial que frequentava, como por direito seu de natureza, as regiões mais altas do espírito. A minha Lisboa foi sempre a de bairros pobres, e quando, muito mais tarde, as circunstâncias e as mudanças da vida me levaram a viver noutros meios e ambientes, a memória que mais ciosamente quis guardar, até hoje, foi a da Lisboa dos meus primeiros anos, a Lisboa da gente de poucos haveres e muito sentir, ainda rural nos costumes e na compreensão do mundo.

Sofreram e morreram muito aqueles primeiros portugueses para conquistar Lisboa. Sofreram e morreram muito os mouros que nela bem queriam continuar a viver, como havia já quatrocentos anos. As guerras, demasiado o sabemos, têm sempre duas versões, a dos vencedores e a dos vencidos. Cultivamos a nossa versão, a de vencedores, ignoramos a versão dos outros, aqueles que, neste caso, perdendo a batalha, perderam a cidade. Aconteceu o memorável episódio no dia 25 de Outubro, consagrado pela igreja católica a dois dos seus santos, Crispim e Crispiniano, o primeiro

dos quais deu o seu nome àquelas empinadas escadinhas que vão dar ao local onde se encontrava, nesses antigos tempos, a porta chamada de Alfafa, no ponto preciso em que se juntam as actuais Ruas da Saudade e de Bartolomeu de Gusmão, quem sabe se para dizer-nos, uma vez mais, de modo indirecto, que entre dois sonhos - o sonho do passado, que é a saudade, e o sonho do futuro, que é a aventura - têm os portugueses de Lisboa vindo a fazer, desfazer e refazer a sua vida colectiva.

Quiçá não seja possível falar de uma cidade sem cair na tentação de citar umas quantas datas notáveis da sua existência histórica, onde não faltam geralmente os cercos, as batalhas e as conquistas. Aqui, falando de Lisboa, mencionou-se uma só dessas datas, a do seu começo como cidade portu-

guesa: enquanto pecado de glorificação, não parece que seja particularmente grave... Mas já o seria ter cedido àquela conhecida espécie de patriotismo de exaltação balofa que, não tendo inimigos reais sobre quem possa continuar a exercitar-se praticamente, busca, para alimentar-se, os estímulos fáceis de uma evocação retórica, auxiliada, quase sempre, por uns não menos retóricos desfiles e romagens. A retórica comemorativa, não sendo obrigatoriamente um mal, transporta, porém, consigo o risco da auto-satisfação superficial, esse sentimento de complacência deliquesciente que leva a confundir as palavras com os actos, quando não as põe deliberadamente a elas no lugar que só a eles compete. Falando de portugueses, esta observação não é despropositada.

Naquele nebuloso dia de Outubro, o então ainda mal principiado Portugal deu um largo passo em frente, e tão seguro ele foi que não voltou Lisboa a ser perdida. Mas não nos permitamos a napoleónica vaidade de exclamar: «Do alto deste castelo, oitocentos anos nos contemplam» - e, havendo-o dito, louvar-nos depois uns aos outros por termos durado tanto, e pelos vistos tão bem... Pensemos antes que do mesmo sangue derramado por um e outro lados está feito o sangue que levamos no corpo, nós, os herdeiros, sempre precários e transitórios, desta cidade, filhos de cristãos e de mouros, de pretos e de judeus, de índios e de amarelos, enfim, de todas as raças e credos que se dizem bons, de todos os credos e raças a que chamam maus. Deixemos na irónica paz dos túmulos aquelas convulsas mentes que, num passado ainda próximo, inventaram para os portugueses um «Dia da Raça» exclusivista, e reivindicemos a magnífica mestiçagem, não apenas de sangue, mas também de culturas, que fundou Portugal e o fez durar até hoje.

Lisboa tem-se transformado rapidamente nestes últimos anos. Decadente, abandonada até dias bem recentes, cidade em terramoto lento, como chegaram a chamar-lhe, foi capaz de fazer despertar na consciência dos seus cidadãos o renovo de forças que a arrancou ao marasmo e à indiferença. Em nome da modernização levantam-se muros de betão sobre as

pedras antigas, transtornam-se os perfis das colinas, alteram-se os panoramas, modificam-se os pontos de vista. Provavelmente, não se podia evitar. Mas o espírito de Lisboa sobrevive desde há séculos - e o espírito é que torna eternas as cidades. Arrebatado por aquele louco amor e aquele divino entusiasmo que habitam nos poetas, escreveu Camões um dia, falando de Lisboa: «... cidade que facilmente das outras é princesa». Perdoemos-lhe o exagero, sobretudo se não aspiramos a tão altas jerarquias. Basta que Lisboa seja o que simplesmente deve ser: feliz, culta, moderna, limpa, organizada - sem perder nada da sua alma antiga. E se todas estas bondades acabarem mesmo por fazer dela uma rainha, pois então que o seja. Na república que somos, serão sempre bem-vindas rainhas como ela.

América vista da Europa

Poucas vezes como neste caso terei sentido tão fortemente a necessidade de me manter num certo ângulo de observação que me é peculiar, o duma aguda e quase obsessiva consciência da absoluta relatividade de todas as coisas - com perdão da incompatibilidade lógica entre relativo e absoluto, que, sendo indesculpável em qualquer texto que se apresentasse com alguma pretensão científica, espera desta vez uma absolvição completa, por ser, obviamente, nesta circunstância, um abuso mais da liberdade de expressão. Literária, claro está. Propor, ou discernir, ou inventariar uma visão (Invenção) europeia da América, sempre terá de tomar em conta os factores de tempo e de lugar, sob pena de nos vermos precipitados pela imperiosa realidade naquele profundo abismo em que costumam naufragar as inteligências desprevenidas, ingênuas ou optimistas - o tópico.

Em primeiro lugar, se o passado considerarmos, desde que Colombo, em 1492, tocou terra americana, julgando ter chegado à Índia, e que Álvares Cabral, em 1500, por casualidade ou de caso pensado, encontrou o Brasil - foram diversas

mas nunca contraditórias, as imagens que a Europa recebeu de um mundo novo, em muitos aspectos incompreensível, mas, como a história veio a demonstrar, bastante dúctil e moldável, ora pela violência das armas ora pela persuasão religiosa, aos interesses materiais e ideológicos dos que, tendo começado por ser descobridores, imediatamente passaram a exploradores. Levava o soldado a espada, o frade levava a cruz, mas os fins de um e de outro coincidiam num mesmo objectivo de domínio: o das almas transportadas pelos corpos, o dos corpos animados pelas almas. Por dádiva suplementar do Criador, o ouro e os diamantes vinham tornar mais aliciante e compensadora a empresa, em termos que mostravam, à evidência, quanto afinal a Europa merecia o que lhe calhara em sorte, pois bem o havia ganho com o seu engenho. Diante de tais e tantas maravilhas, pouco podiam significar os genocídios, os saques e as devastações, e menos que pouco no entendimento das consciências da época, que acima de tudo punham, além dos seus interesses pessoais, sempre humanamente «legítimos», os interesses de Deus e da Coroa, justificados, em cada caso duvidoso, por adequadas razões de Fé e de Estado. Prevendo um ou outro

escrúpulo moral, sempre possível dada a complicada natureza humana, quiseram o Acaso e a Providência que viessem ao mundo, no momento exacto, um Antônio Vieira e um Bartolomeu de Las Casas para que, em Portugal e em Espanha, encontrassem os Pobres índios defensores, embora não mais do que oficiosos, contra as piores arbitrariedades e as mais escandalosas extorsões.

Os tempos, como sempre terá de acontecer, foram mudando, a história aperfeiçoou os métodos. E, consoante os seus interesses nacionais, às vezes convergentes, quase sempre conflitivos entre si, cada país da Europa, ao longo dos séculos, olhou a América à sua própria maneira, e, por esse Modo particular de olhar, pretendeu, invariavelmente, retirar algum proveito dela, mesmo quando para tal foi preciso apresentar-se e comportar-se, durante o tempo útil, com a ima-

gem do libertador e difusor de ideologias avançadas. Assim tem sido, assim continua a ser.

O que aqui, afinal, pretendo dizer é que não há, como nunca houve, uma maneira europeia de olhar a América, pois a simples lição dos factos da vida está aí para dizer-nos que as políticas de exploração directa e indirecta prosseguem, não já contra os índios, cercados que estão pelos seus vários estatutos de menoridade, mas contra os povos americanos globalmente entendidos, e não raro beneficiando da interessada colaboração dos governos locais. Para não dar mais que um exemplo, esquecido já na noite dos tempos, o modo expedito como a Grã-Bretanha resolveu a questão das Malvinas não foi perfilhado por outros países europeus, que, se algumas pretensões têm a lançar na balança dos desequilíbrios, sejam elas políticas, económicas ou culturais, contam poder levá-las a cabo sem terem de recorrer aos drásticos meios da guerra, pagando o custo em vidas. Sob a capa dos interesses ditos comunitários, ou das grandes estratégias globais, a disputa europeia sobre a América projecta-se hoje como a de um concorrente desfavorecido do Grande Vizinho do Norte, o qual, deste ângulo de observação, só por imposição geográfica terá de ser incluído neste conceito de América, sendo ele, como é, o Grande Vizinho, imperial e pluricontinental como nenhum outro país o foi na história da humanidade.

América vista da Europa, deste lado do mar, se não erro demasiado, é isto, só lhe faltando aqui os desenvolvimentos e pormenorizações que não poderiam caber. Que tenha de ser sempre assim, seria perder de todo a esperança, já tão frágil, duma radical mudança nas relações entre os povos, baseada no respeito mútuo (porém, observado o significado rigoroso destas duas palavras) e na solidariedade (mesmo tendo todos nós de voltar à escola para reaprendermos o sentido desta). Por mim, que alimento um utópico sonho, o de um transiberismo criador que arranque os portugueses e espanhóis às velhíssimas querelas e incompreensões em que têm vivido desde há séculos para gaúdio daqueles outros países europeus a quem qualquer entendimento peninsular sempre apareceu

como factor perturbador das tensões por eles próprios administradas - para mim, repito, bem mais importante e urgente seria reexaminar o conjunto das relações de Espanha e Portugal com a América (essa América), mesmo, ou sobretudo, naqueles pontos de atrito mantidos discretamente em surdina, com vista à definição dum projecto, culturalmente produtivo, politicamente novo, que justamente me atreveria a condensar na seguinte ideia: que da Península Ibérica, ponta do continente avançada sobre o mar, procuremos olhar e compreender a América. Não para tornar a inventá-la cinco séculos depois, mas talvez para ajudar à invenção duma Europa nova, eticamente reformada, com muito mais escrúpulos e muito menos ambições. Se ainda vamos a tempo.

A ETA continuará a matar

Visão, 24 de Julho de 1997

Falemos claro, e simples, se possível. O problema basco vem de longe. Também de longe vêm o problema catalão e o problema galego. Espanha foi no passado e hoje continua a ser uma constelação de conflitos surdos ou declarados entre o poder central e as tendências autonomistas e independentistas de algumas das suas regiões. A palavra Espanha não se ouve muitas vezes na boca de espanhóis. Compreende-se: dizer Espanha seria inevitavelmente dizer Estado espanhol, e o conceito de Estado espanhol é, de forma consciente ou não, rejeitado por populações que não se vêem a si mesmas como espanholas, mas sim como bascas ou catalãs ou galegas (a lista não terminaria aqui).

A dificuldade que Espanha sempre teve em unificar-se não poderia ser resolvida pela democracia, porque democracia é liberdade, e livre e plural teria de ser, nela, a vontade dos cidadãos. O grande desafio que Espanha enfrenta no limiar do século que se aproxima será o da sua conversão em Estado federal; a grande ameaça a sua fragmentação numa espécie de «reinos de talhas».

Que lugar tem a ETA neste quadro? Euzkadi Ta Azkatasuna (ETA), que significa Euscadi e Liberdade, foi fundada em 1959. Passou à luta armada em 1960 e adoptou a ideologia marxista em 1965. Depois do atentado contra o almirante Carrero Blanco, dividiu-se em dois ramos: a ETA político-militar e a ETA militar. Da primeira, surgiu em 1976 o partido Euskal Iraultzako Aldadia (EIA), posteriormente integrado na coligação Euzkadiko Ezquerria, que teve representação parlamentar. Em 1983, o ramo político-militar dissolveu-se quando a maioria dos seus membros aceitou medidas de reinserção social. Por seu lado, a ETA militar intensificava a chamada alternativa KAS (Koordenadora Abertzale Socialista), que consistia na unificação do País Basco e Navarra, na retirada do exército e forças de segurança do Estado e na autodeterminação do povo basco. Desta alternativa KAS saíria, por sua vez, em 1979, a coligação Herri Batasuna, que quer dizer Povo Unido.

Estes são os factos históricos, datas, acontecimentos e nomes, aparentemente inócuos na sua secura e brevidade. Faltou mencionar o

sangue e a morte. Tenho ouvido dizer a gente portuguesa bem intencionada, ainda com restos de romantismo revolucionário no coração, que a ETA é apoiada pela generalidade do povo basco. Nada mais falso. A ETA não vai às eleições, mas o seu braço político sim. Qual é então a percentagem de votos obtida por Herri Batasuna no País Basco? Doze por cento. Cada vez que se quer justificar as acções terroristas da ETA alega-se que 180.000 dos eleitores bascos votam em HB, o que é verdade, mas omite-se, ou cala-se, ou escamoteia-se (o verbo fica à escolha) que 88% desses eleitores não votam em Herri Batasuna e portanto estão contra a ETA. E ainda falta saber quantos daqueles 180.000 votos não tiveram como motor o medo. Suponho que duas palavras andam a confundir algumas consciências portuguesas: que a ETA é «socialista», que a ETA é «marxista». A ingenuidade tem limites. A ETA não é nem marxista nem socialista. Ou será socialista na medida em que o nacional-socialismo também dizia sê-lo. A mentalida-

de nazi reencarnou militantes (dirigentes ou não) da ETA, e, a julgar pelo seu comportamento habitual, não anda longe dos dirigentes de HB. Talvez alguns se sintam chocados por esta imputação de nazismo à ETA e a muitos dos que a rodeiam e apoiam. A essas almas escrupulosas adiantarei outros dados igualmente exactos: a ETA é um bando mafioso e assassino que vive de extorsões e atemoriza o próprio povo que diz defender, põe bombas em supermercados, dispara sobre funcionários, políticos e juizes, sequestra (Ortega Lara esteve 532 dias metido num buraco infecto), executa (num país que aboliu a pena de morte, dois tiros na nuca acabaram com a vida de Miguel Angel Blanco, cujo único «crime» foi ser militante do partido que está no governo)...

Isto é a ETA. Matou, até hoje, 816 pessoas, crianças incluídas. Continuará a matar. E já avisou que a próxima vítima será um jornalista. A liberdade, para quem o não compreendeu ainda, é o alvo das pistolas da ETA.

Ai do Lusíada, coitado!»

Visão, 21 de Agosto de 1997

Toda a gente conhece o verso, é de António Nobre e vem no Só. Aquele lusíada a chorar o «triste fado» é o poeta, mas poderia ser também um emigrante, dos inúmeros que passaram a fronteira a salto, com grande cópia de trabalhos e perigos, e depois se viram carregados de razões de queixa, tanto no Bairro Latino como em outros sítios menos prestigiados de letras, artes e boémia. À emigração, nos tempos idos, não se lhe chamava diáspora, palavra de ressonâncias bíblicas que tem andado a enfeitar com fitas e laços a realidade brutal da fuga de milhões de portugueses de um país - o seu - que os tratava como pessoal de terceira classe, gente na miséria Ou à beira dela, boa para o trabalho pesado porque não lhe tinha sido ensinado outro. Com o fim de manter viva a chama do amor pátrio na desamparada alma do emigrante, e também para lhe atizar a cultura ao crisol do espírito, Portu-

gal, ano após ano, pontualmente despachou para lá quanto, conseguiu gerar de notícias de futebol, trinados de guitarra e, ranchos folclóricos. A diáspora, humilde e agradecida, pagava o serviço com alcofas a abarrotar de marcos, cestas a rebentar de florins e cabazes a transbordar de francos. Portugal--revia-se naqueles seus admiráveis filhos que, longe do torrão,,, natal, se roíam de saudade e juravam voltar quando fossEM ricos. Até que isso acontecesse iriam mandando o dinheiro, com que se remendaram os rombos da caravela económica, portuguesa enquanto não se destapou o corno da abundância de Bruxelas. E, quando se lhes pedia, votavam.

Continuam a votar. Têm os seus representantes na Assembleia da República, figuras mais ou menos ectoplasmáticas chamadas deputados pela emigração, mas em número tão escasso que, quando os vamos contar, se lográmos encontrÁ-los, sobram dedos na mão. Só um ingénuo incapaz de aprender as lições da vida não perceberá a estratégia política, de um maquiavelismo de trazer por casa, que anda a ocultar-se por trás da modéstia da representação parlamentar da emigração: sendo esses deputados tão poucos, é praticamente inexistente o perigo de que alguma vez influam nos resultados eleitorais do reino ao ponto de ter de se tirar o poder a um partido para o dar a outro...

Onde os emigrantes não têm voz nem voto é na eleição para presidente da República. Aí fia mais fino. Contentam-se com assistir de longe à peleja decorativa da primeira volta, com vários candidatos metidos numa briga pouco convincente e em que o equilíbrio dos respectivos direitos nem sempre brilha esplendoroso, depois, atenuados pela distância, chegam-lhes os ecos do duelo mortal dos dois sobreviventes, aliás previsíveis desde o primeiro dia, e finalmente os portugueses têm o seu presidente. Que, ponhamos duramente o dedo nesta ferida aberta, não é presidente dos emigrantes pela muito simples razão de que a eles não se lhes permitiu que votassem, nem a favor nem contra. Nem sequer puderam abster-se estes lusíadas. Quando um presidente da República vai à diáspora, por muitos abraços que lá receba, por muitas

palmas que lhe dêem, por muitas filarmónicas que lhe ponham a tocar, por muitas criancinhas que pegue ao colo, imagino que sentirá certos amargos de boca e alguma dentada na consciência: não pode dizer que foi ali em representação do povo português, uma vez que precisamente a parte de povo ainda português que tem na sua frente não pôde votar.

Alega-se que aos nossos emigrantes lhes falta uma adequada formação política, que se encontram afastados dos problemas do país e, cúmulo dos cúmulos, que são facilmente manipuláveis. Deixando de lado o sarcasmo (espero que involuntário) de se dizer que não conhecem os problemas do país pessoas que precisamente emigraram por causa dos problemas do país, duas palavras apenas sobre a falta de formação de que supostamente padecem e sobre a manipulação de que supostamente são susceptíveis. A

primeira palavra será para recordar que se os emigrantes têm formação política suficiente para eleger deputados, também a deveriam ter para eleger um presidente. A segunda e final palavra será para perguntar se os portugueses lá de fora são mais manipuláveis do que os cinco milhões de analfabetos funcionais que temos cá dentro, cinco milhões de pessoas que compreendem mal o que lêem e que, em esmagadora maioria, nunca puseram os olhos no programa eleitoral do próprio partido em que votam. AI do lusíada, coitado! Quanta razão tinha António Nobre...

o velho, o rapaz e o burro

Visão, 18 de Setembro de 1997

Os desencontros e turbulências das relações entre Portugal e Brasil resultam provavelmente de um equívoco. Meteu-se-nos na cabeça que estamos obrigados a unir-nos por um amor mais que perfeito, por uma compreensão exemplar, por uma ligação espiritual sem par no universo. E que se não Puder ser assim, então não vale a pena. Oscilamos, portanto,

entre o tudo e o nada, como se andássemos a incubar desde há séculos uma paixão tempestuosa (em todo o caso mais sofrida do lado de cá do que sentida do lado de lá), a qual, não tendo podido alcançar a consumação plena, passou a alimentar-se de pequenas anedotas, de pequenos despeitos, de pequenos rancores, sempre demonstrativos de que a culpa é deles. A história do velho, do rapaz e do burro parece ter sido escrita para mostrar como no dia-a-dia de relação de portugueses e brasileiros uns com os outros, se armam conflitos, se insinuam suspeitas de segundas intenções, se desenham conscientes ou inconscientes desdêns. Claro que o símile não é exacto em todos os seus pontos. Se é certo que os portugueses não se oporiam demasiado a desempenhar o papel do velho (a isso aconselhariam os séculos de história de que tanto se gabam), se a personagem do moço assentaria como uma luva aos brasileiros (independentes, por assim dizer, desde anteontem), já é duvidoso haver alguém em qualquer das nossas duas margens atlânticas disposto a reconhecer-se no burro, mesmo sendo o que menos culpas tem na historieta. Que para ilustração das novas gerações brevemente se narra. (O avô ia a pé e o neto no burro. Cruzaram-se com uma pessoa a quem pareceu o caso mal: que vergonha, o pobre velho à pata e o moço regalado de poleiro. Atento às bocas do mundo, o avô fez descer o rapaz e foi ocupar-lhe o lugar no lombo do jumento. Imediatamente protestou outro contra o atentado: o infeliz menino a pisar o pó dos caminhos enquanto o malandro do velho viajava repimpado na albarda. Desceu então o avô e resolveu que continuariam os dois a pés, deixando ir o burro sem carga. Mas não tardou nada que outro passante se risse da estupidez: aqueles tinham uma besta de carga e não se serviam dela. Perante isto, o velho tomou a sentar o neto no burro e montou atrás dele, mas logo surgiu outra pessoa a protestar contra a crueldade com que os desapiedados tratavam o animalzinho, obrigando-o a aguentar dupla carga. Então o velho disse: «Deixemos que falem estes e vamos como antes.» Fez subir o neto para o

dorso do jumento, e, com a lição aprendida, seguiram os dois o seu destino.)

Há muito desta história de velho, rapaz e burro nas relações luso-brasileiras. Não damos um passo sem que nos atropelem dificuldades, umas nascidas ali, outras vindas de longe, mas renovadas e melhoradas para a ocasião. Ainda as assinaturas não secaram em alguns tratados e acordos laboriosamente tecidos e já os patriotas encartados de um lado e do outro começam a gritar que eles nos enganaram. Nunca se viu gente que tanto desconfie do parceiro a quem ao mesmo tempo vem chamando irmão e amigo. Por cima da mesa assiste-se ao florir contínuo duma retórica vã, bordada de artifícios e aparências, por baixo fervem as chacotas e as piadas insultantes. Põe-se milagrosamente de pé, tem-te não caias, uma CPLP, e imediatamente se começa a minar-lhe o chão para que se desmorone e afunde. Proclamamos reciprocidades de direitos e logo tratamos de fechar a porta a quem os reivindica. Imaginámos uma fraternidade que não existe de facto, fizemos dela um tecto sob o qual nos abrigaríamos juntinhos, como irmãos ou primos carnis, e todos os dias vemos que o tal tecto não tem colunas que duradouramente o sustentem, que quase tudo o que debaixo dele se diz e faz será para desmentir ou anular no dia seguinte.

Ponhamos então o amor de parte, deixemo-nos de irmandades postiças, comporte-se Portugal como se o Brasil fosse um outro qualquer país com que simplesmente mantemos boas relações. Faça o Brasil o mesmo em relação a nós. Depois identifiquemos interesses comuns aos dois países, definamos claramente as opções, ponhamos os meios necessários, e cometido isto, trabalhemos juntos. Sem discursos. Quem sabe se o amor (um verdadeiro amor feito de respeito mútuo e de dignidade discreta) não virá depois? Já se tentou tudo, e não deu resultado. Ao menos o avô da história acabou por compreender.

Troca de galhardetes Visão, 9 de Outubro de 1997

A cerimónia é conhecida. Antes de apitar para dar começo ao jogo, o árbitro convoca para o centro do campo os capitães das duas equipas em confronto, a fim de procederem à troca de galhardetes. o galhardete é um pedaço de pano, têxtil verdadeiro ou de imitação, em geral em forma de triângulo isósceles, onde se mandou estampar (já não se ganha para bordaduras ...) o emblema do clube. Nem o árbitro nem os jogadores (e muito menos o público que veio assistir à partida) tomam a sério o ritual, toda a gente sabe que o que conta não é o gesto de paz e respeito mútuo a que obrigou a tradição, mas a guerra que logo a seguir principiará. o que não significa que não se encontrem às vezes por aí admiráveis excepções, têm-se visto casos, é certo que fora do âmbito das actividades desportivas, em que o jogo, todo ele, do princípio ao fim, não passou de uma contínua e incansável troca de galhardetes. Não tinha sido preciso chamar um árbitro para velar pelo cumprimento das regras,

não havia mais jogadores que os capitães, e tudo sucedeu de forma elegante, consensual e equilibrada, como há que esperar de um triângulo equilátero.

O lugar de um desses felizes acontecimentos foi a nossa bem-amada e sempre Invicta Cidade, a circunstância um ciclo de conferências sobre o tema candente que é o futuro da Europa, organizado (o ciclo) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto. Os capitães sem equipa que iam trocar galhardetes no centro do campo, dá cá o teu, toma lá o meu, chamavam-se Mário Soares, ex-presidente da República portuguesa, e Felipe González, ex-primeiro-ministro da Monarquia espanhola. Como cabia a um anfitrião, o primeiro a esmerilar-se no cumprimento foi Mário Soares, que decidiu apresentar González ao público estudioso como tratando-se do «melhor candidato a Monsieur Europa», apodo pitoresco, já a prosperar nos media, que se pensa depenurar ao pescoço do futuro porta-voz da política

externa e de segurança da União Europeia. Não consta que tivesse havido protestos das bancadas nem lançamento de almofadas, o que, atrevo-me a dizer, toma os Estudos Empresariais da Universidade do Porto suspeitos de indesculpável distração ou de limitadíssima eficiência informativa: qualquer pessoa moderadamente esclarecida sobre a política do país vizinho sabe que Felipe González, quando o atazariam com questões espinhosas alegadamente relacionadas com os seus governos ou o seu partido (GAL, corrupção, fundos reservados, financiamento ilegal, etc.), responde sem pestanejar que, quer como primeiro-ministro quer como secretário-geral, não conhecia nada de tais assuntos, que tomou conhecimento dos factos pela imprensa, como qualquer vulgar cidadão. A minha pergunta (ingénua como duas ou três mais que adiante terei de fazer) é esta: caberia no sentido comum nomear como porta-voz da política externa da UE alguém que adquiriu o prudente costume de não saber nada enquanto não leu os jornais, e que, depois de os ter lido, continua a jurar que nada sabe?

Era a altura de Felipe González trocar galhardete por galhardete, e foi nestes termos que o fez, perante um público que não custa imaginar enlevado e simpático: «Oxalá», disse, «eu viesse a representar em Espanha o papel de Mário em Portugal, que conseguiu uma coisa maravilhosa para o país e para ele: ser a consciência crítica de Portugal.» Tenho de confessar que ao ler isto tremi de puro pavor. Teria Mário Soares respondido? Como? Chamaria à cara uma expressão de falsa modéstia? Iria confirmar que sim, que é a «consciência crítica» de Portugal? Não o mencionava o jornal que me fez ciente destes prodigiosos sucessos da vida política ibérica, e eu rezo a todos os santos da corte dos céus para que não se tenha tratado de uma omissão, rezo para que Mário Soares não tenha pronunciado nem sequer admitido no seu pensamento semelhante coisa. Porquê? Porque em tal caso eu ver-me-ia obrigado a perguntar por que misteriosas razões não damos nós pelas manifestações da «consciência crítica» dos políticos enquanto se mantêm em actividade, porquê essa

suposta «consciência crítica» só consegue nascer e desenvolver-se depois de deixado o poder, e, sobretudo, o que é que impede os políticos de serem, ao mesmo tempo, em cada acto e em cada palavra, no governo ou na oposição, no parlamento ou no comício eleitoral, «políticos» e «consciências críticas». Fosse esse o caso, e outro galo nos cantaria. Em Portugal, em Espanha, no mundo.

De cabeça perdida Visão, 13 de Novembro de 1997

Deus não fez só um Adão e uma Eva. Qualquer pessoa percebe que não teria o mínimo sentido ter criado imperialmente um universo e contentar-se depois com o povoamento de um insignificante planeta aquecido por um insignificante sol de uma insignificante galáxia. Deus tinha vistas muito mais largas e grandiosos projectos para o futuro. Há que reconhecer que a ideia inicial era atractiva: pôr em funcionamento um universo animado pelo moto-contínuo e a viver nele uns animais simpáticos, bípedes, de agradável presença no conjunto, respeitadores tanto do próprio como do alheio e trabalhando à boa paz para a felicidade comum. Todos os planetas receberam, portanto, a sua Eva e o seu Adão, em todos eles, de acordo com o Plano da Criação, houve pecado original, e em poucos séculos achou-se constituída a humanidade que Deus tinha querido. Desgraçadamente, porém, não como ele a quis. Ao fim de algum tempo o mau comportamento da espécie tinha atingido tais extremos que O Criador achou que o mais prudente seria reuni-la num único planeta antes que a infecção pudesse ganhar raízes e acabasse por lhe dar cabo do universo todo. Não tendo as coisas melhorado desde então, Deus ainda se lembrou um dia de despejar-nos em cima um dilúvio a que impropriamente chamamos universal, mas, dado que a erva ruim não a cresta a geada, a espécie humana não só sobreviveu à drástica tentativa purificadora como tem prosperado nas diversas artes e

Ofícios. Actualmente, Deus limita-se a manter-nos sob apertada vigilância (diz-se mesmo que os discos voadores os envia ele), e está, segundo fortíssimos indícios, determinado a impedir-nos de pôr os pés fora do planeta. Ainda consentiu que fôssemos de passeio até à Lua, mas foi por ingenuamente ter acreditado que, se éramos capazes de lá chegar, também seríamos capazes de acabar de vez com a fome e a miséria no mundo, esperança que, sendo a situação a que é, só um deus realmente muito desanimado poderá ter.

Talvez não seja inútil lembrar ao leitor que este deus, para mim, não passa de uma interessante personagem de ficção, e é apenas como tal que com tanta frequência o convoco ou deixo instalar-se nas minhas prosas. Sinceramente, não consigo acreditar que um deus haja criado isto. Mas devo confessar que algumas vezes, ao longo da minha vida, tenho lastimado a falta duma sua presença real e duma sua intervenção efectiva. Não daquela versão compassiva, amorosa e passa-culpas que Jesus Cristo inaugurou e que o mais hipócrita dos sentimentalismos de sacristia veio prolongando até hoje,

mas na figura da indignação e da rebelião, já que a temos perdida nós próprios, se é que alguma vez fomos dotados dela na medida mais justa e necessária. Incapazes de indignar-nos e rebelar-nos, sempre teríamos um deus para obrigar-nos a encarar de frente e a responder pelas nossas ofensas, não a ele, mas à ideia de humanidade que, com melhores ou piores resultados, tem alimentado as filosofias e as religiões.

Fala-se agora da possibilidade de vir a transplantar cabeças para corpos, ou, mais precisamente, por mor da simples hierarquia, corpos para cabeças, uma vez que, sendo ela considerada a parte nobre do corpo, é ela que deverá receber o transplante, e não o corpo com todas as suas misérias. Mas também com todas as suas forças e belezas. Não será nada de surpreender que, nesse futuro feliz, alguém com bastante dinheiro, suficiente poder e total falta de escrúpulos, querendo gozar de um corpo mais harmonioso e saudável do que o seu de natureza, pague a assassinos e a cientistas para que lhe resolvam o problema. Se é tão frequente hoje raptarem-

-se pessoas para lhes extrair um rim ou um olho que depois serão enxertados por bom preço em clínicas inacessíveis à gente vulgar, amanhã iremos ter quadrilhas organizadas e laboratórios especializados no grande negócio das decapitações. O autor da ideia que já vem desde meados dos anos 60, é um tal Robert White, neurocirurgião numa universidade de Cleveland (EUA). Até agora, segundo parece, só experimentou em macacos, que em poucos dias morrem. Um deles, antes de finir-se, abençoado seja, ainda teve alma para morder e quase arrancar um dedo a um colaborador do Sr. White. «São perigosos», comentou o cientista. Eu diria o mesmo destes sábios de má-morte, mas é inútil: nem sequer já somos capazes de indignar-nos.

A rainha vai nua

Visão, 11 de Dezembro de 1997

Durante uma breve estada em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, aonde fui fazer uma palestra incluída no programa das comemorações do centenário da Cidade, foi-me narrada pelo respectivo prefeito, o médico Célio de Castro, respeitadíssima figura de político, uma instrutiva história. Com estas ou semelhantes palavras, eis o que da boca dele ouvi: «Quando o governo do Brasil anunciou o denominado "pacote económico", esse conjunto de medidas fiscais e administrativas destinadas a minorar as consequências do sismo financeiro mundial provocado pela crise da bolsa de Hong-Kong e os seus efeitos na economia brasileira, uma mulher aqui residente veio à prefeitura e pediu para falar comigo. E o que ela me disse foi o seguinte: "Prefeito, sei muito bem que não cabe nas suas competências o dever de resolver estas questões, mas peço-lhe ao menos que me explique por que razão não jogando eu na bolsa, não sabendo sequer como a bolsa funciona, vou ter de pagar os prejuízos daqueles que, quando ganharam, não partilharam comigo os seus lucros". A resposta que dei foi simples: "Senhora, o absurdo não pode

Sei explicado." Tenho-me interrogado [conclusão de Célio de Castro] se existirá uma resposta à pergunta daquela mulher, ou se estaremos a viver num pesadelo feito de pesadelos, cada qual mais absurdo que os outros.» Prometi a mim mesmo que haveria de repetir esta história edificante quantas vezes viesse a propósito, ou mesmo sem a-propósito nenhum, acrescentando-lhe, como agora farei, umas quantas reflexões que de algum modo ampliam a conversação mantida depois com o prefeito de Belo Horizonte. Em primeiro lugar, a urgência de reexaminar de alto a baixo, com olhos que vejam e um juízo que faça por entender, aquilo a que, abusando da ingenuidade de uns e fazendo capa ao cinismo de outros, continuamos a chamar Democracia. Em segundo lugar, como decorrência não só lógica, mas necessária, analisar com as pinças de um senso suficientemente comum para ficar ao alcance de toda a gente a questão da natureza do poder e do seu exercício, identificar quem efectivamente o detém, averiguar como foi que a ele chegou, verificar o uso que dele faz, os meios de que se serve e os fins a que aponta. Creio que as coisas aparecem hoje bastante claras: ou o poder económico e o poder financeiro (deles é que se trata) consideram que já não precisam de disfarçar-se por trás de uma fachada democrática cujo desenho, aliás, vinham definindo em função exclusiva dos seus interesses, ou é a própria democracia que tem vindo a tornar-se porosa e inconsistente até à quase desagregação da sua ideia fundadora: a de que o governo de um povo deve ser exercido por esse povo e para esse povo. Em palavras mais claras, ainda que correndo o risco de um não desejado esquematismo: os povos não elegeram governos para que estes os levem ao Mercado, é o Mercado que está condicionando os governos para que lhe levem os povos... Se aqui se fala do mercado como bête noire, é Por ser ele o instrumento do autêntico, único e insofismável poder que nos governa, o poder financeiro e económico em processo expansionista, esse poder que não é democrático porque não o elegeu o povo, que não é democrático porque não

é regido pelo povo, que, finalmente, não é democrático porque não visa nem nunca visou o bem do povo.

Dizer hoje «socialista», «social-democrata», «conservador» ou «neoliberal», entendendo-o como meras expressões políticas, e depois chamar-lhes poder, será como nomear algo que não se encontra onde parece, mas sim em outro inalcançável lugar. A rainha que andam a passear nua pelo mundo é a Democracia. Não parece decente falar dela em abstracto, sem o estímulo da presença, da participação e da intervenção dos cidadãos na vida colectiva; sem a clarificação pública das fontes de poder não democráticas; sem o cumprimento rigoroso do preceito de que todos os cidadãos são iguais perante a lei; sem o reconhecimento, não apenas formal, mas verificável nos factos, de que quaisquer benefícios e melhorias sociais, tanto de natureza estrutural como económica ou cultural, deverão ser, sem condições redutoras, extensíveis a toda a comunidade. Etc.

A rainha vai nua e doente. Mas, por favor, não a tapem, curem-na.

Chiapas Visão, 30 de Dezembro de 1997

O que se vai ler é uma «escandalosa ingerencia nos assuntos internos de um país estrangeiro». Em Março irei ao México, onde estarei duas semanas, primeiro dando um curso na Universidade de Guadalajara, logo participando num ciclo de conferências na capital. Menciono estas obrigações profissionais de escritor simplesmente para dizer que, na mesma viagem, uma outra obrigação me vai levar a Chiapas. Essa obrigação é moral.

Perante a estupefacção de alguns dos que me ouvem, tenho dito por aí que cada vez menos me interessa falar de literatura. Em primeiro lugar, porque falar eu de literatura não lhe acrescenta mais proveito do que aquele, questionável e duvidável, que lhe teriam acarretado os livros que ando a

escrever, e, em segundo lugar, porque os discursos literários (os que a literatura faz e os que sobre ela se fazem) me parecem cada vez mais um coro de anjos pairando nas alturas, com grandes rufos de asas, gemidos de harpas e alaridos de trombetas. A vida, essa, está onde a acostumaram a ficar, em baixo, perplexa, angustiada, a murmurar protestos, a ruminar cóleras, às vezes bramindo indignações, outras vezes suportando, calada, torturas inimagináveis, humilhações sem nome, desprezos infinitos. Por isso irei a Chiapas. Poderia ir (não seria a primeira vez) ao Casal Ventoso, onde não há muitos dias o presidente do Partido Social-Democrata fez uma notável exibição de pornografia política distribuindo bolo-rei aos desgraçados toxicodependentes do bairro, mas vou a Chiapas. Levam já cinco séculos de existência aqueles desprezos, aquelas humilhações, aquelas torturas, e sinto que é meu dever de cidadão do mundo (assumo a retórica) escutar os gritos de dor que lá soam. E também aqueles protestos e aquelas cóleras.

Os factos são conhecidos. Grupos militares, ligados, segundo tudo indica, não só aos terratenentes da região, mas também ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), o mesmo que desde 1929, sem pausa nem excessiva honra, governa o México, mataram, pelo nefando «crime» de serem simpatizantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional,

45 camponeses índios que se encontravam recolhidos numa igreja, para onde, a fim de escaparem ao rebrotar da violência no maciço dos Altos de Chiapas, ao norte de San Cristóbal de las Casas, tinham sido levados por organizações não governamentais. Entre os assassinados, a golpes de machete e disparos de armas de fogo de gande calibre, havia 21 mulheres, 14 crianças e um bebé. É possível que as mulheres, todas elas, e os nove homens igualmente chacinados fossem zapatistas confessos: teriam idade suficiente e consciência bastante para haverem escolhido a dignidade suprema numa revolução popular contra a humilhação contínua infligida pelos viciosos poderes exercidos pelo conúbio histórico entre o Estado e o capital. Mas, aquelas crianças, aquele bebé?

Também seriam zapatistas como os pais, também seriam revolucionárias como os avós? Pretenderão os assassinos, ao mesmo tempo que vêm empilhando cadáveres sobre cadáveres para deter a corrente da revolução, extinguir o rio na fonte, isto é, matar os pequenos para que depois não possam seguir o exemplo dos grandes? Deixando agora de lado se deveríamos ou não envergonhar-nos de ser a espécie a que pertencemos aquilo que é, ao menos envergonhemo-nos das nossas apatias, das nossas indiferenças, das nossas cumplicidades tácticas ou abertas, das nossas penosas cobardias disfarçadas de neutralidade. Já que os poderes do mundo se mostram tão empenhados em globalizar-nos, globalizemo-nos nós por nossa conta...

A polícia militar do Brasil e os pistoleiros à ordem dos latifundiários assassinam camponeses que apenas reclamam uma reforma agrária, mas os crimes não são punidos. Grupos vinculados ao partido que governa o México e aos terratenentes que o protegem e por eles são protegidos, trucidam à vontade quantas vidas encontram pela frente, sem olhar a sexos nem idades. Olhando, porém, isso sim, a condições: só os pobres é que são chacinados, só àqueles que não tinham mais do que a triste vida, a vida lhes é tirada. Há que perguntar porquê. Sabe-se quem mata, mas não se sabe quem manda matar. A mão que paga ao assassino esconde-se, só vemos (quando vemos) a mão que dispara ou degola. Tal como os drogados do Casal Ventoso, os índios de Chiapas morrem porque não ousamos apontar a dedo os criminosos.

Os outros.

A mão que embala o berço... Visão, 22 de Janeiro de 1998

«... governa o mundo». Parece de todo evidente que para o ignorado criador desta virtuosa sentença (Ignorado de mim, entenda-se, que pelo seu nome o não-de conhecer outras pessoas mais informadas), a história do género humano é como

uma sucessão de inundações de berços espalhando-se por todo o globo terráqueo, fabricados de materiais distintos, consoante as posses e os gostos, e embalados por mãos de distintas cores, consoante as condições e as raças. Poderia a mão embaladora ter sido a da ama ou da criada, da tia ou da avó, poderia o próprio pai ter dado, como se costuma dizer, uma ocasional «mãozinha» à operação de adormecimento do infante - a Mão, por antonomásia, foi, nestes casos, e sempre, a da mãe. Portanto, nada mais claro: desde a primeira Eva que as nossas mães andam a governar o mundo, embora tenhamos de reconhecer que nem todos os filhos, deixados por aí, têm ou tiveram motivos para lhes agradecer...

A sentença, claro está, não passa de um abuso do sentimento, de uma ratoeira da lágrima, é, ela própria, um embalo soporífico. Mas isso não quer dizer que o berço, a mão e o sono não sejam reais. Em todas as épocas (deixemos em paz as mães, pobres delas) sempre houve algo ou alguém para nos embalar e governar: com as suas promessas de eternidade nos embalou e governou a religião, com duvidosas gerências do presente e

algumas ideias imprecisas sobre o futuro embalaram e acreditaram governar as ideias políticas, mas, uma e outras, ao menos, procediam como se cressem, não apenas numa íntima e predestinada necessidade dos objectivos que se propunham mas também numa intrínseca e peculiar adequação dos meios usados à realidade, mesmo quando esses meios significaram sacrifício, violência e opressão. As grandes mentiras são as primeiras a acreditar profundamente nos enganos que proclamam como verdades.

É outra a mão que nos embala e adormece agora. Nas suas mais baixas manifestações, o denominado comportamento hedonista (com perdão de Epicuro), que antes, na vida corrente, havia sido excepção, tornou-se regra universal ou a caminho de o ser. As necessidades supérfluas encontram hoje mais fácil e mais rápida satisfação do que certas necessidades fundamentais básicas. Aparentemente convertidos em senhores do espaço e do tempo pela capacidade de manejar um teclado de computador, e circulamos pelas auto-estradas da in-

formação e da comunicação, poderemos, sem sairmos de casa, embasbacar nos grandes museus, assistir aos grandes espectáculos sem precisar de aplaudir, aceder às grandes bibliotecas para ler o que porventura já tínhamos nas nossas prateleiras - mas o ensino, por exemplo, prioritária necessidade, não ensina. Porque não quer, ou porque não sabe, ou porque não o deixam. Ou porque talvez, simplesmente, tenha deixado de ser possível (se algum dia o foi) ensinar a toda a gente... Dizem-nos que a formação contínua estará lá depois para curar os males e preencher as carências, assim se insinuando, subliminarmente, que os programas e os professores da formação, só pelo facto de o serem, farão o milagre educativo que o simples trabalho escolar quotidiano não havia logrado. Os hipermercados não tomaram apenas o lugar das catedrais, eles são também as novas escolas e as novas universidades, abertas a maiores e a menores sem distinção, com a vantagem de não exigirem exames à entrada ou notas máximas, salvo aquelas que na carteira se contiverem e o cartão de crédito cobrir. O grande subministrador de educação do nosso tempo, incluindo a «cívica» e a «moral», é o hipermercado. Somos educados para clientes. E é essa a educação básica que estamos a transmitir aos nossos filhos.

Não nos iludamos, porém, não atiremos pedras a alvos só porque estão perto. O hipermercado, a simples loja de secos e molhados, são apenas lugares de comércio, aonde é preciso ir para nos abastecermos do necessário à vida. Não é a mão do hipermercado que nos anda a embalar, porque na realidade já íamos a dormir quando nele entrámos, dormíamos na rua, dormíamos no trabalho, dormíamos em casa, dormíamos a ler o jornal, dormíamos no estádio de futebol, dormíamos no teatro, dormíamos no cinema. Estamos todos deitados num berço que se move suavemente, e há uma voz que murmura ao redor do mundo: «Dorme, dorme tranquilo, nós te governaremos. Sobretudo não sonhes, não sonhes, não sonhes, não sonhes ... » E nós, obedientes, não sonhamos.

Um carro sem travões Visão, 26 de Fevereiro de 1998

Julgava o ingénuo de mim que Afonso Domingues tinha sido arquitecto, Luís de Camões poeta, Camilo Castelo Branco romancista, Soares dos Reis escultor, Domingos Bontempo compositor, e afinal não era verdade. Eles e todos os outros, de fora e de dentro, andaram a enganar-me com esses formosos títulos, quando o que os práticos sujeitos fizeram em toda a sua vida foi investir: é pois investimento a Sala do Capítulo no Mosteiro da Batalha, são investimentos as redondilhas de Sôbolos rios, é investimento a Brasileira de Prazins, é investimento o Desterrado, e é investimento, só investimento, a Missa de Requiem. Dentro de alguns anos é possível que apenas consigamos encontrar os nomes daqueles senhores nas páginas das revistas de economia e finanças, entre os resultados de Microsoft e as perspectivas de Champalimaud. De futuro, sirva este exemplo, não serão escritas Histórias de Literatura Portuguesa, mas sim Histórias do Investimento Literário em Portugal. E os estudantes usarão as suas calculadoras de bolso para comprovar o valor de mercado de Jorge de Sena, de Eduardo Viãna ou de José Rodrigues Miguéis...

Não pense o leitor que esta caricatura me diverte, e muito menos que me deu hoje para distraí-lo com fantasias. A realidade será pior. Acaso sabe o leitor o que é o Acordo Multilateral sobre o Investimento (ou AMI, para cumprir o preceito de reduzir tudo a siglas)? O AMI, é um tratado mundial actualmente em negociação no quadro da OCDE (por extenso: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), e que tem como finalidade a liberalização total do mercado, isto é, a livre circulação dos capitais, a liberalização dos investimentos e a protecção dos investimentos estrangeiros. Este tratado, a par do seu objectivo de multilateralização sistemática dos acordos bilaterais, visa conceder aos investidores estrangeiros num país membro da OCDE as mesmas protecções de que usufruam os investi-

dores nacionais. O campo de aplicação do AMI abrangerá a propriedade literária e artística, transformando-se, portanto, o autor em um investidor como qualquer outro e considerando-se como investimentos a sua obra e os seus direitos. Aos olhos do AMI, e para ficarmos com uma ideia clara do caso, quando o nosso Camões salvou do naufrágio o manuscrito de Os Lusíadas, estava a salvar o seu investimento, nada mais...

As consequências deste «tratado de tratantes» não cabem no espaço de um simples artigo, e ainda menos na competência científica de quem se atreveu a escrevê-lo, obrigado, como se observa, a usar dois idiomas que conhece mal: o financês e o economiquês. Mas, ainda assim, é possível desenredar da teia e pôr a nu alguns dos efeitos mais desastrosos da entrada do AMI nas vidas dos artistas e dos escritores. Tome-se nota: a) as obras dos países não membros da União Europeia poderiam beneficiar da protecção de 70 anos, mas

as obras europeias não teriam a mesma protecção nos países não membros;
b) um pintor norte-americano cobraria uma remuneração em Portugal pela

venda de um quadro seu, mas um pintor português não receberia nenhum direito dos Estados Unidos; c) se Portugal viesse a fazer com outro país um acordo de co-produção de filmes, os produtores norte-americanos (já sei que eles não precisam, mas não é essa a questão ...) poderiam reclamar os mesmos apoios; d) todos os programas europeus de ajuda à criação ficarão abertos a todos os países que não fazem parte da União Europeia; e) o produtor que detiver os direitos de uma obra passará a poder explorá-la sem pedir a autorização do autor (pessoa física) e com desprezo do seu direito moral; j) a adesão a sociedades de gestão colectiva para a cobrança de direitos de autor poderá vir a ser considerada como expropriação de um modo individual de exercício de um direito. As alíneas continuariam por aí fora, pelo menos até à letra Z... Trata-se, como se vê, de reduzir a mercadorias as obras literárias e artísticas, trata-se de abolir o conceito de direito de autor em benefício do copyright, trata-se de diluir num su-

posto multiculturalismo universal as identidades culturais próprias, até à sua extinção. Antigamente, nas procissões religiosas indianas, quando o grande carro de Siva passava, havia pessoas que se atiravam para debaixo das rodas e morriam esmagadas. O AMI também é um carro gigantesco, e sem travões. Mas o pior, o pior de tudo, é que estão a empurrar-nos para debaixo dele...

A guerra do desprezo

Visão, 2 de Abril de 1998

O braço direito do índio Jerónimo não se pode levantar porque tem completamente destrocada a articulação do ombro. A mão direita do índio Jerónimo, é um coto sem dedos. Não se sabe o que está sob a ligadura que lhe envolve o antebraço. O lado direito do tronco do índio Jerónimo mostra, de cima a baixo, uma cicatriz larga e funda que parece partir-lhe o corpo em dois. Os olhos do índio Jerónimo perguntam-me que faço ali. O índio Jerónimo tem quatro anos e é um dos sobreviventes da matança de Acteal. Não suporto ver aquele braço, aquela mão, aquela cicatriz, aquele olhar, e viro as costas para que não se perceba que vou chorar. Diante de mim, velada pelas lágrimas que me queimam os olhos, está a fossa comum onde se encontram, em duas filas paralelas, os quarenta e cinco mortos de Acteal. Não há tabuletas com nomes. Tiveram um nome enquanto viveram, agora são simplesmente mortos. O filho não saberia dizer onde estão os pais, os pais não saberiam dizer onde está o filho, o marido não sabe onde está a mulher, a mulher não sabe onde está o marido. Estes mortos são mortos da comunidade, não das famílias que a constituem. Sobre eles está a construir-se uma casa. Amanhã, um dia, nas paredes que a Pouco e pouco vão sendo erguidas, veremos as imagens possíveis da carnificina, o enterramento dos cadáveres, leremos enfim os nomes dos assassinados, algum retrato, se o tinham. Debaixo dos nossos pés estarão os mortos.

Trabalhosamente baixamos ao barranco onde as vítimas se esconderam, fugidas à agressão dos paramilitares que desciam a encosta disparando. A igreja, simples barracão de tábuas em bruto, sem adornos, sequer uma cruz tosca na frontaria, onde os índios, desde há três dias, estavam jejuando e rezando pela paz, mostra os sinais das balas. Dali se escaparam os espavoridos tzotziles de Acteal julgando poder encontrar refúgio mais para baixo, numa reentrância do terreno escarpado. Não sabiam que tinham entrado numa ratoeira. A horda dos paramilitares não tardou a descobrir aquele informe amontoado de mulheres, homens e crianças, dezenas de corpos trémulos, de rostos angustiados, de mãos levantadas a implorar misericórdia. (Ai de nós, o acto de apertar o gatilho de uma arma tornou-se tão habitual na nossa espécie que até o cinema e a televisão já nos dão lições gratuitas dessa arte a qualquer hora do dia e da noite.) Sobre o mísero nó humano que se contorcía e gritava, os paramilitares despejaram, a gosto, rajadas e rajadas, até que o silêncio da morte respondeu aos últimos disparos. Algumas crianças (talvez o índio Jerónimo?) escaparam à chacina por terem ficado debaixo dos corpos crivados de balas. Apenas a 200 metros dali, quarenta agentes da Segurança Pública, chefiados por um general reformado, ouviram o tiroteio e não deram um passo, não fizeram um gesto, apesar de saberem o que estava a acontecer. Foi tal a indiferença das autoridades que nem ao menos cortaram o trânsito na estrada que passa por Acteal, a pouca distância do local do múltiplo crime. A cumplicidade das diversas forças armadas mexicanas como os paramilitares ligados ao partido do Governo, por de mais evidente, não precisa de melhor demonstração.

No município índio de Chenalhó (leia-se Chenal-hó), onde se encontra o povoado de Acteal, misturam-se as histórias pessoais e familiares, políticas e sociais. «Zapatistas» e «Priístas» têm parentes e amigos no outro bando, e não é raro que as vexações recíprocas destruam os afectos. Os deslocados, varridos brutalmente de um lado para o outro, provêm da destruição das pequenas aldeias em que viviam, da falta

de respeito pelos campos comunais, da impossibilidade de se reunirem em assembleias e de trabalharem sem medo, das humilhações infligidas pelas autoridades, da mudança forçada de dirigentes por outros sem mandato nem eleição, da destruição de símbolos comunitários, da proibição de reuniões, ou toleradas sob a vigilância de paramilitares protegidos pela polícia. Na guerra do desprezo que se está travando em Chiapas, os índios são tratados como animais incómodos. E a multinacional Nestlé espera com impaciência que o assunto se resolva: o café está à sua espera...

Perto de Acteal, em Polhó (diga-se Pol-hó), num cartaz à entrada do acampamento de deslocados zapatistas, lêem-se estas palavras: «Que será de nós quando o último de vós se for embora?» E eu pergunto: «Que será de nós quando se perder a última dignidade do mundo?»

A Ala dos Demorados-Visão, 7 de Maio de 1998

Duvidei muito sobre a utilidade real de escrever este artigo. A lenha

ardeu toda, a fogueira esmoreceu, das cinzas frias só terá ficado a costumada tristeza, aquela que sempre nos deixa acabrunhados depois dos altos febrões de retórica patriótica a que somos atreitos. Disse para mim mesmo que os historiadores imparciais e objectivos já tiveram o escrúpulo de pôr as coisas nos seus lugares, que seriam penas perdidas vir um vulgar literato, como eu sou (ainda por cima suspeito porque vive na terra «inimiga» ...), pedir um pouco mais de inteligência, sensibilidade e bom senso a umas quantas Pessoas (e só a essas) que, no passado, meu e seu, me habituei a admirar e a respeitar como exemplo de tudo isso. Pedir-lhes que não se ralem tanto com Filipe 11, que está morto e enterrado, nem com o Portugal do século xvi, que já não pode fazer nada por nós, nem nós por ele. E que, se ainda há algum patriotismo necessário e urgente, esse não é o de ontem, mas o de hoje, quando os «heróis do mar» não têm

barcos para ir à pesca, quando aos «canhões» se lhes molhou a pólvora e enferrujam nos arsenais, quando o «nobre POVO, nação valente imortal» não tem a menor ideia acerca do futuro que lhe preparam... Duvidei, mas acabei por escrever, como já se vai notando.

A guerra perdida que mais nos dói é uma que não chegou a haver, é aquela que nasceu da consciência crítica de Eça de Queiroz e da sua desencantada compreensão da gente que somos: refiro-me ao relato menor (menor de um ponto de vista apenas «literário») que é A Batalha do Caia, quem sabe se falhado na sua realização por causa da própria e insuportável dimensão da frustração colectiva que pretendeu traduzir. Não nos bastou ter ganho em Aljubarrota, ainda tivemos de inventar uma Brites de Almeida capaz de matar sete castelhanos com a pá do forno... De cada vez que aconteceu vencermos os espanhóis nos campos de batalha, ficámos com um sabor amargo na boca: tínhamos ganho, sim, mas o triunfo era provisório. De cada vez que calhou vencerem-nos eles, deitámos as mãos à cabeça e começámos a planger outro daqueles desolados e lacrimosos finis patrice de que está feita (também, também ...) a nossa história. É possível que uma parte do sal que há no mar sejam realmente lágrimas de Portugal, como, com toda a seriedade, nos asseverou Pessoa, mas, em compensação, naquelas que de tempos a tempos vamos a correr chorar no Caia, há que reconhecer que levam mais de insosso que de salgado... E o pior de tudo é que, na nossa boca, até os protestos, quando surgem, parecem lástimas de carpideira e sermões de Encontro.

Filipe 11 vem aí outra vez, já se passeia entre nós. Não parece o mesmo, entrou disfarçado de historiador, de escritor, de pintor, de escultor, de músico, de actor, de bailarino, de arquitecto, de desenhador, de decorador, e, finalmente, de turista, desembarca todos os dias dos aviões da Ibéria que aterram na Portela de Sacavém, atravessa descaradamente a fronteira nos camiões que transportam obras de arte para a Exposição de Lisboa (não escrevo Expo'98 porque sou do tempo da Maria Cachucha ...), e, provocação suprema, não nos

pediu desculpa (ou perdão, como mandam fazer o pensamento politicamente correcto e a hipocrisia das nações) por se ter sentado, com toda a legitimidade, no trono vazio de Portugal.

A mim o que me assombra é esta persistente mania nossa de querermos ganhar, por via de mecanismos psicológicos mais ou menos supletivos (sofremos de uma enfermidade, pelos vistos incurável, chamada Mensagem ...), as guerras que perdemos. E o pior é que, no meio desse patético afã restaurador, dessa aflição de débeis agarrados à memória de uma força antiga, não percebemos que viemos perdendo outras guerras e que continuamos a perdê-las todos os dias. Não nos apercebemos, por exemplo, de que o «trono de Portugal» (em sentido figurado, entenda-se) está a ficar cada vez mais vazio, de que as ordenações e as pautas da vida portuguesa, tanto no plano material como no plano espiritual, nos vêm hoje tão de fora como defora nos veio Filipe 11. Contra isso não vejo que reclamem os 98 signatários da carta ao primeiro-ministro: pugnar pela honra de bandeiras velhas é menos arriscado do que atrever-se a duvidar da legitimidade das novas.

É sina nossa, sempre chegamos tarde. Depois da Ala dos Namorados, em Aljubarrota, temos agora, perdida por aí, algures no tempo, a Ala dos Demorados. Sempre chegamos tarde.

Chiapas, nome de dor e de esperança

Visão, 9 de Junho de 1998

Em 1721, com uma ingenuidade fingida que não escondia a acidez do sarcasmo, Charles-Louis de Secondat perguntou-nos: «Persas? Mas, como é possível ser-se persa?» Vai já para trezentos anos que o barão de Montesquieu escreveu as suas famosas Lettres Persanes, e até agora ainda não conseguimos encontrar a maneira de elaborar uma resPosta inteligente à mais essencial das questões que se contêm no roteiro histórico das relações entre os seres humanos. De facto, continuamos a não entender como foi possível a

alguém ter sido «persa» e, ainda por cima, como se já não fosse desproporcionada tal extravagância, persistir em sê-lo hoje, quando o espectáculo que o mundo oferece nos pretende convencer de que só é desejável e proveitoso ser-se aquilo que, em termos muito gerais e artificialmente conciliadores, é costume designar por «ocidental» (ocidental de mentalidade, de modas, de gostos, de hábitos, de interesses, de manias, de ideias ...), ou, no caso demasiado frequente de não se ter

logrado chegar a tão sublimes alturas, ser-se ao menos bastardamente «ocidentalizado», quer esse resultado tenha sido alcançado pela força da persuasão quer, de modo mais radical, se outro remédio não houve, pela persuasão da força.

Ser «persa» é ser o estranho, é ser o diferente, é, numa palavra, ser outro. A simples existência do «persa» tem bastado para incomodar,

confundir, desorganizar, perturbar a mecânica das instituições, o «persa» pode ir mesmo ao extremo inadmissível de desassossegá-lo aquilo de que todos os governos do mundo são mais ciosos, a soberana tranquilidade do seu poder. Foram e são «persas» os índios do Brasil (onde os sem-terra representam agora uma outra modalidade de «persas»), foram mas já quase deixaram de ser «persas» os índios dos Estados Unidos, foram «persas», no seu tempo, os incas, os maias, os aztecas, foram e são «persas» os seus descendentes, lá onde quer que tenham vivido e ainda vivam. Há «persas» na Guatemala, na Bolívia, na Colômbia, no Peru. Também sobreabundam os «persas» na dolorida terra mexicana, que foi de onde a câmara interrogadora e rigorosa de Sebastião Salgado trouxe o estremecimento das comovedoras imagens que aqui frontalmente nos interpelam. Que dizem: «Como é possível que vos falte, a vós, "ocidentais" e "ocidentalizados" do Norte e do Sul, do Este e do Oeste, tão cultos, tão civilizados, tão perfeitos, o pouco de inteligência e de sensibilidade suficiente para compreender-nos, a nós, aos "persas" de Chiapas?»

De isso, realmente, se trataria: de compreender. Compreender a expressão destes olhares, a gravidade destes rostos, o simples modo de estar juntos, de sentir e de pensar,

juntos, de chorar em comum as mesmas lágrimas, de sorrir o mesmo sorriso, compreender as mãos do único sobrevivente de uma matança colocadas como asas protectoras sobre as cabeças das filhas, compreender este rio infundável de vivos e de mortos, este sangue perdido, esta esperança ganha, este silêncio de quem leva séculos protestando por respeito e justiça, esta ira represada de quem finalmente se cansou de esperar. Quando, há seis anos, as alterações introduzidas na Constituição Mexicana, em obediência à «revolução económica» neoliberal, orientada do exterior e impiedosamente aplicada pelo governo, vieram pôr termo à distribuição agrária e reduzir a nada a possibilidade de os camponeses sem terra disporem de uma parcela de terreno para cultivar, os indígenas acreditaram que poderiam defender os seus direitos históricos (ou simplesmente consuetudinários, no caso de se pretender que as comunidades índias não ocupam nenhum lugar na história do México ...), organizando-se em sociedades civis que se caracterizavam e assim se continuam a caracterizar, singularmente, por repudiar qualquer tipo de violência, começando pela que poderia ser a sua própria. Essas sociedades tiveram, desde o princípio, o apoio da Igreja Católica, mas essa protecção de pouco lhes serviu: os seus dirigentes e representantes foram sucessivamente metidos na cadeia, cresceu a perseguição sistemática, implacável, brutal, por parte dos poderes do Estado e dos grandes latifundiários, mancomunados à sombra dos interesses e privilégios de uns e de outros, prosseguiram as acções violentas de expulsão das terras ancestrais, e as montanhas e a selva tiveram de ser, muitas vezes, o derradeiro refúgio dos deslocados. Aí, entre as névoas densas dos cimos e dos vales, iria germinar a semente, da rebelião.

Os índios de Chiapas não são os únicos humilhados e ofendidos deste

mundo: em todas as partes e épocas, com independência de raça, de cor, de costumes, de cultura, de crença religiosa, o ser humano que nos gabamos de ser soube sempre humilhar e ofender aqueles a quem, com triste Ironia, continua a chamar seus semelhantes. Inventámos o que

não existe na natureza, a crueldade, a tortura, o desprezo. Por um uso perverso da razão viemos dividindo a humanidade em categorias irreduzíveis entre si, os ricos e os pobres, os senhores e os escravos, os poderosos e os débeis, os sábios e os ignorantes, e em cada uma dessas divisões fizemos divisões novas, de modo a podermos variar e multiplicar à vontade, incessantemente, os motivos para o desprezo, para a humilhação, para a ofensa. Chiapas foi, nestes últimos anos, o lugar onde os mais desprezados, os mais humilhados e os mais ofendidos do México foram capazes de recuperar intactas uma dignidade e uma honra nunca definitivamente perdidas, o lugar onde a pesada lousa de uma opressão que dura há séculos se despedaçou para deixar passar, na vanguarda de uma procissão interminável de assassinados, uma procissão de viventes novos e diferentes, estes homens, estas mulheres e estas crianças de agora que nada mais estão reclamando que o respeito pelos seus direitos, não apenas como seres humanos desta humanidade mas também como índios que querem continuar a ser. Levantaram-se com algumas armas na mão' mas levantaram-se sobretudo com a força moral que unicamente a mesma honra e a mesma dignidade são capazes de fazer nascer e alimentar no espírito, ainda quando o corpo esteja padecendo da fome e das misérias de sempre. Do outro lado dos Altos de Chiapas não está apenas o governo do México, está o mundo inteiro. Por muito que se tenha pretendido reduzir a questão de Chiapas a um mero conflito local, cuja solução só deverá ser encontrada no quadro estrito da aplicação das leis nacionais (hipocritamente moldáveis e ajustáveis, como uma vez mais se viu, às estratégias e às táticas do poder económico e do poder político, seu serventuário), o que se está jogando nas montanhas chiapanecas e na Selva Lacandona ultrapassa as fronteiras mexicanas para vir atingir o coração daquela parte da humanidade que não renunciou nem renunciará nunca ao sonho e à esperança, ao simples imperativo de uma justiça igual para todos. Como escreveu um dia essa figura, por muitos motivos excepcional e exemplar, que conhecemos sob

o nome de subcomandante insurgente Marcos, «um mundo onde caibam muitos mundos, um mundo que seja uno e diverso», um mundo, permito-me eu acrescentar, que, para todo o sempre, declarasse intocável o direito de cada qual ser «persa» pelo tempo que quiser e não obedecendo a nada mais

do que às suas próprias razões...

Os maciços montanhosos de Chiapas são, sem dúvida, uma das mais assombrosas paisagens que os meus olhos alguma vez viram, mas são também um lugar onde a violência e o crime protegido campeiam. Milhares de indígenas, expulsos das suas casas e das suas terras pelo «Imperdoável delito» de serem simpatizantes silenciosos ou confessos da Frente Zapatista de Libertação Nacional, estão amontoados em acampamentos de barracas improvisadas onde a comida falta, onde a pouca água de que dispõem está quase sempre contaminada, onde doenças como a tuberculose, a cólera, o sarampo, o tétano, a pneumonia, o tifo, o paludismo vão dizimando adultos e crianças, tudo isto perante a indiferença das autoridades e da medicina oficial. Ao redor de sessenta mil soldados, nada mais nada menos que um terço dos efectivos permanentes do Exército mexicano, ocupam actualmente o estado de Chiapas, a pretexto de defender e assegurar a ordem pública. Ora, a realidade dos factos desmente a justificação. Se o Exército mexicano protege uma parte dos indígenas, e não só os protege como igualmente os arma, instrui, treina e municia, esses indígenas, no geral dependentes e subordinados ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), que vem exercendo desde há setenta anos, sem interrupção, um poder praticamente absoluto, são, mas não por qualquer coincidência extraordinária, aqueles que formam os diversos grupos paramilitares constituídos com o objectivo único de realizarem o trabalho repressivo mais sujo, isto é, agredir, violar, assassinar os seus próprios irmãos.

Acteal foi um episódio mais da terrível tragédia iniciada em 1492 com as invasões e a conquista. Ao longo de quinhentos anos, os indígenas da Iberoamérica (é intencionalmente que emprego esta designação para não deixar fora de

juízo os portugueses, e depois os brasileiros, seus continuadores no processo genocida, que reduziram os 3 ou 4 milhões de índios existentes no Brasil na época dos descobrimentos a pouco mais de 200 000 em 1980), esses indígenas andaram, por assim dizer, de mão em mão, da mão do soldado que os matava à mão do senhor que os explorava, tendo por meio a mão da Igreja Católica que lhes trocou uns, deuses por outros, mas que afinal não conseguiu mudar-lhes,., o espírito. Quando depois da carnificina de Acteal começaram a ouvir-se na rádio palavras que diziam: «Vamos ganhando, qualquer pessoa desprevenida poderia ter pensado que.», se tratava de uma proclamação insolente e provocatória dos assassinos. Enganava-se: essas duas palavras eram uma mensagem de ânimo, um recado de coragem que unia pelos ares como num abraço, as comunidades indígenas. Enquanto choravam os seus mortos, outros 45 a juntar a uma lista cinco vezes secular, as comunidades, estoicamente, erguiam a cabeça, diziam umas às outras: «Vamos ganhando», porque realmente só pode ter sido uma vitória, e grande, a maior de todas, ser capaz de sobreviver assim à humilhação e à ofensa, ao desprezo, à crueldade e à tortura. Porque esta vitória é do espírito.

Conta Eduardo Galeano, o grande escritor uruguaio, que Rafael Gullllén, antes de tornar-se Marcos, veio a Chiapas e falou aos indígenas, mas eles não o entenderam. «Então meteu-se na névoa, aprendeu a escutar e foi

capaz de falar.» A mesma névoa que impede ver pode ser também a janela aberta para o mundo do outro, o mundo do índio, o mundo do «persa»... Olhemos em silêncio, aprendamos a ouvir, talvez depois, finalmente, sejamos capazes de compreender.

A soberania deles

Visão, 18 de Junho de 1998

Imaginemos que um destes dias passados o primeiro-ministro português, depois de trocar umas quantas impressões

com os seus adjuntos de confiança e de consultar secretamente com o presidente da República, se sentou a escrever uma cartinha ao seu homólogo britânico, Sr. Tony Blair, que, como

é sabido, superintende o Conselho Europeu até ao fim deste mês, Imaginemos que, no tom firme de quem está consciente do peso de cada palavra, mormente quando se trate de questões que dizem respeito à sacrossanta soberania dos países, António Guterres dizia (recomendava, exigia, aconselhava, implorava, pedia por amor de Deus) que «há que corrigir as supercentralizadoras aberrações de Bruxelas e respeitar as estruturas constitucionais e administradoras nacionais». Se, havendo espremido adequadamente as circunvoluções cerebrais, lográmos nós imaginar uma tal proeza, não nos será muito difícil adivinhar quais poderiam ter sido as reacções do morador de Downing Street à ousada missiva do premier lusitano. Contentemo-nos, porém, com uma: o Sr. Blair acabou de ler a carta, deixou-a cair em cima da mesa e desabafou para o secretário: «O nosso mais velho aliado não está bem da cabeça.»

Ora, convém esclarecer que se António Guterres tivesse realmente escrito a dita carta, ela teria sido a segunda sobre este tema a chegar a Londres, uma vez que sobre a mesa de trabalho do Sr. Blair já uma outra se encontrava, redigida nos

mesmos precisos termos pelo Sr. Kohl e pelo Sr. Chirac. É natural que nos perguntemos que comentário terá feito o primeiro-ministro britânico à insólita pretensão dos seus mais importantes parceiros europeus. Evidentemente, não disse, nem sequer à boca pequena, que o Sr. Chirac e o Sr. Kohl, Pelo facto de virem reivindicar as respectivas soberanias nacionais frente ao centralismo europeu, estavam a precisar de assistência psiquiátrica urgente. Após o choque da primeira surpresa, o Sr. Blair não tardou muitos minutos a chegar à conclusão de que o Sr. Kohl havia tido em mente, sobretudo, as eleições legislativas do seu país, no próximo mês de Setembro, que a ditosa carta fora escrita principalmente para que a lessem os eleitores alemães, e que, no fundo, se limitava a repetir o que o chanceler já tinha dito no Bundestag,

em Abril, quando o parlamento aprovou a incorporação da Alemanha no

euro: que, a partir da cimeira de Cardiff, «Modificaria as prioridades da sua política europeia e faria fincapé nos interesses nacionais e regionais do seu país». Quanto ao Sr. Chirac, como já se vai tornando costume da França, não tendo grande coisa que dizer de sua própria iniciativa, aproveitou a mãozinha que o Sr. Kohl lhe estendia da janela do comboio em andamento e lá se deixou ir dependurado, boleia, pelo túnel do canal da Mancha fora...

Quando há anos me apresentei voluntário para desempenhar, nas poucas tribunas públicas a que tinha acesso, o antipático papel de desmancha-prazeres de serviço (não encomendado, repito), opondo um teimoso Sim, mas... aos acríticos entusiasmos europeístas da nossa classe política, escrevi palavras como estas: «Objecta-se-me que todos os países que integram a Comunidade Europeia estão sujeitos às mesmas alterações internas e a idênticos mecanismos unificadores, e que, portanto, os riscos, quando os houver, serão, como manda a justiça mais elementar, partilhados pelo conjunto. A objecção, em princípio, é pertinente, mas, confrontada com a realidade, isto é, com a relação efectiva de poder entre os Estados -membros, acaba por ver-se reduzida a uma expressão pouco mais que formal. Um país inferior economicamente e politicamente subalterno, como é o caso de Portugal, sempre haverá de correr maiores e mais graves riscos que outros seus "parceiros" bafejados pela História, pela Geografia e pela Fortuna, pois, no que toca a soberanias. e identidades, será forçado a renunciar, substancialmente, a muito mais que aqueles outros que, por terem influência económica e política de peso, estão em condições de escolher e impor o jogo, de decidir as regras e baralhar as cartas.»

Dá que pensar que, precisamente quando a Europa já se encontra atada pelo euro, apareça o Sr. Kohl a dizer-nos que, afinal, «Deutschland über alles». Não quero eu que António Guterres proclame o mesmo para Portugal (seriam penas perdidas), mas talvez não fosse má ideia pôr-se a escrever a tal cartinha, mesmo que ela seja a última a chegar...

Os referendos -Visão, 16 de Julho de 1998

Talvez seja por morar longe. Apesar dos atrasos do correio, que às vezes chega a dar-me a impressão de vir pachorrentamente de caravela, a gozar as brisas marítimas e o balanço da vaga, quando não a imobilidade da calmaria, as notícias (estou a referir-me às do meu torrão natal) sempre acabam por alcançar estas paragens. Recebo eu dois ou três semanários de informação geral, e se são poucas as vezes que recorro aos préstimos do satélite, é só por não poder suportar os tratos que, sem pejo nem remorso, os locutores infligem à pobre língua portuguesa. Em todo o caso, não obstante estas desvantagens, supunha dispor, até agora, sobre a vida política nacional, de dados bastantes para que a cabeça me fosse gerando umas quantas ideias razoavelmente próximas da realidade. Vivi cinco anos com esta ilusão, mas hoje não estou tão certo. Será porque moro longe, será porque a caravela se atrasou mais do que o costume, será porque os jornais pátrios gostam demasiado da coscuvilhice a que chamam política e apreciam pouco o exame dos factos, será porque deixei de entender o idioma em que me falam - não tenho dúvidas de que cada um destes factores contribuiu com a sua parte, mas o golpe final, dúvidas também não tenho,

foi-me desferido pelos referendos.

A iniciativa de um referendo (dá o mesmo quer se trate de um plebiscito ou de uma eleição, ou de uma escolha entre isto e aquilo, como a compra de qualquer produto de consumo) deverá pressupor a difusão prévia de uma informação que, no geral, possamos considerar, ao menos, apropriada e suficiente, se, por falta de um certo querer (a «vontade política») ou de um certo saber (a «competência técnica») não a deram, como cabia, de uma maneira ampla, completa, a toda a gente. Do que se passou com o referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez já nem vale a pena falar, tão extremo foi o ridículo em que, estupefactos, vimos cair instituições (governo, partidos) que todos os dias deveriam dar-

-nos exemplos de responsabilidade e de seriedade, sem demagogias pacóvias nem jesuíticas reservas mentais, respeitando a inteligência e o senso comum. Mas agora, aí de nós, dois referendos mais nos ameaçam: um sobre a nossa adesão à Europa, outro sobre as regiões. Deles direi algumas palavras, porém, apenas por um dever de cargo, uma vez que são cada vez mais fortes as minhas dúvidas sobre a eficácia de um artigo de jornal, pelo menos, devo ser franco, daqueles que escrevo.

Tendo-se sumido de Portugal a monarquia, acabaram-se' também, por via de consequência, os reais cognomes (com uma falta de respeito absolutamente censurável os dicionários teimam em dizer que cognome é a mesma coisa que alcunha ...), mas, se a mim me pedissem que cognominasse os referendos que aí vêm, nesse caso não teria dúvidas: baptizaria o das regiões com o nome de «Absurdo» e o da Europa com o nome de «Escárnio». Digo que é absurdo o referendo sobre as regiões porque um país como Portugal, não nos aparecendo, obviamente, como uma região única, poderá, em compensação, ser visto como um conjunto de complementaridades que precisamente os egoísmos locais não terão deixado explorar. E digo que é absurdo porque os seus defensores parecem não reparar na situação dos países (façam uma excursão a Espanha, que está perto) em que a febre regionalista, sob a utilização quase sempre perversa de alegados direitos históricos, rapidamente se converteu num fermento de desagregação dos Estados. Creio que não sou suspeito de defender o Estado pelo Estado, mas ainda menos defenderia um processo de fragmentações nacionais que (dividir para reinar) só poderá convir aos inventores desse novo colonialismo a que chamam globalização...

Quanto ao referendo sobre a adesão de Portugal à Europa, que lhe haveremos de chamar? Meteram-nos lá sem o respeito de uma explicação, aplaudiram o Tratado de Maastricht e não nos disseram em que consistia, e agora, assinado o de Amesterdão, é que se lembram de perguntar se estamos de acordo. Se a resposta for «sim», é porque ficou patente a

vocação europeia dos portugueses, se for «não» arguir-se-a com o que toda a gente sabe, que é impossível sair da Europa. Brincam connosco? Conheço o valor das palavras: escárnio é realmente o nome disto.

África -Visão, 13 de Agosto de 1998

Tenho na minha frente dois instantâneos fotográficos, daqueles que a comunicação social imediatamente classifica como «históricos», sem se dar ao trabalho de esperar que a História dê a sua opinião. Um foi captado em Maio de 1995 e apresenta-nos o abraço «fraternal» que uniu em Lusaka o presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, e Jonas Savimbi, presidente da UNITA. O segundo instantâneo, obtido a bordo de uma fragata portuguesa, tem menos de três semanas e não é tão sobejado na demonstração «afectiva»: contenta-se em registar o frio aperto de mão que selou a assinatura do acordo de tréguas entre o governo da Guiné-Bissau e a facção militar insurrecta. O tempo não tardou muito a mostrar que o abraço de Lusaka, afinal de contas, não tinha aberto caminho para a paz. Será também o tempo a mostrar se o desconfiado aperto de mão no camarote do comandante chegará a valer mais do que o abraço...

Não é preciso ter-se nascido com uma visão especialmente aguda para distinguir o que ali se encontra, naquele reduzido espaço que separa os dois homens que se abraçam e os dois homens que se apertam as mãos: mortos, mortos, montões de mortos, centenas deles no caso da Guiné-Bissau, muitos, muitos milhares no caso de Angola. Sempre assim foi. A paz precisa tanto de mortos como a guerra que os fez. Os abraços de conciliação são trocados no alto de uma piraMide de cadáveres, os apertos de mão sobre um rio de sangue. A guerra é o absurdo que se tornou quotidiano, a paz não ressuscita ninguém. Sobreviventes dos morticínios, dos saques e das humilhações infligidas pelo colonialismo velho,

moçambicanos, angolanos, guinéus, e como eles a África toda, prosseguiram pelos seus próprios meios, cada vez mais eficazes, o trabalho da morte, preparando, muitos deles cientemente, o campo onde amanhã se irão instalar, com as mãos livres e a impunidade garantida pelas múltiplas cumplicidades do crime, as formas novas de exploração que já esperam a hora de avançar. Entretanto, África - a África onde a Humanidade nasceu - desfaz-se em sangue e vísceras espezinhadas, morra-se de fome e de miséria extrema, apodrece ao abandono, perante a impaciência mal disfarçada do mundo que continuamos a chamar «culto» e «civilizado». Tudo se passa como se estivéssemos à espera de que a guerra, a fome e as epidemias acabassem de uma vez com os povos africanos, à espera de que limpem o terreno desses incómodos milhões de crianças famélicas cuja última agonia as televisões distribuem a domicílio, à hora do jantar.

A África, porém, já não cabe na África, já não se resigna a morrer em África. Está em curso o que será, provavelmente, uma das maiores migrações da História humana. Vagas ininterruptas de africanos, sem trabalho e sem esperança de o conseguirem na terra que é sua, movem-se em direcção ao Norte, em direcção à Europa das riquezas e do bem-estar, atravessam o Mediterrâneo em frágeis embarcações deixando atrás de si um rasto de afogados - mais mortos, sempre mais mortos -, e, se logram pôr pé em terra e escapar às diversas polícias que os caçam e os devolveriam ao outro lado do mar, vão sujeitar-se, na esmagadora maioria dos casos, a

condições de existência indignas, desprotegidos de tudo, insultados por todos, mal sobrevivendo apenas, não perguntemos como. Quando o centro (isto é, a Europa) se deslocou à periferia (isto é, a África), o que fez lá foi explorar em exclusivo proveito próprio as imensas riquezas materiais do continente, sem ter em consideração o futuro dos que lá viviam e dos que lá nasceriam. Agora, gerações passadas, depois de longas e dolorosas lutas pela libertação e pela independência, em muitos aspectos malogradas, é a periferia que avança sobre o centro.... Os ventos que os países colo-

nialistas - em maior ou menor grau, toda a Europa - desumanamente foram semear a África, estão a transformar-se em furacões devastadores. São terríveis as notícias que de lá chegam todos os dias à «fortaleza europeia», mas ninguém parece saber aqui que resposta dar à pergunta: «Que fazer?» Dão-se respostas, sim, mas não a resposta, essa que, se não sofro de utopia incurável, só poderá ser a de criar em África condições de vida que mereçam ser chamadas humanas. A Europa vai ter de restituir a África o que lhe roubou em quatrocentos anos de impiedosa exploração. Como? Decida-o a sociedade europeia, se ainda lhe resta algum sentido ético.

Alegra-te, Esquerda Visão, 8 de Outubro de 1998

Motivos não te faltam. Por causa da asfíxiante maré-cheia dos neoliberalismos, circulavas por aí de alma confusa, a puxar ao centro e a esconder bandeiras, perda de rumo e emurchecida de convicções, sem nenhuma ideia coerente de como deverias comportar-te perante a evidência de que o motor mandarim da Querida Europa andava a ser lubrificado e governado desde há dezasseis anos por cabeças alemãs conservadoras, limitando-te tu a assinar, de vez em quando, na linha de pontos que te indicavam. Já podes levantar as mãos ao céu e agradecer a Santo António dos Esquecidos, esse tempo acabou. As cabeças alemãs conservadoras acabam de ser substituídas por cabeças social -democratas alemãs. Estás, portanto, com a tua gente. E não só isso: descobriste de repente que, salvo as aborrecidas excepções da Espanha e da Irlanda, toda a Europa política de hoje pode arvorar as cores e os símbolos mais caros ao teu sensível coração, tirando, claro está, aquelas duas ferramentas de escasso uso na tecnologia actual que são o martelo e a foice. E como as graças, tal como as desgraças, nunca vêm sós, tens do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América do Norte, o melhor guia, mentor e exemplo de limpeza moral que poderias

sonhar, um homem que, apesar de tão habilidoso no manejo dos conceitos de impróprio e de inadequado, não duvidou em mandar bombardear uma fábrica de produtos farmacêuticos em África, alegando, sem a mais mínima

prova, que estavam

a ser produzidas ali armas químicas que poderiam vir a ser utilizadas contra cidadãos ou instalações norte-americanas. Temo o pior: se passa pela cabeça do Sr. William Jefferson Clinton que um turista do Texas ou do Alabama poderá alguma vez ser mordido por um cão de Lanzaote, não dou nada pela vida do Pepe, da Greta e do Camões...

O acosso político e mediático ao presidente dos Estados Unidos da América do Norte, consequência dos seus entretenimentos eróticos e da sua irremediável dificuldade em distinguir entre verdade e mentira, se é certo que divertiu metade do mundo, chegou a tal ponto que acabou por pôr em movimento a indignação da outra metade. A mim pareceu-me bem. No entanto, ter-me-ia parecido melhor que as duas metades se tivessem posto de acordo para exigir contas pela morte dos sudaneses vítimas inocentes do alarde guerreiro do Sr. Clinton. Esqueceram-se de o fazer, talvez por considerarem que uns quantos pretos a mais ou a menos não fazem diferença ao mundo... O homem mais poderoso do mundo está, por definição e princípio, acima destas questões. O pretor não tem de preocupar-se com miudezas...

Afastei-me do tema? Pelo contrário, entrei nele em cheio. A primeira pergunta que tenho para fazer à Esquerda, em particular àquela que tem responsabilidades de governo, é a seguinte: Crê que está a respeitar efectivamente as suas obrigações, tanto programáticas como político-Ideológicas, participando à boca calada nos contubérnios em que se prepara o Acordo Multilateral sobre o Investimento, o já célebre AMI? Mais: Percebe a Esquerda, não digo intelectualmente e no imediato, mas nas consequências futuras, o que se joga em tais negociações? Aceita que os países de governo socialista ou social-democrata integrados nas OCDE, e em cujo seio a conspiração se prepara, façam uma vez mais tábua rasa das suas promessas eleitorais e dos seus programas, já mil vezes

incumpridos? Tem informação a esquerda do carácter extraterritorial da Lei Helms Burton, que vem servindo aos EUAN para impunemente asfixiar a economia de Cuba? Sabe a Esquerda que o Governo do Sr. Clinton pretende introduzir no projecto em debate aspectos essenciais daquela lei, violando disposições básicas da Organização Mundial do Comércio, a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas e a soberania dos Estados? Pensa a Esquerda que as suas ideias (se ainda tem as mesmas ...) de socialismo ou de social-democracia, são compatíveis com a liberdade total de manobra das multinacionais e dos mercados financeiros, reduzindo o Estado a meras funções de administração corrente e os cidadãos a consumidores e clientes, tanto mais dignos de atenção quanto mais consumirem e mais docilmente se comportarem? Não tenho esperança de que alguém responda a essas perguntas, mas cumpro o meu dever fazendo-as.

Alegre-te, Esquerda, amanhã, chorarás...